

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANIELA ROCHA DRUMMOND

A QUARTA ONDA DO MOVIMENTO FEMINISTA NO JORNALISMO BRASILEIRO E
PORTUGUÊS: UM ESTUDO SOBRE AS COBERTURAS JORNALÍSTICAS DA FOLHA
DE S. PAULO E DO PÚBLICO (2013-2018)

CURITIBA

2020

DANIELA ROCHA DRUMMOND

A QUARTA ONDA DO MOVIMENTO FEMINISTA NO JORNALISMO BRASILEIRO E
PORTUGUÊS: UM ESTUDO SOBRE AS COBERTURAS JORNALÍSTICAS DA FOLHA
DE S. PAULO E DO PÚBLICO (2013-2018)

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ciência
Política, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial
à obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Rosário de Souza

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Drummond, Daniela Rocha

A quarta onda do movimento feminista no jornalismo brasileiro e português : um estudo sobre as coberturas jornalísticas da Folha de S. Paulo e do Público (2013-2018). / Daniela Rocha Drummond. – Curitiba, 2020.

Tese (Doutorado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Nelson Rosário de Souza

1. Jornalismo – Aspectos políticos. 2. Feminismo na imprensa. 3. Folha de S. Paulo (Jornal). 4. Público (Jornal). I. Souza, Nelson Rosário de, 1963-. II. Título.

CDD – 305.4



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA -
40001016061P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **DANIELA ROCHA DRUMMOND** intitulada: **A QUARTA ONDA DO MOVIMENTO FEMINISTA NO JORNALISMO BRASILEIRO E PORTUGUÊS: UM ESTUDO SOBRE AS COBERTURAS JORNALÍSTICAS DA FOLHA DE SÃO PAULO E DO PÚBLICO (2013-2018)**, sob orientação da Profa. Dra. NELSON ROSÁRIO DE SOUZA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 30 de Abril de 2020.

Assinatura Eletrônica
05/05/2020 12:10:53.0
NELSON ROSÁRIO DE SOUZA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
05/05/2020 11:32:53.0
MICHELE GOULART MASSUCHIN
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
05/05/2020 13:13:46.0
KELLY CRISTINA DE SOUZA PRUDENCIO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
06/05/2020 12:53:33.0
CARLA PRECIOSA BRAGA CERQUEIRA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DO MINHO)

Dedico esta tese a todas as mulheres.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me sustentar nos anos que foram sem dúvida os mais desafiadores da minha vida, por me mostrar que o controle da vida e dos acontecimentos não nos pertencem.

À Nossa senhora de Fátima.

Ao meu companheiro Renato por acreditar no meu sonho, por me motivar, por dividir o cotidiano comigo e compreender minhas dores, dificuldades e minhas ausências, como a mais longa de seis meses em outro país.

À Lisa, minha cachorrinha que esteve do meu lado literalmente todo o tempo da escrita.

Aos meus pais e ao meu irmão.

Aos meus mestres, Nelson Rosário de Souza por acreditar no meu trabalho, por entender minhas dificuldades e por me incentivar sempre a ir longe, pela eterna paciência e apoio. À Carla Cerqueira que me recebeu com muito carinho em Portugal e muito me ensina.

À Fundação Araucária pelo auxílio financeiro que tornou possível minha dedicação exclusiva à pesquisa após o segundo semestre do doutorado como bolsista.

À Universidade Federal do Paraná, pelo ensino gratuito, de qualidade e por me transformar desde o primeiro dia da graduação em Ciências Sociais.

À CAPES pela bolsa sanduíche que recebi para pesquisar por seis meses em Portugal, pela experiência que me mudou como pesquisadora e como ser humano.

Aos três grupos de pesquisa que participei, ao Midiaculturas, especialmente à Juliana Souza e à Tatiane de Almeida minhas parceiras de luta e de pesquisa. Aos colegas do COMPA, Carla Rizzotto, Rafael Sampaio, Kelly Prudêncio, e todos os alunos. Aos colegas do GEICS da Universidade do Minho, especialmente aos coordenadores Sérgio Rêgo e Joana Teixeira. Aos colegas e professores da Universidade Lusófona do Porto que me receberam nos seis meses de sanduíche.

Aos meus amigos antigos dos dias bons e maus, Larissa Angeli e Sísara Nassif. À Gianna Fiori, Camila Neves, Simone Joy, amigas que Portugal me deu.

À Daniela Neves que junto comigo estudou inglês e persistiu para conseguirmos a nota do Toefl para podermos embarcar no doutorado sanduíche.

Às professoras Michele Massuchin e Kelly Prudêncio pelos apontamentos na qualificação.

Às imensas dificuldades e lutas que me deixaram mais forte, mais resiliente e pronta para as novas batalhas que a vida me trará.

RESUMO

O recorte aplicado nesta tese valoriza as relações entre o movimento feminista, a mídia e a política, numa perspectiva comparada entre o Brasil e Portugal. O objetivo é apresentar as linhas discursivas sobre o feminismo, sua visibilidade midiática e a forma como ativistas e jornalistas se relacionam com esse discurso. A teoria política feminista e os estudos feministas de mídia ancoram o trabalho. Interessa analisar como são negociadas as linhas discursivas do movimento feminista em dois jornais de referência de dois países lusófonos ligados historicamente. A seleção recai sobre os conteúdos da chamada quarta onda feminista nas versões *on-line* dos jornais Público e Folha de São Paulo, entre os anos de 2013 e 2018. O corpus de análise é formado por 494 textos informativos, sendo 277 do jornal brasileiro e 217 do jornal português. A metodologia utilizada é a Análise de Enquadramento Multimodal, para análise dos textos, imagem e narrativa. Entrevistas semiestruturadas em profundidade feitas com jornalistas, ativistas, profissionais de Organizações Não Governamentais feministas completam o corpus. Os resultados indicam que os jornais em ambos os países promovem uma despolitização discursiva do movimento feminista ao naturalizar suas reivindicações e enquadrá-las fora das fronteiras do poder. Nesse aspecto, os jornais apresentam mais semelhanças do que diferenças, entretanto, verificou-se que há uma evolução positiva na forma com que se noticia o movimento feminista no período da quarta onda em relação aos períodos anteriores. Os enquadramentos imagéticos mostram que a maior parte das imagens tem como cenário o espaço público e o posicionamento predominante de mulheres ativas e com empoderamento. Ainda sobre enquadramento, predomina no jornal português o recorte temático com textos mais aprofundados, ou seja, ali pautar o feminismo depende menos de acontecimentos pontuais. No jornal brasileiro, por sua vez, há o predomínio do enquadramento episódico, o que mostra um jornalismo mais superficial e mais relacionado a acontecimentos eventuais. Quanto à narrativa, verificou-se que tanto no Público quanto na Folha de S. Paulo predomina o tom positivo quando se refere ao termo feminista, portanto, a noticiabilidade das pautas feministas apresentou-se com viés favorável na amostra. Por fim, as entrevistas de jornalistas e ativistas mostraram o quanto a causa feminista atual está ligada às lutas contra as violências e opressões sofridas pelas mulheres, e como o jornalismo tem retratado esses temas. As ativistas reconhecem uma nova fase do feminismo, o que confirma a caracterização de uma nova onda do feminismo, com foco na internacionalização, nas organizações em coletivos e as mobilizações *on-line* principalmente contra o assédio e a violência doméstica. Essa efervescência da nova onda pauta o jornalismo.

Palavras-chave: Jornalismo. Quarta onda feminista. Feminismo. Folha de S.Paulo. Jornal Público.

ABSTRACT

The approach applied in this thesis values the relation among the feminist movement, the media, and politics, from a comparative perspective between Brazil and Portugal. The objective is presenting the discursive lines about feminism, its media visibility, and the way activists and journalists relate to their speech. Feminist political theory and feminist media studies anchor the research. It is interesting to analyze how the discourse lines of the feminist movement are negotiated in two leading newspapers from two historically linked Portuguese-speaking countries. The selection falls on the contents of the so-called fourth feminist wave on the online versions of the newspapers Público (Portugal) and Folha de S.Paulo (Brazil), from 2013 to 2018. The corpus consists of 494 informative texts, 277 from the Brazilian newspaper while 217 from the Portuguese one. The methodology used is the Multimodal *Frame Analysis* in order to analyze texts, images, and the narrative. In-depth semi-structured interviews with journalists, activists, professionals from feminist non-governmental organizations complete the corpus. The results indicate that the newspapers in both countries promote a discursive depoliticization of the feminist movement by naturalizing their claims and framing them outside the borders of power. Regarding this matter, the newspapers have more similarities than differences; however, it was found that there is a positive evolution in the way the feminist movement is reported in the period of the fourth wave in relation to the previous periods. The imagery *frames* show that most of the images have as a backdrop the public space and the predominant positioning of active and empowered women. Still, in terms of framing, the thematic section with more in-depth texts predominate in the Portuguese newspaper, that is, where guiding feminism depends less on specific events. In the Brazilian newspaper, there is a predominance of episodic framing, which shows more superficial journalism and more related to specific events. As for the narrative, it was found that both in Público and Folha de S.Paulo the positive tone predominates when referring to the term feminist, therefore, the news of feminist agenda was presented with a favorable bias in the sample. When the journalistic text evokes rights, in both analyzed newspapers, the right to protection, respect, physical and moral integrity are the predominant ones. Finally, interviews with journalists and activists showed how the current feminist cause is linked to the struggles against violence and oppression suffered by women and how journalism has portrayed those themes. The activists recognize a new wave of feminism, and some use the expression fourth wave. The issue of internationalization is evident in the speeches when emphasizing how the themes cross borders, in addition to organizations in collectives and online mobilizations guiding the journalistic agenda.

Keywords: Journalism. Feminist fourth wave. Feminism. Folha de S.Paulo newspaper. Público newspaper.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 MULHERES, GÊNERO E POLÍTICA.....	19
2.1 FEMINISMO E CIÊNCIA POLÍTICA	23
2.1.2 A teoria política feminista	24
2.2 A RELAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E DO ESPAÇO PRIVADO	28
2.2.1 Patriarcado, trabalho doméstico e participação política das mulheres.....	32
3 O MOVIMENTO FEMINISTA COMO MOVIMENTO SOCIAL	36
3.1 DIFERENTES REALIDADES DO MOVIMENTO FEMINISTA	43
3.1.1 O movimento feminista no Brasil	44
3.1.2 O movimento feminista em Portugal	51
3.2 A QUARTA ONDA DO MOVIMENTO FEMINISTA	58
3.2.1 A quarta onda do movimento feminista no Brasil.....	63
3.2.2 A quarta vaga do movimento feminista em Portugal	67
4 O JORNALISMO E OS ESTUDOS FEMINISTAS DE MÍDIA	70
4.1 A COBERTURA JORNALÍSTICA DAS MULHERES NA POLÍTICA.....	74
4.2 A RELAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS COM A MÍDIA	76
4.3 A COBERTURA JORNALÍSTICA DO MOVIMENTO FEMINISTA	77
5 ESCOLHAS DE INVESTIGAÇÃO E METODOLOGIA	82
5.1 OS JORNAIS ANALISADOS	84
5.1.1 A Folha de S.Paulo.....	85
5.1.2 O Público.....	86
5.2 A METODOLOGIA	87
6 O MOVIMENTO FEMINISTA NOS JORNAIS	92
6.1 DISCURSO DOMINANTE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DO MOVIMENTO FEMINISTA	104
6.2 QUEM FALA E SOBRE O QUE SE FALA DO MOVIMENTO FEMINISTA NOS JORNAIS	106
6.3 OS ELEMENTOS VISUAIS: AS FOTOGRAFIAS DO FEMINISMO.....	122
6.4 A ANÁLISE DA NARRATIVA	134
7 AS JORNALISTAS E AS FEMINISTAS	143
7.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	146
7.2 AS ATIVISTAS: ENCONTRO COM O FEMINISMO E TIPO DE ATIVISMO	147

7.3 O FEMINISMO NO JORNALISMO	155
7.3.1 O relacionamento das feministas com a imprensa	158
7.4 AS JORNALISTAS QUE ESCREVEM SOBRE O FEMINISMO	159
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	165
REFERÊNCIAS.....	171
APÊNDICE 1 – ROTEIRO/GUIÃO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM ASSOCIAÇÕES/ATIVISTAS	193
APÊNDICE 2 – ROTEIRO/GUIÃO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM JORNALISTAS	194
APÊNDICE 3 – LIVRO DE CÓDIGOS.....	195
ANEXO 1 – RESULTADOS ANALISADOS DA FOLHA DE S.PAULO.....	205
ANEXO 2 – RESULTADOS ANALISADOS DO PÚBLICO	214

1 INTRODUÇÃO

Estudar os feminismos ainda é complexo, mesmo na academia preconceitos se manifestam, embora já existam consolidados estudos sobre a perspectiva de gênero, os feminismos e os movimentos sociais. O contexto político atual do Brasil e do mundo trouxe a retomada da militância feminista, principalmente por meio das redes sociais, seja reivindicando demandas ainda não conquistadas, denunciando comportamentos machistas, solicitando participação política e ampliando o debate de que o pessoal é político. Essa militância também vai às ruas e é noticiada pelo jornalismo.

Consideramos fundamental tratar de questões que envolvam as demandas das mulheres, pautas plurais, mas que apontam que não existe uma equidade de gênero e que há ainda um longo caminho a ser percorrido. A luta feminista obteve sucessos e conquistas, como o direito ao voto conquistado em 1932, com a aprovação do Código Eleitoral e instituído na Constituição de 1934 no Brasil, em Portugal o voto feminino foi introduzido em 1931, mas com restrições. Somente após a revolução de 1974 foi instituído o voto universal em terras lusas. A possibilidade de participação política conquistada com muita luta ainda é difícil e baixa, além de estar sujeita a retrocessos com o avanço de medidas políticas conservadoras.

Mesmo com a igualdade de direitos estabelecida pela Constituição no caso brasileiro e na maioria dos regimes democráticos, a possibilidade de votar – primeira reivindicação feminista há mais de um século – não se transformou na ampla participação das mulheres na esfera política que permanece majoritariamente masculina. Nesse sentido, é preciso considerar também que atualmente antigas demandas ressurgiram e ganharam mais espaço no debate público. O fortalecimento das conquistas permitiu a ampliação das reivindicações gerando novas agendas: a questão do assédio sexual, a violência de gênero, os problemas no âmbito do trabalho e da escassez de mulheres em cargos de poder. Essas pautas indicam a existência de novos e contínuos embates e trazem à tona a ideia de que estaríamos vivendo uma nova fase do feminismo: a quarta onda.

Este contexto descrito favorece e justifica o estudo sobre a relação entre: mídia, feminismo e política. Nosso objetivo é verificar qual a visibilidade do movimento feminista no jornalismo, na mídia de massa. Sob uma perspectiva comparada, buscamos analisar como dois jornais de dois países distintos abordam a temática, Brasil e Portugal. São países com uma relação histórica estreita de colonização, de dominação, de sociedades patriarcais, que hoje têm em comum aspectos culturais como a lusofonia, além das questões de imigração e emigração dado a conjuntura sócio-político. Além da visibilidade dada pelo jornalismo, também será

analisada a opinião de jornalistas que produziram os conteúdos e de ativistas feministas dos dois países. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com jornalistas, ativistas e membros de organizações feministas e/ou coletivos.

O jornalismo é o local de debate de diversos temas e um campo legitimado na esfera pública. Por isso, o interesse em verificar como constrói as representações simbólicas de gênero e mais especificamente como constrói a representação do movimento feminista na imprensa, em um período de amplo ativismo digital. Nossa tese é a de que estamos a viver uma nova onda do movimento feminista que é ativa *on-line* e nas ruas, e pauta o jornalismo. Queremos saber: Quais são as pautas do movimento feminista que ultrapassam o filtro dos *gatekeepers* e conseguem chegar aos jornais? Como são abordadas as personagens que aparecem nesse texto jornalístico e nas imagens? O que pensam os jornalistas, as militantes e as Organizações Não Governamentais na atualidade sobre a forma com que o jornalismo representa o movimento feminista?

Nossa hipótese é que a forma de cobertura nos dois países tem mais semelhanças do que diferenças devido às características culturais parecidas, bem como a maneira de se fazer jornalismo. Uma segunda hipótese é a recorrência ainda hoje da representação do movimento feminista no noticiário de forma estereotipada, negativa, distanciando as manifestações e as ações coletivas das conquistas das mulheres. Ao se estereotipar ou rotular indivíduos, contextos e interpretações dos acontecimentos, ocorre a naturalização das posições e hierarquias. Assim, conflitos são neutralizados, particularidades são universalizadas e tornam-se dominantes as visões de mundo que mantêm a ordem social vigente (MANTOVANI, 2019, p. 168).

Para responder a essas questões analisamos a versão *on-line* dos jornais Folha de S.Paulo (Brasil) e Público (Portugal) no período que tratamos como quarta onda do movimento feminista, de 2013 a 2018. A comparação tem como objetivo examinar um caso e revelar o que ele nos diz sobre um amplo conjunto de fenômenos políticos, ou para destacar as particularidades da política para ideias teóricas mais gerais (LICHBACH; ZUCKERMAN, 1997).

O estudo é relevante para área da Ciência Política onde a temática de gênero ainda é marginal apesar da sua importância na análise dos fenômenos políticos atuais. Ademais, trata-se de um estudo que engloba os movimentos sociais, tema também com pouco espaço na Ciência Política Brasileira (MATOS, 2016; SARMENTO, 2017, VALMORE; SOUZA, 2017; BIROLI, 2017). Os estudos feministas abordam assuntos que transitam do privado para o público e, que dado o contexto social e político, são de suma relevância. Essa pesquisa enquadra-se na linha dos estudos feministas de mídia.

No Brasil existem estudos sobre: a representação da mulher na política; as elites políticas; as mulheres já eleitas e sua representação na imprensa; a mídia alternativa e a imprensa feminista; e pesquisas mais recentes sobre a militância *on-line*. Mas, raros são aqueles sobre a representação do movimento feminista na imprensa como propomos fazer. Outra particularidade do nosso recorte está no período abordado, a chamada quarta onda do movimento feminista, ou como se diz em Portugal: a quarta vaga. Para além das características de uma nova fase, trata-se de uma análise política comparada de dois países que um dia foram colonizador e colonizado, e hoje possuem uma cultura semelhante, principalmente a língua portuguesa, a religião católica e uma sociedade machista, patriarcal e conservadora (CERQUEIRA, 2012; WOITOWICZ, 2014; SILVA JÚNIOR, 2013; RIZZOTTO; PRUDÊNCIO, 2017; CERQUEIRA; CABECINHAS, 2015; SARMENTO, 2017).

A conjuntura política recente do Brasil forneceu insumos interessantes para a pesquisa. Como o *impeachment* de Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2016 – a única presidenta mulher em uma jovem democracia; a consequente ocupação do cargo pelo vice-presidente Michel Temer do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); e a eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL), reflexo de um avanço do conservadorismo no país e no mundo. Dentre os retrocessos no período analisado destaca-se o Projeto de Lei nº 5.069/2013 (BRASIL, 2013) apresentado por Eduardo Cunha que dificultava o acesso das vítimas de estupro a cuidados médicos essenciais e que gerou diversos protestos. Em 2013 o país iniciou uma onda de manifestações de rua, nelas o movimento feminista ganha nova visibilidade. Mas essa nova onda feminista é influenciada também por protestos internacionais que reavivam o ativismo feminista.

Em Portugal a conjuntura política é bem diferente, de 2011 a 2015, foi eleito como primeiro-ministro Pedro Passos Coelho do Partido Social-Democrata (PSD), entretanto, na segunda eleição em 2015 que foi reeleito, apenas após 11 dias de sua posse, a maioria da esquerda e do parlamento votou conjuntamente pela censura ao governo o que provocou sua interrupção, já que a maioria dos deputados decidiram por isso. As eleições de 2015 tinham como cenário um período de grande impacto econômico, social e também político, com o resgate financeiro por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Central Europeu e Comissão Europeia – a chamada *troika*, termo que tem origem na palavra russa que designa comitê de três membros (LEITE JUNIOR, 2019; BARRIO, 2015).

A *troika* foi responsável pela negociação que teve por finalidade estabelecer os compromissos que as autoridades portuguesas assumiram para receber a ajuda financeira internacional solicitada em abril de 2011. O governo do Partido Socialista (PS), liderado pelo

então primeiro ministro José Sócrates, foi quem pediu o resgate da *troika*. O resgate aconteceu antes das eleições daquele ano, que elegeu um governo de coligação de centro-direita entre o Partido Social Democrata (PSD) de centro-direita e o CDS – Partido Popular (CDS-PP), mais conservador. Durante esse governo que durou até 2015, a economia portuguesa entrou em recessão e o desemprego atingiu níveis altos, cerca de 17% em 2013, o que levou muitos portugueses a emigrarem.

Em 2015, o PSD e o CDS-PP concorreram coligados nas eleições legislativas em uma lista única chamada Portugal à Frente (PaF). Foram a lista mais votada, entretanto, a maior parte dos membros do parlamento eleitos eram de partidos da esquerda: Partido Socialista (PS), Partido Comunista Português (PCP) e o aliado Verdes e Bloco de Esquerda (BE), e foi a aliança desses partido que votou pela não continuidade do governo de Pedro Passos Coelho.

Em Portugal o sistema de governo é semipresidencialista, ou seja, o presidente é eleito diretamente pelo povo e o primeiro-ministro que é o chefe do executivo é eleito após uma consulta feita pelos partidos à Assembleia da República e observação dos resultados eleitorais. Tradicionalmente, o chefe de Estado designa o chefe do partido com mais representantes. Então, Pedro Passos Coelho toma posse como primeiro ministro por ser da lista mais votada, mas fica 11 dias no cargo. É feito um arranjo com o líder do PS, António Costa, a chamada “geringonça”, que é um entendimento entre PS, PCP, o Partido Ecologista os Verdes e o Bloco de Esquerda. Como a maioria dos parlamentares era desses partidos, a nova maioria da esquerda vota conjuntamente a moção de censura ao governo que é automaticamente interrompido. Dessa forma, António Costa se torna o primeiro ministro de Portugal em 2015, tendo seu governo marcado pela recuperação econômica e a queda do desemprego. Em 2019, António Costa é reeleito, ou seja, o país tem hoje um governo de esquerda do tipo socialista. Esta é a maior diferença entre os países, pois esta trajetória é oposta àquela vivida no Brasil no mesmo período que parte de um governo de esquerda, para de centro até chegar à extrema-direita com a eleição de Jair Bolsonaro.

O contexto social português é muito semelhante em relação ao Brasil nos casos de violência doméstica. No período analisado há algumas denúncias de “justiça machista” nos casos de acórdãos em que as vítimas são culpabilizadas, como os casos julgados pelo juiz Neto de Moura (NEVES, 2019). Esse contexto também está marcado pelas chamadas para a Greve Feminista Internacional e pelas manifestações nas ruas, assim como, por organizações ativistas em coletivos e pela ampliação do movimento feminista. Diferentemente do Brasil, em Portugal o aborto foi despenalizado em 2007 após um segundo referendo, o primeiro foi em 1998.

Outro aspecto relevante, que relaciona os dois países e faz parte do contexto dessa pesquisa é a grande onda de imigração de brasileiros nos últimos anos, devido à crise econômica e política do Brasil, sendo a maior comunidade estrangeira residente em Portugal com 105.423 cidadãos em 2018 (MIRANDA, 2019). O cenário atual volta a aproximar os dois países que estão historicamente conectados, aumentando a participação das brasileiras nas manifestações do movimento feminista e de outros movimentos sociais de Portugal. Entre tantos exemplos noticiados pelo jornalismo português destacamos as manifestações do “Ele Não” contra o então candidato a presidência do Brasil, Jair Bolsonaro, por suas declarações misóginas e machistas; e as manifestações pedindo esclarecimentos sobre o assassinato da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco.

O período analisado também se insere no contexto de novos ativismos nas ruas e nas redes sociais, caracterizado pelos feminismos plurais, pelo feminismo da diferença e pela nova organização das mulheres dada ao movimento conservador em diversas partes do mundo. Como a campanha presidencial de Donald Trump derrotando a feminista liberal Hillary Clinton que levou diversas mulheres às ruas para se manifestarem. Outro fenômeno está associado às denúncias de assédio no mundo da produção cinematográfica que resultaram em movimentos como o #MeToo nas redes sociais. É interessante observar a forma como os debates das redes sociais pautam o jornalismo, assim como se destaca a internacionalização do movimento feminista que resulta em manifestações como a Greve Internacional Feminista e a Marcha das Vadias em diversos países, com pautas internacionais sem deixar de contemplar as questões de cada país (HOLLANDA, 2018; CHAMBERLAIN, 2017).

Por isso, entendemos que é relevante analisar de que forma o movimento feminista é percebido por quem produz os conteúdos, ou seja, os/as jornalistas. Iremos verificar quais estratégias o movimento utiliza para ultrapassar os filtros da agenda midiática e conseguir ingressar na agenda política para atingir os cidadãos. Ressaltamos que ter visibilidade não significa ter uma imagem pública emancipatória (CERQUEIRA, 2012; NOGUEIRA, 2001). Dessa forma, mais do que analisar quantitativamente a presença do movimento feminista nos meios de comunicação é preciso compreender como é representado, e se existe um *backlash*, termo que denota as atitudes reacionárias contra movimentos sociais como o feminista e que foi observado na pesquisa de Susan Faludi (1991) nos jornais dos Estados Unidos da América (EUA). A pesquisa verificou uma aversão da imprensa ao movimento feminista, ao enquadrar pesquisas científicas tentando culpar o feminismo pela infelicidade das mulheres. A autora mostrou como os jornalistas distorciam as pesquisas para manter um discurso conservador e anti-emancipatório. Ela mostrou como as mentiras anti-feministas e a aversão ao movimento

foi propagada na mídia *mainstream* nos EUA, demonstrando que o mesmo pode ocorrer em outros países.

A cobertura jornalística utiliza enquadramentos distintos e a linguagem não é um meio neutro e objetivo de perceber e retratar os acontecimentos, mas um produto elaborado que reflete as crenças, ideias e valores da sociedade, e que possibilita dar sentido às coisas. Essa linguagem retrata na sua estrutura a diferença sexual assimétrica e muitas vezes preconceituosa em relação às mulheres e suas capacidades (PLAZA; DELGADO, 2007, ARÚS et al., 2000).

Reconhecemos que é importante considerar que a forma como os temas feministas são agendados, pode favorecer ou desfavorecer o objetivo do movimento feminista, pois na arena midiática ocorre a luta simbólica pelo significado e pelas interpretações (SILVEIRINHA, 2001). Sabe-se que a história dos feminismos não é uma evolução linear, sua história é “feita de progressos, de conquistas e recuos, em relação estreita com os contextos sociais, políticos e econômicos” (TAVARES, 2011, p. 7).

A literatura científica tem mostrado que o discurso jornalístico reproduz atitudes e ideologias que legitimam a dominação masculina através das temáticas, dos atores sociais e da hierarquização das fontes que são ouvidas ou ao invisibilizar fontes e temas. A presença dos homens e mulheres no discurso informativo não é igualitária, mas ressaltamos que essa representação não é fabricada pelos meios de comunicação, mas reproduz as disputas e interações na própria sociedade (BOURDIEU, 1999). Entretanto é importante observar as transformações, tensões e resistências que, por hipótese, perpassam a atividade jornalística.

É fundamental perceber e atentar não somente para quem são as fontes que os jornalistas escolhem, mas do que falam e como falam. Sabemos também que cada veículo jornalístico tem uma política interna, por isso é interessante comparar a abordagem que dão ao tema escolhido na cobertura jornalística, no caso o movimento feminista. As possibilidades de escolha e de troca do conteúdo a ser noticiado não são uma opção individual de cada profissional, os veículos que eles trabalham são poderosas instituições que fazem parte de um contexto social, político e econômico determinado, o que limita as escolhas subjetivas dos jornalistas (ARÚS et al., 2000).

Como afirma Beauvoir (1970, p. 9), “O homem é o Sujeito, o Absoluto, ela é o Outro”. Neste sentido, buscaremos analisar quem são “elas” que os jornais noticiam, as outras, as feministas. Ao me reconhecer no lugar de fala como de uma mulher branca, latino-americana, brasileira, jornalista e cientista social escrevendo uma tese de doutorado, busco desafiar as próprias crenças como produtoras de conhecimento, pensando de forma crítica e contestadora, percebendo que mesmo que o colonialismo pareça ter acabado, a realidade da sua permanência

se revela no discurso. Entretanto, percebo como fundamental o apelo às mulheres intelectuais para criar espaços e condições de auto representação. Isto, é o que busco fazer ao abordar os feminismos, sabendo que o sujeito subalterno é heterogêneo. Reconhecendo uma violência epistêmica em uma sociedade com mulheres plurais, negras, brancas, índias, mestiças, mas submetidas todas a uma sociedade patriarcal e machista.

Reconhecemos que há um maior silenciamento das mulheres do Terceiro Mundo onde a voz é mutilada a cada direito restringido, em cada ato de precarização e exploração (SPIVAK, 2010). Podemos repensar: O que leva as mulheres a se silenciarem? E por que quando as mulheres buscam ter voz, como por exemplo, por meio do movimento feminista, são também silenciadas pela desqualificação do discurso e das reivindicações?

O sujeito subalterno não tem voz política, e a mulher é duplamente oprimida, primeiro na divisão internacional do trabalho e segundo pela dominação masculina na construção ideológica de gênero. Sabemos que tornar conhecida a situação do subalterno feminino e tentar dar voz a elas ainda não é suficiente, mas fazer essa denúncia abre espaço para críticas sobre a dominação masculina e hegemônica ocidental.

Iremos utilizar a explicação do feminismo por meio das denominações de ondas como chamamos no Brasil, *waves* em inglês e *vagas* como denominam em Portugal. Durante o texto iremos nos referenciar a elas apenas como “ondas”, essa é uma forma didática de tentar manter uma cronologia que ainda se mantém prevalente. A dificuldade em tratar o movimento feminista está justamente em como contar as histórias dos feminismos, valorizando suas narrativas, suas vozes plurais. A forma de narrar pode transformar algumas ativistas em heroínas, enquanto apagam os esforços de outras. Mas, mesmo sabendo das limitações, ainda é uma forma que consegue explicar os avanços e retrocessos das conquistas das mulheres no mundo, principalmente no mundo ocidental.

Pretendemos narrar o movimento na sua pluralidade, uma história de feminismos, ampla, um processo de avanços e recuos, como diz Chamberlain (2017) de momentos iluminados de ação intensa ou focados em momentos esquecidos pela história. Nesse sentido, cabe realçar a quarta onda como uma etapa que retrata um movimento de resiliência.

Para cumprir nossas promessas analíticas dividimos o trabalho da seguinte forma. O primeiro capítulo corresponde a esta introdução. No segundo traçamos um breve histórico sobre o estudo das mulheres, passaremos pelos estudos de gênero e do feminismo nas ciências humanas, e chegaremos à teoria política feminista e às pesquisas dentro da Ciência Política brasileira. Também apresentaremos a relação entre o espaço público e privado, debatendo questões como o patriarcado, o trabalho doméstico e a participação política das mulheres. O

terceiro capítulo abordará as características das fases do movimento feminista apontando suas diferentes realidades, o que define a quarta onda do movimento feminista e suas peculiaridades no Brasil e em Portugal.

No quarto capítulo traçamos a relação da comunicação social com os estudos feministas. Abordamos ainda o processo de seleção de notícias no jornalismo e apresentamos alguns estudos sobre a representação das mulheres na mídia, a forma como as mulheres que fazem parte da política institucional são retratadas pela imprensa e os estudos feministas de mídia, até chegarmos à cobertura jornalística do movimento feminista.

O quinto capítulo apresenta a metodologia utilizada e um breve histórico dos jornais analisados. No sexto capítulo realizamos a Análise de Enquadramento Multimodal de texto, imagens e *frame*. Destacamos nas seções os resultados referentes ao discurso dominante da cobertura jornalística do movimento feminista; assim como quem fala e sobre o que se fala do movimento feminista nos jornais; os elementos visuais, em particular as fotografias do feminismo; e a análise da narrativa. O sétimo capítulo, complementa o estudo com a análise das entrevistas em profundidade realizadas com oito ativistas (quatro do Brasil e quatro de Portugal) e com sete jornalistas (três do Brasil e quatro de Portugal).

Por fim, o último capítulo apresenta as considerações finais do estudo em que percebemos que os jornais em ambos os países promovem uma despolitização discursiva do movimento feminista ao naturalizar suas reivindicações e enquadrá-las fora das fronteiras do poder, mas há uma evolução positiva na forma com que se noticia o movimento feminista no período da quarta onda em relação aos períodos anteriores.

2 MULHERES, GÊNERO E POLÍTICA

Por séculos as mulheres foram proibidas de fazer ciência e contribuir para a produção do conhecimento, uma opressão inicialmente religiosa e posteriormente das próprias organizações científicas (MATOS, 2014). O conhecimento histórico tem como referência os homens, entretanto, a história e as ciências humanas ao se debruçar sobre temáticas e grupos sociais até então excluídos do seu interesse, abre espaço para o desenvolvimento de estudos sobre as mulheres. A história cultural ao se interessar pelos operários, camponeses, pessoas comuns, pluraliza seu objeto de estudo chegando às mulheres (SOIHET, 1997).

Há uma dificuldade das mulheres se verem como Sujeito. “Os homens dizem ‘as mulheres’ e elas usam essas palavras para se designarem a si mesmas: mas não se põem autenticamente como Sujeito.” (BEAUVOIR, 1970, p. 13). As mulheres estão entre os homens, ligadas pelo ambiente onde vivem, pelo trabalho, pela condição social entre os homens, o pai ou o marido, pelo interesse econômico, e mais estritamente entre elas. As mulheres nunca partilharam o mundo igualmente com os homens, mesmo quando tem os direitos reconhecidos há uma distância entre as leis e suas aplicações no cotidiano. Os homens além de ocuparem os principais postos de poder e terem poder concreto, “revestem-se de um de um prestígio cuja tradição a educação da criança mantém: o presente envolve o passado e no passado toda a história foi feita pelos homens” (BEAUVOIR, 1970, p. 15).

A história das mulheres tem seu impulso na década de 1970, apoiada na difusão do feminismo. Tal evolução se faz articulada às mudanças na antropologia e ao crescimento de novas correntes da história. As feministas fazem a história das mulheres antes das historiadoras, e com esse impulso as universidades abrem-se ao tema. Mas, a história das mulheres não é o mesmo que a história do feminismo, uma faz parte da outra (SOIHET; SOARES; COSTA, 2001).

A produção acadêmica dos estudos feministas foi realizada principalmente pelas mulheres, militantes ou não do movimento feminista, que passam a refletir sobre questões femininas e sobre o movimento. Inicialmente questionaram sobre seus lugares na vida social, passando a levantar problemas que eram excluídos da agenda ou minimizados. Nesse primeiro momento discutem questões femininas e o feminismo de igualdade. Desenvolvem produções com novos conceitos e diferentes perspectivas. Alguns estudos desse período são considerados paradigmáticos e ainda muito citados, são de autoras como Virgínia Wolf, Margareth Mead e Simone de Beauvoir (SOIHET; SOARES; COSTA, 2001).

Margareth Mead questiona a naturalização dos papéis femininos na sociedade ocidental moderna, como as questões do cuidado com as crianças e com a casa. Ao estudar as sociedades indígenas da Polinésia e da Nova Guiné, percebe diferenças comportamentais dos papéis que a sociedade ocidental naturaliza como masculino e feminino. Em sua terceira obra *Sexo e temperamento em três sociedades primitivas* (MEAD, [1935] 2000), escrita após o estudo de três povos distintos na Nova Guiné¹, introduz a concepção de que os papéis sexuais, a exemplo dos papéis sociais, são socialmente atribuídos, e não determinados pela biologia. Sob essa perspectiva teórica não se cabe atribuir diferenças de personalidade e comportamento às diferenças biológicas entre homens e mulheres.

A filósofa francesa Simone de Beauvoir em sua obra *O segundo sexo* ([1949] 1970) ressalta a atribuição secundária das mulheres nas sociedades ocidentais. Como se pode notar, essa breve trajetória tenta demonstrar a construção histórica, cultural, de homens e mulheres nas diferentes sociedades humanas.

No período pós-segunda guerra mundial o movimento feminista buscava transformar as relações entre homens e mulheres e “construir uma nova identidade capaz de definir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social” (CASTELLS, 2000, p. 24). São estudos interdisciplinares que nascem na relação entre a academia e o feminismo. Essas teorias pensam, por exemplo, nas representações discursivas sobre feminino/masculino, sexualidades, feminismo e luta pela igualdade de direitos.

Em paralelo aos movimentos feministas, na década de 1960, surgem diversos estudos sobre as mulheres e produzidos por elas. Inicialmente estudos sobre a condição feminina lutando pela igualdade entre os sexos, por oportunidades iguais de educação, trabalho e política. As considerações de gênero como categoria analítica e teórica se iniciam neste período. Os estudos de gênero e sobre o movimento feminista caminham paralelamente, sendo que muitas feministas pesquisam a opressão das mulheres e reivindicam transformações sociais. Nos EUA os estudos feministas e sobre questões raciais aparecem nos anos 1960 nos movimentos de protesto nas universidades, questionando a visão despolitizada do *establishment* profissional e acadêmico das Ciências Sociais. As feministas criticam as práticas dominantes na academia criando o *feminist* ou *women's studies*.

¹ Dos três povos estudados, em dois deles mulheres e homens não eram diferenciados em relação as ideias de cultura, mas o terceiro povo estudado, os *Tchambuli*, foi o único grupo cujos ideais culturais marcavam as diferenças entre homens e mulheres, atribuindo-lhes papéis sociais característicos e distintos. A surpresa foi que neste povo, os homens eram os mais frágeis e sensíveis e as mulheres mais competitivas. Eram os homens que cuidavam mais dos filhos. Como se fosse o contrário de nossa sociedade (MEAD, 2000).

Nos países anglo-saxônicos a publicação da obra de Kate Millett, *Sexual Politics* ([1969] 2016), já gerava debates e resistências ao conceito, principalmente no âmbito político, havia uma preocupação em explicar a questão da identidade de gênero. Já haviam estudos médicos e psiquiátricos que mostravam que o sexo biológico não correspondia necessariamente a representação do indivíduo como homem ou mulher, mas a resistência foi grande desde o início em se repensar o que era naturalizado.

As mulheres que estavam na academia na década de 1960 haviam lutado muito pelo acesso à educação. Suas ideias e os estudos buscavam aprofundar o conhecimento sobre os aspectos “sociais e políticos que contribuíam para a normalização opressiva dos ideais masculino e feminino e para a moldagem socializadora dos indivíduos sexuados” (AMÂNCIO; OLIVEIRA, 2014, p. 25).

No Brasil, o movimento feminista paralelo aos estudos de gênero, devido ao contexto histórico e político, adquire visibilidade por volta de 1975, quando muitas mulheres já trabalhavam na academia. Dessa forma, não foram criados no Brasil cursos específicos, mas núcleos. Ou seja, as feministas brasileiras não criaram espaços alternativos, mas buscaram se inserir obtendo reconhecimento do valor científico de suas pesquisas (HEILBORN; SORJ, 1999). Inicialmente, nos anos 1960, eram chamados de estudos sobre a mulher. É importante lembrar que vivíamos a ditadura, de 1964 a 1985, sendo essa escolha de nome nem um pouco ingênua. Na década de 1970, os estudos sobre a mulher denunciavam a exploração, opressão e subordinação das mulheres brasileiras. É só a partir da década de 1980 que o termo mulher começa a ser substituído por gênero.

Gênero, como uma categoria de análise, também foi usado pelas acadêmicas feministas para criticar os pressupostos que informam os principais paradigmas da teoria social. Em outras palavras, não se tratava apenas de entender a relevância das relações de gênero na organização da vida social, mas como o gênero afeta o próprio conhecimento produzido pelas ciências sociais. As versões mais radicais desta crítica, como aquelas que postulam uma epistemologia feminista e desqualificam a teoria sociológica como androcêntrica, tiveram pouco impacto no Brasil. Talvez essa seja mais uma evidência da pouca disposição das acadêmicas feministas em assumir uma posição de confronto ou de isolamento na academia (HEILBORN; SORJ, 1999, p. 4).

Para Heilborn e Sorj (1999) a estratégia de nomear como estudos sobre a mulher contribuiu para a utilização de conceitos já estabelecidos ao usarem o conceito gênero no lugar de mulheres e feminismo neste dado momento objetivando garantir as pesquisas acadêmicas sobre o gênero em um período de censura. A Fundação Ford teve um papel relevante ao financiar os estudos de gênero no Brasil, principalmente nos anos 1980. “A Fundação Carlos

Chagas, CEBRAP, IUPERJ e USP abrigam muitos destes pesquisadores” (HEILBORN; SORJ, 1999, p. 6) financiados pela Fundação Ford.

A consolidação dos estudos de gênero a partir dos anos 1990 se dá com o aumento de núcleos de estudo especializados nas universidades, mas também devido aos trabalhos de pós-graduação, aos novos programas de pós-graduação, as linhas de pesquisa e as revistas especializadas. A tradução de textos de Joan Scott se torna importante, por exemplo: *Gênero como categoria útil de análise histórica* (SCOTT, 1995) e *Prefácio a Gender and Politics of History* (SCOTT, 1994). O conceito de gênero enfatiza as origens sociais das identidades de homem e mulher, desconstruindo a noção biológica dos papéis atribuídos ao sexo. Para os estudos de gênero não existe uma determinação natural dos comportamentos de homens e mulheres, não há uma determinação biológica de diferença dos sexos, o que existe são papéis construídos socialmente. Os conceitos de gêneros estruturam a percepção do mundo e de nós mesmos, organizam concreta e simbolicamente toda a sociedade.

Em relação aos temas abordados pelos estudos de gênero, Nader (2002) afirma que depois de 1970 as discussões acadêmicas deram ênfase às pesquisas que denotavam a libertação feminina, produzindo sobre a vida social das mulheres: saúde, sexo, maternidade, casamento, divórcio, trabalho e movimento feminista.

Das três áreas das Ciências Sociais, os estudos de gênero tiveram uma inserção significativamente maior na Antropologia e na Sociologia, sendo quase inexistente na Ciência Política, área da qual esta tese faz parte. No Brasil, os encontros anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) constituem um fórum importante onde o tema tem conquistado espaço. Na medida em que desenvolve o seu potencial analítico e convence sobre relevância dos seus achados, os estudos de gênero vão ganhando espaço (HEILBORN; SORJ, 1999).

Em Portugal, os estudos de gênero aparecem na década de 1990, “apesar de ausente como área de investigação autónoma na academia” (AMÂNCIO; OLIVEIRA, 2014, p. 24). Foi só em 2012 que foi criado o Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, em Lisboa. As primeiras teses feministas são escritas em Portugal na segunda metade da década na área da psicologia, a tese de Conceição Nogueira em 1997, há em seguida pesquisas sobre as masculinidades e os estudos críticos sobre a sexualidade (AMÂNCIO; OLIVEIRA, 2014).

Assim como em Portugal, no Brasil, são poucos os estudos de gênero na Comunicação ou que façam a articulação das duas temáticas: gênero e comunicação (ESCOSTEGUY, 2003, 2006, 2012; SIFUENTES; SILVEIRA; OLIVEIRA, 2012). Há alguns estudos sobre telenovela

que focam na recepção, sendo as mulheres são as principais informantes, mas estes estudos não costumam privilegiar o debate sobre as questões de gênero (ESCOSTEGUY, 2008). Mesmo com a influência dos Estudos Culturais que se desenvolveram nas décadas de 1970 e 1980 nos EUA e na Inglaterra e são desenvolvidos desde a década de 1980 aqui no Brasil, poucas análises aqui realizadas articulam gênero e mídia. A partir dos anos 2000 verifica-se um gradativo aumento de estudos com essas temáticas simultâneas.

Dada a escassez de estudos de gênero que envolvam o jornalismo, principalmente no campo da Ciência Política brasileira e mais ainda quando não se trata de política institucional como no nosso estudo sobre um movimento social, vemos como relevante uma tese sobre a cobertura jornalística do movimento social feminista.

Após caracterizar o campo de estudo sobre as mulheres e de gênero nas Ciências Sociais, iremos tratar especificamente do movimento feminista e como ele atua e se insere na política.

2.1 FEMINISMO E CIÊNCIA POLÍTICA

A posição das mulheres vem mudando ao longo do tempo, mesmo com tantas barreiras as mulheres vêm ganhando voz no espaço público. Há transformações nos papéis de gênero e passa-se a questionar e desafiar as representações do masculino e feminino. Principalmente a partir da década de 1960, a identidade do grupo *mulheres* vêm sendo colocada em questão. Noções mais amplas e complexas emergem para tratar do ativismo feminista articulando diversidade e desigualdade de raça, classe, etnia, sexualidade e geração.

Na Ciência Política, as publicações sobre feminismo se iniciam nos anos 1970, mas o grande aumento se dá no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Segundo Carroll e Zerilli (1993) há três movimentos das publicações sobre os temas feministas na área. 1) Crítica à exclusão ou invisibilização das mulheres como atores políticos, quando não há questionamento do motivo da baixa participação das mulheres na vida pública. 2) Introdução das mulheres no sistema científico, com produções feministas que contrapõem o conhecimento já produzido e aponta a necessidade de perceber as causas específicas das mulheres. 3) Reconceituação das questões centrais, verificando além da ausência das mulheres na vida política, mas tentando entender como as hierarquias de gênero interferem na prática da democracia.

Há um aumento dos estudos de gênero nos anos recentes, entretanto essa pesquisa se insere nos estudos das relações de poder nas sociedades contemporâneas, com um olhar de gênero em suas conexões com suas identidades e opressões. Esses estudos têm sido mais

sistemáticos nas Ciências Sociais no Brasil e no mundo, entretanto, na Ciência Política ainda são marginais e quase inexistentes (BIROLI, 2017).

2.1.2 A teoria política feminista

Para a autora de *Feminist Political Theory* “qualquer teoria que olhe a relação entre os sexos como desigualdade, subordinação ou opressão, que veja isso um problema de poder político e não um fato da natureza” (BRYSON, 2003, p. 1, apud SARMENTO, 2017, p. 22) pode ser considerada feminista.

O objeto das teorias feministas não é exatamente as mulheres, mas sim instituições, estruturas e relações de poder cotidianas nas quais aquelas são posicionadas desvantajosamente. Se não falam estritamente de mulheres, são teorias que se definem a partir de suas posições e em diálogo com as lutas de movimentos sociais organizados, o que tem implicações epistemológicas e políticas. Seu problema de fundo são os sentidos e limites da política, repensada de uma perspectiva que leva em conta a posição das mulheres, isto é, de uma perspectiva de gênero (BIROLI, 2017, p. 175).

O campo das teorias feministas da política se funda na crítica da democracia e está baseado em duas premissas. A primeira é que o que acontece “nos espaços definidos como privados e domésticos é significativo para a análise da democracia” (BIROLI, 2018, p. 10), ou seja, se as relações de poder no privado destoam da forma institucionalizada na esfera pública há um problema. Podemos envolver nessa questão a violência doméstica, o trabalho doméstico e do cuidado, que não é pago e é desempenhado pelas mulheres, mesmo quando elas estão no mercado de trabalho. Segunda premissa, “a análise da posição concreta dos indivíduos nas relações de poder, considerada as formas que essa posição assume na vivência cotidiana, é necessária para se avaliar os direitos constituídos e disputa cotidiana” (BIROLI, 2018, p. 10). Verifica-se ao longo da história a baixa efetividade dos direitos para as mulheres, como no direito à integridade física. As duas premissas estão diretamente relacionadas, se tivermos uma visão abstrata da cidadania e dos direitos não conseguimos perceber as hierarquias que fazem parte da vida privada e que restringem a participação das mulheres na esfera pública. Há filtros sociais que estão vinculadas às responsabilidades das mulheres na vida privada, como o cuidado com a casa e com os filhos, que estão ligadas também à noção do papel feminino e com a vida doméstica que anulam a participação de muitas mulheres.

A maioria das teorias da democracia não problematiza a relação de poder na esfera privada e a naturalização dessa desigualdade entre os indivíduos, o que consideramos uma das

questões fundamentais. Ao desnaturalizar a divisão sexual do trabalho e a economia política dos afetos pode-se perceber que esses são os fatores que definem a atuação na vida pública. Esses debates do que é privado e do que é público são fundamentais para a democracia devido à relevância política deles. A disputa social e cultural subsidia a definição sobre quais temas têm relevância política, informa também a fronteira entre problema particular e problema geral, pois, isso depende de quem tem voz (BIROLI, 2018, p. 11-12).

A teoria política feminista evidencia a necessidade de se destacar a experiência, o posicionamento crítico e a militância que as reflexões feministas produzem que é baseada na experiência das mulheres. “Como teoria política o feminismo requer sujeitos/atores (ou atrizes) políticos. Sujeitos que nesse caso são mulheres” (MONASTERIO MARTÍN, 2005, p. 3-4). Como ressalta a autora, mesmo parecendo uma afirmação óbvia é necessário ser entendida como uma estratégia porque a figura social tanto da mulher quanto do homem são construções sociais.

A construção do homem público e dos processos morais e políticos se deu a partir da marginalização das mulheres ao privado, enxergando a sujeição feminina como uma das características da construção do direito político dos homens (PATEMAN, 1993). O sujeito social é crucial para o feminismo em uma perspectiva emancipatória das mulheres. O sujeito é um problema pelo universalismo (como sujeito masculino) e pelo essencialismo (MARIANO, 2005, p. 484). Por isso, teorizar a partir do feminismo traz a necessidade de definir quem é o sujeito do feminismo.

Como afirma Iris Young (1990, 2002), o corpo da mulher é objetificado nessa sociedade, sendo vivido como objeto e como sujeito-objeto definido pela sociedade patriarcal, sendo objeto das manipulações de outro sujeito que tenta comprá-lo. Essa objetificação faz com que muitas vezes a própria mulher trate seu corpo como *coisa*. A compreensão sobre o corpo vivido colocada pela autora traz às discussões feministas uma preocupação com a conceituação e a compreensão sobre os sujeitos. A experiência é uma noção fundamental para nomear os sujeitos que são oprimidos, mas que precisam tomar consciência disso para se emanciparem (YOUNG, 1990, 2002).

A busca por compreender o sujeito do feminismo traz à tona a teoria política feminista hegemônica do Norte e Ocidental, cujas vozes são em sua maioria de mulheres e homens brancos. A contra-hegemonia da teoria política feminista inclui feministas negras e latinas, os estudos pós-coloniais/decoloniais e a teoria *queer*. Assim como o pensamento político a partir do Sul Global que pensa em um feminismo descolonizador e inclui autores da América Latina,

África e Ásia. A práxis e o pensamento feminista do Sul Global inclui os movimentos sociais e outras formas de articulações fora do ambiente acadêmico (CYPRIANO, 2019, p. 54).

É no pensamento acadêmico do Sul que se insere nossa pesquisa. Entendemos que podemos definir a teoria política feminista como Cypriano (2019), e acreditamos que faz

sentido entender e definir a teoria política feminista como uma estratégia discursiva de produção do conhecimento, que informa e é informado pela práxis do ativismo político e das múltiplas e diferentes experiências e relações entre as/os atrizes/atores dentro desse campo que busca ainda que na sua acomodação disciplinar dos campos que faz parte, a saber, a filosofia e a teoria política, o reconhecimento definitivo dessas áreas pode informar outra visão e entendimento sobre “a” política. Esse esforço deve ser ampliado, inclusivo e informado, já que esse tipo específico de saber é consequência de articulações locais e globais, envolvendo permanentes disputas de poder, como também abrangendo uma multiplicidade de atrizes/atores em esferas variadas (CYPRIANO, 2019, p. 61).

Enfim, há uma luta pela consolidação da teoria política feminista como teoria política, mas entendemos que esse é um processo em andamento. Além disso, consideramos fundamental inserir nessa teoria a perspectiva da condição de subalternidade latino-americana, teorizar o conhecimento situado e a nossa experiência vivida buscando se articular com projetos epistemológicos alternativos para a construção de uma teoria política feminista do Sul. Construir uma “epistemologia do Sul”, como propõe Santos (2008), repensando o conhecimento produzido no Norte e trazido para o Sul por meio da “experiência de contato” que tem seus limites. Um estudo comparativo como o nosso de dois países, Brasil e Portugal, nos faz repensar e abrir espaços para novas proposições epistemológicas.

No âmbito do pós-colonialismo a problematização sobre o corpo e o gênero são inseridas nos contextos do encontro e da violência colonial. Ao poder colonial acrescenta-se o poder patriarcal, em uma colonização onde a violência sexual está intimamente ligada com a violência colonial em geral. A conquista do território está associada ao domínio do corpo das mulheres e da elaboração da ideia das não-europeias como mulheres hipersexualizadas (BALLESTRIN, 2017; LOOMBA, 2005).

É na década de 1980 que o feminismo se conecta com o pós-colonialismo. Publicações como *Pode o subalterno falar?*, de 1985 da indiana Gayatri Spivak (2010), que critica o fato da mulher subalterna – ou seja, não branca e ocidental – poder ter voz para expor suas demandas. Já que são elas que vivem muitas vezes em países com maior desigualdade, pobreza e estão em classes mais baixas e oprimidas. Os estudos feministas pós-coloniais reivindicam sua identidade e buscam espaço no feminismo construído pelas acadêmicas do Primeiro Mundo. Discute-se a representação, a identidade, o essencialismo, as diferentes mulheres, havendo um

“esforço dos estudos feministas pós-coloniais para estabelecerem a identidade como relacional e histórica em vez de essencial ou fixa, enquanto mantêm o gênero como uma categoria significativa de análise” (BAHRI, 2013, p. 664).

O feminismo pós-colonial quer mostrar que é preciso falar de e sobre as diversas formas de ser mulher, dando importância às questões de raça e de localização que devem ser consideradas juntamente com o gênero (BAHRI, 2013; SPIVAK, 2010). Se pensarmos no contexto do Brasil e de Portugal o feminismo pós-colonial fala em nome das indígenas, negras, imigrantes, ciganas e outras diferentes mulheres que vivem na periferia das cidades ou do mundo.

Aníbal Quijano (2000a; 2000b; 2001-2002) elabora o conceito de colonialidade do poder que é central para os conceitos de colonialidade do saber, do ser e decolonialidade. Para o autor, o poder estrutura-se em relações de dominação e conflito entre atores sociais que disputam o controle no que ele diz ser os quatro âmbitos básicos da existência humana: sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e produtos.

O pensamento decolonial que “propõe romper com os pensamentos gravados nas mentes e corpos por gerações [representados, por exemplo, pelas tradições eurocentradas, incorporando] (...) o pensamento dos povos originários (índios) e de diáspora forçada (negros)” (COSTA NETO, 2016, p. 51) como epistemologias legítimas para a cultura dos povos colonizados. Busca-se dar voz às narrativas oriundas de experiências históricas vivenciadas localmente pelos povos subalternizados na situação colonial.

O projeto decolonial não nasce no discurso acadêmico, ele busca emergir conhecimentos que sempre existiram e que não encontravam espaço de apreciação, invisibilizados pelos saberes acadêmicos eurocêtricos. No alcance do projeto decolonial, percebe-se a preponderância da transculturalidade sistêmica, ou seja, no encontro de culturas, percebendo que os impactos culturais não afetam apenas as nações colonizadas. Mas, também as nações colonizadoras, havendo uma transculturalidade como uma resposta do contato, das relações e tensões estabelecidas pela situação colonial (PRATT, 1999).

Ao tratar de colonialidade e gênero, Lugones (2008) fala da importância da inclusão das mulheres não-brancas nas lutas sobre a exclusão das mulheres. Também ressalta a questão da colonialidade do poder “que violentamente inferiorizaram as mulheres colonializadas” (LUGONES, 2008, p. 92), já que nas sociedades pré-colombianas as questões de gênero eram muito distintas da sociedade patriarcal que coloniza países como o Brasil. Eram relações comunitárias e igualitárias, de pensamento no coletivo, no todo. O sistema de gênero imposto é

proveniente da colonialidade do poder que constitui as relações de gênero como passamos a conhecer. Há uma lógica de constituição mútua (LUGONES, 2008).

A redução do gênero ao privado, ao controle sobre sexo e seus recursos e produtos é uma questão ideológica apresentada ideologicamente como biológica, parte da produção cognitiva da modernidade que conceituou a raça como “engenerizada” e o gênero como racializado de maneira particularmente diferenciada entre os europeus brancos e as gentes colonizadas não-brancas. A raça não é mais mítica nem mais fictícia que o gênero – ambas são ficções poderosas. (LUGONES, 2008, p. 93-94, tradução nossa)².

Dessa forma ressaltamos a importância de um estudo que envolva um amplo olhar sobre as questões de gênero, especialmente as questões feministas em dois países que já foram colônia e colonizador. Embora reconhecemos a importância dos estudos feministas da política, enxergamos uma limitação em se olhar apenas o que é produzido estritamente pela Ciência Política, pois o conhecimento político é interdisciplinar, com contribuições e observações de autores e autoras de várias áreas das humanidades (SARMENTO, 2017). Por isso, consideramos importante ter um olhar feminista sobre as questões do público e do privado em uma pesquisa multidisciplinar que envolva a Ciência Política, a Comunicação Social, especialmente o Jornalismo, mas que transite pela Sociologia, Antropologia, sempre com um olhar crítico.

Nas próximas seções deste capítulo falaremos da política no espaço público e privado, da participação política das mulheres, da esfera pública e da noção de público e de contra-público.

2.2 A RELAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E DO ESPAÇO PRIVADO

O debate feminista da teoria e da prática política se depara com uma participação desigual de grupos e com configurações da esfera pública que são excludentes. Por isso, é fundamental estudar as conexões entre as relações de poder na esfera doméstica e na esfera pública, como se dá a efetivação aos direitos de cidadania nas democracias contemporâneas e as condições para a vocalização dos interesses de grupos subalternizados (BIROLI, 2018).

² “*La reducción del género a lo privado, al control sobre el sexo y sus recursos y productos es una cuestión ideológica presentada ideológicamente como biológica, parte de la producción cognitiva de la modernidad que ha conceptualizado la raza como ‘engenerizada’ y al género como racializado de maneras particularmente diferenciadas entre los europeos-as/blancos-as y las gentes colonizadas/no-blancas. La raza no es ni más mítica ni más ficticia que el género –ambos son ficciones poderosas*” (LUGONES, 2008, p. 93-94).

A crítica feminista está justamente na dicotomização do espaço entre privado e público. Discurso que está empregado à dominação e a hierarquia que corresponde às oposições entre sentimento e razão, feminino e masculino, particular e universal (YOUNG, 1990). O debate do público e do privado vem a partir da noção de esfera pública de Jürgen Habermas (2003) em seu livro *A mudança estrutural da esfera pública* de 1962. A esfera pública burguesa é o espaço em que pessoas privadas se unem enquanto público, em encontros em salões e cafés e sociedades culturais para a discussão de temas sociais e políticos de interesse “público”. Entretanto, o autor parece se esquecer das questões econômicas e sociais, da desigualdade social e da exclusão de diferentes grupos sociais, ao pensar apenas no homem europeu ocidental educado. Essa “esfera pública republicana” excluía as mulheres.

A crítica feita por Fraser (2001) ao conceito não é ao modelo normativo de esfera pública (reconhecidamente estratégico), mas é sobre a noção liberal de separação em duas esferas (pública e privada) e seus pressupostos de: igualdade, unicidade (não pluralidade) e limitação das questões. Para a autora, Habermas falha ao entender como esfera pública tudo o que está fora da esfera privada e familiar, e essa noção de separação em duas esferas, com a crítica principal de que a construção do homem público e a marginalização das mulheres ao privado, estando fora da esfera pública.

Fraser atacava ao sinalizar uma das características marcantes da compreensão sobre a vida política: a dicotomia entre público e privado. Ela questiona a imparcialidade dessa esfera pública e traz o conceito de contra-públicos subalternos. Mesmo quando Habermas (2003) repensa e reescreve sobre o tema da esfera pública com um modelo novo e pós-burguês, ele não problematiza as questões características da própria burguesia. Os interlocutores da esfera política não teriam o mesmo status para deliberar já que não são iguais na sociedade, sendo que no modelo de Habermas da esfera pública burguesa as mulheres de todas as classes foram excluídas, há exclusões de gênero, propriedade e raça (FRASER, 2001).

Na esfera pública polifônica proposta por Fraser (2001) há uma multiplicidade de públicos competindo. Não existe uma esfera pública única e compreensiva, já que a concepção burguesa de esfera pública é inadequada ao supor que a igualdade social não é uma condição necessária para a participação nas esferas públicas. A autora avalia os méritos relativos de um público único e compreensivo *versus* públicos múltiplos, em dois tipos de sociedade moderna: as estratificadas e as sociedades igualitárias multiculturais.

Nas sociedades estratificadas com grupos estruturais desiguais e estruturas de dominação e subordinação uma plena paridade de participação no debate público não é possível. Nas sociedades estratificadas os arranjos que acomodam a pluralidade de públicos

competidores promovem o ideal de uma paridade de participação de uma melhor maneira que um público único. Membros de grupos subalternos: mulheres, trabalhadores, pessoas de cor e homossexuais podem encontrar vantagens em participar de grupos alternativos. Esses contra-públicos subalternos usam cenários discursivos paralelos e elaboram contra-discursos. Como exemplo tem-se o movimento feminista dos EUA que na última parte do século XX produziu diversos materiais como revistas, rede de distribuição de filmes, apresentações acadêmicas, conferências, convenções, etc, e inventaram termos para designar seus problemas como: sexismo, dupla jornada e assédio sexual. Com essas palavras o feminismo definiu suas necessidades e identidades, e ampliou seu alcance em esferas públicas oficiais (FRASER, 2001).

A definição de esfera pública de Habermas carece da inclusão das minorias, sendo essa uma das limitações de seu conceito, pois “o ideal de pluralismo da democracia não pode alcançar um consenso racional na esfera pública. Tal consenso não pode existir. Nós temos que aceitar que todo consenso existe como resultado temporário de uma hegemonia provisória, como uma estabilização de poder e isso sempre implica alguma forma de exclusão”³ (MOUFFE, 2000, p. 104, tradução nossa). Enfim, a esfera pública habermasiana é incapaz de perceber essa exclusão de ideias, grupos ou possibilidades.

As reconstruções feministas do modelo liberal da esfera pública burguesa demonstram que o conceito habermasiano trouxe uma ideia da história formal e das condições sociais de uma classe dominante, privilegiada. As contribuições feministas problematizam esse modelo liberal afirmado como universal e trazem novos conceitos teóricos capazes de criticar os limites da democracia baseada na noção de um público heterogêneo. Ao idealizar essa esfera pública Habermas negligencia os caminhos que a elite faz para bloquear e repreender a participação dos contra-públicos e ignora recursos alternativos de emancipação popular como os movimentos sociais e as organizações em grupos.

Influenciados pela concepção de esfera pública polifônica de Fraser, nos Estudos Culturais Ingleses, no construtivismo, as Midiaculturas dos pensadores franceses Éric Maigret, Éric Macé, que procuram analisar a mídia enquanto produto das interações sociais também influenciaram nossa análise. Essa abordagem enfatiza que a mídia está em interação com as lutas e partilhas simbólicas constitutivas da sociedade. Sob essa perspectiva, as mídias de massa

³ “It is for that reason that the ideal of a pluralist democracy cannot be to reach a rational consensus in the public sphere. Such a consensus cannot exist. We have to accept that every consensus exists as a temporary result of a provisional hegemony, as a stabilization of power, and that it always entails some form of exclusion” (MOUFFE, 2000, p. 104).

são um dos principais atores da esfera pública, pois o debate público não se limita mais aos parlamentares e a imprensa erudita, mas passa pela mediação e a difusão de massa das imagens e dos discursos midiáticos. Ou seja, as mídias de massa estão desenvolvendo suas próprias lógicas de ação. A esfera pública é vista então como um espaço conflitual entre movimentos culturais hegemônicos e movimentos culturais contra-hegemônicos, sendo as Midiaculturas a expressão da mediação das indústrias culturais. Essa expressão permite demonstrar a cena específica da expressão de normas e tensões de um espaço público maior (MAIGRET; MACÉ, 2005).

Para a concepção das Midiaculturas existe uma assimetria das relações de poder dentro das relações sociais que podem bem conduzir aos “efeitos de dominação” (ainda que os indivíduos dominados e subalternos não se rendam por completo). Entretanto, existe o exercício de um poder “sem garantias” em razão do papel das contradições internas dos grupos dominantes e das resistências dos subalternos (MACÉ, 2006; SOUZA; ALMEIDA; DRUMMOND, 2017). Também tratam a esfera pública como um espaço constituído pelas lutas de legitimação e desqualificação que se entrega via os movimentos e contra-movimentos culturais, os autores inscritos ao seio das relações sociais assimétricas.

Aqui é importante ressaltar que as pessoas não têm os mesmos recursos políticos, econômicos e simbólicos para fazer valer seu ponto de vista ou para desqualificar os pontos de vistas adversários. Em relação à esfera pública, trata-se a mesma como uma esfera pública não igualitária e sim plural, formada por grupos sociais e pontos de vista diferentes, havendo contra-públicos subalternos que se constituem no seio da esfera pública em movimentos sociais contra-hegemônicos para contestar e relativizar o ponto de vista e as representações dominantes (MACÉ, 2006).

Em nossa tese vamos analisar como se dá o debate na esfera pública e nas contra-esferas públicas quando se trata do movimento feminista representado na mídia, em dois jornais de referência, um do Brasil e um de Portugal. Para isso vamos analisar o conteúdo dos jornais e seus discursos para compará-los com o das entrevistas realizadas com ativistas, Organizações Não Governamentais (ONGs) e jornalistas que escrevem sobre o tema.

A seguir iremos tratar, sob uma perspectiva feminista, dos estudos de participação política das mulheres e do trabalho remunerado e não remunerado, mostrando qual a relação da ocupação doméstica com a não participação na política institucional.

2.2.1 Patriarcado, trabalho doméstico e participação política das mulheres

No Brasil, os estudos sobre as mulheres na academia se iniciam com as pesquisas sobre trabalho feminino. A obra de Heleieth Saffioti de 1967, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, traz essa temática (SAFFIOTI, 1976). A posição das mulheres nas relações de trabalho está intimamente ligada às formas de dominação de gênero da sociedade patriarcal. Está ligada ao trabalho doméstico não remunerado, a divisão sexual desse trabalho doméstico, e as relações de poder na sociedade. Ao longo dos anos o tema da divisão do trabalho ganhou espaço na Sociologia, mesmo que seja como questão específica, entretanto, na Ciência Política ainda é pouco abordada (BIROLI, 2018, p. 25).

Entendemos que a divisão sexual do trabalho está diretamente ligada à possibilidade de participação política das mulheres, sendo assim um problema político que deve ser considerada na análise da democracia, sendo fundamental para pensar uma teoria política despolitizada atenta às disputas que limitam a democracia (PATEMAN, 2009).

As mulheres são socializadas em ordem patriarcal de gênero, o que é uma estrutura de poder sobre as mulheres. Essa socialização conduz a um comportamento dócil e casto, o contraponto do masculino, que pode ser agressivo e tem a ideia de posse sobre o corpo feminino. Um dos elementos fundamentais do patriarcado é justamente o controle da sexualidade feminina. O patriarcado está em transformação, mas uma prova de que ainda permanece na atualidade é o índice de violência contra as mulheres. E vai além, na lógica machista, muitas vezes as próprias mulheres não questionam, aceitam e reproduzem o lugar de inferioridade que lhes foi oferecido seja dentro de casa, seja na vida pública (SAFFIOTI, 2004).

O sistema patriarcal, caracteriza-se por ser em um regime de dominação e subordinação, em que o homem – pai, patriarca, mantenedor e provedor – ocupa a posição central na família, detendo a autoridade máxima, e em que todos os membros da família, devem-lhe obediência plena (CUNHA, 2014). No período colonial, o poder absoluto na tomada de decisões era dos homens. Às mulheres cabia apenas uma vida reclusa ao lar, elas não podiam frequentar a escola, sendo a permanência escolar limitada ao sexo masculino. O aprendizado adquirido pelas mulheres deveria ser relacionado ao cuidado e atenção ao marido e aos filhos. Nesta época havia um monitoramento por parte da sociedade em relação às mulheres com o intuito de proteger sua virgindade e honra, haja vista que provinha delas a responsabilidade de resguardar a imagem da família (FOLLADOR, 2009).

Se formos abordar o uso do tempo na esfera privada pelas mulheres, o Inquérito Nacional sobre *Os Usos do Tempo de Homens e de Mulheres em Portugal* (PERISTA et al.,

2016), desenvolvido em outubro de 2014 pelo Centro de Estudos para a Intervenção Social em parceria com a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, nos auxilia, pois, analisa a relação entre o trabalho pago e o trabalho não pago. A investigação mostrou que as mulheres portuguesas trabalham 1h30 a mais no trabalho doméstico do que os homens por dia. E que quando o marido e a mulher exercem uma atividade profissional fora de casa, as tarefas domésticas e com os filhos exigem em média às mulheres 4h17 por dia, enquanto para os homens implicam apenas 2h37.

Os padrões ainda dominantes de participação de mulheres e de homens no trabalho pago e não pago resultam, assim, numa distribuição injusta e desigual dos tempos e ritmos de trabalho. Os homens portugueses trabalham em média 09h02 de trabalho pago por dia e 02h37 de trabalho não pago. Já as mulheres trabalham 08h35 de trabalho pago e 04h17 de trabalho não pago (cuidados e atividades domésticas). Dessa forma, o tempo médio diário de trabalho pago e não pago somados é de 11h39 para os homens e de 12h52 para as mulheres, ou seja, as mulheres trabalham uma média de 1h13 a mais por dia.

A igualdade na esfera pública – seja na atividade profissional, participação no processo de decisão econômica, cívica e política – só é possível com a igualdade na esfera privada. Um dos indicadores mais relevantes deste equilíbrio é o tempo dedicado por mulheres e homens às atividades em uma destas esferas, tendo permanentemente em conta que o trabalho na esfera pública é, em princípio, remunerado e o da esfera privada não. A assimetria na distribuição condiciona não apenas oportunidades, mas rendimentos e poderes (RÊGO, 2016).

Em relação ao rendimento médio dos homens e mulheres em Portugal, o rendimento médio das mulheres em 2014 era 77% do obtido pelos homens segundo o estudo *Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: As consequências sociais do programa de ajustamento* (RODRIGUES; FIGUEIRAS; JUNQUEIRA, 2016). Em 2017, segundo dados do Gabinete de Estratégia e Planeamento (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social), as mulheres recebem 85,2% do salário de um homem, ou seja, a desigualdade salarial é de 14,8%. Em Portugal a igualdade salarial entre homens e mulheres é lei, mas mesmo verificando-se uma evolução ela ainda não é cumprida. O governo está realizando a campanha *Eu mereço igual* com a #eumereçoigual que “pretende sensibilizar, esclarecer e motivar toda a sociedade para a mudança de paradigma” (GEP, 2019).

No Brasil, a legislação garante igualdade salarial entre homens e mulheres na *Consolidação das Leis do Trabalho* (CLT) desde 1943, nos artigos 5, 46, 373-A e 461 (BRASIL, 1943) e também no artigo 7 da Constituição de 1988, que proíbe a “diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou

estado civil” (BRASIL, [1988] 2016). Entretanto, a desigualdade permanece no país. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), em 2018 as mulheres ganhavam 79,5% do salário de um homem que ocupasse a mesma função, e em relação a questão racial, o rendimento médio de uma pessoa negra (preta ou parda segundo o IBGE) corresponde em média a 60% dos rendimentos de uma pessoa branca (OLIVEIRA, 2019). Esses dados podem ser analisados por um viés interseccional, mostrando a opressão múltipla da mulher brasileira não-branca e como isso reflete na sua manutenção de classe mais baixa ao receber um salário menor por causa do seu gênero e raça.

A afirmação “o pessoal é político”, que marcou a segunda onda feminista, questionando a separação da esfera privada da esfera pública, trouxe consigo a necessidade de se considerar político as relações sociais na vida familiar privada. Como descrevemos acima, desde a diferença salarial e o trabalho doméstico das mulheres que é um trabalho não pago (uma das questões encontrada nas notícias analisadas sobre a desigualdade entre homens e mulheres), até a divisão de profissões para homens e mulheres de acordo com o gênero, mostrando como é raro uma mulher nas áreas de tecnologia, por exemplo. Vemos que as relações interpessoais e familiares se caracterizam também como relações de poder entre os sexos e gerações, não sendo “naturais”, mas socialmente construídas e, assim, historicamente determinadas e passíveis de transformação (SARDENBERG; COSTA, 1994).

Sob essa perspectiva, consideramos fundamental perceber como a divisão sexual do trabalho pode ser sinônimo de privilégio e de opressão, e o quanto a naturalização dos papéis de gênero podem contribuir para a manutenção das mulheres no espaço privado, anulando possibilidades de participação da política institucional, especialmente para as mulheres pobres. Trazemos à tona essa disputa do que é e do que não é político como um pensamento mais amplo das relações de poder e de dominação.

No Brasil temos uma reduzida presença feminina nas instâncias de representação política. O nível de participação das mulheres na política institucional é um indicador do grau de amadurecimento das democracias, quanto mais mulheres ocupam os cargos de poder mais preocupados estão os governos em reduzir as desigualdades entre homens e mulheres e mais igualitário deve ser aquele país. A reduzida presença de mulheres na política institucional não expressa somente uma injustiça quantitativa fartamente evidenciada pelas estatísticas que mostram o desequilíbrio numérico existente na grande maioria das democracias ocidentais entre a maioria da população ser composta por mulheres e a baixa a presença delas no sistema político.

Esta sub-representação configura também uma injustiça na medida em que indica a primazia nas arenas decisórias de determinados temas, grupos e interesses em detrimento de outros. Esse fenômeno evidencia as interdependências entre a representação descritiva, geralmente associada a perguntas sobre “quem representa?”, e a representação substantiva, que nos leva a perguntas sobre “o quê representa”, tornando particularmente importante o diagnóstico das barreiras que as mulheres enfrentam para entrar no sistema político, como o próprio diagnóstico do perfil daquelas que obtêm sucesso em tal empreitada (ALMEIDA; LÜCHMANN; RIBEIRO, 2012, p. 238).

A baixa participação política das mulheres pode ser, em partes, explicada pelos valores culturais. A participação política demanda tempo e recursos financeiros. Como já apresentamos a ocupação na esfera privada toma o tempo das mulheres. O desequilíbrio quantitativo entre homens e mulheres nos parlamentos, demonstra que essa falta de equilíbrio se reflete no ambiente doméstico e no setor privado. Ou seja, países com grande participação feminina no Congresso são, em geral, sociedades em que as mulheres conseguem equilibrar sua vida profissional e pessoal de forma a ainda conseguir tempo para fazer política.

No Brasil, na tentativa de reverter esse quadro da baixa participação feminina no Congresso, foi criada a Lei nº 9.504/1997 (BRASIL, 1997) que estabeleceu que cada partido ou coligação deve reservar pelo menos 30% de suas vagas para as candidaturas de mulheres. Em 2009, a redação do artigo foi alterada, após reivindicações dos movimentos feministas, substituindo a palavra “reserva” de vagas, que dava a ideia de uma sugestão, por “preencherá” o mínimo de 30% para cada sexo.

Como já mencionamos são diversos os estudos sobre a participação política das mulheres (ARAÚJO, 2010; PINHEIRO, 2006; ALMEIDA; LÜCHMANN; RIBEIRO, 2012; MARENCO; SERNA, 2007). Nosso objetivo não é falar da participação política institucional, mas sim por meio dos movimentos sociais de mulheres, especificamente o feminista.

Na próxima parte do nosso trabalho falaremos sobre o Movimento Feminista e suas especificidades no Brasil e em Portugal, bem como as características da quarta onda.

3 O MOVIMENTO FEMINISTA COMO MOVIMENTO SOCIAL

Algumas características são próprias dos movimentos sociais, sendo as básicas a de que “possuem identidade, têm opositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade” (GOHN, 2011, p. 336-337). Historicamente, os movimentos contribuem para organizar e conscientizar a sociedade; apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão/mobilização; e têm certa continuidade e permanência (GOHN, 2011).

Para pensar um movimento social, como no caso do movimento feminista, como um sujeito social coletivo é fundamental pensá-lo dentro de seu contexto histórico e conjuntural, já que as identidades são móveis e variam de acordo com a conjuntura. Quando estudamos os movimentos sociais devemos levar em conta os diferentes tipos de análise, a perspectiva multidisciplinar, as questões de identidades, a diversidade dos movimentos e a relação com a época e contexto que estão inseridos, além dos aspectos relacionados com as políticas e ações do protesto (GOHN, 2011; MEYER, 2002).

A passeata política, a demonstração pública e do cortejo trouxe uma performance pública ritualizada dos movimentos sociais ainda no século XIX. E foi no século XX que a performance nos confrontos políticos se tornou rotineira e profissional, graças aos meios de comunicação de massa, onde ganhavam visibilidade (TARROW, 2009). Podemos acrescentar que no século XXI há uma performance que também ganha espaço de organização e de visibilidade por meio das redes sociais, e que a partir disso vai às ruas, mas não deixa de buscar a visibilidade da midiática.

Entendemos que os movimentos sociais têm um poder de contestação e que visam criar um projeto alternativo de sociedade, baseado no conflito entre dominantes e dominados, buscando a transformação da sociedade. Essas coletividades tem um poder de contestação, almejando transformações econômicas, políticas e sociais.

O conceito de poder é um conceito chave para se pensar os movimentos sociais e aqui usamos a definição de poder de Foucault (1980) que é central em nossa análise. A sua noção relacional de poder que implica resistência, se contrapõe à fixação do poder entendido como posse. O autor nota uma relação microfísica do poder, para ele o poder é baseado em relações assimétricas, na qual sujeitos atuam sobre sujeitos. Em outras palavras, o poder é uma prática social, sendo um conjunto de relações que produz assimetrias e age de forma permanente.

Os movimentos coletivos anteriores eram muito organizados e com líderes e hierarquias, agora são mais informais, recusam as hierarquias e tem várias lideranças (OFFE, 1985), como é o caso do movimento feminista atual. O movimento feminista é um movimento

social considerado geral por operar em um amplo aspecto. Ele opera nas relações domésticas (da casa), do casamento, na educação, na política e em cada área representa a busca por arranjos para responder o novo status ocupado pelas mulheres (BLUMER, 1995).

As formas de mobilização na contemporaneidade são as organizações em coletivos, presentes nos espaços acadêmicos e extra-acadêmicos, que se configuram enquanto modalidade de ativismo social multiforme. Os coletivos pautam discussões sobre gênero, raça, orientação sexual e outros marcadores sociais das diferenças, especialmente nas universidades e redes sociais (PEREZ; SILVA FILHO, 2017, p. 257). Nos coletivos não há uma autoridade, ela está diluída entre os membros, as tomadas de decisão são participativas, assim como as informações, recursos e recompensas são divididas igualmente. O poder é visto mais numa perspectiva de empoderamento do que de dominação, e as relações sociais são fundamentadas em ideias pessoais e comunitárias (BORDT, 1997). Os coletivos não são institucionalizados como um partido político ou alguns movimentos sociais tradicionais. Nos EUA os coletivos feministas começam a surgir no final dos anos 1960, na “nova esquerda”, com a ideia de trazer à tona uma demanda de reconhecimento fazendo mobilizações de rua, atos simbólicos e publicações (VALK, 2002).

Uma possível definição para os coletivos é que são formas de mobilização da sociedade civil com uma distribuição de poder e de trabalho de forma horizontal e não institucional, temporal e auto-organizado, isto é, estruturado unicamente pelos sujeitos integrantes. Esses coletivos podem ser temporários ou permanentes, sendo marcados pela fluidez. No Brasil ainda são escassos os estudos sobre os coletivos como organizações de pessoas com um esmo propósito para agir por uma determinada causa, as pesquisas na América Latina vêm buscando entender como se dá a busca por afirmação e reconhecimento desses coletivos atuais (PEREZ; SILVA FILHO, 2017).

A partir da explicação dos coletivos contemporâneos atuais, retomamos a seguir com um breve histórico do movimento feminista desde os primórdios até o contexto atual.

3.1.1 O MOVIMENTO FEMINISTA

Os primeiros argumentos feministas davam conta da injustiça do fato de as mulheres serem excluídas de algumas atividades centrais, fundamentais da humanidade, às quais os homens pareciam estar destinados por alguma ordem natural (CHANTER, 2011, p. 15). Vemos o feminismo como uma luta que se baseia no reconhecimento de que as mulheres são oprimidas

e que essa opressão não é uma determinação da natureza havendo a possibilidade política de sua transformação. Como define Dietz (2003, p. 399):

O feminismo é um movimento político e social, local e global, historicamente constituído com uma proposta emancipatória e um conteúdo normativo. Ele afirma um sujeito (mulheres), identifica um problema (a sujeição e objetificação das mulheres através de relações marcadas pelo gênero), e expressa vários objetivos (...) em nome de princípios específicos: igualdade, direitos, liberdade, autonomia, dignidade, auto-realização, reconhecimento, respeito, justiça⁴.

Os estudos costumam dividir o feminismo em três períodos artificiais, as chamadas ondas. A primeira onda do movimento vai do final do século XIX, até um pouco depois da Segunda Guerra Mundial. Nesse período sua característica é a luta por direitos como voto e também condições de trabalho e educação. É conhecido como movimento sufragista que ocorreu primeiramente nos EUA, Inglaterra e França. A reivindicação pelos direitos emerge na discrepância entre a difusão dos direitos universais de igualdade entre os homens, mas com a realidade desigual quanto à divisão de poderes entre homens e mulheres. “Nesse sentido, a reivindicação política do feminismo só pode emergir em relação a uma conceituação de direitos humanos universais; ele se baseia nas teorias dos direitos da pessoa, cujas formulações resultam das revoluções norte-americana e depois a francesa.” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 144).

Os feminismos de primeira onda são atravessados pela problemática da igualdade na diferença. O feminismo francês baseado na diferença é um feminismo relacional dos direitos das mulheres, que busca apresentar as distintas contribuições das mulheres nas suas funções. Já o feminismo predominante na Inglaterra e nos EUA é o feminismo da igualdade, pois minimiza as diferenças dos sexos, que Karen Offen (1988) chama de "feminismo individualista", que procura enfatizar o elemento humano ao invés das especificidades de gênero. Entretanto, considera que no feminismo anglo-americano também existe uma corrente de feminismo relacional, baseada na ideia da igualdade na diferença (OFFEN, 1988).

A segunda onda começa no final dos anos 1960, quando passam a teorizar a opressão da mulher. Nos EUA coincide com o período do surgimento do movimento hippie que propôs

⁴ “Before assessing current controversies in the domain of academic feminist theorizing, it is important to recognize that feminism is a historically constituted, local and global, social and political movement with an emancipatory purpose and a normative content. It posits a subject (women), identifies a problem (the subjection and objectification of women through gendered relations), and expresses various aims (e.g., overturning relations of domination; ending sex discrimination; securing female sexual liberation; fighting for women’s rights and interests, raising “consciousness,” transforming institutional and legal structures; engendering democracy) in the name of specific principles (e.g., equality, rights, liberty, autonomy, dignity, self-realization, recognition, respect, justice, freedom)” (DIETZ, 2003, p. 399).

uma nova forma de vida que contrariava os valores morais predominantes e o consumismo. Foi também nos primeiros anos da década que foi lançada a pílula anticoncepcional, primeiro nos EUA e depois na Alemanha, o que contribuiu para a autonomia sexual das mulheres, pois, acentuou a desvinculação entre o sexo e a determinação biológica da reprodução. Fala-se pela primeira vez sobre as relações de poder entre homem e mulher e o feminismo aparece como um movimento libertário que luta por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres (PINTO, 2003, 2010). “Nos anos 60 o feminismo se torna ‘um projeto intelectual e político’ para pensar e agir o ‘Nós Mulheres’, anunciado pelo aparecimento do Segundo Sexo de Simone de Beauvoir em 1949 e tornado viável graças às grandes mobilizações coletivas desta época” (DESCARRIES, 2000, p. 10).

Na segunda onda o movimento buscou opor-se aos pressupostos androcêntricos dos saberes dominantes e escapar da rigidez do pensamento binário feminino e masculino. A luta era para conter os efeitos perversos da organização social que reservava ao indivíduo papel e lugar naturalizados e hierarquizados de acordo com o sexo masculino ou feminino. A segunda onda perpassa três correntes distintas do feminismo: a Corrente do Feminismo Igualitário, a Corrente do Feminismo Radical e a Corrente do Feminismo da Femitude (DESCARRIES, 2000).

As demandas do movimento feminista a partir de 1960 contribuíram para esse interesse crescente no estudo sobre temas de interesse das mulheres. Criaram-se nas universidades, primeiramente na França, a partir de 1973, cursos, colóquios e grupos de reflexão sobre as mulheres. Em seguida na Inglaterra e nos EUA desenvolveu-se a linha intitulada *Women's Studies*. Esses estudos se proliferaram nos anos 1970 e chegam ao Brasil. Entretanto, nesses estudos iniciais a categoria mulheres era homogênea, só no final da década, algumas tensões políticas elegeram a “diferença” como um problema a ser analisado.

Passa-se a adotar uma concepção de poder mais ampliada, envolvendo a dimensão social e cultural. As questões de gênero, baseadas na diferença, são politizadas a partir da década de 1970. Também avançam as preocupações em articular gênero com raça e classe. O feminismo internacional deixa de ser somente branco, heterossexual e de classe média. Segundo Fraser (2009) a segunda onda pode ser dividida em diferentes momentos, o primeiro ligado aos movimentos sociais dos anos 1960 sob o lema do “pessoal é político”, o segundo ligado às políticas de identidades e o terceiro se refere ao feminismo transnacional.

Nesse período avançam estudos sobre a condição da mulher na família, e sobre a divisão sexual do trabalho, embasados em concepções teóricas das ciências sociais referentes ao patriarcado e a luta de classes (MARTINEZ; LAGO; LAGO, 2016). Surge o feminismo das

diferenças, aquele que reconhece que as diferenças devem ser afirmadas e não serem usadas como justificativas de discriminações contra as mulheres seja no âmbito privado ou público. O conceito de gênero começa a ser adotado quando o conceito de papéis sexuais e as teorias clássicas das ciências humanas não estavam “conseguindo dar conta das intrincadas questões das diferenças entre homens e mulheres, nas sociedades em geral e na atualidade” (MARTINEZ; LAGO; LAGO, 2016, p. 6).

Nos anos 1970 surge o Feminismo Radical, que como o nome já diz, era mais incisivo nas reivindicações. As feministas eram contra determinismos biológicos e lutavam contra o sistema patriarcal e opressor. Desejavam a libertação das mulheres da obrigação dos papéis e dos deveres biológicos da maternidade. O trabalho doméstico também foi questionado, considerado uma forma da opressão individual e coletiva. A naturalidade das atribuições da mulher construída histórica, cultural e socialmente confronta-se à percepção das mulheres à época como representação do domínio patriarcal. A terminologia “patriarcado” é adotada pelos movimentos sociais feministas dos anos 70 para designar “uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens (...) [ou seja,] o termo que designa o conjunto do sistema a ser combatido” (DELPHY, 2009, p. 173, 175). As feministas radicais criticavam os processos naturalizados dessa sociedade patriarcal como o trabalho doméstico feminino e a função da maternidade. Houve críticas em relação ao pensamento radical, principalmente em relação à visão opressora da instituição familiar, essa percepção da opressão no ambiente familiar não era unânime.

O Feminismo Igualitário busca igualdade de direitos políticos, de educação e na esfera do trabalho – principalmente na divisão social do trabalho que acarretaria num sistema de discriminação entre os sexos. Essa corrente buscava mudar a educação e a socialização das meninas, visava também dividir as tarefas domésticas do âmbito privado e que as mulheres tivessem mais acesso à educação e na esfera política. O objetivo era uma mudança de mentalidade e das práticas sociais tanto na esfera pública quanto privada.

Ainda na década de 1980 há um refluxo na militância feminista e a produção acadêmica passa a assumir como paradigma a noção de gênero que indica a exigência de um posicionamento teórico para estudar as mulheres (MARTINEZ; LAGO; LAGO, 2016). Nessa década surge a terceira corrente do feminismo, à luz da segunda onda, o Feminismo da Femitude. Ele é uma reconciliação com o feminismo maternal e retome as discussões sobre questões de identidade e maternidade (DESCARRIES, 2000).

Nos EUA a segunda onda do movimento feminista se popularizou pela estratégia das mulheres de constituir grupos de reflexão que tinham como principal característica a ausência

de uma estrutura formal e hierárquica. Esse modelo influenciou grupos em outras partes do mundo como no Brasil e no restante da América Latina. As feministas da segunda onda davam centralidade a questões até então consideradas privadas, criaram slogans como “o pessoal é político” – expressão que tinha como objetivo problematizar a dicotomia liberal entre público e privado, ou seja, a igualdade na esfera pública está condicionada pela igualdade na esfera doméstica – e “nosso corpo nos pertence”. Suas formas coletivas de organização se baseavam na noção de irmandade feminina e sororidade (HOOKS, 1995; PATEMAN, 1996). O movimento feminista buscava uma formação horizontal de saber e poder entre suas integrantes, tanto em organizações feministas estruturadas como em fóruns e encontros. “Assim, rompendo com as formas tradicionais de organização verticalizada, o feminismo se constrói com base na participação efetiva de suas militantes” (GONÇALVES; PINTO, 2011, p. 33).

A terceira onda inicia-se no final dos anos 1980, esta última fase aborda as teorias de gênero e o pós-feminismo. Uma das principais obras da terceira onda é *O manifesto ciborgue*, publicada em 1984 por Donna Haraway, que diz que as mulheres passariam por uma nova fase identitária graças à tecnologia. Ela define o ciborgue, uma mistura entre acepções cibernéticas e o organismo que seria a nova identidade, que influenciaria da ciência às artes. A partir dessa hibridização entre máquina e organismo, e a mudança para uma figura ciborgue, que seria oposta à ideia de deusa, da mulher mitológica que ocupa papéis tradicionais. A autora faz assim uma crítica ao patriarcado e abre as portas para o ciberfeminismo (HARAWAY, 2000).

O ciberfeminismo dos anos 1990 inicialmente discutia as relações profissionais entre as mulheres e a tecnologia, a inserção das mulheres em uma rede de comunicação entre elas em um espaço que poderiam refletir sobre a nova subjetividade. Uma das linhas é que o espaço da mulher também deve ser entendido no espaço das novas tecnologias. Haraway (2000) afirma que além das questões de gênero levantadas e o reconhecimento desse gênero feminino, existe a necessidade de se abordar as questões de raça e de classe, o que inviabiliza a noção de um grupo uniforme de mulheres.

A questão é de uma categoria altamente complexa, constituída por meio de discursos científicos sexuais e de outras práticas questionáveis. A consciência de classe, de raça ou de gênero é uma conquista que nos foi imposta pela terrível experiência do colonialismo, do patriarcalismo e capitalismo. E quem é esse nós que é enunciado em minha própria retórica? Quais são as identidades que fundamentam esse mito político tão potente chamado “nós” e o que pode motivar o nosso envolvimento nessa comunidade? (HARAWAY, 2000, p. 52).

Além da preocupação com a tecnologia, as questões entre máquina e ser humano apontadas pela autora são deixados de lado para refletir sobre as questões de gênero, já que essa

ideia de natureza humana perde a ideia de “naturalidade”. Hall (2000) diz que o feminismo questionou a noção de que homens e mulheres faziam parte da mesma identidade, a “humanidade”, substituindo pelas questões da diferença sexual. O feminismo politizou a forma como somos constituídos como sujeitos genéricos e abriu para a contestação política as questões do ambiente doméstico, contribuindo para descentralizar o sujeito cartesiano e sociológico. O feminismo criou a política da identidade ao apelar para a identidade social dos membros do movimento. “Assim, o feminismo apelava às mulheres, a política sexual aos gays e lésbicas, as lutas raciais aos negros, o movimento antibelicista aos pacifistas e assim por diante” (HALL, 2000, p. 45).

Nesta terceira onda questiona-se quem são as mulheres dos movimentos feministas, tratando as mulheres com experiências de vida distintas, que sofrem diferentes tipos de opressão de acordo com a posição que ocupam socialmente. Foi nesse contexto que a jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw (1989) usa o termo interseccionalidade para falar da interdependência das relações de poder entre raça, gênero e classe. Esta abordagem trata da múltipla forma de opressão que as pessoas estão sujeitas na sociedade, se tornando a teorização multidisciplinar do feminismo antirracista mais importante em relação à identidade e opressão (NOGUEIRA, 2013). A teoria busca demonstrar que as formas de opressão dentro da sociedade – as mais comuns sexo/gênero e raça/etnicidade, classe, religião, nacionalidade, orientação sexual e deficiência – não agem isoladamente, mas são interdependentes.

O feminismo negro ao criticar a homogeneização das mulheres como semelhantes chamam a atenção para as questões de raça e classe (COLLINS, 2002; HOOKS, 1984), o alvo principal era a agenda do feminismo que à época excluía a realidade das mulheres negras. A interseccionalidade busca enfatizar as multidimensões das experiências dos sujeitos marginalizados evitando assim generalizações que apagam diversidades. A aplicabilidade da teoria é cada vez maior porque permite a teorização de grupos que sofrem opressões múltiplas, mas também porque faz parte de uma teoria da identidade (NOGUEIRA, 2013). Antes de Crenshaw, Deborah King (1988) buscou relacionar três dimensões em uma abordagem semelhante, que denominou de “*triple jeopardy*”: o perigo do gênero, raça/etnicidade e classe social.

O conceito de interseccionalidade torna-se uma ferramenta teórico-metodológica fundamental para o ativismo e a produção intelectual feminista que queira verificar as relações de poder que perpassam gênero, raça e classe em diversos contextos. Busca-se entender a (re)produção e as transformações nas relações de poder na vida das mulheres por meio do uso desse conceito.

A seguir trataremos das diferentes realidades do movimento feminista na América Latina e especialmente no Brasil.

3.1 DIFERENTES REALIDADES DO MOVIMENTO FEMINISTA

Ao falar do movimento feminista nos diferentes países é importante relatar suas especificidades, principalmente na realidade da América Latina. O feminismo latino-americano sempre foi muito original e pioneiro. Mesmo nutrindo-se dos feminismos europeu e norte-americano ele segue seu próprio caminho frente às demandas políticas e sociais. O feminismo latino-americano acaba por não se enquadrar nas classificações como clássico, produzido por mulheres brancas e classe média; liberal; negro e radical; mas por definição se enquadra no interseccional (MARIANO, 2018).

O feminismo latino-americano tornou-se mais amplo e passou por um “descentramento saudável (...) [com um] campo de ação expansivo, policêntrico e heterogêneo” (ALVAREZ, 2014, p. 385-386) englobando diversas arenas culturais, sociais e políticas. As conquistas do movimento feminista na América Latina foram no âmbito do trabalho, da educação, da estrutura familiar e da política. Os movimentos feministas da Argentina, do Brasil e do Chile, que têm em comum as ditaduras militares no final do século XX, são destacados nos círculos internacionais devido às redes de associativismo e redes multi-identitárias que conseguiram alcançar o Estado por meio de políticas públicas (BLAY; AVELLAR, 2017).

Pensando na distinção e nas peculiaridades do movimento feminista latino-americano, surgem teóricas que defendem a ampliação do espaço e do ponto de vista das mulheres do terceiro mundo, o chamado Sul Global, já que suas demandas seriam diferentes das norte-americanas e europeias que militam e escrevem academicamente sobre o feminismo. Como aponta Matos (2010, p. 74),

os feminismos latino-americanos têm suas próprias vicissitudes e idiosincrasias históricas e não foram (ou são) utilizados ou recrutados (não por inteiro) pelas estratégias de cunho neoliberal, pois, conforme é sabido, a força do Sul global surgiu exatamente a partir daí: da sua negação, sua reação e oposição aos avanços do neoliberalismo. Parte do feminismo latino-americano pode, sim, ter sido “vítima” de tal efeito perverso, porém parte significativa não (...).

Consideramos fundamental repensar e escrever sobre os feminismos a partir do Sul Global, e uma das autoras pioneiras em criticar a perspectiva teórico-feminista somente a partir do Norte-Global é Chandra Mohanty (2003). Ela propõe a construção de um “feminismo sem

fronteiras”, a partir dos corpos das mulheres que não ocupam o Norte-Global, e crê na ligação da localização e das experiências marginais, propondo um feminismo a partir da perspectiva particular das mulheres do Terceiro Mundo/Sul que podem oferecer uma visão mais inclusiva possível sobre o poder e sobre o próprio feminismo (MOHANTY, 2003; MATOS, 2010).

A proposta de Mohanty é da aproximação do feminismo acadêmico com as realidades globais em uma perspectiva interseccional (gênero, classe, raça) dentro do Terceiro Mundo/Sul, gerando a “construção coletiva de um projeto feminista localizado e contextualizado em sua forma anticapitalista, antiimperialista, que valorize as formas cotidianas de resistência coletiva das mulheres ao redor do mundo” (MATOS, 2010, p. 78). Propõe um olhar para os espaços do Sul na construção de um projeto de descolonização, inclusive dos efeitos colonizadores do feminismo ocidental acadêmico.

Partindo destas perspectivas, iremos abordar o movimento feminista brasileiro e em seguida o movimento feminista português para que possamos compreender melhor o contexto de cada país ao analisar a cobertura jornalística.

3.1.1 O movimento feminista no Brasil

Enquanto o Brasil era colônia de Portugal havia a grande propriedade rural, a escravidão, o patrimonialismo e não havia estudo formal para as mulheres, nem trabalho fora do ambiente doméstico. A desigualdade social e de poder era ampla e irrestrita. Herdamos de Portugal uma cultura machista e patriarcal. No período seguinte do Brasil Império (1822-1889) quase nada mudou. O Código Civil de 1916 consagrou a superioridade masculina – o marido era o chefe da sociedade conjugal (ALVES et al., 2017).

Contudo, o isolamento, a falta de instituições democráticas, a desigualdade legal de direitos e as dificuldades de comunicação não impediram o surgimento de movimentos de contestação de ordem patriarcal nem o destaque de muitas mulheres como Nísia Floresta (1810-1885), Bertha Lutz (1894-1976) e Patrícia Galvão (1910-1962), pioneiras, respectivamente, da educação pública, da luta pelo direito de voto e da liberdade de comportamento e de expressão (ALVES et al., 2017, p. 15).

Assim como na Europa e nos EUA, o movimento feminista brasileiro também se inicia por meio da luta pelo direito ao voto, liderado por Bertha Luz, bióloga e cientista, que havia morado fora do Brasil e retornou em 1910. Ela foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto e levou, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado pedindo a aprovação do Projeto de Lei que dava o direito de

voto às mulheres, de autoria do Senador Juvenal Larmartine (PINTO, 2010, p. 16). Bertha também conseguiu inserir a igualdade de sexos no tratado que fundou as Nações Unidas (SOARES, 2016).

O final da República Velha (1889-1930), marcado pelo início da urbanização e da industrialização, também foi um período de expansão das ideias feministas com destaque para a igualdade de direitos (ALVES et al., 2017). O direito ao voto no Brasil foi conquistado em 1932, quando Getúlio Vargas promulga-o em projeto de lei. A luta pelo sufrágio é ampliada em novas reivindicações por direitos. Nos EUA e na França as mulheres se mobilizaram em movimentos sociais, já no Brasil deu-se por meio de *lobby* (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 146-147).

Enquanto o país tinha uma estrutura produtiva de base agrária no século XX, com a economia de subsistência e trabalho não assalariado, as chances de progresso social das mulheres eram pequenínimas. O avanço na economia urbana trouxe modificações nas relações de gênero. O aumento da renda das famílias na sociedade urbana garante maior arrecadação ao Estado que passa a viabilizar políticas públicas na saúde e educação. Na década de 1940 as mulheres no Brasil já constituíam a maioria da população, entretanto somente em 1998 se tornaram a maioria do eleitorado. O empoderamento feminino está diretamente relacionado ao desenvolvimento econômico, entretanto as conquistas das mulheres acontecem de forma progressiva e gradual (ALVES et al., 2017).

Celi Pinto (2003) divide o feminismo do Brasil em três fases. 1) Luta pelo voto e pelos direitos políticos, fase organizada por mulheres de classe média e alta, sendo caracterizado por um feminismo bem comportado e/ou difuso. 2) Durante o período ditatorial, por volta da década de 1970 – um período de reforço da opressão patriarcal contrário a liberação sexual e das alterações das relações de poder – o movimento se levanta contra a ditadura, contra a violência sexual e pelo direito ao prazer. 3) A fase da redemocratização com um feminismo difuso e com tentativas de reformas nas instituições democráticas, alguns exemplos são as delegacias especializadas em atendimento para mulheres, as tentativas de reforma do Estado participando das constituintes de 1988, e as tentativas de uma reconfiguração do espaço público, além da articulação com novas vertentes dos movimentos de mulheres, como mulheres negras, lésbicas, indígenas, do campo e por último uma profissionalização do movimento feminista.

É importante destacar o contexto do Brasil de ditadura militar de 1964 a 1985, cenário que restringiu a atuação dos movimentos sociais. “No Brasil, a década de 1960 teve uma dinâmica diversa em relação ao resto do mundo” (PINTO, 2010, p. 16). O presidente eleito Jânio Quadros renuncia e João Goulart, o Jango, que era o vice-presidente chegava ao poder

aceitando o parlamentarismo para tentar impedir o golpe. A estratégia fracassou e os militares implantaram a ditadura a partir de 1964. Em 1968 o regime se torna ainda mais rigoroso com o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Assim, enquanto na Europa e nos EUA surgiam movimentos libertários, no Brasil havia uma repressão total da luta política por democracia, o que obrigou os grupos de esquerda a se tornarem clandestinos. Foi nesse ambiente que surgiram as primeiras manifestações feministas no país na década de 1970. O regime militar via com desconfiança as manifestações feministas por entendê-las como perigosas tanto política quanto moralmente (PINTO, 2010).

Sarti (1988) ressalta que no Brasil o feminismo teve um caráter intercalasse devido à composição heterogênea que remete às características da sociedade brasileira, sua pluralidade interna e ao contexto político que se desenvolveu, da ditadura e da pós-ditadura. A desigualdade na distribuição dos recursos influencia nas demandas distintas das mulheres. De um lado, um grupo privilegiado economicamente e do outro a maioria da população, alijados dos benefícios do crescimento econômico. Os pobres reivindicam condições básicas: asfalto, esgoto, saúde, água, etc.

O feminismo no Brasil surge nas camadas médias urbanas, com questões mais individualistas e buscando mudanças de comportamento, propondo repensar e reinventar as relações e hábitos naturalizados. Mas, dadas às características locais torna-se um movimento com características próprias, moldadas pela heterogeneidade da sociedade brasileira. O feminismo se expande por meio de uma articulação com as camadas populares influenciando e sendo influenciado nesse convívio, tratando de questões de comportamento sexual e dos padrões de reprodução e fecundidade (SARTI, 1988).

Nos bairros pobres surgem organizações femininas a partir do trabalho comunitário da Igreja Católica, o que coloca o feminismo e a Igreja em constante enfrentamento. Entretanto, houve uma política de alianças entre o feminismo, a Igreja e a esquerda contra o regime autoritário. Questões contrárias à religião católica, como aborto, sexualidade e planejamento familiar, permaneciam sendo discutidas em pequenos grupos e não levadas a público; havia limites claros entre o feminismo e a Igreja (SARTI, 1988). A atuação da Igreja Católica teve uma influência muito grande na vida cotidiana das mulheres, que são mais numerosas que os homens nas comunidades religiosas, e os interesses da Igreja se sobrepuseram ao das mulheres dificultando discussões que contrariavam seus valores, como por exemplo, as relações entre os sexos.

Outra distinção do feminismo no Brasil em relação ao europeu é o caráter dos movimentos sociais. Na Europa no final da década de 1960 eles tinham uma forte conotação

cultural questionando valores da sociedade industrial, que exigia do estado o bem-estar social. Já no Brasil, as demandas eram mais de causas sociais básicas. Os movimentos sociais urbanos tinham como protagonistas os moradores da periferia que reivindicavam o básico de infraestrutura urbana que já havia sido atingida na maioria da Europa. Isto também se torna pauta das reivindicações femininas, assim as mulheres se organizam através da participação de movimentos de bairro, da comunidade, lutando por melhores condições de vida, por saneamento, acesso à saúde e creches.

O feminismo vai se impondo dentro desse contexto nacional de mobilizações generalizadas. Procurou-se manter sua particularidade dentro dessa diversidade, numa época que mais do que hoje, ser feminista tinha uma conotação negativa, ser feminista significava ser anti-feminina. A imagem da divergência entre feminismo e feminino repercutiu no movimento de mulheres separando grupos. O livro de Celi Pinto (2003), *Uma História do Feminismo no Brasil*, fala sobre a tendência “bem-comportada” do feminismo, voltada para uma maior integração das mulheres à sociedade sem almejar uma alteração estrutural das relações de gênero. Assim como a tendência “mal comportada”, que enfrenta questões consideradas tabus e se posiciona a favor de uma ampla renovação societal. O feminismo mal comportado com inspiração anarquista que tinha como foco principal a luta contra a exploração das mulheres nas fábricas.

O estudo da cobertura do movimento feminista por Rayza Sarmiento (2017) mostrou o enquadramento da feminista desviante e um enquadramento feminista aceitável na representação midiática da construção do sujeito do feminismo no jornal Folha de S.Paulo, ao tratar do movimento feminista e como com o passar do tempo esse enquadramento vai se apagando, mas não sendo totalmente superado. O feminismo sadio seria aquele que não perturba os lugares pré-estabelecidos dos homens, como os cargos na política formal, mas ao lutar por novos padrões de sociabilidade como a ocupação dos cargos políticos as mulheres são ironizadas e desrespeitadas.

O feminismo no Brasil, aliado ao discurso de esquerda, que almejava o fim da ditadura militar, desenvolve pesquisas acadêmicas voltadas para o social, articulando-se dentro das universidades. Neste período surgem jornais feministas como: Mulherio, Brasil Mulher e Nós Mulheres (HEILBORNE; SORJ, 1999). A tese de Heleieth Saffioti, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, escrita em 1967, é um marco importante do feminismo acadêmico no Brasil, o que comprova o argumento que o movimento feminista dos anos 1970 no Brasil tinha um intenso compromisso político (SAFFIOTI, 1976). Esse movimento era formado por pessoas da classe média intelectualizada “que tiveram sempre uma forte preocupação com a pesquisa

sobre a situação daquilo que se pensava ser ‘a mulher brasileira’” (GROSSI, 2004, p. 213). Isto significa que abordavam questões de gênero e classe, mas não de raça.

A Organização das Nações Unidas (ONU) decretou 1975 como o Ano Internacional da Mulher, e é a partir deste ano que se iniciam as comemorações do dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher. O Brasil vivia um período de repressão, embora o período mais duro já houvesse passado. A partir de 1974, com a sucessão presidencial, iniciou-se a “distensão lenta e gradual” do presidente Geisel (SARTI, 1988, p. 41). Enquanto na esfera internacional o movimento feminista já se manifestava publicamente, no Brasil ele dava os primeiros passos.

O Ano Internacional da Mulher serviu como apoio para a organização das mulheres. Os primeiros agrupamentos femininos geralmente estavam vinculados aos partidos e organizações de esquerda que eram clandestinos. Foi criado o Centro de Desenvolvimento da Mulher em São Paulo e o Centro da Mulher Brasileira no Rio de Janeiro. Em 1975 foi fundado o Movimento Feminino pela Anistia que editou o jornal Brasil Mulher (de 1975 até 1980), também é criado o jornal Nós Mulheres (1976 -1978), ambos se autodenominavam feministas.

A questão racial no movimento feminista brasileiro também aparece formalmente em 1975 no Congresso de Mulheres Brasileiras, realizado no Rio de Janeiro. Esta foi a primeira divisão formal dentro do movimento de mulheres por conta do pertencimento racial. As mulheres negras apresentaram o *Manifesto das Mulheres Negras* que dizia que a sororidade entre mulheres brancas e negras não estava dada e que precisavam estabelecer um diálogo (CALDWELL, 2007). O principal argumento é que mulheres oprimiam outras mulheres, sendo a liberação das mulheres brancas de classe média ou alta fruto da subordinação das negras pobres numa sociedade racista em que o trabalho doméstico pago era feito pelas mulheres negras como empregadas domésticas ou babás. Para as feministas negras as mulheres brancas ao se beneficiarem do trabalho das mulheres negras obtiveram vantagens em termos de acesso à educação e a posições superiores no mercado de trabalho.

No contexto da ditadura as questões gerais da sociedade acabaram sendo prioridade para o movimento em relação à agenda das mulheres. Nas eleições parlamentares de 1982, a primeira desde o golpe de 1964, a oposição estava representada por três partidos: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). O apoio majoritário da população aos partidos de oposição garantiu a esses partidos o governo dos estados economicamente mais importantes do Brasil. O movimento de mulheres, fragmentado, apoiou o PT e o PMDB. Depois das eleições de 1982, várias mulheres associadas à oposição entraram para a administração pública (SARTI, 1988).

A redemocratização do Brasil no final da década de 1980 trouxe uma grande efervescência à luta pelos direitos das mulheres. São criados inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões tratando de uma gama muito ampla de temas como: violência contra a mulher, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo e sobre orientações sexuais. Grupos nem sempre feministas – mas que se organizavam, algumas vezes, muito próximos dos movimentos populares de mulheres – foram fortemente influenciados pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. O movimento que era originário da classe média intelectualizada foi se tornando mais popular, com a participação de mulheres da classe popular (PINTO, 2010, p. 17).

Uma das mais significativas vitórias do feminismo brasileiro foi a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984, que, tendo sua secretária com *status* de ministro, promoveu junto com importantes grupos – como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), de Brasília – uma campanha nacional para a inclusão dos direitos das mulheres na nova carta constitucional. Do esforço resultou que a Constituição de 1988 é uma das que mais garante direitos para a mulher no mundo (PINTO, 2010, p. 17).

O feminismo cristão é muito forte no Brasil, há o grupo Católicas Pelo Direito de Decidir (CDD), grupo de vertente internacional, fundado no Brasil em 1993. A influência e as contradições da relação do feminismo com o catolicismo no Brasil podem ser percebidas em situações como a condenação pela igreja da freira e teóloga Ivone Gerbara que foi processada em 1995 pela Igreja Católica, por fazer críticas à moral da igreja, principalmente em relação ao aborto. Ela foi condenada pelo Vaticano que lhe impôs o “silêncio obsequioso”. Mais tarde, em sua tese, Gerbara abordou a repressão para silenciar a voz das mulheres nas instituições religiosas (MARIANO, 2018). Em 1990 há uma abertura do continente latino-americano para os direitos humanos. Esse movimento luta por direitos sexuais e reprodutivos, já que no catolicismo o aborto é condenado e as práticas contraceptivas reprovadas. Ao propor o diálogo entre o feminismo e o cristianismo, o CDD buscou provocar mudanças em uma sociedade conservadora e preconceituosa tentando garantir direitos humanos às mulheres (MARIANO, 2018).

Até os anos 1990, no Brasil os principais espaços para debate feminista eram os encontros nacionais e latino-americanos. Posteriormente foram criados fóruns locais e regionais ao lado de redes, o que fortaleceu a organização política e deu maior efetividade às campanhas do movimento. Na última década do século XX, o movimento se profissionalizou por meio da criação de ONGs, que buscavam a intervenção junto ao Estado, a fim de aprovar medidas

protetoras para as mulheres e de buscar espaços para a sua maior participação política (PINTO, 2010).

Alvarez (2014) afirma que o PT, a partir dos movimentos sociais que constituíam sua base, embora raramente reconhecido nesse sentido, foi um ator fundamental no campo feminista nos anos 1980-1990. A autora chega a essa conclusão ao entrevistar feministas e perceber que a trajetória política de muitas ativistas estava ligada ao partido, ao Movimento Sem Terra (MST), ao movimento sindical como o da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e a movimentos ligados à Igreja Católica, além de setores do movimento estudantil e de mulheres rurais e urbanas. Comissões da Mulher e outros agrupamentos de mulheres dentro do próprio partido foram importantes articuladores e disseminadores de discursos que contribuíram para a ampliação do campo feminista. Essas frentes contribuem para a proliferação de “feminismos” entre mulheres populares, sindicalistas, militantes do movimento estudantil e em movimentos de mulheres negras.

O movimento feminista negro busca criar um movimento autônomo e no IX Encontro Nacional Feminista, ocorrido em Garanhuns, Pernambuco, em 1987, decide realizar um Encontro Nacional de Mulheres Negras (PACHECO, 2002). Elas realizam o primeiro encontro em 1988 e pedem políticas públicas para a população negra. O movimento de mulheres negras passou por um processo de diversificação interna nos anos 1990. Influenciadas por coletivos feministas, passaram a usar estratégias para incidir politicamente em diferentes esferas estatais e não-estatais, como a realização de seminários internos, a elaboração de documentos programáticos e a participação coletiva em Conferências Mundiais da ONU (RODRIGUES; PRADO, 2010).

O movimento feminista vai se capilarizando em diversos formatos e tendências, atingindo também classes mais populares e ficando conhecido como “movimento de mulheres”. Os anos 2000 são marcados pelo surgimento de redes e fóruns como: a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (2000), a Liga Brasileira de Lésbicas (2000), a Marcha Mundial de Mulheres (2000), a Articulação Brasileira de Jovens Feministas (2004), a Articulação de Negras Jovens Feministas (2009). As pautas são vinculadas explicitamente a um marcador de identidade política – raça, geração, sexualidade e classe. Surgem novas organizações do movimento, muitas sem estrutura formal.

O feminismo foi se tornando mais diverso, mais plural, e sendo representado por mulheres mais jovens, na faixa de 20 e 30 anos. Segundo Gonçalves e Pinto (2011) há a formulação de uma vertente jovem no feminismo proveniente das reformulações dentro do próprio feminismo. Para as autoras, a agenda feminista não mudou tanto nos últimos 20 ou 30

anos, ainda se reivindica salários iguais; combate à violência contra a mulher; maternidade voluntária; aborto legal, seguro e gratuito e autonomia sexual.

As conquistas mais recentes, em relação aos direitos legais, estão na: criminalização da violência doméstica e familiar por meio da promulgação da Lei Maria da Penha em 2006, assistência jurídica para as mulheres em situação de prisão, inovações no código Civil quanto à igualdade de homens e mulheres no casamento e nos direitos das trabalhadoras domésticas. Pode-se argumentar que se não fossem as demandas levadas pelas organizações e movimentos de mulheres seriam impossíveis as conquistas das políticas públicas e as alterações perante a lei. Entretanto, continua-se a luta pelos direitos reprodutivos, como o aborto legal e a efetivação da Lei Maria da Penha.

apesar de serem 52,1% do eleitorado⁵, e 44,3% dos filiados a partidos políticos⁶, as mulheres são somente 14,8% dos senadores, 13,4% dos vereadores, 11,4% dos deputados estaduais, 11% dos prefeitos, 9,9% dos deputados federais e 3,7% dos governadores brasileiros (AVELAR; RANGEL, 2017, p. 256).

Verifica-se que mesmo com as mulheres sendo sub-representadas em partidos, no executivo e no legislativo, há avanços nas políticas e nos direitos no Brasil, graças às demandas levadas por organizações, movimentos de mulheres, principalmente o feminista, além da participação nas agências de políticas para mulheres no âmbito governamental (AVELAR; RANGEL, 2017).

Como nossa tese trata de um estudo comparado, trataremos a seguir das características do movimento feminista em Portugal, buscando verificar suas semelhanças e diferenças com o movimento brasileiro.

3.1.2 O movimento feminista em Portugal

Assim como o Brasil, Portugal passou por um longo regime ditatorial, o Estado Novo, vigente a partir de 1933. Foram 41 anos de ditadura, uma das mais longas ditaduras do século XX, o que resulta no silenciamento dos feminismos enquanto movimentos sociais e um atraso no estudo dos movimentos de mulheres e feministas. Além da tardia valorização das Ciências Sociais no país, que só foi possível com a volta da democracia. Foi só a partir dos anos 1980 que se tem o estudo sobre as mulheres em algumas universidades, com a instauração da

⁵ Dados do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA, 2014).

⁶ Dados da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), da Procuradoria Especial da Mulher do Senado e da justiça eleitoral.

Comissão da Condição Feminina que buscou a legitimação do estudo sobre as mulheres na academia (TAVARES, 2008).

De acordo com o historiador João Esteves (2008), na transição do século XIX para o século XX, as mulheres portuguesas estavam em um plano de inferioridade legal, sem quaisquer direitos políticos. Em 1911, 81,2% delas eram analfabetas. Influenciadas pelas ideias feministas, alguns e algumas intelectuais começaram a refletir sobre as questões feministas: Alice Pestana, Bernardino Machado, Carolina Michaelis de Vasconcelos e Louise Ey, as quais tiveram contato com ativistas francesas e espanholas.

Voltando no tempo, ainda no regime monárquico havia a adesão das mulheres nos comícios que lutavam pela instauração da república. Foi fundado em 1907 o Grupo de Estudos Feministas que buscava a emancipação das mulheres. Em agosto de 1909 é fundada a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, uma associação política e feminista, com Ana de Castro Osório e Antônio José de Almeida, que tem o apoio do partido republicano e tinha como membros intelectuais, médicas, escritoras e professoras. Com a implantação da República em 1910, as mulheres passam a reivindicar o direito ao voto. A liga existiu por 10 anos e tinha cerca de mil associadas, teve a revista *A Mulher e a Criança*, distribuída gratuitamente às mulheres membros da liga (CERQUEIRA, 2012).

A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas entregou uma petição ao governo ainda em 1910 demandando a revisão imediata do Código Civil, a lei do divórcio e o sufrágio feminino. Entretanto, pedia-se o sufrágio feminino apenas para as comerciantes, industriais, empregadas públicas, administradoras de fortuna e diplomadas. Essa segregação não agradou a todas as sócias da Liga, sendo este o ponto da discórdia que levou à divisão das feministas em duas facções. A polêmica em torno do voto das mulheres se estendeu no período da elaboração da nova lei eleitoral, que visava às eleições para a Assembleia Constituinte de 1911, na qual votou a primeira mulher portuguesa, Carolina Beatriz Ângelo. Isto não foi o sufrágio feminino, pois o regime republicano apenas concedeu o direito de votar aos portugueses com mais de 21 anos que soubessem ler e escrever, e aos chefes de família, sem especificar o sexo dos eleitores, por isso, Carolina Beatriz Ângelo, que era viúva e chefe de família, conseguiu votar. Para barrar esse tipo de atitude, em 1913, o regime republicano especificou que só os “chefes de família do sexo masculino” podiam eleger e ser eleitos.

Em 1914 foi criado o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), uma organização feminista de grande impacto nos processos de emancipação das mulheres portuguesas, defendendo melhores condições para todas as mulheres do país e destacando nos estatutos as dificuldades das trabalhadoras. Entretanto o conselho foi extinto durante a ditadura

de Salazar. Assim como nos EUA, Inglaterra e França, as primeiras feministas de Portugal pertenciam à média e alta burguesia que sabiam mexer nos meandros políticos, portanto, chama atenção a ênfase que elas deram às causas das trabalhadoras (CERQUEIRA, 2012; DA SILVA, 1983; COVA; AMÂNCIO, 2007).

Os feminismos da primeira onda em Portugal também tiveram influências marxistas e socialistas, principalmente no que diz respeito às reivindicações das operárias têxteis fabris, que demandavam menos horas de trabalho e salário mais justo. Em 1924, o CNMP realizou o I Congresso Feminista e da Educação, que contou com a participação de homens e mulheres, com figuras associadas ao republicanismo. Quatro anos depois foi realizada a segunda edição do congresso, muito contestada pelo regime ditatorial. De forma geral, a Primeira República contribuiu para a visibilidade do feminismo em Portugal, mesmo não sendo tão receptiva como esperava o movimento. Assim como em outros países, o feminismo da primeira onda termina no país no período entre a primeira e a segunda guerra mundial, 1918 a 1939, principalmente devido ao regime fascista (ESTEVES, 2008; TAVARES, 2011).

O governo de António Salazar marca a maior ditadura da Europa, inicia-se em 1933 e vai até 1974, um regime político totalitário, centralizador e avesso à inovação que durou 41 anos. Um regime conservador que mantinha como ideal os papéis assimétricos desempenhados por homens e mulheres, que reflete na sociedade portuguesa até hoje. Para transmitir sua ideologia, o Estado Novo recorria à propaganda nos diversos meios de comunicação. A relação que o governo de Salazar mantinha com as mulheres parece em muito com aquelas das ditaduras do Sul, como do Brasil, que desejava manter as mulheres nas funções relacionadas à esfera privada. Havia uma idealização da virilidade masculina e da submissão das mulheres.

Em relação ao trabalho feminino, exceto as camponesas, poucas mulheres trabalhavam fora de casa, dado que precisavam de autorização do marido ou dos pais para isso. O código civil de 1939 consagrou a menoridade jurídica às mulheres. A mulher só podia viajar para o exterior com autorização do marido. As mulheres eram proibidas de entrarem para a carreira jurídica, militar ou diplomática, e para serem telefonistas, enfermeiras ou professoras não poderiam se casar. O aborto era proibido, podendo a mulher ser condenada de 2 a 8 anos de prisão.

Só em 28 de maio de 1926, já durante a ditadura militar as mulheres portuguesas “chefe de família” puderam votar nas eleições para as juntas de freguesia, mas não para as câmaras municipais. Até os anos 1960 só poderiam votar as mulheres com curso secundário ou superior, com mais de 21 anos de idade ou se fossem chefes de família. Só em 1968 que foi estabelecido

o sufrágio para todos os cidadãos alfabetizados, sendo que, a maioria dos analfabetos era mulher (CERQUEIRA, 2012).

Há assim um apagamento do movimento feminista em Portugal durante o Estado Novo (TAVARES, 2000). Verifica-se uma carência de coletivos que explorassem as tensões entre o público e o privado, ou seja, que pautassem as reivindicações da segunda onda do movimento feminista. Os feminismos eram inimigos do Estado Novo que busca manter as mulheres na esfera privada.

No ano de 1947 a ditadura fecha a principal organização de mulheres – o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. Há um desejo constante de manter ou reenviar a mulher ao lar e o governo e suas propagandas enfatizam a família e a feminilidade. Entretanto, durante o período entre os anos de 1969 e 1974 da Guerra Colonial (SOUSA, 2020) – em que as Forças Armadas Portuguesas lutaram na Angola, Guiné e Moçambique para tentar mantê-los como colônia – as mulheres foram ao mercado de trabalho e se tornaram chefes de família, uma vez que os homens estavam na guerra. Foi por volta da década de 1970 que se tornou visível o trabalho das mulheres nas fábricas em funções mal pagas, ganhando menos que os homens. A necessidade de sustento fez com que as mulheres fossem ao mercado de trabalho e logo percebessem a discriminação que sofriam em relação às ocupações e salários recebidos (FIDALGO, 2002).

As mulheres e suas reivindicações, mesmo das feministas em relação à sexualidade em Portugal, não tiveram tanta expressão como nos movimentos internacionais. Uma explicação para isso, além da falta de liberdade, pode estar relacionada às múltiplas carências em termo de infraestrutura, que acabavam ocupando as pautas das reivindicações das mulheres. Em 1972, Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, conhecidas internacionalmente como as “Três Marias”, denunciaram em sua obra a opressão do patriarcado católico em Portugal e as discriminações contra as mulheres. A obra *Novas Cartas Portuguesas* é um dos maiores exemplos de oposição ao regime de Salazar, foi proibida pela censura e considerada obscena. As autoras foram levadas ao tribunal, mas acabam por ser absolvidas após a Revolução de 1974 (PENA, 2008). A obra marca um novo período do movimento feminista no país, tendo apoio de grupos estrangeiros. Na França foi criado um grupo de solidariedade às autoras e ao caso. O acontecido é um dos retratos da pouca expressão da segunda onda do movimento feminista em Portugal, embora tenha casos muito repercutidos e lembrados no estrangeiro (CARMO; AMÂNCIO, 2004).

A ‘Revolução dos Cravos’ ou ‘Revolução de 25 de Abril’, ocorrida em 1974, constituiu um marco decisivo, provocando transformações sociais, políticas e culturais

(CERQUEIRA, 2012). Em Portugal, durante o Estado Novo, as mulheres foram conquistando poder de voto, ainda que muito restrito pela escolaridade e estatuto de chefe de família. O sufrágio feminino apenas se tornou universal no dia 15 de novembro de 1974.

O feminismo português da segunda vaga é subdividido em três vertentes: 1) Igualdade formal, 2) Marxista/socialista e 3) Radical (MAGALHÃES, 1998; TAVARES, 2008). Cerqueira (2012) acrescenta uma quarta vertente, o feminismo católico, se referindo a grupos como o Graal⁷ (CERQUEIRA, 2012, p. 230-231).

Em 1975, a ONU coloca a temática das mulheres na agenda internacional, com a instituição do Ano Internacional da Mulher e também a década da mulher 1975-1985. Em Portugal com a democracia concretiza-se às mulheres o direito ao trabalho remunerado e mais liberdade na esfera pública, nos âmbitos políticos e sociais. A luta das mulheres, nesse momento, estava mais ligada às demandas gerais da classe trabalhadora, como creches e habitação. Nesse período, alguns grupos coletivos de mulheres emergem dentro da esquerda e com vínculos partidários (MAGALHÃES, 1998; TAVARES, 2011).

Ainda em 1975, um episódio ocorrido no parque Eduardo VII, em Lisboa, mostra o papel das mídias que além de noticiar devem ter responsabilidade na forma de transmitir a mensagem. No dia 13 de janeiro daquele ano, várias mulheres do Movimento de Libertação das Mulheres (MLM) se concentravam no parque e foram ofendidas por homens “porque os media noticiaram que elas iriam queimar soutiens e códigos laborais” (CERQUEIRA, 2012, p. 233). Ou seja, conseguiram dar descrédito ao movimento que buscava reivindicar melhores condições de vida para as mulheres.

Outro importante episódio do feminismo português também acontece em 1975, quando é veiculada uma reportagem sobre aborto clandestino no programa *Nome – Mulher* com o título *Aborto não é crime*. A reportagem elaborada pelas jornalistas Maria Antónia Palla e Antónia de Sousa, foi transmitida no canal público de televisão RTP. Tamanha foi a polémica, que o programa foi suspenso e Maria Antónia Palla foi julgada em 1979 por “atentado ao pudor e incitamento ao crime” (FIADEIRO, 1989; ALVES et al., 2009).

A questão do direito ao aborto livre aparece em um material de 1974 do MLM, que mais tarde deu origem ao Movimento pela Contraceção, Aborto Livre e Gratuito (MCLAG) em 1975. Contudo as reivindicações não foram atendidas na Constituição de 1976. Em 1979 surge a Campanha Nacional pelo Aborto e Contraceção (CNAC), que teve uma importante

⁷ O Graal é um movimento de inspiração Cristã, uma comunidade internacional de mulheres (GRAAL, 2020).

contribuição na luta e pela afirmação dos direitos das mulheres em Portugal. Entretanto, as reivindicações passariam por um longo processo até obterem êxito (ALVES et al., 2009).

O patricarcalismo era evidente em Portugal, havia na legislação portuguesa a figura do “chefe de família”, na qual as mulheres deveriam se submeter. Foi só em 1978 foram introduzidas alterações no Código Civil, que garantiram a igualdade de mulheres e homens em termos do casamento. Antes disso, por exemplo, havia a necessidade de a esposa ter consentimento do cônjuge para exercer qualquer profissão (OLIVEIRA; AMÂNCIO, 2005).

Em 1979 é nomeada a primeira-ministra Maria de Lourdes Pintasilgo, a primeira mulher a ocupar o cargo. Ela já tinha ocupado a pasta dos Assuntos Sociais anteriormente. Mas mesmo com esse avanço, a luta das mulheres portuguesas persistia e persiste tentando romper com uma sociedade conservadora, que tem a pauta das mulheres sendo estrangulada em diversos momentos.

Nos anos 1980 inicia-se o chamado feminismo de Estado, dada a sua proximidade das ONGs. Nessa época começam as lutas pela despenalização do aborto apesar das resistências, muitas delas promovidas por grupos ligados à Igreja Católica. Em 11 de novembro de 1982, o Partido Comunista Português (PCP) apresenta um projeto de lei prevendo a despenalização da interrupção voluntária da gravidez até às 12 semanas por motivos “socioeconômicos ou sentimentais”, mas o projeto não é aprovado. Em janeiro de 1984, o Partido Socialista (PS) apresenta um novo Projeto de Lei sobre a despenalização do aborto, que foi aprovado pelo Parlamento, que permitia a interrupção da gravidez “em caso de perigo para a saúde física e psíquica da mulher, violação e malformação do feto” (ALVES et al., 2009, p. 3).

Uma importante ONG feminista de Portugal que sempre teve uma posição pública de defesa do aborto é a UMAR. Constituída oficialmente em 1976, se chamava União de Mulheres Antifascistas e Revolucionárias e desde 1989 passou a se chamar União de Mulheres Alternativa e Resposta, mantendo sua sigla.

Em 1986 Portugal passa a fazer parte da Comunidade Econômica Europeia (CEE) União Europeia (EU), recebendo fundos para a modernização do país. Paralelamente cria-se a consciência da necessidade da incorporação de temas de igualdade de gênero já existente em outros países. Nesse sentido, na década de 1990, a tentativa da formação de uma rede de investigadoras(es) por parte da Comissão da Condição Feminina foi o impulso para a criação, no ano seguinte, da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM). Essa associação tem se dedicado até hoje a dar visibilidade aos estudos sobre mulheres e feministas (TAVARES; COELHO; GÓIS, 2009, p. 8). Também foram criados cursos como o Mestrado de Estudos sobre as Mulheres na Universidade Aberta em 1995 (CERQUEIRA, 2012, p. 241).

As próprias ONGs foram criando parcerias para a realização de pesquisas científicas. Atualmente há investimentos em estudos sobre os direitos humanos, gênero e feminismos, como o presente estudo. Mas para Tavares, Coelho e Góis (2009), apesar da evolução positiva verificada na última década em Portugal, os feminismos como campo de estudo e investigação ainda não ganharam uma marca acadêmica que permita falar da sua plena inserção nas universidades. “Enquanto noutros países se reflete sobre a institucionalização acadêmica destes estudos em termos de caminhos percorridos: integração disciplinar ou em núcleos de investigação autónoma; em Portugal a institucionalização visa ainda o reconhecimento desta área de estudos” (TAVARES; COELHO; GÓIS, 2009, p. 13).

Em 28 de junho de 1998 deu-se a primeira consulta aos/as portugueses/as sobre a despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) realizada, a pedido da mulher, até a décima semana de gestação. A campanha antecedente ao referendo envolveu vários e várias protagonistas institucionais. Não obstante a diversidade de intervenientes – entre os/as quais associações, sindicatos e pessoas a título individual. No primeiro referendo para a IVG, 51% dos votos foram contra e 49% a favor, numa votação em que a abstenção atingiu os 68,1%.

Em 2007, após várias semanas de intenso debate e confronto, os resultados do referendo foram conhecidos: a despenalização da IVG vencera com 59,3% dos votos expressos. “A partir da análise efetuada, identificamos três grandes fatores decisivos para a mudança da lei do aborto. São eles o efeito de visibilidade, o efeito de legitimidade e o efeito de retórica” (ALVES et al., 2009, p. 34). Segundo os autores, em 1998 o discurso enfatizou o ativismo pró escolha nos dois primeiros referendos, já em 2007 todos os discursos a favor da descriminalização salientaram a ineficácia da lei, já que mesmo sendo criminalizado, as mulheres continuavam a abortar. Procurando, assim, evitar o julgamento às mulheres que abortam e pautando o aborto como uma questão de saúde pública.

Há inegavelmente muitas conquistas das mulheres portuguesas, entretanto, muitas vezes a legislação que é considerada uma das mais avançadas da Europa, não é aplicada na prática (RÊGO, 2010). Em relação à igualdade de oportunidades no âmbito do trabalho e ao salário igual entre homens e mulheres, no setor privado há maior desigualdade que nos cargos públicos. A presença das mulheres em muitas profissões, que antes não eram comuns – como medicina, jornalismo e a magistratura – e o aprofundamento da legislação no sentido de uma igualdade entre mulheres e homens, gerou a falsa ideia de que as desigualdades salariais estariam erradicadas. Mas a análise comparativa dos salários mostra exatamente o contrário. A flexibilidade e a precarização do trabalho também atingem mais as mulheres (FERREIRA,

2010). Segundo dados do *European Institute for Gender Equality* (EIGE, 2020), os homens portugueses ganham em média 16,7% a mais do que as mulheres.

O movimento feminista retoma com força na segunda década dos anos 2000 por meio de coletivos e das mídias sociais. Os direitos das mulheres e da comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) têm vindo a ser sedimentados pela legislação e gradualmente aceitos pela sociedade. Além da legalização do aborto, Portugal também legalizou a união civil e a adoção por casais homossexuais. Em 2018, o governo aprovou a *Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação* que, busca combater a segregação ocupacional, promover a igualdade salarial e a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal (MAGALHÃES; MARÔPO; AMARAL, 2018).

Entretanto, ainda há muito o que mudar para as mulheres terem uma vida mais digna, principalmente em questões de violência de gênero. Em 2019, o *Estudo Nacional sobre a Violência no Namoro* (UMAR, 2019a), coordenado por Maria José Magalhães, mobilizou uma amostra de 4.938 jovens. A pesquisa mostrou que dos jovens que estiveram ou estavam numa relação de intimidade, 58% reportou algum dos indicadores de violência no namoro analisados no estudo, são eles: violência psicológica, controle, perseguição, violência física, violência sexual. Ou seja, os números da amostra justificam a preocupação quanto à incidência da violência nas relações amorosas entre jovens em Portugal. Já o estudo *Violência no Namoro em Contexto Universitário: Crenças e Práticas – 2017/2019* (NEVES et al., 2019), promovido pela Associação Plano i, mostrou que: difamação, uso das redes sociais para chantagear o outro, agressões físicas e coações a práticas de relações sexuais não desejadas, foram procedimentos vivenciados por mais da metade dos 2683 jovens que participaram do estudo.

Com essa breve contextualização do movimento feminista português, tentamos chegar aos dias atuais e ao que chamamos de quarta onda do movimento feminista, com o qual nossa pesquisa pretende contribuir traçando as demandas e perspectivas das reivindicações feministas nos dias de hoje. A seguir falaremos um pouco mais do movimento feminista na atualidade.

3.2 A QUARTA ONDA DO MOVIMENTO FEMINISTA

O termo “quarta onda” do movimento feminista vem sendo usado por ativistas, pesquisadores do feminismo e jornalistas. Ele surge primeiramente nos EUA em 2013, entretanto, reaparece no simpósio *Feminism: Influence* na Escola de Inglês e Drama na *Queen Mary* da Universidade de Londres que teve como objetivo reunir acadêmicos para discutir as

questões do feminismo contemporâneo e seu ativismo (CHAMBERLAIN, 2017). Para Chamberlain (2017) que procura analisar os limites e possibilidades da periodização em ondas:

Embora o uso das ondas tenha sido criticado por limitar o feminismo, o seu uso persiste. Isto não quer dizer que os problemas das narrativas em ondas tenham sido resolvidos, mas que possui várias possibilidades produtivas. Como tal, é necessário para as feministas encontrar um caminho para trabalhar com a narrativa que permita maior flexibilidade de abordagem. A onda pode ser um meio de abordar a temporalidade feminista, considerando como o passado e o futuro informam o imediatismo afetivo do momento presente (CHAMBERLAIN, 2017, p. 1, tradução nossa)⁸.

Dividir em ondas é um caminho para definir as características e ênfases de um momento específico e a grande quantidade de ações contra o sexismo. A metáfora das ondas é uma forma de separar cronologicamente os acontecimentos, é importante perceber que as ondas não são fluídas, ou seja, não se acabam exatamente de um ano para outro, além de não acontecerem exatamente ao mesmo tempo nos diferentes países do mundo. A demarcação em ondas serve para destacar as novas efervescências, por isso, consideramos importante usar essa nova terminologia da quarta onda para abordar o ativismo contemporâneo.

Para a britânica Kira Cochrane (2013) os temas fundamentais da quarta onda do feminismo são: a cultura do estupro, o feminismo *on-line*, o humor, interseccionalidade e a inclusão. A autora ressalta a importância em analisar as diferentes culturas onde as mulheres estão inseridas e o contexto que deixou latente as questões do que chamamos de quarta onda. Também são pautas dessa nova onda as questões da imagem do corpo, doenças como anorexia e os questionamentos sobre os corpos das modelos. Segundo a autora, a quarta onda começa a nascer no Reino Unido no verão de 2013, quando “as mulheres estavam abrindo os olhos para a misoginia e o sexismo e gritando contra isso” (COCHRANE, 2013, p. 5, tradução nossa)⁹.

Cochrane (2013) lista diversas iniciativas no Reino Unido quem marcam a nova onda, como: ações em grupos no *Facebook*; postagens no *Twitter* sobre assédio e estupro; iniciativas que questionavam a pouca participação política das mulheres e a ascensão a cargos de poder; críticas a jornais como o *The Sun* pela objetificação das mulheres com a campanha *on-line No More Page Three*; na universidade de Oxford as estudantes criaram a revista feminista *Cuntry*

⁸ “While the wave has been critiqued for limiting feminism, its usage persists. This is not to say that the problems regarding the wave narrative have been resolved, but that it nonetheless has a number of productive possibilities. As such, it is necessary for feminists to find a way to work with the narrative that allows for a greater flexibility of approach. The wave can be a means by which to approach feminist temporality, considering how the past and future inform the affective immediacy of the present moment” (CHAMBERLAIN, 2017, p. 1).

⁹ “women were opening their eyes to misogyny and sexism, and shouting back against it” (COCHRANE, 2013, p. 5).

Living escrevendo nela um manifesto e deixando claro que as feministas não odeiam os homens, mas a misoginia. O número de grupos feministas mais do que dobrou. A autora também menciona ações feministas em outros países como Alemanha, Cairo, Austrália, Ucrânia com as feministas do *Femen*, as russas com as ações do *Pussy Riot*, entre outras.

Diversos temas ainda estão em pauta e permanecem, mesmo já tendo sido demanda nas outras ondas, como: as diferenças salariais entre homens e mulheres; a crença de que algumas profissões são de homens e outras de mulheres; o preconceito com as mulheres nas contratações e ascensões no trabalho por terem filhos ou estar em idade fértil, a proibição ou criminalização do aborto; a discriminação contra mulheres lésbicas e transexuais e a violência contra a mulher. Mas diferentes dos outros períodos, as especificidades da quarta onda envolvem: ser tecnológica; buscar uma mudança política mais ampla; desacreditar das instituições já pré-estabelecidas; ter uma ampla preocupação com as desigualdades; confrontar o sexismo cultural; lutar contra o assédio e a cultura do estupro; as mulheres criarem campanhas a partir de suas experiências individuais, mas que já foram vividas por outras mulheres, e assim realizarem juntas o ativismo (COCHRANE, 2013).

A nova onda também interage com os movimentos que emergem com a crise econômica em 2010 vivida em alguns países da Europa, depois EUA. Ou seja, os movimentos contra austeridade, a resistência e a politização social na forma de protestos compõem o quadro de ações e reivindicações da quarta onda do feminismo (COCHRANE, 2013; CHAMBERLAIN, 2017).

A quarta onda ganha maior credibilidade do jornalismo contemporâneo e o termo é usado por diversos veículos de comunicação, como *Huffington Post*, *The Telegraph*, *L.A. Times* e *New York Times*. Além de emergir na academia como nas universidades de *Leicester* e *University College London (UCL)*. Na academia o termo feminismo se faz ainda mais presente, o que demonstra o alcance dessa onda. A quarta onda não é uma terminologia criada na academia, mas amplamente usada pelas ativistas e jornalistas comentando sobre os desdobramentos dela, o que indica que as manifestações penetraram amplas dimensões do feminismo (CHAMBERLAIN, 2017, p. 3).

Reconhecemos que a quarta onda encontra-se em desenvolvimento e está ocorrendo, entretanto, como afirmam Dean e Aune (2015), escrever sobre ela não irá sufocá-la, sendo também uma forma de determinar sua própria progressão. Afirmam ainda que o relacionamento entre o feminismo, o ativismo, e as bolsas de estudo tem sido muito produtivas. “O conceito de onda pode moldar ele mesmo sua forma de estrutura para falar de uma definição mais

formalizada com o foco no afeto, que é altamente contingente e adaptável, trabalhando nos espaços entre o pessoal e o político¹⁰” (CHAMBERLAIN, 2017, p. 5, tradução nossa).

Deve-se realçar na quarta onda o aumento do ativismo feminista e a capacidade de resiliência. Estamos assistindo à uma agenda de afirmações feministas com esforços de:

destradiconalização social (afirmando uma dimensão societária); (b) de descolonização do saber (uma dimensão epistemológica), e; (c) de despatriarcalização/desracionalização/desheteronormatização, em distintos planos e diferentes graus, de algumas instâncias do Estado, em especial do Poder Executivo (uma dimensão política). Estas transformações estão em curso, assim como estão ocorrendo as muitas resistências conservadoras para frear seus efeitos democratizadores e emancipatórios (MATOS, 2014, p. 2).

Tais esforços que marcam essa nova onda trazem uma combinação de discursos e práticas mobilizadoras simultaneamente históricas, políticas e sociais, “que reconhecem a interseccionalidade das diferenças como dado inescapável e como força politizadora das lutas sociais” (MATOS, 2014, p. 3). A quarta onda traz consigo:

1) O alargamento das questões de direitos humanos enfatizando o sexo, gênero, cor, raça, sexualidade, idade, geração, classe social;

2) A ampliação das mobilizações sociais e políticas dentro de uma moldura transnacional;

3) O foco no *sidestreaming* feminista, reconhecendo uma pluralidade de opressões além da opressão de gênero;

4) O foco no *mainstreaming* feminista, com novas formas de relação com o estado buscando a despatriarcalização das instituições estatais;

5) Nova forma teórica transversal e interseccional, construída com novas relações entre o Estado e a sociedade civil, que tem como uma de suas características ser policêntrico (estatal e anti-estatal ao mesmo tempo despatriarcalizador e descolonizador);

6) Uma teoria renovada, com “uma reformulação teórica profunda com forte concentração em tradições teórico-críticas feministas contemporâneas decoloniais e que visam um novo enquadramento para um feminismo cosmopolita” (MATOS, 2014, p. 3).

O que une todas as tendências do novo feminismo é a questão da violência contra a mulher, trazida em diversas formas de abordagens e desdobramentos. A quarta onda ganha maior amplitude a partir de 2015, mas desde o início dos anos 2010 já vem mostrando sua força,

¹⁰ “The concept that the wave might shape itself outside of the strictures of more formalised definition speaks to my focus on affect, which is highly contingent and adaptable, working in the spaces between the personal and the political.” (CHAMBERLAIN, 2017, p. 5).

como nas marchas da *SlutWalk*, ou Marcha das Vadias. Essas marchas tiveram início em 2011 em Toronto no Canadá, quando as mulheres se autointitularam vadias e saíram às ruas para protestarem contra uma série de estupros ocorridos na Universidade de York. Na ocasião o policial Michael Sanguinetti afirmou que as moças foram estupradas por se vestirem como *sluts* (vadias), responsabilizando as vítimas pela violência que sofreram. Há uma maior internacionalização do movimento que se dá nos diálogos pelas redes sociais que leva a manifestação para outras partes do mundo (HOLLANDA, 2018; GOMES; SORJ, 2014).

Desde 2011 a *SlutWalk* foi realizada em diversas cidades do mundo. Nos países de língua espanhola é chamada de *Marcha de las putas* ou *Marcha de las vagabundas*, e em Portugal de Marcha das Galdérias. No Brasil, São Paulo foi a primeira cidade a organizar a Marcha das Vadias, ainda em 2011. “A rapidez com que a marcha se disseminou pelo país e mobilizou a juventude é indissociável das possibilidades que as novas tecnologias de comunicação oferecem ao ativismo político” (GOMES; SORJ, 2014, p. 437). No ano seguinte 23 cidades do Brasil organizaram protestos, sempre dialogando por meio do *Facebook*, *Twitter*, *Youtube*, blogues e *e-mails*. Também ocorreram marchas nos EUA, Inglaterra, Alemanha, França, Holanda, Portugal, Israel, Índia, Argentina, México, Nicarágua e Colômbia (WOITOWICZ, 2014).

Na Marcha das Vadias as mulheres reivindicam a autonomia sobre seus corpos e usam o próprio corpo como suporte para a comunicação, escrevendo frases de protesto na própria pele. Elas ressignificaram o termo vadia como forma de empoderamento, tendo como slogan: “se ser livre é ser vadia, então somos todas vadias”. Nos corpos escrevem palavras de ordem como “Putas livres”, “útero laico” e “meu corpo, minhas regras”. Usam a nudez para se expressarem e criticarem as normas de gênero, o padrão de beleza e para pedir a liberdade através dos próprios corpos. São em sua maioria mulheres jovens, com nível de escolaridade universitário e em sua maioria brancas. Há também manifestações interseccionais de grupos como de pessoas LGBT e homens que participam da marcha. Verifica-se uma diversidade do sujeito político nesse feminismo (GOMES; SORJ, 2014, p. 438).

Em nossa tese nos propomos a analisar justamente esse período que chamamos de quarta onda. No Brasil também houve uma retomada do movimento social e da sua visibilidade nos veículos de comunicação e do ativismo *on-line*, por isso, a relevância em fundamentarmos teoricamente o que é essa nova onda. A seguir trataremos das especificidades deste período no Brasil.

3.2.1 A quarta onda do movimento feminista no Brasil

Ainda estamos vivendo o que chamamos de quarta onda, por isso a dificuldade em precisar as datas. Atualmente, na academia, nos movimentos sociais e na *internet* o feminismo encontra-se “na moda”, dentre as diversas vertentes como liberal, radical e socialista. Destaca-se o feminismo interseccional, que fala em um conjunto de opressões que se inter-relacionam, como classe, raça, idade, entre outras. Aponta-se para uma nova onda também no Brasil, que tem como uma de suas características, justamente, a internacionalização. Para Perez e Ricoldi (2018) três traços principais marcam a virada de uma nova onda: a mobilização construída e divulgada na *internet*, a interseccionalidade e a atuação por meio de coletivos.

Segundo as autoras o maior acesso à *internet* possibilitou a construção e divulgação de diversas vertentes feministas cuja pauta se baseia em demandas interseccionais como o combate ao machismo, ao racismo e à LGBTfobia (fobia de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros). O feminismo interseccional engloba os diversos feminismos. O movimento feminista contemporâneo também se organiza diferente, em forma de coletivos que dialogam nas redes sociais e saem do ambiente virtual para se apresentarem nas ruas, mas que encontram espaço para suas reivindicações e apoio mútuo na *internet*.

Perez e Ricoldi (2018) fizeram um levantamento analisando 58 trabalhos acadêmicos no Brasil que tratam da quarta onda do movimento feminista, sendo que a atuação nos meios digitais é o que marca essa nova fase. O ativismo digital ou ciberativismo, usa blogues e redes sociais, como *Youtube*, *Facebook*, *Instagram*, para criar e divulgar as causas feministas, possibilitando a multiplicação de ideias não hegemônicas. Além disso, todos os trabalhos mencionavam o feminismo interseccional. “Para o feminismo, o mundo digital possibilitou a expansão e o acesso quase ilimitado ao seu discurso, empoderando ainda mais mulheres, permitindo um novo lugar de fala” (TOLEDO, 2017, p. 5). A *internet* possibilita a divulgação em larga escala das ideias feministas e facilita a mobilização, a organização de protestos.

O terceiro aspecto que mais aparece nas produções acadêmicas brasileiras segundo Perez e Ricoldi (2018) é a relação do movimento feminista com o Estado, por exemplo, por meio da ocupação de cargos públicos por feministas, a participação do movimento na formulação de políticas públicas em instituições como os Conselhos Gestores, ou ainda pelo financiamento estatal para que as organizações feministas executem políticas públicas. O trabalho de Matos (2014) fala dessa institucionalização das demandas do feminismo com a elaboração e implantação de políticas públicas para as mulheres. Entretanto, como ressaltam Perez e Ricoldi (2018), a aproximação do Estado com militantes feministas foi principalmente

em 2003, durante o governo do presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, que tinha uma relação estreita com os movimentos sociais. O período, marcado por um cenário econômico mais favorável trouxe consigo a redução do financiamento de agências internacionais de Direitos Humanos, que deixavam ao Estado esse papel de financiar as ONGs. No entanto, eventos como as manifestações de 2013, o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016, a posse do vice-presidente Michel Temer e o atual governo de Jair Messias Bolsonaro trazem um encerramento desse ciclo, que mesmo apontado pelos trabalhos iniciais sobre a quarta onda não consideramos corresponder a realidade em 2019.

Há desdobramentos provenientes dessa institucionalização, a criação de ONGs, fóruns e redes feministas influenciadas pelas redes comunicativas do feminismo transnacional e internacional. Há a atuação do feminismo numa perspectiva transnacional que deriva daí um esforço sistemático de articulação entre feminismos horizontais (MATOS, 2014).

Uma das grandes manifestações recentes no Brasil se deu contra o Projeto de Lei nº 5.069/2013 (BRASIL, 2013) apresentado por Eduardo Cunha que dificultava o acesso das vítimas de estupro a cuidados médicos essenciais e ao aborto legal. O projeto de lei visava derrubar a tipificação legal de que a prática sexual não consentida é estupro, além de dificultar o acesso à pílula do dia seguinte e ao aborto em casos de estupro. Para ser considerado estupro, o ato deveria resultar em danos físicos e psicológicos, como se houvesse uma possibilidade de mensurar o dano de uma relação sexual não consentida. Houve diversas mobilizações, a mais marcante foi a manifestação unificada no dia 13 de novembro de 2015 (HOLLANDA, 2018, p. 29). As manifestações contra o projeto foram chamadas de “Primavera das Mulheres” e mostram o perfil dos movimentos atuais, organizado por meio de redes sociais.

O jornal *El País* publicou a notícia *Mulheres protestam contra Cunha pela terceira vez em duas semanas*, relatando que cerca de duas mil pessoas participaram do ato em São Paulo, além de manifestações no Rio de Janeiro na Cinelândia (ROSSI; MARTÍN, 2015). A Folha de S.Paulo também noticiou o evento sob o título *Mulheres fazem manifestação contra projeto do Congresso no centro de SP*, segundo a notícia a Polícia Militar a mobilização contabilizou cinco mil manifestantes que pediam a legalização do aborto e gritavam “Fora Cunha” (FOLHA DE S.PAULO, 2015).

Nas ruas, vozes femininas ressoavam palavras de ordem como: “O Cunha sai, a pílula fica”, “Meu útero não é da Suíça para ser da sua conta”, “As puta, as bi, as trava, as sapatão, tá tudo organizado para fazer a revolução” e “o Estado é laico, não pode ser machista, o corpo é nosso e não da bancada moralista” (HOLLANDA, 2018, p. 29).

As manifestações com ativistas predominantemente mulheres e uma pauta feminista mostram como o movimento feminista já “alcançava patamares inéditos e levava milhares de manifestantes às ruas das grandes cidades no país” (HOLLANDA, 2018, p. 29).

Ainda em 2015 no Brasil, foi realizada a campanha virtual do Projeto *Think Olga*, lançado em outubro daquele ano que visava estudar a violência sexual no Brasil. Em poucos dias a *hashtag* #primeiroassedio, referente aos relatos de assédio sexual sofrido por mulheres, se destacou nas redes sociais. Em 2014 foi lançada a campanha #NãoMereçoSerEstuprada, o movimento foi criado pela jornalista Nana Queiroz, depois da divulgação de dados a respeito do tema pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) indicando que 65% dos entrevistados acham que mulheres merecem ser atacadas quando estão com roupas que mostram o corpo.

No dia 18 de novembro de 2015, foi realizada a primeira Marcha Nacional das Mulheres Negras que reuniu 50 mil pessoas em um protesto contra o racismo e a desigualdade social (BRASIL, 2015b). E em agosto de 2015, a quinta edição da Marcha das Margaridas, levou 70 mil mulheres às ruas em Brasília. Essa marcha surge durante as articulações da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), no ano de 2000, é um movimento feminista e anti-capitalista que busca a autonomia das mulheres perante às instituições. O nome da marcha remete à Margarida Alves, uma mulher defensora dos direitos humanos, líder sindicalista assassinada em 1983 ao reivindicar direitos das mulheres do campo e denunciar abusos dos fazendeiros.

Segundo Hollanda (2018, p. 32) há pelo menos dois aspectos a serem destacados nas manifestações a partir de 2013 e que são marcas do movimento feminista atual. Primeiro a priorização do coletivo, com a recusa à valorização publicitária de lideranças. Há uma proliferação de microlideranças, mas é mantido o anonimato individual em prol do coletivo. Segundo uma linguagem política que tem o corpo como forma de expressão, passando pela performance.

Em manifestações como a Marcha das Vadias percebe-se mulheres plurais. O sujeito do feminismo não aparece mais somente como uma mulher do sexo biológico feminino, mas aparecem mulheres que reivindicam pautas não hegemônicas como as pautas LGBT. Há ainda a participação de homens na marcha, o que mostra uma ruptura com o feminismo das décadas passadas (GOMES; SORJ, 2014). A Marcha das Vadias tem um público muito jovem, em sua maioria, na faixa de 20 anos. Há jovens que reivindicam no movimento a categoria de “jovens feministas” e acabam por disputar espaço com as mais velhas no movimento feminista. A marcha é uma expressão do feminismo jovem, e a negociação das diferenças de gênero, sexualidade e geração é uma característica do “novo” movimento.

O fato de a marcha acolher homens feministas, homens e mulheres transexuais, mobiliza a noção do feminismo da diferença. A base teórica está na teoria *queer* que procura desconstruir a naturalidade das identidades e das diferenças (BUTLER, 2008). Na Marcha das Vadias pode-se verificar as relações de continuidade e as mudanças em relação às outras gerações feministas que trazem um novo repertório cultural, por exemplo, com a presença de membros LGBT, mas ainda reivindicando a autonomia da mulher sobre seu próprio corpo.

O debate sobre a legitimidade de incorporar homens e transexuais na organização da Marcha das vadias e as negociações que resultaram dessa demanda, indicam uma mudança significativa e tensa em relação às concepções feministas das gerações dos anos 1970 e 1980. A chamada oposição binária entre gênero e sexo, que servia de base para a definição do sujeito do feminismo, encontra-se confrontada com uma concepção na qual gênero, sexo, prática sexual e desejo flutuam independentemente, de modo a produzir uma multiplicidade de identidades que se definem como feministas. (GOMES; SORJ, 2014, p. 438).

As campanhas virtuais não podem ser deixadas de lado, já que elas têm incorporado as demandas do movimento feminista à discussão pública, casos como a campanha *Chega de Fiu Fiu*, que busca lutar contra o assédio nos espaços públicos. O evento surgiu após uma pesquisa realizada pela jornalista Karin Hueck, no blogue *Think Olga*, onde 99,6% das 8 mil mulheres que compunham a amostra tinham sido assediadas na rua. Outro exemplo do Projeto *Think Olga*, lançado em outubro de 2015 para estudar a violência sexual no Brasil, é a *hashtag* #primeiroassedio, referente aos relatos de assédio sexual sofrido por mulheres, que em poucos dias foi compartilhada 82 mil vezes.

A matéria *Mulheres se impõem contra cantadas de rua e criam grupos para entender feminismo* (TEIXEIRA, 2014) relata como as mulheres estão organizando grupos para discutirem o assédio que são vítimas no cotidiano, além dos depoimentos virtuais em que as mulheres relatam o assédio. O texto fala da campanha *Chega de Fiu Fiu* que foi criada a partir da enquete virtual com mesmo nome, realizada em 2013, que teve 7.762 participantes. A enquete mostrou que 83% das respondentes não acham legal ouvir cantadas e apenas 17% das respondentes consideram esse comportamento “algo legal”. Slogans como “Caminhar por um espaço público não torna meu corpo público” e “Você acha que gritar ‘ô gostosa’ na rua é elogio? Sua mãe não” fazem parte do material que passou a circular pela *internet*.

“Essa liberdade que existe de poder agredir uma mulher na rua pode levar a atitudes muito mais violentas. Não é algo que pode ser tratado como normal”, diz a jornalista Juliana de Faria, 29, criadora do site *Think Olga*, que discute temas femininos e que divulgou a pesquisa. (TEIXEIRA, 2014, não p.).

A publicação conta com a entrevista de oito mulheres, entre elas a delegada Maria Raquel Coreggio, da 5ª Delegacia de Defesa da Mulher, que fala do aumento no número de mulheres a registrarem boletim de ocorrência. Também chama a atenção no texto a seção de serviços com lugares para cursos feministas em São Paulo, como o curso Filosofia Feminina da filósofa Márcia Tiburi.

3.2.2 A quarta vaga do movimento feminista em Portugal

A nova onda feminista está se afirmando, e assim como no Brasil, há uma grande internacionalização do movimento. Entretanto, o que chama a atenção no momento atual é a onda de imigração de brasileiros em Portugal e como isso tem influenciado nos movimentos sociais do país.

No texto do jornal Público, *Porque “não está tudo feito”, elas criaram o primeiro grupo feminista da Academia do Porto*, as entrevistadas relatam o processo de criação do coletivo (AFONSO, 2018). O grupo foi organizado pelas estudantes do curso de Letras ao ficarem sabendo que muitas universidades no Brasil já tinham esse tipo de organização. O objetivo do Coletivo Feminista de Letras é atuar tanto na conscientização quanto na ação, organizando e participando de eventos.

O mais recente é o 1.º de Maio Feminista, marcado para esta terça-feira, 1 de Maio, às 15 horas, diante da Câmara Municipal do Porto. Com objectivo de juntar trabalhadores precários e não sindicalizados e de lutar contra a desigualdade entre mulheres e homens, racismo, discriminação de pessoas migrantes, trabalho sexual, assédio e outras problemáticas associadas, o grupo quer dinamizar todos os tipos de acções consideradas “úteis para as pessoas”, como refere Carolina Alves. E isto com o propósito de consciencializar os estudantes (e não só) acerca do que é, na realidade, o feminismo e a sua luta (AFONSO, 2018).

O debate sobre assédio e violência sexual é, sem dúvidas, central no feminismo da quarta onda. Um grande exemplo foi o movimento *#MeToo* que surge como *hashtag* nas redes sociais em outubro de 2017 para denunciar o assédio e ganha notoriedade após ser usada por atrizes de *Hollywood*. A expressão *MeToo* vem do movimento *The Silence Breakers*, algo como quebra do silêncio. Entretanto, segundo Maria José Magalhães, investigadora da Universidade do Porto, a dimensão que as denúncias alcançaram em todo o mundo não foi a mesma em Portugal. Segundo a pesquisadora poucas ativistas falam publicamente sobre as causas que defendem (FLOR, 2018b).

Em Portugal as pautas mais atuais do movimento feminista versam sobre as diferenças salariais, o assédio sexual, as questões da justiça machista e questões LGBTI. Em 2014 foi criada a Capazes, uma associação feminista fundada pelas apresentadoras de televisão Iva Domingues e Rita Ferro Rodrigues, inicialmente denominada Maria Capaz. Esta é a página mais acessada no país e tem como objetivo a sensibilização da sociedade civil para a igualdade de gênero, a defesa dos direitos das mulheres e o empoderamento das mesmas. Diferentemente do feminismo brasileiro, o português é mais institucionalizado mesmo no ativismo digital. As diferenças no ativismo digital no *Facebook* do Brasil e de Portugal refletem as realidades sociais e políticas específicas de cada um dos países (SILVA; MAGALHÃES; MARÔPO, 2017).

No caso do Brasil, a grande expressividade da mobilização se relaciona à dimensão dos problemas que o país enfrenta atualmente (em particular à violência de gênero), contexto muito diferente do português, onde a mobilização via Facebook é menos visível, mas cujo movimento feminista tem seguido um caminho significativo e atuante, num enquadramento historicamente mais favorável e estável, em que os direitos das mulheres têm obtido reconhecimento social e legal (SILVA; MAGALHÃES; MARÔPO, 2017).

Magalhães, Marôpo e Amaral (2018) desenvolvem o estudo da página no *Facebook* da associação feminista portuguesa Capazes, os resultados mostram que a categoria “reflexões sobre o feminismo” é a que tem mais postagens, seguida das categorias “violência doméstica” e “violência psicológica”. As autoras concluem que a página usa um “feminismo na primeira pessoa”, com posições políticas que não são muito explícitas e poucas denúncias de desrespeito aos direitos das mulheres. Ao comparar com a página brasileira Não me Kahlo, verificaram que os dois perfis possuem semelhanças na sua agenda ativista no sentido da promoção de uma identidade coletiva, na denúncia, principalmente, da violência contra a mulher e na contestação aos estereótipos de gênero. Mas, na página brasileira há um feminismo como causa coletiva, em discursos fortemente politizados, com ênfase no grupo social, exceto nos casos de vítimas de feminicídio.

Para Andrea Peniche (2019a) a quarta vaga do feminismo português e mundial chegou e veio para ficar. É uma onda criativa e insubmissa. Ela se refere principalmente à Greve Feminista Internacional no dia 8 de março que levou muitas portuguesas às ruas.

Fomos 30 000 a ocupar as ruas e as praças de 13 cidades do país, do continente às ilhas. Se 20 000 em Lisboa é espantoso, se 7000 no Porto é extraordinário, se 600 em Coimbra é brutal, não posso deixar de sublinhar que este processo de greve e manifestação fez aquilo que ninguém tem a ousadia de fazer: olhar o país nas suas diferenças e desigualdades e construir uma rede nacional ativista capaz de dar voz às mulheres dos seus quatro cantos (PENICHE, 2019a).

A ativista destaca que o movimento feminista tem hoje uma agenda diversificada, luta contra a justiça machista, exige respostas para a violência de gênero, denuncia o assédio sexual e reivindica alternativas às praxes machistas – tradições estudantis em Portugal, semelhantes aos trotes nas universidades no Brasil, nos quais os calouros são submetidos a humilhações e violências. Soma-se às posições anteriores a defesa da divisão do trabalho doméstico e a criação do estatuto do cuidador/cuidadora.

Enfim, a quarta vaga está “empenhada em derrotar completamente a nossa milenar cultura misógina e a violenta predação sexual que dela resulta” (BEBIANO; RAMALHO, 2018, p. 72), da qual faz parte movimentos como o *#MeToo* e o *Time’s Up*.

Após traçarmos um histórico do movimento feminista, enfatizando as características dos dois países estudados, iremos tratar dos estudos feministas de mídia, um dos pilares teóricos dessa tese.

4 O JORNALISMO E OS ESTUDOS FEMINISTAS DE MÍDIA

Neste capítulo iremos abordar o processo de seleção de notícias no jornalismo, alguns estudos sobre a representação das mulheres na mídia, a forma com que as mulheres que fazem parte da política institucional são retratadas pela imprensa e os estudos feministas de mídia, até chegarmos à cobertura jornalística do movimento feminista.

A importância do jornalismo na democracia está no seu papel de (in)formação dos cidadãos, que devem ter direito a informações relevantes e atualizadas. A qualidade das informações é objeto de preocupação de diferentes correntes de teorias da democracia (DAHL, 1997; DOWNS, 1999). Na comunicação de massa há uma seleção das informações, o processo chamado *gatekeeping* que é a transformação e a seleção do conteúdo das informações que serão transformadas em notícias, sendo este o papel central da mídia (SHOEMAKER; VOS, 2009). A teoria do *gatekeeping* descreve como os eventos são cobertos pelos veículos de comunicação, e como essa forma afeta a realidade social das pessoas. Ao atravessar os portões, os “*gates*”, a informação pode vir a se tornar parte da realidade social das pessoas, também podendo influenciar a opinião pública acerca do item em questão. Na nossa pesquisa ao entrevistar jornalistas e representantes das organizações feministas buscaremos verificar como se dá essa passagem de algumas pautas feministas.

As representações de mundo produzidas pela mídia podem ou não ser consoantes, as semelhanças e diferenças na cobertura de um mesmo evento podem ser, por exemplo, ao analisar o conteúdo de um manifesto, com histórias diferentes umas das outras em maior ou menor grau. Mas ao verificar a natureza e o valor da notícia em nível teórico fica mais claro perceber porque os eventos são cobertos de forma semelhante ou distinta. Segundo Shoemaker (1996) as pessoas são programadas para gostar mais de informações excêntricas, sobre ameaças e mudanças, por isso essas formas de desvio são enfatizadas nas notícias. Entretanto, a diferença cultural entre os países pode “definir o que é um desvio e qual é o significado social dos eventos, ambos dimensões do valor-notícia” (SHOEMAKER; VOS, 2009, p. 16).

Os processos de seleção das notícias envolvem não apenas a seleção ou rejeição de dados aspectos, mas o processo de torná-los mais atraente para o receptor. As mensagens ultrapassam uma série de filtros ao longo do processo de se transformar em notícia, o processo começa quando o jornalista transforma a informação de um evento em mensagem. A característica básica de eventos com valor notícia diz respeito ao fato, das pessoas ou do tema constituírem desvios ou não. Há uma fronteira do que é a sociedade e do imaginário de como

ela deveria ser, o que é um desvio, as violações de normas e regras conseguem chamar a atenção (SHOEMAKER; VOS, 2009, p.41).

Os jornalistas selecionam alguns atributos para um evento ter valor notícia, tais como: proximidade, importância, interesse, conflito, sensacionalismo, novidade e raridade. São identificadas quatro dimensões: política, econômica, cultural e bem-estar público. É a partir destes valores que são escolhidos os acontecimentos a serem tratados pelos meios de comunicação, esses valores são comuns e característicos da cultura profissional dos jornalistas que analisam a noticiabilidade (um conjunto de critérios) de um acontecimento (SHOEMAKER; COHEN, 2006; TRAQUINA, 2005).

Os selecionadores das notícias têm um processo de tomada de decisão semelhante à do consumidor, eles precisam comprar a ideia, pois são consumidores, produtores e distribuidores de mensagens. Muitas vezes essa mensagem é realmente comprada por meio de textos pré-elaborados pelas relações públicas e assessorias de imprensa que podem indicar fontes para falar sobre determinados temas. As fontes vão construir a informação ao dar ênfase em alguma mensagem e seu aspecto em detrimento de outras. Estudos como o de Rich e Weaver (2000) mostram que os jornalistas tendem a dar prioridade a fontes oficiais que geralmente tem relações com governo, partidos políticos, corporações ou órgãos de pesquisa. Ao dar prioridade a fontes oficiais a mídia privilegia aqueles que estão no poder, reduz a diversidade de pontos de vista e pode reforçar estereótipos de gênero.

O jornalismo é local de debate de diversos temas e um campo legitimado na esfera pública. Nosso interesse é analisar como são construídas as representações simbólicas de gênero, mais especificamente como constrói a representação do movimento feminista. Trata-se de uma relação, entre a mídia e o movimento feminista, ainda pouco estudada no Brasil, com alguns estudos já desenvolvidos em Portugal e outros países como EUA e Inglaterra, Austrália, Índia (VAN ZONEN, 1994; MENDES, 2011a, 2011b, 2012; CERQUEIRA; CABECINHAS, 2015; FALUDI, 1991; NEUENDORF, 2011; SARMENTO, 2017).

A análise crítica das notícias é central nos estudos de mídia há muitas décadas, mas é mais recente o estudo com foco no gênero. Os primeiros estudos com esse foco verificavam quem fez a notícia, os critérios de notoriedade, porque alguns eventos são destacados e outros totalmente ignorados. Os estudos de gênero e mídia querem saber o que faz um acontecimento ser noticiável, como as mulheres são representadas nas notícias e se há diferenças em uma notícia produzida por um homem ou uma mulher (GILL, 2007).

O *Global Media Monitoring Project* (GMMP) de 2015 mostrou que existe uma sub-representação da mulher na mídia, elas são menos de um quarto dos atores/personagens das

notícias, e quando se entrevista um especialista, mais de 83% das vezes é um homem. Além disso, não é somente a sub-representação, uma descoberta consistente dos estudos é que as notícias focam na aparência física das mulheres, sempre descrevendo pelo menos a idade e a cor do cabelo (GILL, 2007, p. 115).

Gaye Tuchman descreveu uma das não escritas leis da reportagem da mídia que parece ser uma deprimente verdade até hoje desde 1975 quando ela escreveu: quase todas elas que a mídia irá representar uma mulher será por um ou dois caminhos – em termos do seu papel doméstico ou seu atrativo sexual. Isso vale para mulheres políticas e “mulheres comuns” tanto quanto para celebridades do entretenimento que cada vez mais preenchem nossos jornais diários (GILL, 2007, p. 115-116, tradução nossa)¹¹.

Nove anos depois, o GMMP de 2015 mostra que os resultados da sub-representação das mulheres permanecem nos veículos impressos, nos meios tradicionais e o “modelo” também se repete nas plataformas de notícias digitais, sendo que as mulheres representam apenas 25% das pessoas nas notícias na *internet*. Também as mulheres são mais retratadas como vítima, em 16% das notícias e os homens em 8%, e na maioria dos casos são retratadas como vítimas de violência doméstica. O tema que mais aparece quando as mulheres são o elemento central da notícia é crime e violência em 17% dos textos, quando a temática central é política e governo, as mulheres são centrais em apenas 7% das notícias (GMMP, 2015).

Ao fazer um balanço dos 20 anos do GMMP, Karen Ross (2015) mostra poucos avanços na forma de retratar as mulheres nos jornais dos 114 países analisados.

As mulheres aparecem mais nas histórias de ciência e saúde, sociais e legais, histórias de crime e violência e essa é uma tendência que se manteve estável nos últimos 20 anos. Suas funções nas histórias das notícias também têm permanecido estável dentro de alguns pontos percentuais e elas são mais solicitadas para falar de suas experiências pessoais (38%) em relação a outras histórias que são testemunhas oculares, porta-voz ou especialista (19%) (ROSS, 2015, p. 80, tradução nossa)¹².

As notícias sobre homens raramente descrevem a aparência física. Estudos comparam como as mulheres com os mesmos cargos públicos de homens são retratadas na mídia, mostrando que as mulheres tem significativamente menos cobertura que os homens. A idade

¹¹ “Gaye Tuchman’s description of one of the unwritten laws of media reporting seems as depressingly true today as it was in 1975 when she wrote it: almost whoever she is the media will represent a woman in one of two ways – in the terms of her domestic role or sexual attractiveness. This goes for female politicians and ‘ordinary women’ as much as for the entertainment celebrities who increasingly fill our daily papers” (GILL, 2007, p. 115-116).

¹² “Women are more likely to appear in science and health stories, social and legal stories and crime and violence and this is a trend which has remained stable over the past 20 years. Their function in news stories has also remained more or less the same or within a few percentage points and they are now even more likely to be asked to speak about their personal experience (38%) in relation to a story than for any other reason such as eye witness, spokesperson or expert (19%)” (ROSS, 2015, p. 80).

das mulheres e o estado civil são rotineiramente comentados em notícias políticas. Mesmo quando ocupam cargos políticos as mulheres são chamadas apenas pelo primeiro nome nas notícias e as fotos das parlamentares são, em sua maioria das vezes, no ambiente doméstico (ROSS, 2002). Um estudo comparativo com mulheres parlamentares da Inglaterra, África do Sul e Austrália, mostrou que de acordo com as notícias dos três países as mulheres nunca são boas o suficiente, ou são muito gordas, muito magras, muito jovens, muito velhas, usam muita maquiagem ou pouca maquiagem. Além da aparência, sempre enfocam os papéis de gênero do senso comum, como o cuidado doméstico da casa e com os filhos, por exemplo, perguntando, quem cuida dos seus filhos (ROSS, 2002).

A igualdade da representação de diferentes gêneros no conteúdo da mídia é um direito que também se refere às conquistas de direitos das mulheres, na medida em que essa igualdade acompanhe e reformule as normas e padrões sociais e culturais que mantêm as injustiças de gênero. Embora nosso estudo não seja sobre a representação das mulheres de forma individual, mas da representação das mulheres como agente coletivo do movimento feminista, os dados ajudam a contextualizar a relevância do nosso estudo.

Na Ciência Política, os estudos de mídia, gênero e política geralmente concentram-se nas elites políticas. Cientistas políticos se interessam por questões relacionadas à influência do gênero do candidato em relação à cobertura da mídia durante a campanha eleitoral ou após a eleição, entretanto, ignoram a cobertura midiática das mulheres ativistas (HIGHT-PIPPERT, 2005). São análises que não focam o movimento feminista, mas a representação das mulheres na política, como Tavares e Massuchin (2019) que analisam as candidatas na campanha eleitoral televisiva. Ou estudos que analisam a representação de gênero nas notícias e verificam a presença de estereótipos que remetem a certas concepções do papel da mulher na sociedade, especialmente relacionado à vida privada e de certa forma questionando sua competência na vida pública (BIROLI, 2010). Ao representar a divisão convencional dos papéis de gênero na mídia, mulher e homem, de forma binária, hierárquica e patriarcal, dando valor preponderante ao gênero masculino, a mídia pode contribuir na propagação de visões de mundo que tentem a reforçar as hierarquias já existentes socialmente e que o movimento feminista busca derrubar (AZAMBUJA, 2014).

As desigualdades e assimetrias de poder entre homens e mulheres enquanto grupos sociais são manifestadas no acesso privilegiado à imprensa. Estudos feministas comprovam que o aumento da participação de mulheres dentro das redações não corresponde à redistribuição de poder nas mesmas, nem como a uma priorização da temática de gênero. As mulheres são fontes principalmente em notícias de temas considerados marginais, sendo vistas como fontes

menos credíveis que as masculinas (AYERRA, 2003). Pinto-Coelho e Mota-Ribeiro (2009) mostram que em temas e editoriais de política, economia, negócios, guerra e assuntos internacionais há uma predominância do masculino, tanto dos jornalistas que produzem o conteúdo quanto das fontes entrevistadas. Nas notícias mais *soft* e em temas ligados à sociedade e cultura é que predominam as mulheres.

É importante levar em consideração que ter mulheres produzindo notícias não significa ter uma perspectiva política feminista. Falar a partir da posição de mulher significa conhecer a realidade a partir da ótica de gênero, já falar a partir de uma ótica feminista significa ter uma distância crítica relativa ao gênero e a si mesmo. Se levarmos em conta que estamos tratando de um dos discursos públicos mais influentes – o jornalístico – por sua credibilidade e difusão, percebemos o grande controle da ação discursiva feminina que essa desigualdade provoca.

Falaremos a seguir da cobertura jornalística das mulheres como atores políticos.

4.1 A COBERTURA JORNALÍSTICA DAS MULHERES NA POLÍTICA

Tratamos aqui da visibilidade que os meios de comunicação dão às mulheres como atores políticos, mais especificamente a representação da mulher na política. Análises mostram que além de serem minoria como candidatas, após eleitas as mulheres estão sujeitas a lidar com os estereótipos de gênero que constroem sua ação política e a visibilidade desta ação no noticiário jornalístico, num processo que se realimenta (BIROLI, 2008).

Considera-se como “próprio” para a atividade política feminina lidar com questões sociais, família, assistência social e meio-ambiente, entretanto, esses temas são os que possuem menor visibilidade na cobertura jornalística da política. Torna-se um desafio para as mulheres eleitas, ou enfrentam os estereótipos e assumem uma postura desviante que pode ser trazer ônus, ou adequam-se ao que já é esperado, já que a política é um espaço predominantemente masculino (MIGUEL; BIROLI, 2008).

A visibilidade na mídia compõe de várias maneiras o capital político: tem efeitos sobre as relações entre os líderes e os cidadãos comuns; tem efeitos sobre os processos de valorização, reconhecimento e desgaste público do político diante dos cidadãos comuns e dos seus pares; pode significar um acréscimo de visibilidade e relevância ao político no próprio campo político (na política parlamentar e/ou partidária, por exemplo (MIGUEL; BIROLI, 2008, p. 24).

A visibilidade na mídia é de grande importância para o capital político, o que pode favorecer ou desfavorecer as trajetórias políticas, já que a invisibilidade nos meios de

comunicação é um empecilho. Para ser pautado como conteúdo jornalístico o político passa pelas percepções dos agentes do campo jornalístico sobre o que é a notícia e quem deve falar sobre determinadas questões. O conceito de campo de Bourdieu possibilita avançar no entendimento da interação entre mídia e política (MIGUEL, 2003). Neste conceito, as exclusões, censuras e silêncios são em sua maioria produtos do funcionamento do próprio campo. Há uma absorção das regras pelos agentes desse campo que participam da distribuição do capital simbólico e estão inseridos em disputas internas e na concorrência com outros veículos (MIGUEL; BIROLI, 2008).

A mídia pode contribuir para reforçar a estrutura de relações e interações já constituída das diferenças entre gênero, ao difundir visões da realidade social que confirmam e naturalizam as diferenças entre homens e mulheres em relações à hierarquia de gênero. Ou ainda, as noções de público e privado, ao “confirmar” o pertencimento de homens e mulheres a determinadas funções, naturalizando a permanência nas mesmas. Também ao associar algumas qualidades à fala das mulheres, como a emotividade, conseguindo desvalorizar o discurso feminino no campo político (YOUNG, 1989; MIGUEL; BIROLI, 2008).

Como esfera de representação a mídia contribui de forma privilegiada para as dinâmicas de dar vozes e perspectivas distintas à visibilidade, favorecendo ou desfavorecendo um ator ou um grupo, e oferecendo possibilidade de *status* e valor público. Ao reconhecer que determinado grupo existe politicamente, como no caso da nossa pesquisa o movimento feminista, perceber que esses grupos têm um discurso político próprio pode favorecer para uma visão positiva ou não do movimento (MIGUEL, 2003; MIGUEL; BIROLI, 2008).

O jornalismo tem a possibilidade de enaltecer ou apagar vozes vinculadas às diferentes perspectivas sociais. Ao apagar as trajetórias oculta o que elas têm de politicamente significativas, tornando invisíveis os problemas e demandas que essas vozes representam. É possível perceber esses filtros feitos no jornalismo quando se diz respeito a determinados grupos sociais étnicos, mulheres e trabalhadores. Ao enaltecer algumas características desses grupos pode acabar por prejudicá-los. No caso das mulheres, ao associar a fala feminina à emotividade acabam por desvalorizar o discurso no campo político.

Estudos como o de Miguel e Birolí (2008) demonstram como a mídia não somente reflete a realidade que a cerca, mas desempenha uma função ativa na reprodução de práticas sociais. Isso ocorre quando um telejornal ou o jornalismo impresso não só descreve uma situação, mas naturaliza e contribui para sua perpetuação, como no caso das questões de gênero na política. O jornalismo contribui dessa forma para dificultar ainda mais o ingresso e o sucesso das mulheres na política, que tem atribuída a reponsabilidade no espaço doméstico com o

cuidado com a casa e os filhos, o que dificulta assumirem carreiras profissionais como a da política, que exige tempo para se dedicar. Assim, as mulheres já têm mais dificuldades para participarem de movimentos sociais, partidos e fazer campanha eleitoral. A ocupação de um cargo político gera o afastamento da família o que é um dilema para as mulheres e não para os homens. Os meios de comunicação ao naturalizarem o modelo sexista e reproduzi-lo de forma acrítica contribuem para reforçá-lo. Ao representar o mundo da política como um espaço especializado, restrito a poucos e predominantemente masculino reforça preconceitos e exclui mulheres e membros de outros grupos subalternos.

4.2 A RELAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS COM A MÍDIA

Os movimentos sociais e as associações cívicas, buscam ampliar sua influência, atingindo diferentes agendas como “a dos meios de comunicação, a dos partidos políticos e a dos corpos parlamentares e administrativos. Através dos media, as questões e causas de atores cívicos podem alcançar uma audiência muito mais ampla do que seria possível por meio de ações direta” (MAIA, 2009a, p. 91). A mídia auxilia na inserção de temas na agenda pública, contribuindo para elaborar a percepção que os cidadãos têm das temáticas e dos atores políticos.

Embora atualmente os movimentos sociais consigam dialogar com o público por meio das redes sociais e de mídias alternativas, eles ainda precisam dos *media* para ter acesso a um público mais amplo. Essas relações envolvem atores complexos: os mídias (jornalistas, editores, produtores) e os movimentos sociais que não representa um ator único, mas atores. Entretanto, os movimentos sociais precisam mais dos *media* para poder contar suas narrativas do que os *media* dependem dos movimentos sociais (GAMSON; WOLFSFELD, 1993). Diversos estudos já apontaram a prevalência de fontes oficiais no jornalismo, dessa forma, para ganhar espaço entre as notícias os atores cívicos competem entre si para ganhar atenção e espaço. Pois o foco nas notícias políticas centra-se na política institucional formal, por isso, os grupos da sociedade civil usam muitas vezes de artifícios para chamarem a atenção, como manifestações, campanhas e ações espetacularizadas (MAIA, 2009a).

Os movimentos precisam da mídia por três principais objetivos: mobilização, validação e ampliação do escopo. Em relação à mobilização, a maioria dos movimentos deve alcançar seu eleitorado em parte por meio de alguma forma de discurso público. O discurso público é realizado em vários fóruns, incluindo publicações e reuniões do próprio movimento. Mas o discurso da mídia continua

indispensável para a maioria dos movimentos. (GAMSON; WOLFSFELD, 1993, p. 116, tradução nossa)¹³.

Entretanto, um dos problemas centrais que os movimentos sociais enfrentam “é fazer com que repórteres e jornalistas adotem seus enquadramentos preferenciais no ambiente midiático” (MAIA, 2009a, p. 92). Cada empresa de comunicação tem suas características operacionais e os profissionais da mídia dão o tratamento ao conteúdo construindo narrativas, selecionando entrevistados (fontes) e as imagens que utilizarão. Algumas temáticas que vão contra padrões hegemônicos pré-estabelecidos encontram mais dificuldades em serem enquadradas na perspectiva desejada pelos atores sociais nas mídias.

Sabemos que as pautas feministas acabam sofrendo essa dificuldade de ser enquadrada como o movimento deseja. Por isso, a seguir trataremos da cobertura do movimento feminista pela mídia.

4.3 A COBERTURA JORNALÍSTICA DO MOVIMENTO FEMINISTA

A pesquisa sobre a cobertura noticiosa do ativismo de mulheres é importante para a compreensão da relação pública do movimento social com a sociedade e com a forma como suas pautas, caminhos, ganhos passados e expectativas para o futuro são apresentados no jornalismo (SARMENTO, 2017). Desde a década de 1960, um dos desafios do movimento feminista foi perceber o poder dos meios de comunicação na construção da identidade e da representação. Os meios de comunicação muitas vezes contribuíram e contribuem para representar o movimento feminista de forma negativa, não permitindo ao movimento obter mais simpatizantes e apresentar seus posicionamentos perante a causa das mulheres, dessa forma, o movimento cria canais de comunicação alternativos (SILVEIRINHA, 2004; CERQUEIRA; CABECINHAS, 2015; VAN ZONEN, 1994).

Na década de 1980, análises como a de Susan Faludi (1991) nos jornais dos EUA mostram uma aversão da imprensa ao movimento feminista, fazendo o que a autora conceituou como *backlash*. O termo denota as atitudes reacionárias contra movimentos sociais como o feminista, e a pesquisa mostra a forma que a mídia enquadrou pesquisas científicas tentando

¹³ “Movements need the news media for three major purposes: mobilization, validation, and scope enlargement. Regarding mobilization, most movements must reach their constituency in part through some form of public discourse. Public discourse is carried out in various forums, including the movement's own publications and meetings. But media discourse remains indispensable for most movements because most of the people they wish to reach are part of the mass media gallery, while many are missed by movement-oriented outlets” (GAMSON; WOLFSFELD, 1993, p. 116).

culpar o feminismo pela infelicidade das mulheres, e como os jornalistas distorciam as pesquisas para manter um discurso conservador e anti-emancipatório. A autora ainda apresenta como as mentiras anti-feministas e a aversão ao movimento é propagada na mídia *mainstream* nos EUA, demonstrando que o mesmo pode ocorrer em outros países. Este é um dos nossos objetivos, verificar se as mulheres são culpabilizadas pelas assimetrias de gênero persistentes em nossa sociedade.

Uma estratégia que passa a ser usada pelas feministas para ultrapassar as barreiras dos selecionadores de notícias são os eventos, as efemérides e as grandes manifestações, e datas como o “Dia Internacional da Mulher”. Ao conseguirem se inserir como valor notícia, as fontes que representam a pauta feminista veem uma oportunidade de colocar na esfera pública seu ponto de vista sobre determinado assunto. Outras estratégias são a elaboração de eventos chocantes, intervenções artísticas, por terem mais oportunidade de serem noticiados (CERQUEIRA; CABECINHAS, 2015).

Dessa forma, as mídias têm uma grande capacidade em apresentar representações sobre as mulheres e os movimentos sociais como um todo, mas é válido ressaltar que essa representação não é fabricada pelos jornalistas. Ela resulta de complexas relações entre o público, os contra-públicos e as instituições. Há relações de poder, de dominação, já que sabemos que nos discursos das mídias representam as relações de poder que existem na sociedade. Percebemos que na relação das mídias com a sociedade há modificações, reconfigurações e contradições, mas não descartamos a ideia de que as rotinas jornalísticas podem privilegiar pontos de vista dominantes, contribuindo para a homogeneização e até mesmo a marginalização de determinados grupos (MACÉ, 2006; SOUZA; ALMEIDA; DRUMMOND, 2017; VAN ZONEN, 1994, CERQUEIRA; CABECINHAS, 2015; CABECINHAS, 2007).

Sob essa perspectiva das relações de poder e dominação no produto jornalístico, há discursos hegemônicos que são portadores de “valores universais”, dessa forma, há uma disputa permanente e relações de conflito e negociações constantes entre os atores sociais (MOUFFE, 2007). O jornalismo traduz para o público compreensões sobre o mundo social, se a narrativa jornalística se baseia em estereótipos estes podem se tornar “chaves interpretativas” (BIROLI, 2017) que podem garantir posições de poder e dominação. Por exemplo, ao tratar o movimento feminista como inadequado, desagradável, e taxando as mulheres que reivindicam seus direitos como loucas, não femininas, vulgares e que usam a nudez para protestar como seres sem pudor, sem religião e outros valores hegemônicos considerados socialmente negativos, o jornalismo

desqualifica a forma que as mulheres usam para chamar a atenção da mídia para suas lutas como a violência doméstica, a descriminalização do aborto e a questão do assédio sexual.

Sistemas de opressão que agem sobre grupos sociais que sofrem injustiças e desvantagens foram observados por Young (2002), os estereótipos são “mecanismos atuando na vida cotidiana” (YOUNG, 2002, p. 75) que tornam naturais ou comuns, invisibilizando a realidade desses grupos, permeando a realidade desses grupos e se naturalizando como se fossem inquestionáveis. Alguns exemplos de estereótipos negativos são a noção dos homossexuais como pessoas promíscuas, das mulheres como aptas a cuidar das crianças. Assim, os conflitos entre os papéis definidos pelos estereótipos podem ser tratados como um desvio (BIROLI, 2017), como os casos de sucesso profissional das mulheres, mulheres que se destacam no esporte, mulheres na política institucional e feministas “femininas”.

“É inegável que os estereótipos como recurso retórico no discurso midiático colaboram para validar determinadas referências como sínteses que auxiliam a traduzir os acontecimentos narrados” (MANTOVANI, 2019, p. 175). Podemos trazer como exemplos: a afirmação de que o trabalho doméstico pertence às mulheres e as atividades profissionais políticas dos homens, reforçando os papéis de gênero do senso comum.

Depois de apresentada as características da cobertura jornalística do movimento feminista, iremos fazer uma breve revisão bibliográfica dos poucos estudos que existem sobre a relação do movimento feminista e a mídia no Brasil. Sarmento (2017) estuda a cobertura feita pelo jornal Folha de S.Paulo de 1921-2017 do movimento feminista, utilizando uma análise qualitativa de conteúdo. Há também estudos sobre a cobertura da imprensa de temáticas feministas como o aborto (MANTOVANI, 2013; LUNA, 2014). Já Woitowicz (2008) estuda a imprensa feminista na mídia alternativa, nos jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio.

Simone Schmidt (2000) analisa o feminismo nas páginas no jornal brasileiro Folha de S.Paulo dos anos 1970 a 1990, mas o estudo está focado apenas nos suplementos culturais *Folhetim* e *Mais!*. Suas conclusões são que havia no período uma guerra surda contra o feminismo e suas conquistas nos anos 1990, mas na década de 1970 fazia um balanço positivo das conquistas feministas. Para a autora, os textos do início dos anos 1990 tentavam um esvaziamento do sentido político do termo multiculturalismo, banalizando o discurso de gênero e raça. Demorou algum tempo para que a mídia brasileira tratasse com seriedade o feminismo. Diziam que o feminismo decretou sua própria falência e que era fantasiosa a ideia de homens opressores e mulheres vítimas. Entretanto, após esse período de *backlash*, um texto de outubro de 2000 do caderno *Mais!* tem uma matéria de capa sobre *A nova onda do feminismo*, se perguntando nos diversos textos sobre o esgotamento ou não do feminismo. A resposta vem

com a necessidade de olhar as temáticas sobre a perspectiva de gênero, enfim, apresenta-se um feminismo pós-moderno, fragmentado e amadurecido nos textos do caderno da Folha de S.Paulo (SCHMIDT, 2000).

Mendes (2012) usando Análise de Conteúdo e de Discurso crítico analisa 998 notícias sobre feminismo entre 1968 e 1982, e 2008 em publicações dos EUA e da Inglaterra: *The Times* and the *Daily Mirror* na Inglaterra e *ChicagoTribune* e *New York Times* nos Estados Unidos. Em 2008, foram coletados artigos das quatro publicações mencionadas, acrescido de mais quatro jornais: *Washington Times* e *Washington Post* dos EUA, e *Daily Mail* e *The Guardian* na Inglaterra. A pesquisa mostra um declínio das notícias sobre o ativismo feminino, principalmente as que incluem histórias, características e notícias que focam nas marchas, protestos, conferências, debates, etc.

Cerqueira (2012) estuda a cobertura do Dia Internacional da Mulher na imprensa portuguesa por três décadas. Segundo a autora, o movimento feminista conseguia penetrar na mídia tradicional por meio das efemérides e manifestações, buscando colocar na esfera pública seu ponto de vista sobre determinado assunto. Sua tese analisa o discurso em dois jornais de grande tiragem em Portugal, o *Jornal de Notícias* e o *Diário de Notícias*, selecionando textos e imagens no período de 1975 a 2007, percebendo a evolução do discurso.

Portugal, assim como o Brasil, passou por um período ditatorial longo e, por isso os movimentos feministas começam a ganhar peso apenas com o fim do regime, já que até então os movimentos sociais estavam praticamente diluídos. No país, a primeira celebração do Dia Internacional das Mulheres ocorreu em 1975. Entre as conclusões percebidas na pesquisa está a de que nas páginas dos jornais a efeméride é tratada como uma data que reivindica alguns direitos e melhores condições de vida, mas não declara de forma específica que é um movimento de mulheres que faz essas reivindicações. Com o passar dos anos é tratada como uma data simbólica, lembrando alguns fatos históricos e colocando algumas temáticas para debater como algumas desigualdades (CERQUEIRA, 2012).

Outros estudos se focam nas ações do movimento feminista que têm se ampliado por meio de interações *on-line*, principalmente com o uso das redes sociais como *Facebook* e *Twitter* (SILVA; MAGALHÃES; MARÔPO, 2017; MAGALHÃES; MARÔPO; AMARAL, 2018) que possibilitam que grupos de mulheres se organizem em manifestações como a Marcha das Vadias. Que começou nas redes sociais e nos *e-mails* e passou do mundo *on-line* para o *off-line*, levando várias pessoas de coletivos feministas às ruas. No Brasil o movimento é conhecido como Marcha das Vadias e em Portugal como Marcha das Galdérias (WOITOWICZ, 2014;

SILVA JÚNIOR, 2013; RIZZOTTO; PRUDÊNCIO, 2017; CERQUEIRA; CABECINHAS, 2015).

Após o debate teórico sobre os estudos de gênero no jornalismo passaremos para nossas escolhas metodológicas de pesquisa. A seguir falaremos da Análise de Enquadramento Multimodal, como se dá esse tipo de análise e como ele pode ser aplicado em pesquisa como as dessa tese.

5 ESCOLHAS DE INVESTIGAÇÃO E METODOLOGIA

Este capítulo apresenta a forma como operacionalizamos a teoria mobilizada até o momento para selecionar e analisar o material jornalístico e as entrevistas realizadas com ativistas, membros de Organizações Não Governamentais e jornalistas. É importante destacar que os estudos feministas de mídia são o grande alicerce desta análise. Ao realizar nossa escolha metodológica refletimos sobre como deveria ser uma metodologia de pesquisa feminista. Para Kelly, Burton e Regan (1994) o que faz uma pesquisa ser feminista é menos o método usado e mais como isso é usado e para que é usado. A pesquisa feminista é um projeto social e político de transformação das relações sociais e um projeto científico de elaboração de conhecimentos (OLLIVIER; TREMBLAY, 2000).

Temos disponíveis atualmente diversas perspectivas teóricas feministas esclarecedoras para questionar a história e práticas da ciência. Os feminismos multiculturais e pós-coloniais trazem consigo novas questões como a necessidade de “novas histórias e geografias da distribuição, no passado e no presente, do conhecimento dos seres humanos pela C&T” (HARDING, 2007, p. 166). Por isso, não é mais razoável admitir que a ciência moderna ocidental seja a única capaz de contar uma história e uma ciência verdadeira, é preciso dar espaço para outras histórias com a contribuição das mulheres de diferentes partes do mundo.

Tradições da C&T não-ocidentais e de mulheres têm sido evitadas pelas filosofias da ciência nas áreas (entre outras) em que as mulheres estão inseridas em valores e interesses culturalmente locais e, portanto, não desinteressadas e objetivas transculturalmente. Todavia, essas tradições da C&T proporcionaram conhecimentos sistemáticos sobre o mundo natural e o social que possibilitaram suas culturas sobreviverem e prosperarem (HARDING, 2007, p. 166).

Os feminismos multiculturais e pós-coloniais levantaram uma série de novas questões que colocaram desafios para as feministas do Norte assim como para as filosofias convencionais da Ciência. Esses estudos mostram como os sistemas de conhecimento, são historicamente diferentes, ou “locais”, desafiando a noção de uma única ciência como verdade (HARDING, 2007).

Com este estudo pretendemos tornar visíveis as estruturas de poder que fazem parte do discurso jornalístico, entender como é que o processo de notícia contribui para visibilizar ou invisibilizar determinadas temáticas, enfatizando determinados assuntos ou protagonistas – no caso deste estudo, em relação à quarta onda do movimento feminista no Brasil e em Portugal e como ele é coberto pelo jornalismo. Pretendemos analisar de que forma as mulheres, as

associações e os temas feministas têm sido representados na imprensa do Brasil e de Portugal, observando as relações do discurso social, cultural e político com o jornalismo, em um período de análise de seis anos, marcado por grandes transformações políticas e sociais nos dois países em um curto espaço de tempo.

A pergunta que norteia essa pesquisa é: Como se dá a cobertura jornalística do movimento feminista da quarta onda (2013-2018) no Brasil e em Portugal?

Nossa hipótese é que a forma da cobertura jornalística nos dois países têm mais semelhanças do que diferenças devido às características culturais parecidas, bem como a forma de fazer jornalismo semelhantes. Uma segunda hipótese é que muitas vezes o movimento feminista ainda hoje seria noticiado de forma estereotipada, negativa, distanciando as manifestações e as ações coletivas das conquistas das mulheres. Ao se basear em estereótipos e rotular contextos e interpretações dos acontecimentos, como as manifestações, contribuiriam para a naturalização das posições e hierarquias, neutralizando e despolitizando os conflitos, “universalizando particularidades e tornando dominante visões de mundo que organizam e sustentam a ordem social e política vigentes (MANTOVANI, 2019, p. 168).

Para responder nossa pergunta analisaremos como se processam o agendamento e o enquadramento das temáticas feministas na imprensa, e se o movimento feminista é apresentado nos jornais com uma perspectiva emancipatória ou negativa. Iremos verificar se existe uma diferença no tratamento quando mencionam os direitos das mulheres e as reivindicações feministas, ou se há uma conexão entre os assuntos. Nos interessa verificar se as mulheres tem voz nas notícias como fontes, e quando são fontes, quem são essas mulheres. Quando se trata das mulheres feministas pretendemos verificar se são fontes institucionais, se estão relacionadas às ONGs, associações e coletivos, ou se são cidadãos comuns. Também faremos uma análise das fotografias que aparecem para ilustrar as matérias que citam o movimento feminista, verificando se as mulheres tem um papel ativo nas imagens; e da narrativa dos ativismos feministas. Como se trata de um estudo comparativo, nosso foco é perceber quais as semelhanças e diferenças entre a cobertura feita pelo jornal brasileiro Folha de S.Paulo e pelo jornal português Público.

Em um segundo momento, nas entrevistas realizadas pretendemos verificar a forma como as ativistas e as organizações interpretam como os jornais transmitem a mensagem sobre o movimento feminista. Também buscamos entender o relacionamento das ativistas com a imprensa, o que influencia a escolhas das temáticas sobre o movimento feminista. Além de verificar se existe uma relação dos temas tratados nas redes sociais, e se sim, qual a influência das redes sociais no movimento feminista e como pauta e influencia o jornalismo.

Antes de explicar qual a metodologia utilizada, faremos uma breve descrição dos jornais estudados.

5.1 OS JORNAIS ANALISADOS

Os jornais escolhidos para esta análise são generalistas, considerados *quality papers*, ou seja, jornais de qualidade. Para Lacy e Rosenstiel (2015) somente o investimento de recursos não determina a qualidade, embora esse seja um importante elemento para obter a qualidade. Para os autores, os jornalistas precisam ter mais tempo para revisar o trabalho, tornando mais provável a elaboração de conteúdos de qualidade. É importante ressaltar que a principal proposta dos jornais é vender seu conteúdo. A qualidade do jornalismo é medida pela academia que estuda o jornalismo e pelo público.

Pesquisadores acadêmicos têm examinado a qualidade do jornalismo de acordo com a demanda e a forma de produção. O lado da demanda enfatiza a interação entre as necessidades e desejos dos consumidores de notícias e conteúdo. O lado da oferta aborda tendências e características específicas do conteúdo que são associados a altos níveis de qualidade. Ambas abordagens definem a qualidade do jornalismo como um grau. Não é tão simples ter ou não ter qualidade (LACY; ROSENSTIEL, 2015, p. 11, tradução nossa)¹⁴.

Em relação à demanda, a qualidade do jornalismo está relacionada à percepção de como o jornalismo atende suas necessidades e desejos. Em contraste com a abordagem da demanda, na abordagem do produto jornalistas, empresários, críticos e pesquisadores definem características que marcam a qualidade. McQuail (2005) identifica cinco valores básicos: liberdade, igualdade, diversidade, verdade, informação de qualidade, ordem social e solidariedade.

Acreditamos que a diversidade e a pluralidade de ideias e conteúdo é fundamental para um jornalismo de qualidade, bem como a liberdade jornalística. Rosenstiel et al. (2007 apud LACY; ROSENSTIEL, 2015) em uma pesquisa com profissionais produtores das notícias listaram o que os noticiários devem contemplar: a) cobrir toda a comunidade; b) cobrir questões significativas e substantivas; demonstrar empenho e coragem; d) ser justo, equilibrado e preciso; e) ser competente; f) ser claro e não sensacionalista.

¹⁴ “Academic researchers have examined journalism quality from the demand and the production side. The demand side emphasizes the interaction between the needs and wants of news consumers and the content. The supply side approach tends to specify characteristics of the content that are associated with higher quality levels. Both approaches typically define journalism quality as a matter of degree. It is not as simple as having or not having quality” (LACY; ROSENSTIEL, 2015, p. 11).

A partir dos critérios mencionados selecionamos dois jornais, um do Brasil e um de Portugal, para elaborar nossa análise sobre a cobertura do movimento feminista. O jornal brasileiro escolhido foi a Folha de S.Paulo e o português Público. Ambos são os jornais *on-line* mais lidos em seus países, critério que também foi levado em consideração para a escolha dos mesmos (PÚBLICO, 2019). A análise feita é do conteúdo digital dos veículos, já que ambos mantêm a venda de impressos e assinaturas digitais. A seguir faremos uma breve descrição dos jornais.

5.1.1 A Folha de S.Paulo

O jornal brasileiro Folha de S.Paulo é fundado em 1º de janeiro de 1960 com a fusão de três jornais do mesmo grupo: a Folha da Noite, fundada em 1921, a Folha da Manhã, fundada em julho de 1925, que era a versão matinal do mesmo jornal, depois de mais 24 anos veio a Folha da Tarde. Em julho de 1995 iniciam o serviço de notícias do jornal veiculado pela *internet*, a chamada Folha Web. Em abril de 1996 lançam o Universo *On-line* (UOL) com acesso aberto a todo usuário da *Internet*, sendo o primeiro serviço *on-line* de grande porte no país, ligado ao banco de dados para pesquisas, com textos integrais publicados no jornal nos últimos três anos. No ano de 1997 o jornal apresenta um novo projeto editorial, propondo um jornalismo mais interpretativo e mais complexo.

Em 28 de abril de 1999 o UOL atinge 350 mil assinantes em todo o Brasil, consolidando sua posição de maior provedor de *internet* do país. Em janeiro de 2000, o Brasil *On-line* (BOL), empresa do Universo *On-line*, lança a NetGratuita, provedor de acesso gratuito à *internet*. A Folha *On-line* amplia sua equipe e em abril de 2000 lança novos canais na sua *homepage*, como *Pensata* que reúne artigos de vários colunistas, *Círculo Folha* com informações variadas sobre o Grupo Folha, e *Almanaque*, site que resgata textos de valor histórico publicados nos jornais do grupo. Em maio, no mesmo ano, o jornal impresso apresenta um novo projeto gráfico com o objetivo de deixar mais clara a hierarquia de notícias.

Em 2001 o jornal lança a quarta edição do Manual da Redação, versão revista e ampliada das edições anteriores (publicadas em 1984, 1987 e 1992). Em 2010 acontece a unificação das redações do jornal impresso e *on-line*, e novamente uma reforma gráfica e editorial. O jornal *on-line* passa a se chamar Folha.com, e em seguida são lançados aplicativos para celulares. Em 2012 a Folha.com adota o modelo “*paywall* poroso”, em que o acesso ao noticiário *on-line* é gratuito até certo limite de textos. Em 2018 a quinta edição do Manual da

Redação é lançada, versão revista e ampliada das edições anteriores, com a inclusão de temas como comportamento profissional nas redes sociais e enfrentamento das *fake news*¹⁵.

A Folha é o jornal que mais circula no Brasil desde 1986, sendo o jornal brasileiro de maior tiragem e circulação entre os diários nacionais de interesse geral. Os números auditados pelo IVC (Instituto Verificador de Circulação), a circulação total (digital e impressa), em março de 2019 foi de 332.415. Os outros dois jornais de grande circulação são O Globo com 319.785 e o Estado com 245.022. Em relação à circulação impressa todos os veículos tem apresentado queda nas vendas (FOLHA DE S. PAULO, 2019). O perfil do leitor da Folha, dos 1.903.000 leitores do jornal, de acordo com o *Target Group Index - Kantar IBOPE* em 2018 é de 48% classe B, 32% classe C, 17% classe A e 3% classe DE. Em relação ao gênero é 53% masculino e 47% feminino. A faixa etária é de 21% de 25 a 34 anos, 20% de 45 a 54 anos, 19% de 35 a 44 anos, 16% de 55 a 64 anos, 9% de 20 a 24 anos, 9% mais de 65 anos e 7% de 12 a 19 anos).

5.1.2 O Público

O Público pertence ao grupo empresarial Sonae, foi fundado em 1989, mas a primeira edição do jornal é de 1990. Em 1991 integrou-se na *World Media Network* que consiste em uma associação de diversos jornais de referência no mundo que incluía jornais como o espanhol *El País*. Ele se auto define se como um jornal livre e crítico.

Um jornal independente de todos os poderes. Um jornal a par das mudanças e dos desafios do país. Um jornal livre, inconformista, irreverente e crítico. Um jornal empenhado em promover os valores do seu estatuto editorial, no qual se consagra o apego à democracia, o respeito pelo Estado de direito, a liberdade de expressão, a protecção das minorias, o culto da tolerância, a subscrição dos ideais da construção europeia e a certeza de que, como portugueses, fazemos parte de um mundo que nos influencia e no qual temos o dever de participar (PÚBLICO, 2018).

O estilo gráfico do jornal teve poucas alterações desde sua fundação, sendo alterado a fundo apenas em 2001, buscando se adaptar aos novos tempos, como o uso da *internet*. O objetivo do redesenho do jornal foi preservar sua matriz simples e tornar sua leitura acessível a um número maior de leitores. O livro *Estilo* de 1989 foi atualizado e reimpresso em 2005, ele corresponde ao Manual de Redação da Folha.

De acordo com o Estatuto Editorial o público é um jornal diário de informações generalistas, orientado por critérios de rigor, sem nenhuma dependência de ordem ideológica,

¹⁵ Linha do tempo com a história da Folha de S.Paulo. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia_da_folha.shtml?fill=4. Acesso em 10 fev. 2020.

política e econômica. O veículo se inscreve na tradição europeia de jornalismo de qualidade, recusando o sensacionalismo e a exploração mercantil da matéria informativa.

Em 22 de setembro de 1995 o jornal lançou o site na *internet* www.publico.pt. A partir de 2001, começou a publicar a Edição Impressa em *HTML*. Em abril de 2019 o jornal passou a disponibilizar alguns conteúdos *on-line* apenas para leitores assinantes, numa estratégia para garantir a sustentabilidade do jornal.

Segundo dados da Associação Portuguesa para Controlo de Tiragem e Circulação (APTC) divulgados em junho de 2019, o Expresso é o jornal mais lido, 87 mil exemplares, somando todos os dados (incluindo as vendas em papel e assinaturas digitais), em seguida vem o Correio da Manhã com 78.186 de circulação total. No segmento dos diários, o Público vem a seguir com média de 32.242 exemplares. Entretanto, de acordo com o relatório mensal da Marktest – organismo oficial de auditoria ao consumo de informação na *internet* e aplicativos – o Público é o jornal digital mais lido, cerca de 2,5 milhões de pessoas em território nacional, no mês de junho de 2019 (PÚBLICO, 2019; NEWMAN et al. 2019). É também o site de Portugal com mais leitura em computador (789 mil leitores) e o segundo com mais leitura no celular (2,3 milhões de leitores). Nas plataformas digitais, o Público ultrapassou os 15 mil assinantes no mês de junho de 2019.

5.2 A METODOLOGIA

Iremos utilizar métodos mistos, quantitativos e qualitativos. A metodologia quantitativa tem como “principal finalidade a medição de quantidades e quantificação de qualidades” (CERVI, 2009, p. 127) enquanto, os métodos qualitativos servem para classificar as características do objeto de análise. Na pesquisa qualitativa busca-se “entender características do objeto que não se sabem se existem” (CERVI, 2009, p. 127).

Faremos a verificação da cobertura noticiosa do movimento feminista por meio da Análise de Enquadramento da notícia (*news frame*). Estudos que buscam evidenciar de que maneira alguns elementos ganham saliência na notícia em detrimento de outros, ou seja, como e quem os jornalistas escolhem para ser fonte de suas emissões, como são editados os textos para dar ênfase a algumas vozes e silenciar outras, quais as hierarquias dos discursos, enfim, como os sentidos são enquadrados (MAIA, 2009b). Ao enquadrar um conteúdo, o jornalista seleciona aspectos da realidade percebida e deixa-o mais saliente no texto, de certa forma promovendo a definição de um problema, de uma interpretação causal, recomendando um tratamento do que descreve (ENTMAN, 1993).

Os estudos de enquadramentos vêm sendo utilizados nos estudos de mídia desde a década de 1980 por autores como Gaye Tuchman, Todd Gitlin, William Gamson, Robert Entman, entre outros. O termo *frame* (enquadramento) tem suas origens atribuídas a Gregory Bateson (1987) com estudos que integravam a psicologia e a sociologia. O *frame* seria uma forma de organizar a percepção ao incluir ou excluir significados. Em seguida Erving Goffman (1974) retoma o conceito buscando compreender de que forma os indivíduos selecionam os elementos de uma situação para explicá-la.

Goffman afirma que o enquadramento deve ser utilizado para mostrar como os indivíduos se utilizam de diferentes *frames* para se relacionarem com as situações sociais (GOFFMAN, 2012). É a partir da delimitação do conceito de enquadramento de Goffman que o termo passa a ser utilizado nos estudos das notícias, em relação às possíveis interpretações de um conteúdo noticioso. Gaye Tuchman (1978) usa a metáfora das notícias como “uma janela para o mundo” enquadrando a realidade que percebemos.

Alguns dos trabalhos de destaque são os do sociólogo William Gamson e Andre Modigliani (1987) e posteriormente a obra *Talking Politics* (GAMSON, 1992) que usa grupos focais para analisar de que forma a audiência reenquadra os enquadramentos produzidos pela imprensa. Um pouco mais tarde, Robert Entman (1993) também contribui para a consolidação desta área como um vasto campo de pesquisas sobre debates de temas públicos que ganham expressão midiática (VIMIMIEIRO; MAIA, 2011). “O enquadramento determina se a maioria das pessoas percebe e como elas compreendem e se lembram de um problema, da mesma forma que determina a maneira que avaliam e escolhem a forma de agir sobre ele” (ENTMAN, 1993, p. 52).

A teoria do enquadramento não defende que a audiência recebe passivamente as mensagens, ela argumenta que os receptores tiram suas conclusões e significados a partir das informações que receberam. Mas quando um único enquadramento domina a notícia ou as notícias sobre o assunto, é bem possível que uma grande maioria de pessoas tenha o mesmo ponto de vista. Uma das principais premissas da teoria do enquadramento é que um problema pode ser visto por várias perspectivas e ser interpretado a partir de diferentes valores e considerações. “O enquadramento refere-se ao processo pelo qual as pessoas desenvolvem uma conceituação particular de um problema ou reorientam seu pensamento sobre um assunto” (CHONG; DRUCKMAN, 2007, p. 104).

O enquadramento pode ser entendido como um instrumento de análise do conteúdo das notícias, cujo objetivo é identificar na formatação das notícias elementos que guiem a opinião pública numa determinada interpretação dos fatos. Acredita-se que através do

enquadramento escolhido os meios de comunicação dão forma à estrutura de preferências nos marcos de referência para a interpretação de temas políticos, podendo considerar o enquadramento como um importante instrumento de poder. Do ponto de vista operacional o enquadramento envolve a seleção do que é narrado na busca de deixar a informação mais noticiável e significativa para a audiência. Enfim, os enquadramentos de mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, que estão na organização discurso jornalístico (GITLIN, 2003, p. 10).

Nosso objetivo aqui não é trazer um debate exaustivo sobre o conceito de enquadramento, queremos apenas apresentar as principais linhas que caracterizam a categoria. Diversas pesquisas de comunicação política no Brasil usaram a análise de enquadramento, Vimieiro e Maia (2011) estudam os enquadramentos sobre a trajetória da deficiência; Drummond (2018) analisou os enquadramentos dado às notícias sobre a Assembleia Legislativa do Paraná; Campos (2014) estuda as controvérsias raciais na imprensa; Prudêncio, Rizzotto e Silva (2016) analisam o posicionamento midiático em relação as manifestações políticas como a Marcha das Vadias; Sampaio et al. (2020) analisa a cobertura jornalística do *impeachment* de Dilma Rousseff; e Sarmiento (2017) analisou os enquadramentos do movimento feminista no jornal Folha de S.Paulo.

Em nossa tese iremos utilizar o enquadramento multimodal que analisa *frame*, narrativa e imagens (WOZNIAK; LÜCK; WESSLER, 2014). Essa metodologia tem como objetivo aprimorar a abordagem metodológica sobre o enquadramento da notícia, pois a perspectiva tradicional se restringe à análise do texto. A Análise de Enquadramento Multimodal é vantajosa, pois permite, de um lado, verificar detalhes que passam despercebidos pela análise de enquadramento clássica e, de outro, apontar incongruências da cobertura jornalística (RIZZOTTO; PRUDÊNCIO; SAMPAIO, 2017). Há trabalhos que utilizam o enquadramento multimodal para analisar a cobertura do *impeachment* de Dilma Rousseff (DRUMMOND et al., 2018; RIZZOTTO; PRUDÊNCIO; SAMPAIO, 2017; SAMPAIO et al., 2020) e para estudar a cobertura jornalística da Marcha das Vadias (PRUDÊNCIO; RIZZOTTO; SILVA, 2016).

“Os meios de comunicação de massa têm a missão de relatar novidades, reduzir a complexidade e informar histórias envolventes” (WOZNIAK; LÜCK; WESSLER, 2014, p. 469, tradução nossa)¹⁶, e quando os jornalistas abordam uma questão é multifacetada, mais complexa, possuindo características peculiares, essas ambições trazem desafios para a produção das notícias. Dessa forma, os jornalistas usam “ganchos” narrativos e/ou visuais, combinando

¹⁶ “The mass media have a mission to report novelties, reduce complexity, and tell engaging stories” (WOZNIAK; LÜCK; WESSLER, 2014, p. 469).

elementos (fatos, declarações, estrutura da história e imagens), que à primeira vista pode parecer incoerente. Para compreender a mensagem da forma mais ampla, “somente uma análise sistemática e simultânea dos diferentes modos comunicativos nos níveis textual e visual nos deixarão mais perto de compreender a imagem completa desenhada pelas reportagens” (WOZNIAK; LÜCK; WESSLER, 2014, p. 471, tradução nossa)¹⁷.

Segundo a noção de enquadramento multimodal, embora deva haver uma noção de complementariedade entre o texto jornalístico e as imagens, cada um pode contar uma história diferente, por isso a relevância de analisar o enquadramento, a narrativa e as imagens. Wozniak, Lück e Wessler (2014) utilizam o enquadramento multimodal para analisar as notícias sobre mudanças climáticas. Segundo os autores, a análise de enquadramento sozinha não permitiria capturar o tom e o tema narrativo, e se fizessem somente a análise da narrativa não teriam capturado o quadro comum de problemas que persistem apesar das diferentes narrativas.

Para a realização da Análise de Enquadramento Multimodal elaboramos um Livro de Códigos baseado em pesquisas já desenvolvidas dos estudos de Análise de Conteúdo com a temática de gênero como o de Cerqueira (2012), do Grupo de Pesquisa Midiaculturas da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e dos estudos de análise de enquadramento do Grupo de Pesquisa Comunicação e Participação Política (COMPA). O banco de dados foi organizado no Excel e analisado no *software* SPSS. Buscamos categorizar os textos baseado em seu conteúdo. A opção pela versão *on-line* deu-se devido à facilidade de acesso, principalmente por se tratar de veículos de países distintos. A Folha de S. Paulo apresenta uma versão digitalizada do jornal que pode ser folheada *on-line*, já o Público não. O Livro de Códigos foi sofrendo variações ao longo da análise e está disponível no Apêndice 3 da tese.

As entrevistas não faziam parte do projeto de pesquisa inicial, que se restringia a análise da versão *on-line* dos jornais. Entretanto, como a pesquisadora esteve em Portugal realizando parte da investigação, percebeu a possibilidade de agregar e enriquecer o trabalho. Nosso objetivo era ouvir outras perspectivas sobre os fatos, o que não seria possível com a leitura dos textos das notícias analisadas (GASKELL, 2002), para isso, buscamos selecionar pessoas com diferentes envolvimento com as temáticas. Tentamos verificar como se dão as escolhas dos temas, o enquadramento noticioso e o tom (se neutro, positivo ou negativo). Foram selecionadas jornalistas que assinassem alguma das matérias organizadas e ativistas que

¹⁷ “Only a concurrent and systematic analysis of the different communicative modes on the textual and visual levels will get us closer to understanding the complete picture drawn by news reports on climate change and will move content analysis of climate change coverage closer to readers’ actual multimodal reception experience” (WOZNIAK; LÜCK; WESSLER, 2014, p. 471).

estivessem citadas em algum texto do *corpus*. A abordagem inicial foi feita por *e-mail* ou redes sociais como *LinkedIn* e *Facebook*, onde apresentamos desde o primeiro contato qual o tema da entrevista era o movimento feminista o que levou a desistência de jornalistas brasileiros alegando o contexto político do período e o medo de sofrerem retaliações por isso.

O número de entrevistas foi delimitado baseado em Lincoln e Guba (1985) que afirmam que a recolha dos depoimentos pode ser interrompida quando começarem a ficar repetitivas, havendo um ponto de saturação. Em relação à tipologia foram realizadas entrevistas em profundidade e semiestruturadas, para que as entrevistadas respondessem as mesmas perguntas, mas que houvesse uma flexibilidade nas temáticas. Foram elaborados dois roteiros, um para entrevistar ativistas membros de associações ou coletivos e outro para jornalistas (ambos estão disponíveis nos Apêndices 1 e 2).

Todas as entrevistas realizadas em Portugal foram feitas presencialmente, ou no local de trabalho, em casa ou em ambientes públicos escolhidos pelo entrevistado, na cidade do Porto e em Lisboa. Já as entrevistas do Brasil foram realizadas em sua maior parte por telefone ou *Skype* dado o tamanho do país e a falta de recursos financeiros para serem realizadas pessoalmente. O critério da conveniência funcionou, aceitamos os que se mostraram disponíveis para colaborar. As entrevistas foram gravadas com o consentimento da pessoa entrevistada.

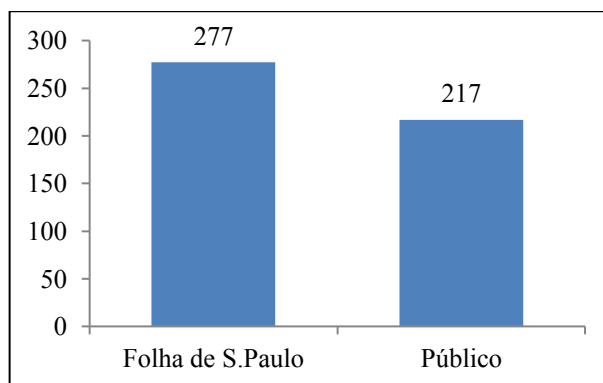
Iremos iniciar a apresentação dos dados e suas análises pela apresentação dos estudos dos jornais.

6 O MOVIMENTO FEMINISTA NOS JORNAIS

Neste capítulo abordaremos a forma que realizamos a Análise de Enquadramento Multimodal e seus resultados. A coleta do material para a pesquisa aconteceu com os mesmos critérios nos dois jornais para a validade e confiabilidade dos resultados. A busca pelas matérias foi feita nos sites www.folha.uol.com.br e www.publico.pt, através do *login* de assinante, com o termo: movimento feminista. A definição por buscar pelo termo sem aspas se deu pelo fato de que o movimento feminista, muitas vezes, é denominado ou citado através de representantes denominadas apenas como feministas. Ao utilizar o termo sem aspas a pesquisa abrange tanto o termo completo, movimento feminista, quanto textos que aparecem apenas com o termo feminista.

A coleta preliminar chegou a 854 resultados (379 no Público e 475 na Folha de S. Paulo) que passaram por tratamento dos dados. Os textos opinativos (como colunas, carta ao leitor, críticas, trechos de livros, etc) foram excluídos, pois a Análise de Enquadramento Multimodal descarta este tipo de textos. Também ficaram de fora matérias que apresentavam apenas vídeo ou que usavam o termo feminista como adjetivo, como por exemplo: uma heroína feminista. Dessa forma, o *corpus* final desta tese é formado por 494 notícias do período de 2013 a 2018, sendo 277 do jornal Folha de S.Paulo e 217 do jornal Público. Como podemos observar no Gráfico 1, o jornal brasileiro tem uma maior quantidade de textos que menciona o termo feminista, embora não seja uma diferença muito significativa, verificamos que 56% dos textos são da Folha de S. Paulo e 44% do Público.

GRÁFICO 1 – TOTAL DE TEXTOS POR JORNAL (2013-2018)



Fonte: A autora (2020).

Em seguida nos interessou saber qual a quantidade de notícias por ano, conforme apresentamos na Tabela 1. Sabemos que o ano de 2013 no Brasil foi o ano da retomada de

grandes manifestações e no mundo também houve uma grande efervescência em relação às questões feministas (HOLLANDA, 2018; CHAMBERLAIN, 2017, PEREZ; RICOLDI, 2018). Entretanto, verificamos que o ano de 2018 nos dois jornais concentra uma maior quantidade de notícias dado aos acontecimentos históricos, como o movimento *#MeToo* que denunciava assédio e agressão sexual. O movimento iniciou no final de 2017, mas continuou repercutindo, sendo base para outras campanhas *on-line* ao longo de 2018. No início do ano, no Dia Internacional das Mulheres a Folha de S. Paulo noticiava que nas manifestações em comemoração à data tinham frases entoadas como “Fora Temer!” (que se referia ao desejo da saída do presidente Michel Temer que assumiu o governo do país após o *impeachment* de Dilma Rousseff) e reivindicações contra a reforma da previdência.

TABELA 1 – NÚMERO DE TEXTOS POR ANOS

Ano	Folha de S. Paulo		Público	
2013	41	(14,8%)	23	(10,6%)
2014	29	(10,5%)	17	(7,8%)
2015	36	(13%)	18	(8,3%)
2016	35	(12,6%)	25	(11,5%)
2017	45	(16,2%)	40	(18,4%)
2018	91	(32,9%)	94	(43,3%)
Total	277	100%	217	100%

Fonte: A autora (2020).

As campanhas eleitorais e as eleições presidenciais no Brasil foram marcadas pelo movimento contra o candidato Jair Bolsonaro, tanto nas redes sociais quanto nas ruas, o *#EleNão* foi recorrente nos jornais dos dois países. O assassinato de Marielle Franco, vereadora feminista do Rio de Janeiro, também foi tema das notícias dos dois lados do oceano. Em Portugal, protestos sobre decisões machistas em casos de violação (estupro) julgados pelo juiz Neto de Moura e de violência doméstica nos tribunais geram manifestações e são noticiadas, além da questão da legalização do trabalho sexual. A Marcha das Mulheres nos EUA é notícia e influencia o movimento feminista em diversos países. Personagens feministas em telenovelas brasileiras como *Orgulho e Paixão* da Rede Globo, e séries como *The Handmaid's Tale* estão entre os assuntos tratados, assim como a morte de uma das fundadoras do grupo *Femen* que trazem à tona as questões feministas no último ano da análise.

O volume de notícias dado aos acontecimentos em diversas partes do mundo mostra um feminismo transnacional que ultrapassa os filtros e é noticiado na imprensa *mainstream* e o ativismo *on-line* acaba por pautar os veículos, trazendo um novo fôlego a quarta onda do movimento. Verificamos quais são os temas principais desses textos. Conforme apresentados

na Tabela 2, o tema principal na Folha de S. Paulo é o próprio ‘Movimento social’ em 73 notícias (26,4%), seguido de ‘Cultura e artes’ em 66 (23,8%) e de ‘Política e governo’ em 30 (10,8%). É importante perceber que o jornalismo dá ênfase ao movimento feminista como um movimento social, mas também chama a atenção o espaço das artes para se tratar do tema de forma lúdica e crítica. É válido lembrar que muitas vezes o movimento usa artifícios para chamar a atenção, como manifestações, campanhas e ações espetacularizadas (MAIA, 2009a; GAMSON; WOLFSFELD, 1993).

TABELA 2 – TEMA GERAL DAS MATÉRIAS DOS JORNAIS FOLHA DE S.PAULO E PÚBLICO

Tema geral	Folha de S.Paulo		Público	
Movimentos sociais	73	(26,4%)	33	(15,2%)
Cultura / Artes	66	(23,8 %)	55	(25,3%)
Política e Governo	30	(10,8%)	32	(14,7%)
Educação	7	(2,5%)	1	(0,5%)
Saúde	6	(2,2%)	4	(1,8%)
Trabalho / Carreira	9	(3,2%)	13	(6%)
Esporte	4	(1,4%)	2	(0,9%)
Religião	4	(1,4%)	3	(1,4 %)
Ciência / Tecnologia	3	(1,1 %)	1	(0,5%)
História de vida	12	(4,3%)	24	(11,1%)
Problemas Sociais	8	(2,9%)	9	(4,1%)
Moda e beleza	12	(4,3%)	7	(3,2%)
Mídia	18	(6,5%)	4	(1,8%)
Sexualidade	2	(0,7%)	6	(2,8%)
Justiça / Tribunais	0	0	5	(2,3%)
História Geral	4	(1,4%)	10	(4,6%)
Família	3	(1,1%)	2	(0,9%)
Outros	16	(5,8%)	6	(2,8%)
Total	277	100%	217	100%

Fonte: A autora (2020).

Entretanto, também podemos perceber certa despolitização “discursiva”, tentando fazer com que as falas pareçam normais ou naturais e não como temas, que muitas vezes embora digam respeito ao privado, são temas políticos, ou ainda como se não fossem mais temas que precisassem ser debatidos (WOOD; FLINDERS, 2014). Tudo indica uma forma de tentar despolitizar o movimento feminista ao enquadrá-lo em editoriais ligadas à arte e à cultura tanto na Folha de S. Paulo quanto no Público, tratando como algo secundário, em uma editoria de *soft news*. O enquadramento do feminismo na editoria ‘Política e governo’ aparece na terceira posição em relação à frequência, o que mostra a luta das mulheres como importante na ocupação dos espaços de poder, inclusive com êxito na transformação de suas reivindicações em leis. Entretanto, esse enquadramento aparece com um índice baixo, 10,8% do total analisado,

dialogando com as pesquisas de Biroli (2010, 2017, 2018) sobre a representação das mulheres na arena política.

No jornal Público a temática da ‘Cultura e artes’ é a que mais aparece com 55 casos (25,3%), seguidos de ‘Movimentos sociais’ em 33 (15,2%) e ‘Política e governo’ em 32 (14,7%). No Público mais do que na Folha há esse distanciamento da política e aproximação das artes que nos traz essa reflexão sobre a despolitização. Nele há uma valorização da história de vida das ativistas, presente em 24 textos que tem esse tema como central (11,1%), o que apresenta um feminismo individualizado, uma personalização das lideranças mais importantes. Huddy (1997) também percebe esse efeito em sua análise da segunda onda feminista nas revistas americanas *Time*, *News* e *US News*. No Público ainda aparecem cinco textos que têm como tema central a justiça e os tribunais (2,3%), como o texto intitulado *Protesto Convocado: “Não aceitamos uma justiça machista!”* (PÚBLICO, 2018b). Apesar dessa baixa representação no jornal, na fala das ativistas entrevistadas esse tema é muito destacado.

Embora os temas ‘Trabalho e carreira’ e ‘Ciência e tecnologia’ não sejam os mais citados, esses textos mostram mulheres de sucesso em uma abordagem de um feminismo individualizado, não tratando de conquistas do grupo, mas de personagens como mulheres extraordinárias, que dão conta da vida pública e privada e ainda assim se destacam por sua capacidade intelectual e trabalho. Nos textos de tecnologia também é citado o machismo que elas enfrentam na sua área de trabalho pela noção de que essa área deve ser masculina. É nítido nestes textos o quanto a mulher tem que estar sempre reafirmando sua capacidade intelectual. São textos como o da Folha que leva o título *Gamers e feministas se enfrentam ao redor do caso ‘gamergate’; entenda* (GONZAGA, 2014).

Além da classificação dos temas, verificamos em qual editoria/seção do jornal estavam localizados os textos analisados. Apresentamos estes dados na Figura 1 em formato de nuvem de palavras, sendo que as palavras em maior tamanho são aquelas que ocorrem com maior frequência. Na versão *on-line* do jornal brasileiro Folha de S.Paulo, a editoria predominante foi a Ilustrada (31%), uma editoria de ‘Cultura e artes’ subdividida nas seções: Artes Plásticas, Cinema, Livros, Moda, Música, Escuta aqui, Teatro, Televisão e Guia Folha. A segunda editoria onde os textos sobre o movimento feminista mais apareceram foi a Cotidiano (14%), que apresenta generalidades que englobam as subseções: Educação, Ambiente, Saúde, Rio de Janeiro, Alalaô, Femicídio e Mortes. As editorias Mundo (11%), Poder (9%) e Ilustríssima (7%) foram as que mais apareceram em terceira, quarta e quinta posição.

A análise das editorias está diretamente relacionada com os temas predominantes apresentados acima. Na Folha de S. Paulo, onde os temas mais presentes foram ‘Movimentos

sociais’, ‘Cultura e artes’ e em terceiro ‘Política e governo’, apareceu com maior frequência a editoria de cultura chamada Ilustrada e a geral chamada Cotidiano, seguida da de política nacional chamada de Poder e a de política internacional denominada Mundo.

FIGURA 1 – EDITORIAS FOLHA DE S. PAULO



Fonte: A autora (2020).

No jornal português as notícias não eram organizadas seguindo as editorias do jornal impresso, eram separadas por seções, dessa forma, embora algumas fossem as mesmas do jornal impresso, outras tinham uma classificação diferente. A seção predominante dos textos da versão *on-line* do Público, conforme Figura 2, foi a Ípsilon (29,95%) que é uma seção de cultura subdividida em Música, Cinema, Teatro, Dança, Livros, Artes, Arquitectura e Design. As outras seções com maior frequência de textos foram: Europa (7,37%), Sociedade (5,7%) e Culto (4,15%). Estas seções também apresentam conexões com as temáticas predominantes do jornal: ‘Cultura e artes’, ‘Movimentos sociais’, Política e governo’ e a ‘história de vida’ das ativistas.

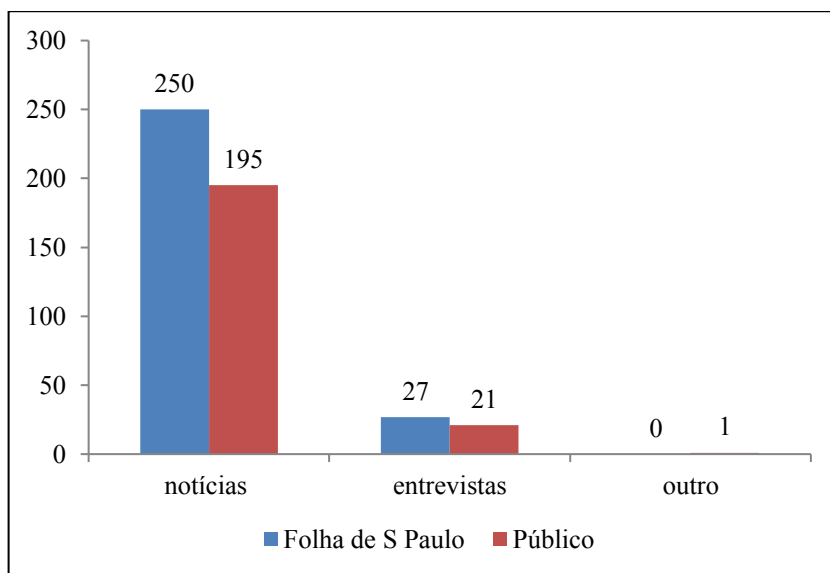
FIGURA 2 – SEÇÕES PÚBLICO



Fonte: A autora (2020).

Em relação ao gênero jornalístico/tipo de texto, com dito anteriormente, excluimos da análise os textos opinativos como colunas, editoriais, carta ao leitor, ente outros, já que o enquadramento multimodal analisa apenas o texto noticioso. Como indica o Gráfico 2, na Folha de S. Paulo 250 dos textos eram ‘notícias’ (90,3%) e 27 ‘entrevistas’ (9,7%). No Público, o número de ‘notícias’ foi de 195 (89,9%), 21 ‘entrevistas’ (9,7%) e um ‘outro’ (0,5%). É interessante realçar, neste aspecto, o uso do mesmo padrão nos dois veículos.

GRÁFICO 2 – GÊNERO JORNALÍSTICO



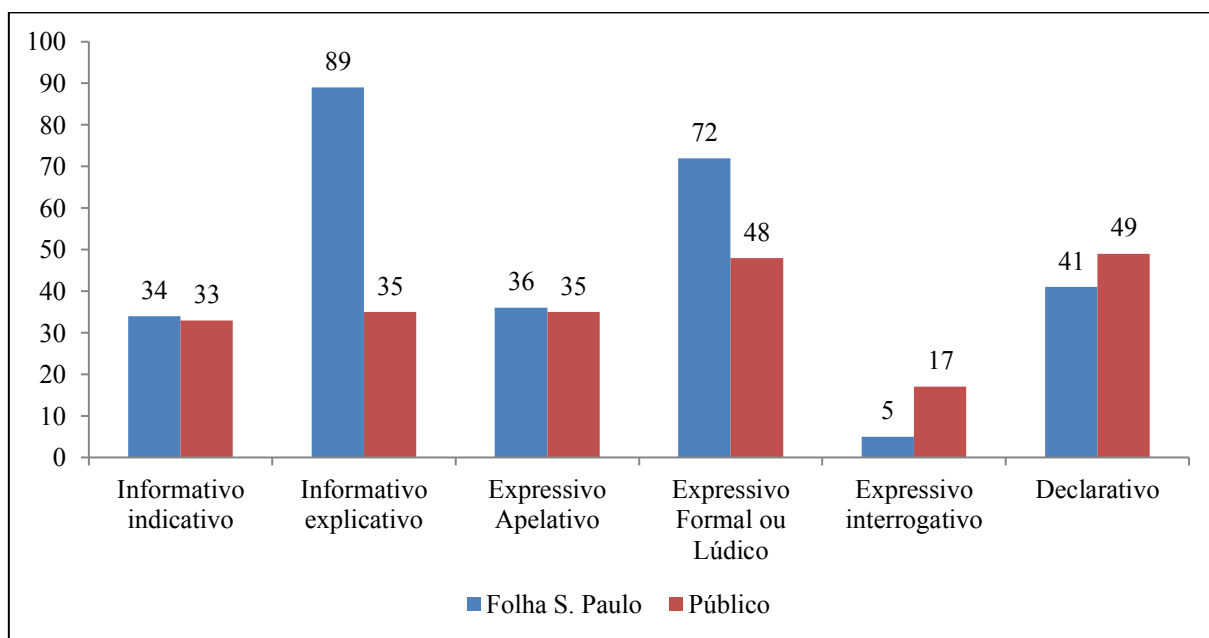
Fonte: A autora (2020).

Os títulos dos textos são um resumo dos temas, mas a forma como são escritos e os artifícios usados para chamar atenção ao tema são fundamentais. Para captar isso, usamos as classificações elaboradas por Estrela Serrano (2005, p. 302-303). A análise dos títulos permite, pois, uma aproximação à identificação e singularidade informativa respeitante aos acontecimentos objeto de notícia, ao mesmo tempo em que indicia a tendência retórica presente no processo de produção da informação (SERRANO, 2005, p. 301). Em relação ao título que é o primeiro elemento importante na estrutura esquemática da narrativa, sua estrutura tem uma decisiva e estreita relação com a estrutura temática (VAN DIJK, 2008a, 2008b).

Como mostra o Gráfico 3, verificamos que na Folha de S. Paulo 89 dos títulos são do tipo ‘Informativo Explicativo’ (32,1%) que contém o como ou porquê de uma situação, ou seja, são títulos que indicam as causas ou as consequências de um acontecimento. Em seguida está o tipo ‘Expressivo Formal ou Lúdico’ com 72 casos (26%), estes são centrados sobre a forma da mensagem (função poética da linguagem). Em terceiro com 36 casos (13%) temos o ‘Expressivo Apelativo’, recurso que procura dramatizar o acontecimento, nesse tipo de título já

se presume que o fato é conhecido, sendo o mais sensacionalista dos tipos. O quarto tipo mais usado nos textos da Folha de S. Paulo é o ‘Informativo Indicativo’ que é quando identifica um acontecimento sem pressupor que o destinatário tenha informações precedentes do caso com 34 títulos (12,3%). Em quinto com, 14 casos (14,8%), aparece o ‘Declarativo’ (citação direta ou indireta da fala do personagem, neste caso o jornal apaga-se como enunciador dando espaço ao entrevistado). Por último está o ‘Expressivo Interrogativo’ que é uma pergunta (usa a função fática da linguagem) com cinco títulos (1,8%).

GRÁFICO 3 - TIPOS DE TÍTULO



Fonte: A autora (2020).

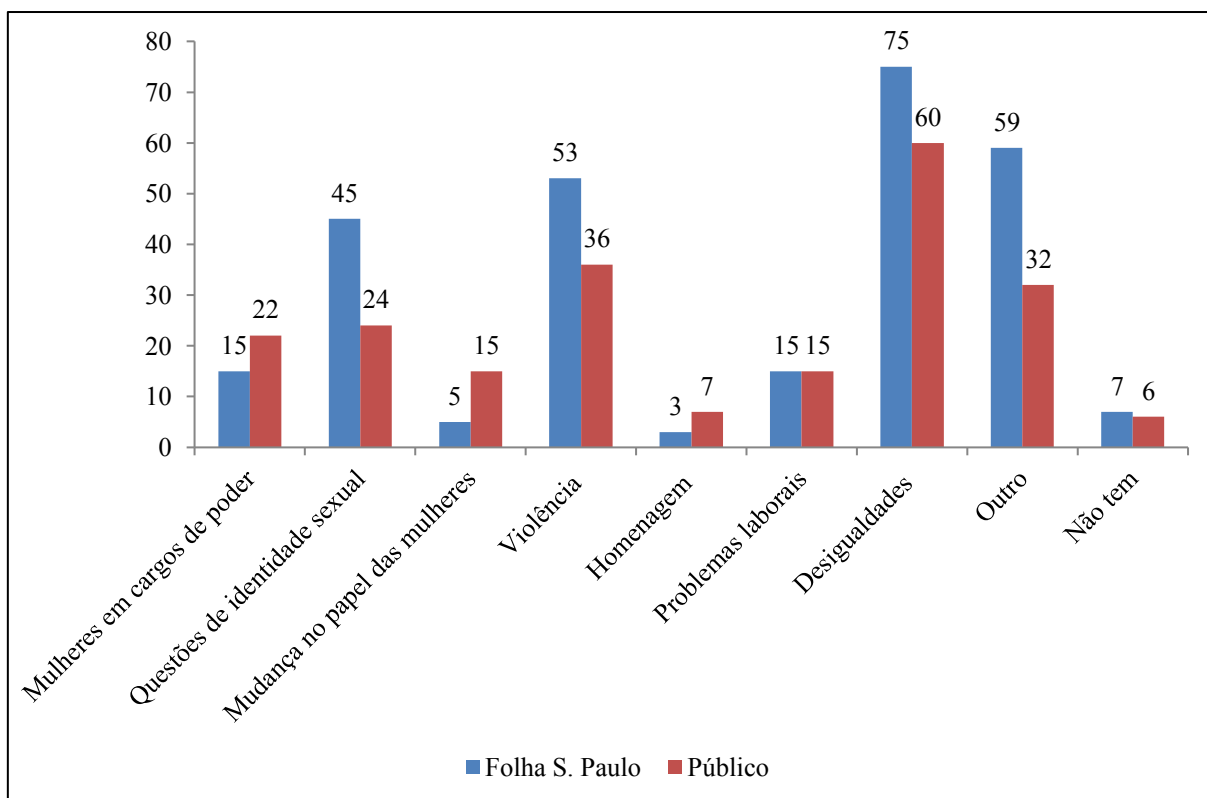
No Público os títulos tipo ‘Expressivo Formal ou Lúdico’ e ‘Declarativo’ apareceram em quantidades muito próximas, em 48 situações (22,1%) o ‘Expressivo Formal ou Lúdico’ 49 (22,6%) e ‘Declarativo’, seguidos dos títulos, também na mesma proporção, ‘Expressivo Apelativo’ e ‘Informativo Explicativo’ com 35 casos (16,1%) cada tipo. Destacamos que este último tipo era o predominante no jornal brasileiro. O tipo ‘Informativo Indicativo’ conta com 33 situações (15,2%) e o que menos aparece é o ‘Expressivo Interrogativo’ com 17 (7,8%).

Com estes dados podemos perceber quão distinta é a abordagem dos jornais em relação ao título. Enquanto no jornal brasileiro a maioria dos textos tem no título uma explicação do como ou porquê, no jornal português há o predomínio de títulos expressivos nos quais predominam as funções poética, fática, conotativa e expressiva da linguagem. Nos títulos expressivos, tanto no ‘Formal ou Lúdico’ ou ainda no ‘Apelativo’ que é o que menos aparece, invoca-se um fato que se presume conhecido e procura-se a sensação e a dramatização.

Cerqueira (2012) ao analisar o tipo de título de dois outros jornais portugueses, o Jornal de Notícias e o Diário de Notícias, percebeu que o tipo de título mais usado era o ‘Informativo Indicativo’, aqueles que identificam o acontecimento, sem pressupor qualquer tipo de conhecimento anterior do destinatário sobre o contexto. Mas o segundo tipo de título mais usado era o ‘Expressivo Apelativo’, presentes nos textos que tratavam sobre o Dia Internacional da Mulher, os resultados que obtivemos foram distintos. O que pode mostrar uma evolução positiva na forma de retratar as questões feministas no jornalismo português.

Em seguida, analisamos qual a temática de gênero presente no texto noticioso conforme representado no Gráfico 4. O motivo de analisarmos essa temática é que, como aponta a teoria feminista internacional, as temáticas relacionadas com os feminismos e o gênero quando se aborda o movimento feminista é secundarizada ou ocultada no jornalismo *mainstream* (VAN ZONEN, 1994; TUCHMAN, 1978). Verificamos que a situação de ‘Desigualdades’ das mulheres é predominante nos dois jornais. Na Folha ela aparece em 75 das matérias (25,1%), seguida das classificações: ‘Outro’ com 59 casos (21,3%), ‘Violência’ contra as mulheres com 53 (19,1%), e ‘Questões de identidade sexual’ com 45 (16,2%).

GRÁFICO 4 – TIPOS DE TEMAS DE GÊNERO NOS JORNAIS FOLHA DE S.PAULO E PÚBLICO



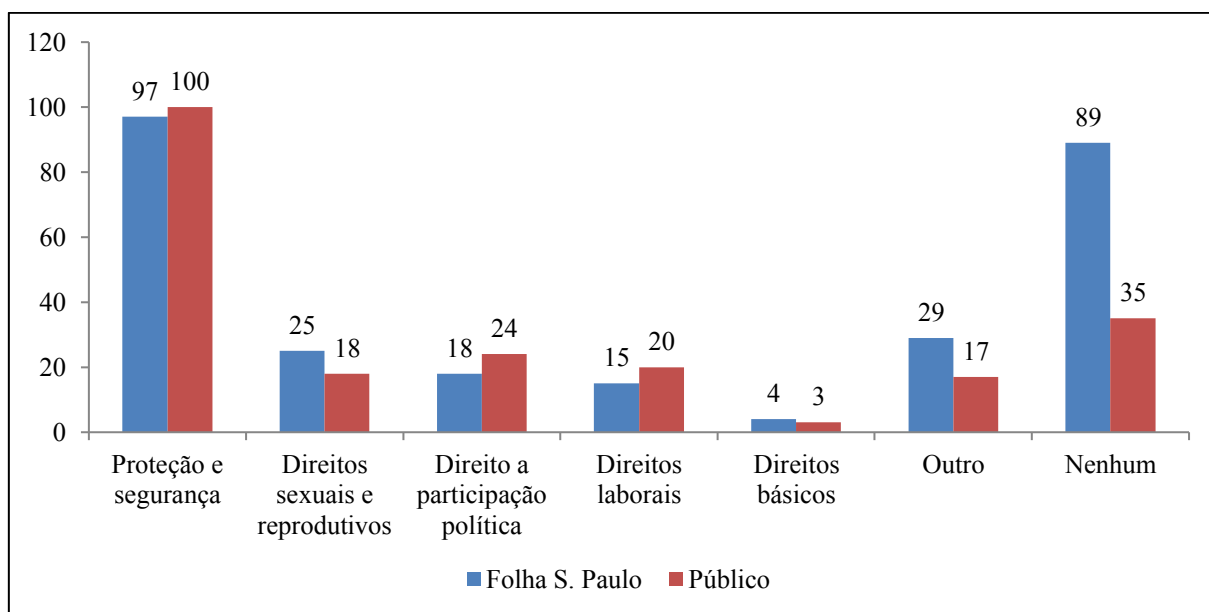
Fonte: A autora (2020).

No Público a situação de ‘Desigualdades’ das mulheres também é o tema de gênero predominante com 60 ocorrências (27,6%), seguido de ‘Violência’ contra as mulheres com 36 (16,6%) e da classificação ‘Outro’ com 32 (14,7%). As ‘Questões de identidade sexual’ apresentaram 24 situações (11,1%), ‘Mulheres em cargos de poder’ está em 22 (10,1% e ‘Problemas laborais’ e ‘Mudança no papel das mulheres’ tem ambas 15 ocorrências (6,9%).

Verificamos que a questão da desigualdade apontada desde a segunda onda feminista como uma das reivindicações e as questões do “pessoal é político” (BEAUVOIR, 1970; SARDENBERG; COSTA, 1994) permanecem dominantes nos temas de gênero, bem como a questão da violência contra as mulheres. Questão apontada por Biroli (2018) como uma das premissas da Teoria Política Feminista no que diz respeito à crítica à democracia, e, de acordo com Gomes e Pinto (2011), a luta contra a violência machista permanece dentro do feminismo até hoje.

Relacionado ao tema de gênero analisado, os resultados apresentados no Gráfico 5 mostram que quando o texto evoca algum direito, em ambos os jornais analisados, o direito a proteção, respeito, integridade física e moral é o predominante em 97 (35%) na Folha de S. Paulo e em 100 (46,1%) no Público. É importante destacar que a questão da violência de gênero e do assédio é uma das principais pautas do período atual, a quarta onda feminista. No jornal brasileiro na segunda posição ficam os 89 textos que não evocam nenhum direito (32,1%) e na terceira posição 29 textos com temas diversos que classificamos como outros.

GRÁFICO 5 – TIPO DE DIREITO EVOCADO NOS TEXTOS FOLHA DE S.PAULO E PÚBLICO

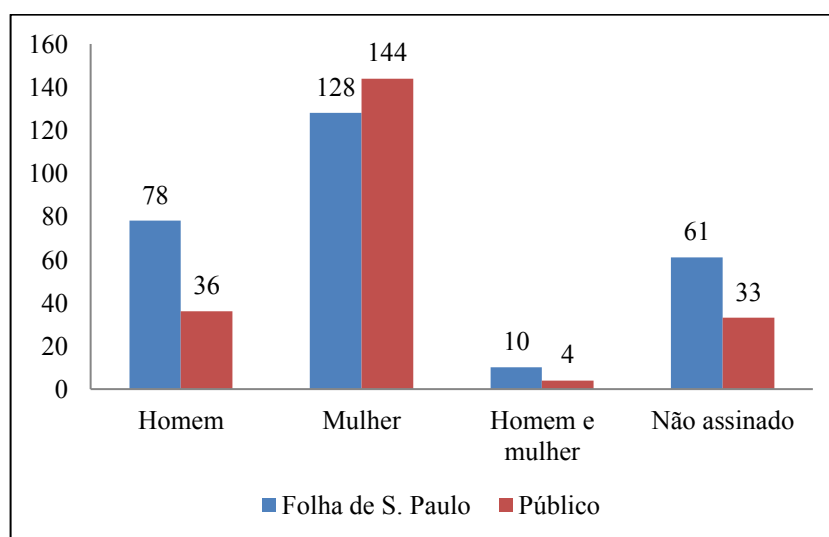


Fonte: A autora (2020).

Os ‘Direitos sexuais e reprodutivos’ ocupam a quarta posição na Folha com 25 textos (9%), estes envolvem a questão do aborto que não é descriminalizado no Brasil. As questões sexuais são pouco tratadas no jornal brasileiro, e quando abordadas são de forma superficial, parece haver um tabu em relação ao tema. No jornal Público a segunda posição fica com o direito à participação política em 24 produções (11%) e em terceiro estão os direitos laborais presentes em 20 textos (9,2%), estando presente em alguns deles a discussão do trabalho sexual. É importante destacar o quanto o jornalismo “esquece” dos direitos básicos principalmente em relação às condições de vida das mulheres, a falta de creches, as mulheres em situação de pobreza e miséria, como se já fossem direitos adquiridos.

Verificamos qual o gênero dos autores das matérias jornalísticas, para atestar a existência ou não de predominância no interesse dos temas feministas por parte das mulheres. Percebemos que nos dois jornais a maior parte dos textos foi produzida por mulheres, conforme apresentamos no Gráfico 6. Em 128 textos da Folha de S.Paulo (46,2%) e 144 do Público (66,4%) as mulheres aparecem como produtoras, contra 78 casos na Folha (28%) e 36 no Público (16,6%) onde os homens foram os escritores. Os textos escritos por mais de um autor, com homens e mulheres juntos, foram 10 no jornal brasileiro (3,6%) e quatro no português (1,8%). E os textos sem assinatura foram 61 (22%) e 33 (15,2%), respectivamente, percebidos quando se falava das manifestações de rua, textos mais superficiais e sem fontes entrevistadas.

GRÁFICO 6 – GÊNERO DOS AUTORES DOS TEXTOS DA FOLHA DE S.PAULO E PÚBLICO



Fonte: A autora (2020).

É importante destacar que atualmente nas redações embora haja mais mulheres do que no passado, não quer dizer que haja uma maior preocupação com as questões feministas e de

gênero no conteúdo jornalístico produzido. Mas, nossa análise mostra que elas são as mais interessadas e disponíveis para escrever sobre a temática feminista tanto no jornal brasileiro quanto no jornal de Portugal.

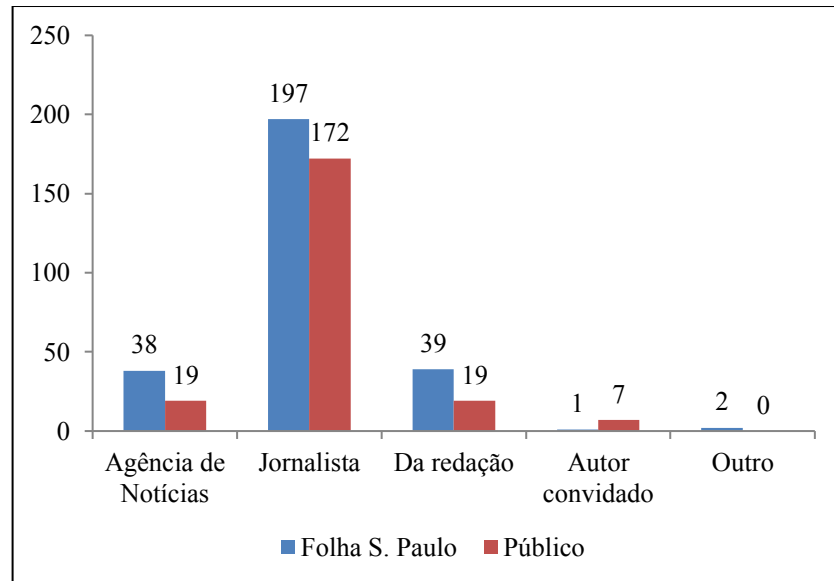
A questão das mulheres se interessarem mais pelo tema e conseguirem ser a maioria das autoras chama a atenção, pois, de acordo com os dados da plataforma de comunicação corporativa desenvolvida pelo Comunique-se, “15.654 mulheres jornalistas estão empregadas em veículos de comunicação. Apesar de estar na casa dos milhares, o número representa somente 36,98% do mercado da imprensa no país. Isso porque há empregos ativos para 26.678 jornalistas do sexo masculino” (SCANDOELLI, 2019). Ou seja, nos cargos de imprensa no Brasil ainda existem mais homens embora se formem mais mulheres.

A produção jornalística tem uma natureza social e coletiva e embora as jornalistas consigam influenciar a codificação de gênero no texto e nas imagens as escolhas são orientadas pelas premissas econômicas e política das redações (VAN ZONEN, 1994). Trabalhos mostram que as noções binárias, opostas e hierárquicas de gênero, assim como as incorporações sexistas têm prevalecido nos conteúdos da mídia (CERQUEIRA; CABECINHAS, 2016, ROSS, 2010).

Além de verificar o gênero da autoria, também anotamos o nome dos autores e chamou-nos a atenção a quantidade de autores por jornal, principalmente na Folha de S. Paulo. Na Folha os 277 resultados analisados totalizavam 150 autores diferentes nos textos assinados, 61 textos não eram assinados, o que dá uma média de 1,44 texto por autor. Acreditamos que muitos profissionais não têm vínculo formal com a empresa do Brasil, pois, constatamos que muitos eram *freelancers* e argumentavam sobre a relação trabalhista informal com a empresa para não aceitarem participar das nossas entrevistas. Também houve uma situação em que o repórter do jornal brasileiro se negou a conceder a entrevista para a tese em função do contexto político marcado, naquele momento, pelo avanço de medidas conservadoras. A informalidade pode ser uma explicação para poucos textos usarem especialistas nos estudos de gênero e feministas como fontes. Na Folha encontramos jornalistas que escreveram o máximo de sete textos com o termo “movimento feminista” no período da análise, contra autores que escreveram até 19 textos no Público. No caso do Público, dos textos assinados contabilizamos 85 autores diferentes dos 217 textos produzidos. Se excluirmos os 33 textos não assinados do Público temos uma média de 2,16 texto por autor. No Público existe mais formalização da relação trabalhista, no caso das jornalistas que entrevistamos todas são contratadas pelo jornal.

Em relação à autoria das matérias, também analisamos se eram escritos por: agências de notícias, jornalista, da redação (quando não identifica a autoria), autor convidado ou outro.

GRÁFICO 7 – ASSINATURA DOS TEXTOS

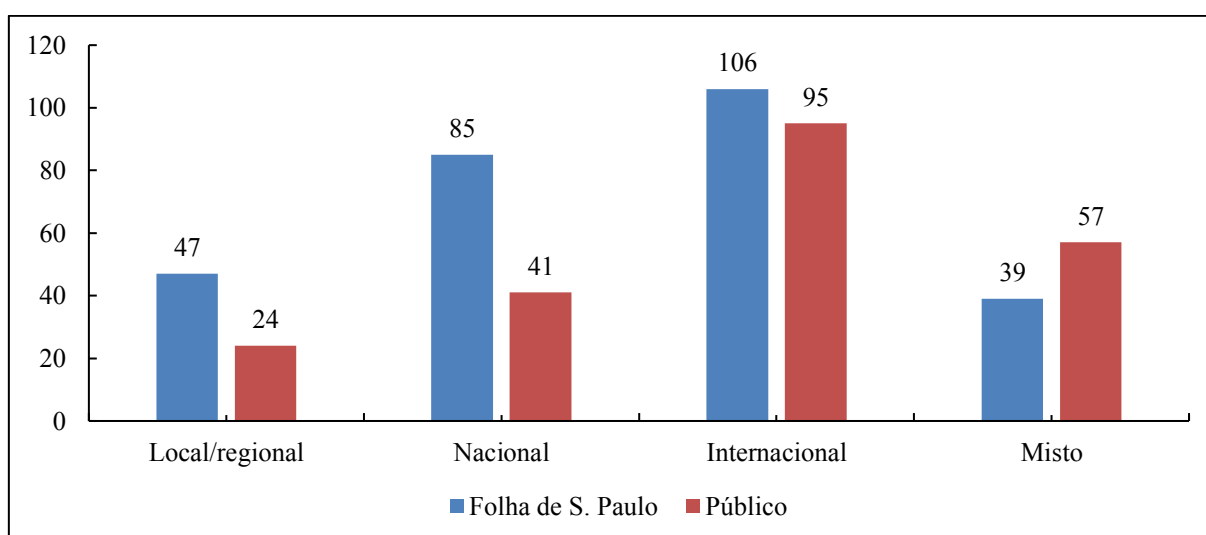


Fonte: A autora (2020).

Os resultados obtidos conforme o Gráfico 7, foram que 197 dos textos da Folha que falam sobre o movimento feminista são assinados por jornalistas (71,1%), contra 172 do Público (79,3%). A Folha utiliza mais textos publicados no *site* provenientes de agência de notícias que o Público, 38 (13,7%) contra 19 (14,1%). Os textos sem identificação do jornalista classificados como ‘Da redação’ são 39 na Folha de S.Paulo (14,1%) e 19 no Público (8,8%). Os autores convidados representam sete no Público (3,2%) e um na Folha (0,4%). A categoria ‘Outro’ tem apenas duas ocorrências na Folha de S. Paulo (0,8%).

Por ser a internacionalização do movimento feminista uma das características que marcam a quarta onda, nos interessou analisar o âmbito geográfico das peças jornalísticas, os resultados estão presentes no Gráfico 8. A origem ‘Internacional’ está em 106 textos da Folha (38,3%) e 95 do Público (43,8%), ela é predominante, o que reafirma a noção de um movimento feminista transnacional, algo que também aparece na fala das entrevistadas. É válido destacar que muitas notícias do Público se referem a casos do Brasil, já que não só neste tema, mas os mais diversos acontecimentos do Brasil pautam o jornalismo português. Em segunda posição está o âmbito ‘Nacional’ com 85 ocorrências na Folha (30,7%) e 41 no Público (18,9%). Lembramos que os dois jornais de notícias de âmbito nacional, entretanto as questões locais e regionais aparecem mais na Folha de S. Paulo, 47 (17%), do que no Público, 24 (11,1%).

GRÁFICO 8 – ÂMBITO GEOGRÁFICO



Fonte: A autora (2020).

As notícias com âmbito ‘Misto’, ou seja, nacional e internacional, aparecem em 39 textos na Folha (14,1%) e 57 no Público (26,3%). Mostrando que o jornal português dá mais espaço para notícias do âmbito geográfico internacional e mista, enquanto o brasileiro valoriza os âmbitos internacional e local. Nos casos mistos estão manifestações de brasileiras em Portugal, textos com personagens históricas e representativas do movimento, reuniões de grupos da União Europeia no caso de Portugal, ou ainda casos do *Femen* e exposições de arte.

6.1 DISCURSO DOMINANTE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DO MOVIMENTO FEMINISTA

Analisando o discurso dos textos, baseados em uma perspectiva qualitativa, observamos quais seus estilos, baseado em Serrano (2005) que os classifica em Descritivo/narrativo e Analítico-interpretativo/explicativo.

TABELA 3 – ESTILO DA PEÇA

	Folha de S.Paulo		Público	
Descritivo/narrativo	231	(83,4%)	142	(65,4%)
Analítico-interpretativo/explicativo	45	(16,2 %)	73	(33,6%)
Outro	1	(0,4%)	2	(0,9%)
Total	277	100%	217	100%

Fonte: A autora (2020).

Na nossa análise, conforme representado na Tabela 3, identificamos o predomínio do estilo Descritivo/narrativo nos jornais *on-line* dos dois países, sendo 231 na Folha (83,4%) e 142 no Público (65,4%). O que representa, de acordo com Cerqueira (2012), que as notícias se debruçam sobre os acontecimentos respondendo o que aconteceu de uma forma direta. A análise dos jornais voltada aos porquês fica circunscrita a um número menor de textos, mas ainda assim, no Público, cuja cifra é de 73 (33,6%), a quantidade é maior do que na Folha que apresenta 45 (16,2%). Ainda é possível afirmar, com respeito aos textos Analítico-interpretativo/explicativo, que eles caracterizam os jornais de referência, percebemos que no Público há mais textos mais aprofundados na temática do feminismo, com mais explicações e detalhes.

A análise de enquadramento está diretamente relacionada à dimensão anterior, ela é importante para mostrar de que forma o conteúdo é repassado ao público. As teorias do enquadramento são diversificadas, entendemos que o enquadramento segue “padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados pelos jornalistas para organizar seus relatos” (PORTO, 2004, p. 91). O enquadramento é uma escolha proposital de quem produz o texto. A partir das teorias de enquadramento, vamos analisar quais são os quadros predominantes nas notícias que falam sobre o movimento feminista e como esse debate pode ser relacionado com os estudos feministas de mídia que explicaremos a seguir.

Para a análise de enquadramento, nos baseamos na classificação de Iyengar (1991), que divide os enquadramentos entre episódicos e temáticos. A notícia é considerada de enquadramento episódico quando apenas relata o fato, sem contextualizá-lo ou oferecer explicações detalhadas. Já o enquadramento temático está presente nas matérias que se propõem a abordar os temas de maneira mais aprofundada, com um viés mais amplo dos acontecimentos retratados. Esse tipo de recorte apresenta mais detalhes e não se restringe a um acontecimento único. Já Porto (2001) realiza uma *framing analysis* para a cobertura eleitoral, usando quatro categorias principais: temático, episódico, corrida de cavalos (que diz respeito à corrida eleitoral apontando qual candidato está na frente) e personalista (enquadramento centrado na personalidade). Em nosso estudo classificamos os enquadramentos com base em Iyengar (1991) e Porto (2001) como ‘Temático’, ‘Episódico’ e ‘Personalista’.

As matérias foram consideradas episódicas quando apenas relatavam um fato, sem contextualizá-lo ou oferecer explicações detalhadas, ou seja, são mais descritivas e sem muitas explicações. Em contraste, o enquadramento temático apareceu nas matérias que se propuseram a abordar os temas de maneira mais esmiuçada, com um viés mais amplo dos acontecimentos retratados. O enquadramento centrado na personalidade corresponde à “tendência da mídia em

dar preferência a atores individuais e de focalizar eventos a partir de dramas humanos, relegando considerações políticas e institucionais” (PORTO, 2001, p. 13).

TABELA 4 – ENQUADRAMENTO

	Folha de S.Paulo		Público	
Episódico	124	(44,8%)	69	(31,8%)
Temático	83	(30,0 %)	85	(39,2%)
Personalista	70	(25,3%)	63	(29%)
Total	277	100%	217	100%

Fonte: A autora (2020).

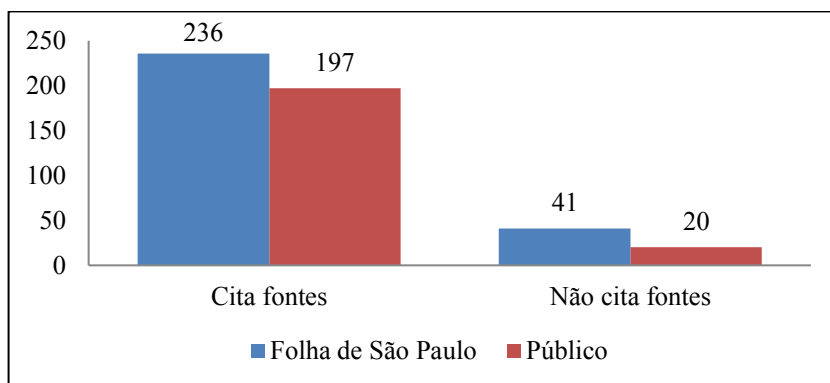
A análise dos enquadramentos, como representada na Tabela 4, mostrou que na Folha de S. Paulo predomina o enquadramento ‘Episódico’ em 124 dos textos (44,8%), seguido do ‘Temático’ com 83 casos (30%) e, por último, aparece o ‘Personalista’ em 70 situações (25,3%). No Público o enquadramento predominante é o ‘Temático’ com a frequência de 85 (39,2%), depois o ‘Episódico’ com 69 situações (31,8%) e, por fim, o ‘Personalista’ com 63 casos (29%). Isso demonstra que a Folha é mais suscetível a coberturas pontuais e que o Público tem um equilíbrio maior entre os tipos de enquadramentos, ao que parece como efeito da maior iniciativa dos próprios jornalistas neste periódico. Para Cerqueira (2012) a abordagem episódica dominante deixa na penumbra temas e atores sociais. Os casos do enquadramento personalista dialogam com os resultados obtidos por Sarmiento (2017) ao analisar qualitativamente a Folha de S. Paulo. Embora o enquadramento personalista não seja predominante em nenhum dos jornais analisados, eles aparecem em uma frequência alta. Podemos traçar uma relação com os casos das feministas individualizadas, que já mencionamos anteriormente, nos casos de personalização e individualização, corroborando com os resultados obtidos por Huddy (1997) que mostrou que essa individualização seria uma forma de minimizar a diversidade entre as feministas.

6.2 QUEM FALA E SOBRE O QUE SE FALA DO MOVIMENTO FEMINISTA NOS JORNAIS

Sabemos que a presença ou ausência de fontes de informação jornalística é considerada um vetor central para avaliar a qualidade do jornalismo (LOPES, 2016). A proporção de textos com ou sem citação de fontes é bem semelhante nos dois jornais analisados. A citação de fontes

está presente em 236 textos na Folha de S.Paulo (85,2%) e em 197 no Público (90,8%). Em 41 dos textos na Folha (14,8%) as fontes não são citadas, o mesmo ocorre no Público em 20 (9,2%).

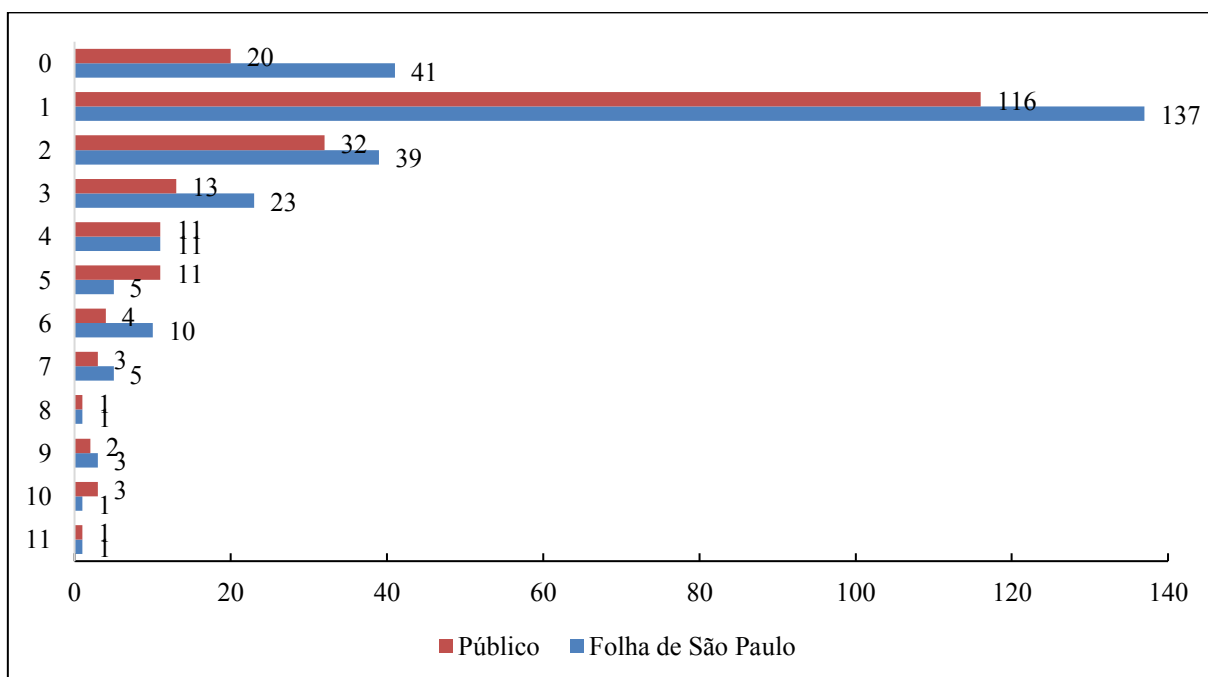
GRÁFICO 9 – PRESENÇA DE FONTES



Fonte: A autora (2020).

Verificamos que os dois veículos de comunicação priorizam textos com fontes, mas sabemos que uma pluralidade de vozes é importante, assim como o tratamento dado a um determinado tópico depende sempre de quem é o comentador daquela posição defendida. Uma grande quantidade de fontes é uma das características do jornalismo de qualidade, pois quanto maior a quantidade, a qualidade e a diversidade de fontes, maior a credibilidade das informações. Para observar esta perspectiva, buscamos identificar e quantificar as fontes, também por compreender que a escolha das fontes está relacionada com as escolhas discursivas.

GRÁFICO 10 – NÚMERO DE FONTES POR TEXTO

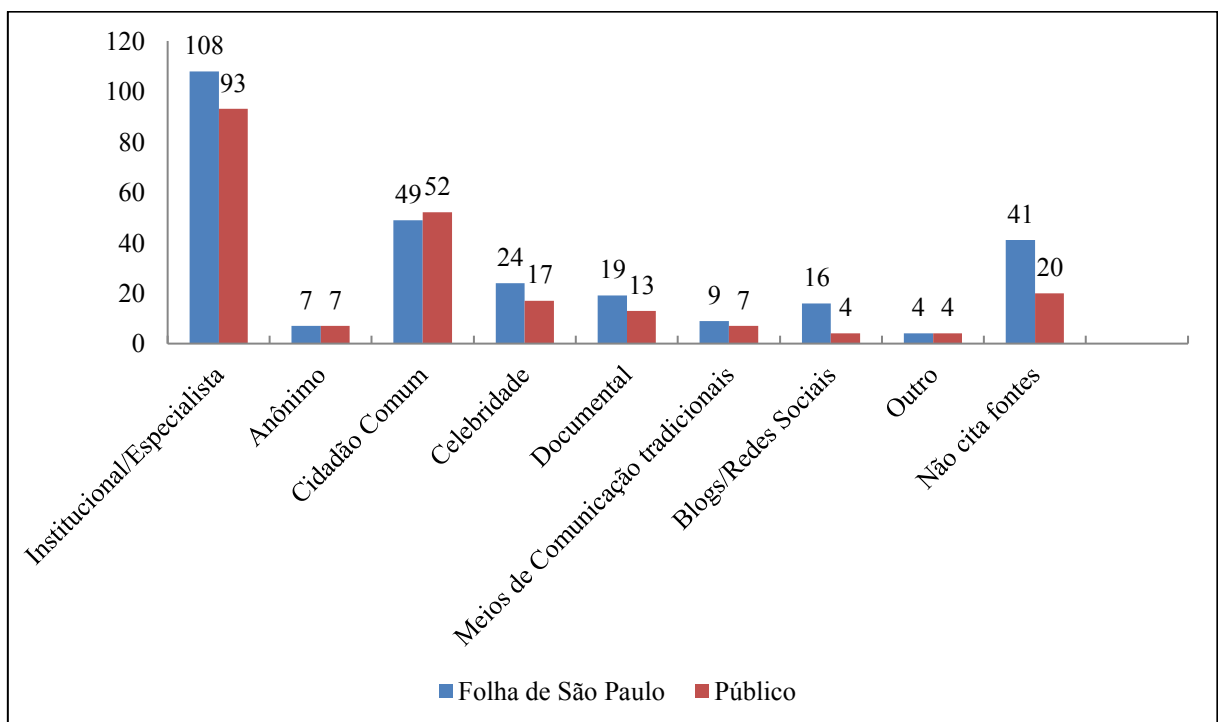


Fonte: A autora (2020).

Os resultados obtidos e presentes no Gráfico 10 nos mostram que embora a maioria das produções tenha fontes, não há pluralidade em um mesmo texto, já que em 137 dos casos da Folha (49,5%) e em 116 do Público (53,5%), apenas uma fonte é ouvida. Dos resultados com duas fontes de informação temos 39 textos da Folha (14,1%) e 32 no Público (24,7%). Os textos analisados que usam três ou mais fontes de informação somam uma proporção baixa, 60 na Folha de S. Paulo (21,6%) e 49 no Público (22,6%).

Relativamente a essas fontes ouvidas, citadas e mencionadas, as classificamos de acordo com seu estatuto conforme apresentado no Gráfico 11. Nós verificamos que há um predomínio no uso das fontes Oficiais/Institucionais/Profissionais/Especialistas, na Folha de S. Paulo são 108 (39%) e no Público 93 (42,9%). A literatura já aponta para esse resultado do predomínio do uso de fontes oficiais e especialistas (RICH; WEAVER, 2000). Em seguida, o segundo maior tipo de fonte entrevistada é o ‘Cidadão Comum’, 49 na Folha (17,7%) e 52 no Público (24%). Estão nesta categoria as próprias ativistas do movimento feminista quando não são entrevistadas como porta-voz de alguma instituição, ou ainda mulheres consideradas excepcionais, mulheres vítimas de violência, entre outros casos. Como já mencionado anteriormente, em 41 textos da Folha (14,8%) e 20 do Público (9,2%) não há a citação ou menção de fontes.

GRÁFICO 11 – ESTATUTO DA FONTE

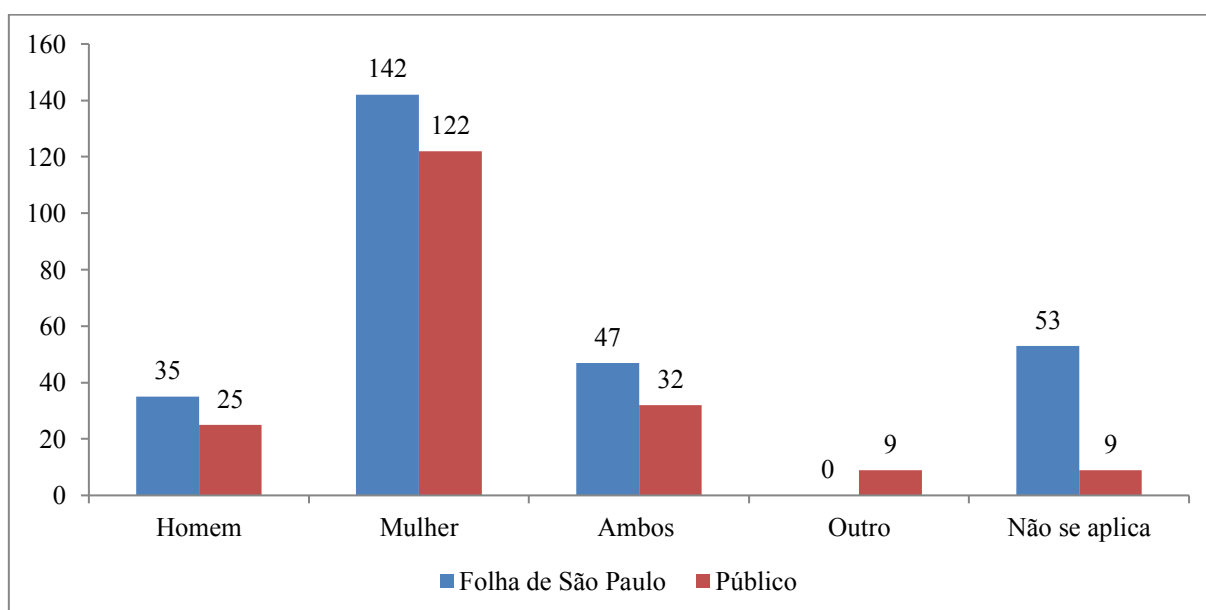


Fonte: A autora (2020).

A classificação ‘Celebridade’ teve um resultado bem semelhante nos dois jornais, as pessoas públicas – seja da política, artistas de televisão, cinema, cantores, entre outros – foram ouvidas em 24 textos na Folha de S. Paulo (8,7%) e em 17 no Público (7,8%). As fontes documentais, como livros e dados do Superior Tribunal Eleitoral (STE), estão presentes em 19 ocorrências da Folha (6,9%) e em 13 do Público (6%). Quanto ao uso das redes sociais e de blogues como fonte, chama a atenção o fato do jornal brasileiro usá-las um pouco mais do que o jornal português, respectivamente 16 (5,8%) e quatro (1,8%). Os ‘Meios de comunicação tradicionais’ foram fontes em 9 ocorrências na Folha de S.Paulo (3,2%) e em sete no Público (3,2 %), coincidentemente, a mesma porcentagem.

Em relação ao gênero das pessoas entrevistadas, conforme os dados do Gráfico 12, verificou-se que tanto o jornal português quanto o brasileiro têm como maioria as mulheres. Na Folha 142 textos (51,3%) e no Público 122 (56,2%) tem todas as entrevistadas mulheres, ambos, homens e mulheres no mesmo texto aparecem em 47 (17%) na Folha de S. Paulo e em 32 (14,7%), os textos que tiveram somente homens como fonte foram 35 (12,6%) na Folha de S. Paulo e 25 (11,5%) no Público. Somente no Público teve textos que os entrevistados não se identificavam nem como homem e nem como mulher, em 9 (4,1%) do total do jornal. Os resultados são bem semelhantes nos dois jornais.

GRÁFICO 12 – GÊNERO DOS ENTREVISTADOS



Fonte: A autora (2020).

Cruzando a variável gênero com a variável estatuto da fonte nos textos do jornal Folha de S. Paulo, conforme dados apresentados na Tabela 5, encontramos que quando se trata de fontes oficiais, institucionais, profissionais ou especialistas do total de 35 homens ouvidos, 21 são fontes desse tipo, o que representa 60% dos entrevistados homens são o tipo de fonte mais valorizada pelo jornalismo, os homens aparecem cidadãos comuns em 14,28% dos textos do jornal brasileiro, em cinco textos do *corpus* analisado.

TABELA 5 – GÊNERO E ESTATUTO DAS FONTES NA FOLHA DE S.PAULO

	Homem	Mulher	Ambos	Não tem	Total
Institucional /Especialista	21	63	24	0	108
Anônimo	0	6	1	0	7
Cidadão Comum	5	32	12	0	49
Celebridade	3	17	4	0	24
Documental	0	9	2	8	19
Meios de Comunicação tradicionais	3	2	2	2	9
Blogs/Redes Sociais	2	11	2	1	16
Outro	1	2	0	1	4
Sem fonte	0	0	0	41	41
Total	35	142	47	53	277

Fonte: A autora (2020).

Quanto às mulheres, embora sejam a maioria das entrevistadas nos textos que tratam do movimento feminista, elas são tratadas como fontes oficiais, institucionais, profissionais e/ou especialistas em apenas 63 textos, ou seja, 44,36% das vezes. Esse dado é muito importante, pois mostra que mesmo que a maioria dos textos seja escrito por mulheres, como mostra o Gráfico 5, quando se trata de fontes oficiais e especialistas dá-se voz aos homens. O resultado obtido é semelhante ao de ROSS (2015) que mostra que as mulheres como fontes raramente são porta-voz ou especialistas. Proporcionalmente, quando as fontes ouvidas são do grupo ‘Cidadãos Comuns’ as mulheres representam 22,53%. Quando no texto existem mulheres e homens classificados como fonte ‘Oficial/Institucional/Profissional/Especialista’ a porcentagem é de 51% dos textos, em outras palavras, quando a mulher sozinha é fonte principal ela não tem o mesmo estatuto.

Na Tabela 6 fizemos o mesmo cruzamento de gênero e estatuto da fonte, agora nos textos do jornal português. Nele a porcentagem de homens ouvidos como fontes oficiais, institucionais, profissionais e/ou especialistas é ainda maior que da Folha, eles têm esse estatuto em 19 textos (76%). No Público, as mulheres como fontes neste estatuto também estão em proporção menor (44,26%). Quando as fontes são homens e mulheres juntos no mesmo texto, a proporção desse estatuto aumenta para 50%.

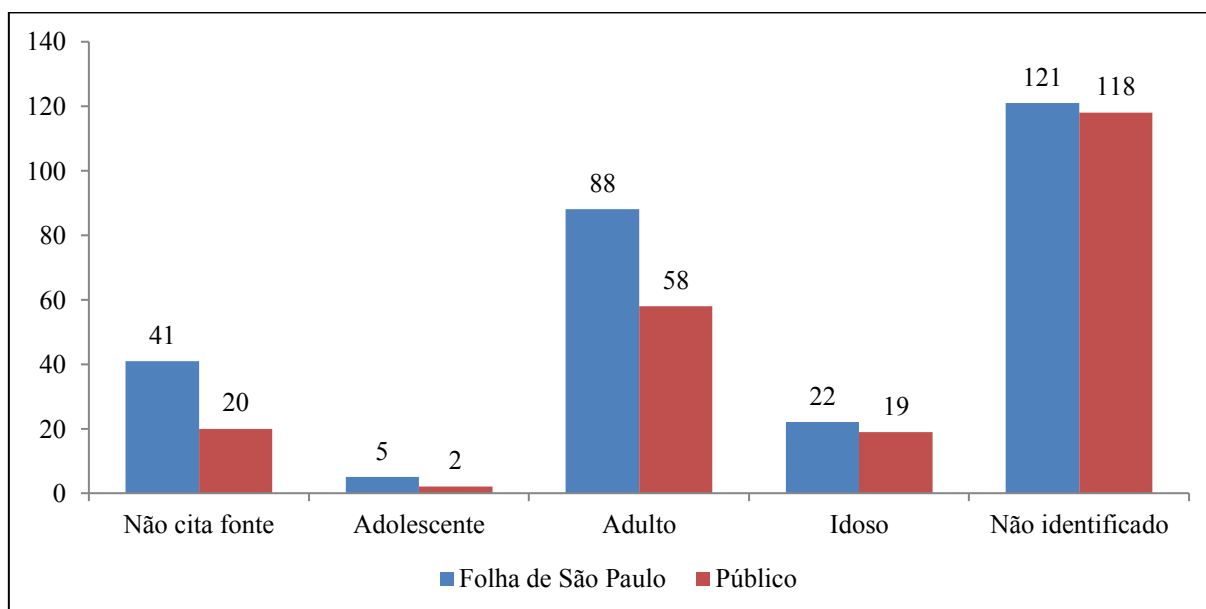
TABELA 6 – GÊNERO E ESTATUTO DAS FONTES NO PÚBLICO

	Homem	Mulher	Ambos	Não tem	Total
Institucional /Especialista	19	54	16	0	93
Anônimo	0	5	1	0	7
Cidadão Comum	2	39	9	0	52
Celebridade	1	13	2	0	17
Documental	1	5	2	5	13
Meios de Comunicação tradicionais	1	0	1	5	7
Blogs/Redes Sociais	0	3	1	0	4
Outro	1	2	0	0	4
Sem fonte	0	0	0	20	20
Total	25	122	32	29	217

Fonte: A autora (2020).

Continuando com a análise da caracterização das fontes, verificamos a faixa etária das fontes. Em alguns textos há a referência à idade, noutros a caracterização nos permite inferir a faixa geracional, como por exemplo, em casos da descrição acompanhada da imagem.

GRÁFICO 13 – FAIXA ETÁRIA DOS ENTREVISTADOS



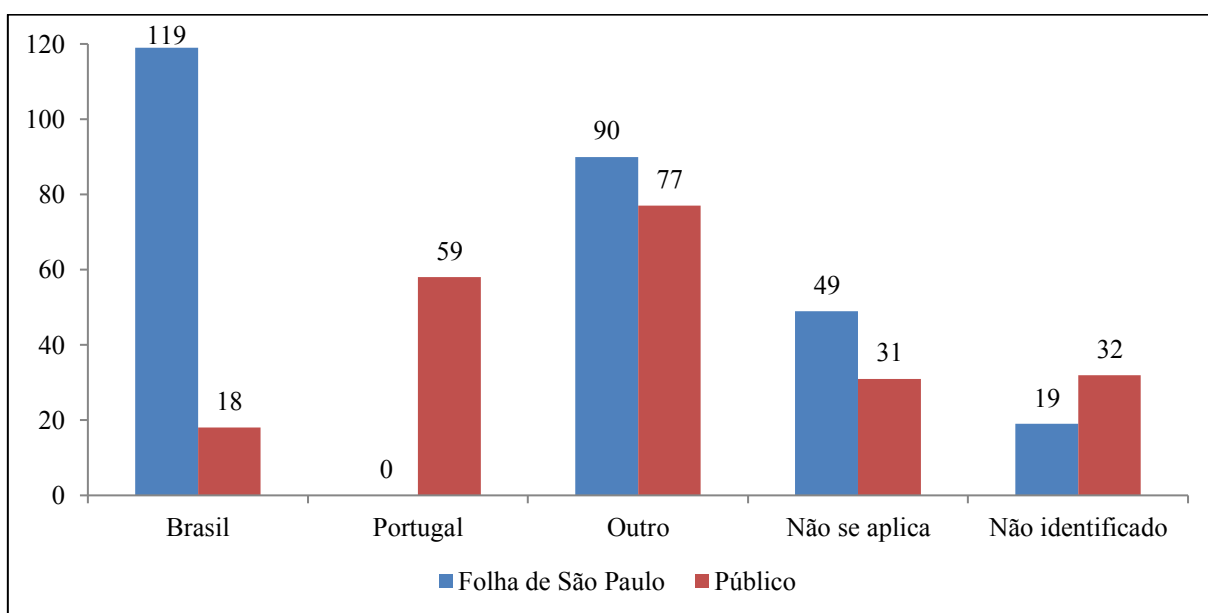
Fonte: A autora (2020).

Conforme apresentado no Gráfico 13, na Folha de S. Paulo na maioria dos textos não foi possível identificar a idade das fontes, por não se tratar do uso de pessoas como fontes, mas sim de documentos, sites, jornais. Nos textos em que foi possível reconhecer a idade, observamos que na maioria deles, 88, as pessoas estão em idade ativa: jovem, adulto, meia-idade (32%), seguido de idosos em 22 (8%) e adolescente aparecendo em cinco (2%).

No jornal Público, em relação à faixa etária das fontes, 20 textos não citaram fontes (9%) e em 118 dos textos não foi possível identificar a idade das fontes (54%). Assim como no jornal brasileiro, a faixa etária predominante reconhecida das fontes em 58 textos foi a ‘Adulta’ – jovem, adulto, meia-idade (27%). Os adolescentes aparecem como fontes somente em dois textos (1%) e os idosos aparecem em 20 textos (9%).

Analisamos também o país de origem das fontes, pois como sabemos o movimento feminista especialmente da quarta onda é um movimento transnacional, logo teria entrevistados e porta-vozes de outros países, conforme demonstrado no Gráfico 14.

GRÁFICO 14 – PAÍS DE ORIGEM DAS FONTES



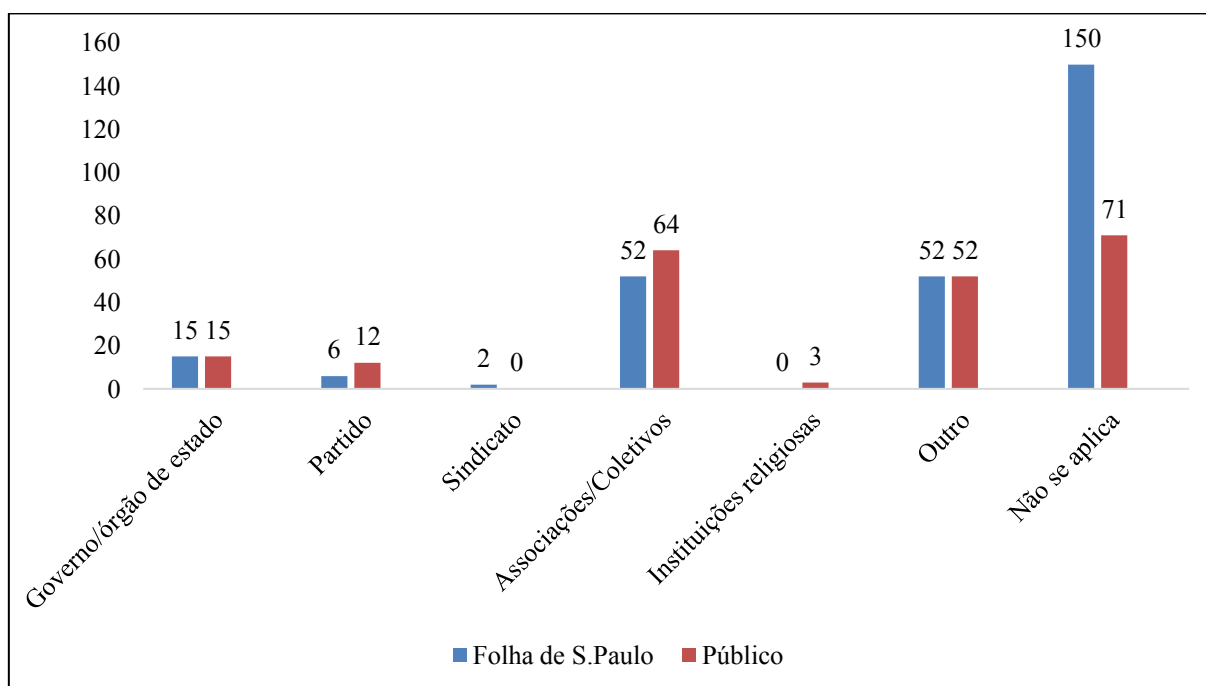
Fonte: A autora (2020).

O resultado obtido mostrou que na Folha de S.Paulo em 119 textos as fontes ouvidas são do Brasil (43%) e 90 são de outros países (32,5%). Nos textos analisados do jornal brasileiro não identificamos nenhuma fonte de origem portuguesa. No jornal português, 59 dos textos tem fontes do país (27,2%), 18 eram brasileiras (8,3%) e 77 de outros países (35,5%). Assim, verificamos que no Público a maioria das fontes sobre o movimento feminista é internacional e que o jornal dá espaço para as brasileiras.

A ocupação institucional das fontes também foi analisada e está apresentada no Gráfico 15. Na maioria dos casos, em ambos os jornais, não é apresentada uma instituição de origem das fontes, 150 dos casos da Folha de S. Paulo (54,2%) e 71 do Público (32,7%). Na Folha as instituições predominantes são as ‘Associações e Coletivos’ e ‘Outro’, ambas com a mesma proporção em 52 textos (18,8%). Os membros de ‘Governo ou órgãos de estado’

correspondem a 15 casos (5,4%), os membros de partido estão em seis (2,2%) e de sindicato em três (0,7%). Na Folha não é mencionado nenhum líder religioso como fonte.

GRÁFICO 15 – OCUPAÇÃO INSTITUCIONAL DAS FONTES



Fonte: A autora (2020).

No jornal português, embora boa parte dos textos não mencione a instituição da fonte, há um maior uso de fontes institucionais que no jornal brasileiro. No Público, assim como na Folha de S. Paulo, a instituição predominante é a de ‘Associações e Coletivos’ em 64 (29,5%) e ‘Outro’ em 52 (24%). Os membros de ‘Governo ou órgãos de estado’ correspondem a 15 textos (6,9%) e os membros de partido a 12 (5,5%). Nenhum membro de sindicato é usado como fonte e há três casos de fontes de instituições religiosas (1,4%) no jornal português.

Também nos interessou saber a profissão das fontes, conforme apresentamos na Tabela 7. Os dois jornais apresentam a mesma sequência de maiores ocorrências nas três primeiras posições. A primeira corresponde aos muitos textos que não mencionavam este dado ou a fonte era documental, blogue, rede social, essa situação ocorreu em 82 casos (29,6%) na Folha de S. Paulo e em 69 casos do Público (31,7%). Na segunda posição está a categoria ‘Outras’, referente a uma ampla lista de profissões que nos dificultou nomear todas, na Folha foram 88 ocorrências (31,8%) e no Público 68 (31,3%). O terceiro caso mais recorrente foi a categoria ‘Atores/artistas/cantores’ que abarca as profissões de ator, cantor, humorista e outros artistas, com 34 situações (12,3%) no jornal brasileiro e em 25 do jornal português (11,5%). É

importante lembrar que um dos temas principais dos dois jornais foi ‘Cultura e Artes’, logo as fontes eram esses profissionais. Na Folha de S.Paulo a quarta e quinta posição profissão que mais aparece no jornal correspondem, respectivamente, a de ‘Professor’ em 31 casos (11,2%) e a de ‘Jornalista’ em 14 (5,1%). No Público, essas posições se invertem, sendo que a quarta posição ficou a profissão de ‘Jornalista’ em 13 textos (6%) e em quinta a de ‘Professor’ em 12 (5,5%).

TABELA 7 – PROFISSÃO DAS FONTES

Ocupação profissional	Folha de S.Paulo		Público	
Professor	31	(11,2%)	12	(5,5%)
Área Direito	7	(2,5 %)	7	(3,2%)
Jornalista	14	(5,1%)	13	(6,0%)
Empresário	2	(0,7%)	2	(0,9%)
Área Saúde	2	(0,7%)	6	(2,8%)
Militares/policiais	2	(0,7%)	0	0
Atores/artistas/cantores	34	(12,3%)	25	(11,5%)
Esportistas	1	(0,4%)	1	(0,5%)
Dona de casa	0	0	0	0
Empregada Doméstica	1	(0,4%)	1	(0,5%)
Estudante	13	(4,7%)	12	(5,5%)
Outras profissões	88	(31,8%)	68	(31,3%)
Arquiteto	0	0	1	(0,5%)
Não mencionada/não aplica	82	(29,6%)	69	(31,7%)
Total	277	100%	217	100%

Fonte: A autora (2020).

Verificamos ainda como as fontes são apresentadas no texto, se apresentam seu nome e sobrenome, somente o primeiro nome ou se são anônimas, neste caso, geralmente aparecem com um nome fictício. Alguns estudos da área, como Arús et al. (2000), apontam para uma certa informalidade na retratação das mulheres, neste caso tratando as mulheres apenas pelo primeiro nome. Em nossa análise verificamos esse tipo de informalidade raras vezes, em apenas 3,2% dos textos da Folha de S. Paulo e em 2,8% do Público, mas vale ressaltar que nesses casos nos pareceu ser uma mais uma ideia de anonimato, pois foram em situações de manifestações públicas das mulheres, como na Marcha das Vadias. Situação semelhante ocorreu em casos que as mulheres eram apresentadas apenas pelas iniciais, 1,8% dos casos na Folha e 0,9% do Público, ou ainda com nome fictício, 3,2% dos casos em ambos os jornais.

O que percebemos foi uma evolução em relação à forma com que as mulheres feministas eram abordadas no passado, como apontou o estudo de Cerqueira (2012). Já que em 72,2% dos casos na Folha S. Paulo e em 79,7% no Público as fontes foram apresentadas com nome e sobrenome.

TABELA 8 – COMO AS FONTES SÃO APRESENTADAS NO TEXTO

Nome e sobrenome	Folha de S.Paulo		Público	
	200	(72,2%)	173	(79,7%)
Só primeiro nome	9	(3,2 %)	6	(2,8%)
Só iniciais	5	(1,8%)	2	(0,9%)
Sem nome/nome fictício	9	(3,2%)	7	(3,2%)
Não se aplica	54	(19,5%)	29	(13,4%)
Total	277	100%	217	100%

Fonte: A autora (2020).

Também listamos quais foram as ONGs, associações ou coletivos feministas que mais apareceram nos textos, já que verificamos que a maioria das fontes institucionais estavam ligadas a elas. Verificamos uma pluralidade muito grande de organizações feministas, sendo listados 82 nomes. Na tabela abaixo apresentamos estes dados e entre parênteses o número de menções de cada organização no jornal, quando maior que uma aparição.

TABELA 9 – ORGANIZAÇÕES E COLETIVIDADES QUE APARECEM NA FOLHA DE S. PAULO

(continua)

1.	ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais)
2.	Anis –Instituto de Bioética
3.	Asbrad (Associação Brasileira de Defesa da Mulher)
4.	Associação de Solidariedade das Mulheres Árabes
5.	Associação Mulheres pela Paz
6.	Az Mina
7.	Bandiversidade
8.	Black Lives Matter
9.	Casa da Lua
10.	Católicas pelo Direito de Decidir
11.	CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria) (4)
12.	Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos
13.	Coletiva Feminista Radical Manas Chicas
14.	Coletivo Davida
15.	Coletivo das Mulheres Medicina da Unicamp (MUDA)
16.	Coletivo de Mulheres Medicina Estácio de Sá (Rio)
17.	Coletivo Feminista Capitu
18.	Coletivo Feminista Chute
19.	Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro
20.	Coletivo Feminista Estrelas do Sul da Faculdade de Medicina de Catanduva (SP)
21.	Coletivo Feminista Geni da Faculdade de Medicina da USP
22.	Coletivo Feminista da Vila
23.	Coletivo Feminista Sexualidade em Saúde
24.	Coletivo Feminista Yabá
25.	Comitê Latino Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem)
26.	Comissão Interamericana de Mulheres da OEA
27.	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
28.	Educafro
29.	Elas Fundo de Investimento Social
30.	Estrelas do Sul
31.	Eu não sou uma gracinha
32.	Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino
33.	Femen (10)
34.	Feministas Cristãs (2)
35.	Feminist Frequency
36.	Frente Feminista

37.	Frente Feminista de Ribeirão Preto
38.	Frente Feminista de Ribeirão
39.	Frente Feminista de São Carlos
40.	Frente Feminista de Natal
41.	Global Network of Sex Work Projects
42.	Guerrilla Girls
43.	Instituto Maria da Penha
44.	Juntas
45.	LGBT Brasil
46.	Liga Brasileira de Lésbicas
47.	Lilibeth
48.	Mandato Coletivo Feminino
49.	Mapa Educação
50.	Meninas do Stockler
51.	Minas Mobilizadas
52.	Movimento Contra o Tráfico de Pessoas
53.	Movimento Feminino pela Anistia
54.	Movimento Feminista pela Anistia
55.	Movimento Mulheres em Luta
56.	Mujeres Creando
57.	MulherAção
58.	Mulheres da Mãtria Latino-Americana
59.	Ni uma a menos
60.	Nós, Mulheres da Periferia
61.	Organização Nacional de Mulheres
62.	Osez le feminisme
63.	Panteras Negras
64.	Pussy Riot
65.	Rede Feminista de Juristas
66.	Rede Feminista de Saúde
67.	Rede Não Cala USP
68.	Rede Nossas Cidades
69.	Redes da Maré
70.	Rio Como Vamos
71.	Riot Grrrl
72.	RUA - Juventude Anticapitalista
73.	Sisters Uncut
74.	Tática Feminista
75.	The Representation Project
76.	Think Olga
77.	Topless in Rio
78.	União de Mulheres do Município de São Paulo
79.	Universidade Livre Feminista
80.	USP Mulheres
81.	Vamos juntas? (2)
82.	Vitamore

Fonte: A autora (2020).

A organização mais citada no jornal Folha de S.Paulo no período analisado foi o *Femen*, grupo transnacional que atua em diversos países. O grupo foi mencionado em dez textos do jornal brasileiro. O Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) foi mencionado em quatro textos e as Feministas Cristãs (Grupo do Facebook) em dois. Para aprofundar nossa pesquisa, entrevistamos membros de alguns desses grupos e apresentaremos mais adiante. Chama a atenção nos dois jornais o espaço que é dado para o grupo *Femen*, um grupo feminista

radical que faz intervenções usando o corpo e a nudez, situação que é vista como algo exagerado e desnecessário no texto, além de quase nunca dar voz a essas ativistas.

No jornal português, verificamos que as associações e organizações institucionalizadas tem mais voz no jornalismo, como a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), a Rede 8 de Março e a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PPDM). No Público há uma pluralidade ainda maior de associações e coletivos, alguns de causas de gênero mais amplas, como a Associação Plano i que é citada em cinco textos; ou de causas LGBT como Panteras Rosas; Lóbula – colectivo de intervenção cultural e política de linha trans*, *queer & feminista*; e ILGA - International Lesbian and Gay Association.

Há ainda grupos anti-racistas como SOS Racismo, Licra (Liga Internacional Contra o Racismo e Anti-Semitismo) e Educafro; e interseccionais do feminismo e ativismo negro como a Afrolis, Femafró, Instituto da Mulher Negra em Portugal. Também aparecem grupos religiosos como as Irmãs Oblatas / Obra Social das Irmãs Oblatas e Associação Portuguesa de Teologias Feministas. Outro ativismo que está muito relacionado com o da causa feminista em Portugal é o do trabalho precário, na lista representado pelos Precários Inflexíveis.

Um tema que não aparece na Folha de S. Paulo, mas que é mencionado no Público, é a questão da regulamentação do trabalho sexual remunerado e organizações como a Labuta (Organização pelos direitos humanos e laborais dos trabalhadores do sexo) e a Rede Sobre Trabalho Sexual representam essa questão. A Tabela 10 apresenta todas as associações e coletivos mencionadas no Público durante o período analisado, e entre parênteses o número de menções de cada organização no jornal, quando maior que uma aparição.

TABELA 10 – ORGANIZAÇÕES E COLETIVIDADES QUE APARECEM NO PÚBLICO

(continua)

1.	A Coletiva (4)
2.	Act Up
3.	Afrolis (3)
4.	Amnistia Internacional
5.	Associação Portuguesa de Teologias Feministas (2)
6.	Associação Plano i (API- Acção para a Identidade de Género) (5)
7.	Assembleia Feminista de Lisboa (2)
8.	Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros (APEB)
9.	Associação dos Profissionais no Regime de AMAS (PARA)
10.	Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesa
11.	Associação para o Planeamento da Família (APF)
12.	Associação Positivo
13.	Associação Ribalta Ambição – Igualdade de Género nas Comunidades Ciganas
14.	Associação Solidariedade Imigrante
15.	Associação Tunisina das Mulheres Democratas (2)
16.	Brave (2)
17.	Bué Fixe
18.	Capazes (4)
19.	Cave Canem

20.	CESI
21.	Code PinK
22.	Colectivo Andorinha
23.	Colectivo Feminista do Porto
24.	Coletivo Feminista da Vila
25.	Colectivo Feminista de Letras
26.	Coletivo Feminista Sexualidade em Saúde
27.	Comissão da Condição Feminina
28.	Comitê Latino Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem)
29.	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
30.	Centre for Social Research India
31.	Coolabora
32.	Discwoman
33.	Djass-Associação de Afrodescendentes
34.	Educafro
35.	Equality Now
36.	Federação das Mulheres Cubanas
37.	Femafro (4)
38.	Femen (16)
39.	Femminism Attack
40.	Girls at Dhabas
41.	Grupo de Activistas em Tratamentos (GAT) (2)
42.	Grupo Interdisciplinar de Investigadores sobre Trabalho Sexual (GIITS)
43.	Guerrilla Girls
44.	ILGA - International Lesbian and Gay Association
45.	Instituto da Mulher Negra em Portugal
46.	International Womens Strike
47.	Irmãs Oblatas/ Obra Social das Irmãs Oblatas (2)
48.	Jano – Associação de Apoio a Pessoas com Disforia de Género
49.	Juntos pela cultura
50.	Justice Action
51.	Labuta (Organização pelos direitos humanos e laborais dos trabalhadores do sexo)
52.	Letras Nómadas
53.	Levante Popular da Juventude
54.	Licra (Liga Internacional Contra o Racismo e Anti-Semitismo)
55.	Lobby Europeu das Mulheres (LEM)
56.	Lóbula – colectivo de intervenção cultural e política de linha trans*, queer & feminista
57.	Movimento Democrático de Mulheres (MDM)
58.	Movimento de Libertação das Mulheres (MLM) (3)
59.	Movimento Mulheres em Luta
60.	Mulheres do Calafate
61.	Mulheres na Arctectura
62.	Não te prives
63.	Nu Sta Djunto
64.	Ondjango Feminista
65.	O Ninho (2)
66.	ONG Atravessa — Associação das Travestis e Transexuais de Santo André
67.	Osez le féminisme
68.	Panteras Cor de Rosa (2)
69.	Panteras Rosas
70.	Parar o Machismo, Construir a Igualdade (2)
71.	Pipi Colonial
72.	Plataforma 8 de Março de Sevilha
73.	Plataforma Gueto
74.	Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PPDM) (4)
75.	Por todas nós
76.	Precários Inflexíveis
77.	Pró-Urbe
78.	Rawiya

(conclusão)

79.	Rede 8 de Março (5)
80.	Rede de Activistas Feministas (2)
81.	Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens
82.	Rede Sobre Trabalho Sexual
83.	Representation Project
84.	Roda das Pretas (RP) (2)
85.	Se Non Ora Quando (Se não for agora quando será)
86.	Sisters Uncut
87.	SOS Racismo
88.	Siren
89.	Traitements-5
90.	União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) (19)

Fonte: A autora (2020).

Como afirma Perez e Ricoldi (2018) uma das principais características da quarta onda feminista é atuação por meio de coletivos, nos quais não há lideranças. Embora haja uma pluralidade de associações e coletivos, notamos que há uma ausência das minorias entre as mulheres, ou seja, das mulheres negras e indígenas no caso brasileiro, e das negras e ciganas em Portugal. Foram raras as vezes que as mulheres negras foram fontes e aparecem nas imagens como iremos mostrar mais adiante. Sarmiento (2017) também ressalta que: “Mesmo que o número de organizações ouvidas e os tipos de coletivos tenham se diferenciado, uma ausência importante é sentida em toda a análise. As mulheres negras aparecem poucas vezes nos textos” (SARMENTO, 2017, p. 160). A autora analisou a versão impressa do jornal Folha de S. Paulo em um período distinto, mas nota a mesma falta de pluralidade.

Também listamos os eventos e manifestações feministas que se tornaram notícia. Nosso interesse não é quantificar o número de aparições já que muitas vezes as ações aparecem sem seu nome, mas sim, demonstrar que elas obtiveram visibilidade nos jornais. As Tabelas 11 e 12 apresentam as manifestações mencionadas pela Folha de S.Paulo e Público, respectivamente.

TABELA 11 – MANIFESTAÇÕES QUE APARECEM NA FOLHA DE S. PAULO

1.	Caminhada Lésbica em São Paulo
2.	Festival Sêla
3.	Women's March (Marcha Mundial das Mulheres)
4.	Marcha das Mulheres em Nova York
5.	Planned Parenthood
6.	Ni uma a menos
7.	Greve Feminista
8.	Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia
9.	Marcha das Vadias

Fonte: A autora (2020).

No jornal Folha de S. Paulo a Marcha das Vadias, a versão brasileira da *SlutWalk*, foi citada em quatro textos diferentes.

Em relação às marchas e os movimentos sociais nas ruas, verificamos que eles são uma importante forma de agendar a temática nos jornais, por isso, elencamos quais foram citados pelos jornais. A Marcha Mundial das Mulheres é a mais mencionada nos dois jornais, em Portugal há os festivais feministas que conseguem ser divulgados pelo jornal Público.

Como já apontava Sarmiento (2017) há uma “ressureição do feminismo” a partir de 2010 na Folha de S.Paulo, mas percebemos uma grande intensidade desse diálogo com as pautas feministas principalmente nos anos 2017 e 2018. É importante observar o feminismo interseccional, com pautas principalmente da questão racial, orientação sexual e gênero, mas essa pluralidade parece ser mais aparente no jornalismo português que menciona o festival afro-feminista e o movimento LGBT com o feminista.

TABELA 12 – MANIFESTAÇÕES QUE APARECEM NO PÚBLICO

1.	Nyansapo Festival- festival “afro-feminista europeu”
2.	Festival Feminista de Lisboa
3.	Marcha Mundial das Mulheres
4.	Women's March (Marcha das Mulheres)
5.	Marcha de Orgulho LGBT do Porto
6.	Festival Feminista do Porto
7.	Caravana Feminista
8.	Festival Feminista
9.	Slutwalk Porto

Fonte: A autora (2020).

Como o ativismo da quarta onda tem como uma de suas principais características as manifestações *on-line*, nos interessou perceber de que forma essas ações conseguem ser pautadas e enquadradas nos textos. Para isso, elencamos quais as manifestações *on-line* que os jornais mencionavam. Nos dois jornais, principalmente a partir do final de 2017 e durante todo o ano de 2018 falou-se muito do #MeToo e das questões do assédio sexual que aparecem em *hashtags* como #MexeuComUmaMexeuComTodas, #AgoraÉQueSãoElas, #MeuAmigoSecreto, #Time'sUp.

No Público, as notícias enfatizam a questão do assédio sexual como um problema universal em textos como *Muçulmanas denunciam assédio sexual nas peregrinações a Meca* (PÚBLICO, 2018a); em outros mencionam as *hashtags* #MeToo, #MosqueMeToo: *Actrizes francesas criaram o seu movimento Time's Up* (CULTO, 2018), “O movimento #MeToo revelou como as mulheres foram educadas a acomodar o poder masculino em vez de o recusar” (SCOTT, 2018) e #MeToo em Portugal? *Temos “uma forma mais formiguinha” de fazer a luta* (FLOR, 2018b).

Ainda no jornal português, a hashtag #Cuentalo, sobre o caso da jovem que foi estuprada por cinco homens na Espanha durante as festas de San Fermín em 2016, aparece no

texto *No terceiro dia as manifestações contra sentença de La Manada juntaram 32 mil pessoas em Pamplona* (CHAÍÇA, 2018). O texto também relata imagens com mensagens postadas nas redes sociais por mulheres como Ana Botín, presidente executiva do Banco Santander Espanha, e Manuela Carmena, presidente da Câmara de Madrid, mostrando como as redes sociais pautam o jornalismo.

O #EleNão, movimento contra a eleição do então candidato à presidência Jair Bolsonaro em 2018, é notícia nos jornais do Brasil e de Portugal. Chama a atenção a matéria do Público: *Contra o fascista Bolsonaro, elas marcharam pela democracia* (BARATA, 2018), um título que provavelmente não seria usado nos jornais de grande circulação do Brasil.

Na Folha de S.Paulo também foram muitas as matérias sobre o #MeToo, como *Filha de Woody Allen quer que artistas se digam cúmplices em caso de assédio* (MARTÍ, 2018b) e *Feministas chamam Deneuve e intelectuais de 'aliadas dos porcos'* (MOYSÉS, 2018). Esta última matéria também traz a #BalanceTonPorc, que pode ser traduzida como denuncie seu porco ou denuncie seu assediador, e foi criada com base na polêmica em que a atriz Catherine Deneuve e a crítica de arte Catherine Millet se pronunciaram sobre o “direito” dos homens de assediarem e de cantarem as mulheres (CAMERA, 2018). A *hashtag* é uma reação das feministas que as acusam de terem se aliado aos “porcos”, em alusão ao movimento #MeToo e #BalanceTonPorc surgidos após as denúncias contra Harvey Weinstein em Hollywood. Outra matéria sobre a repercussão do #MeToo no mundo foi a *Mulheres contornam censura na China com '#MiTu'* (FOLHA DE S.PAULO, 2018).

Nesta seção apresentamos a análise do enquadramento textual, passando pelos temas dos textos, temas de gênero, editoriais que estão localizados, quem são os autores dos textos, quais as características das fontes nos textos, quais são os coletivos e as associações mencionadas, quais são os eventos feministas noticiados e como as ações nas redes sociais chegam ao jornalismo. A análise do *frame* mostrou que realmente vivemos hoje uma nova etapa do movimento feminista, mas que pautas antigas ainda não conquistadas voltam com força, como a questão da violência contra as mulheres. Mostrou também que existe uma forte atuação do movimento em forma de coletivo e que a mobilização nas redes sociais *online* pauta os jornais, bem como dão maior visibilidade para as reivindicações atuais.

Passaremos a seguir para a segunda etapa da nossa Análise de Enquadramento Multimodal, a análise imagética na qual iremos observando as imagens dos textos jornalísticos e as mensagens que transmitem.

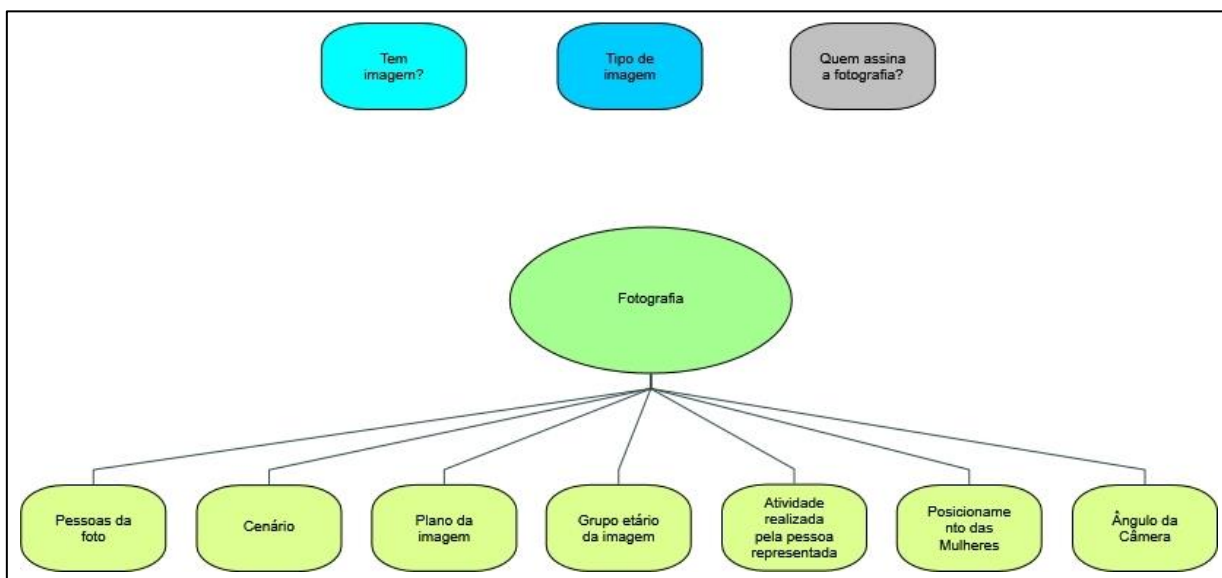
6.3 OS ELEMENTOS VISUAIS: AS FOTOGRAFIAS DO FEMINISMO

A Análise de Enquadramento Multimodal busca aprimorar a abordagem metodológica sobre o enquadramento da notícia, já que a perspectiva clássica da análise de enquadramento analisa somente o texto. Por isso recorremos a uma análise dos elementos visuais e narrativos. A análise da imagem é realizada a partir de quatro níveis: denotativo, semiótico-estilístico, conotativo e ideológico (RODRIGUEZ; DIMITROVA, 2011).

Os níveis conotativo e ideológico buscam responder, respectivamente, quais são os significados sociais inseridos nos símbolos e como as imagens são construídas de maneira a moldar a percepção da audiência, porém, tais níveis não são codificados, pois só podem ser respondidos interpretativamente (RIZZOTTO; PRUDÊNCIO; SAMPAIO, 2017, p. 116).

Os recursos visuais ajudam a transformar detalhes de enquadramento em estruturas relevantes para as pessoas compreenderem o mundo, possibilitam que os fenômenos sociais façam sentido, além de legitimar bases de interpretações. Eles também podem não ser tão explícitos quanto o texto escrito, porque os enquadramentos podem ser mais sutis e ser menos simples de serem percebidos, mas ao selecionarem as imagens, “fotógrafos e editores estão criando uma sintaxe visual específica através das suas escolhas”¹⁸ (RODRIGUEZ; DIMITROVA, 2011, p. 52).

FIGURA 3 – REPRESENTAÇÃO VISUAL



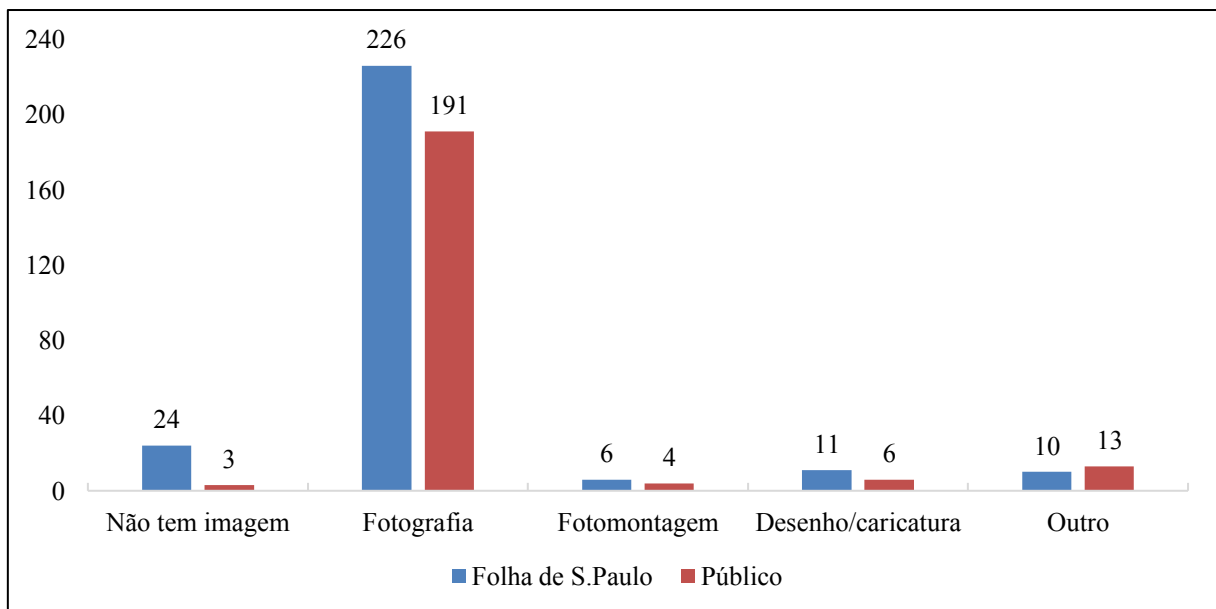
Fonte: A autora (2020).

¹⁸ Photographers and editors, however, may well feel they are creating a specific visual syntax through the editorial choices they make

A Figura 3 apresenta a forma como organizamos a análise da representação visual. Para analisar o nível denotativo deve-se primeiro identificar os personagens e demais elementos em cena; o segundo nível, semiótico-estilístico, é a identificação dos elementos estilísticos e técnicos em que são descritos o plano e o ângulo da câmera; depois o nível conotativo, que busca interpretar os conceitos inseridos nas imagens; e por fim, o nível ideológico que verifica quais interesses estão sendo representados.

Primeiramente verificamos se os textos analisados continham imagens, dos 277 textos da Folha de S.Paulo apenas 24 não continha imagens (8,7%), e no Público dos 217 somente três (1,4%) não apresentavam este tipo de elemento. Em relação ao tipo de imagem, classificamos em ‘Fotografia’, ‘Fotomontagem’ (casos em que duas ou mais fotos estão conectadas), ‘Desenho/caricatura’ e ‘Outro’ conforme apresentamos no Gráfico 15. Nos dois jornais a maioria das imagens eram fotografias, 81,6% do *corpus* analisado do jornal Folha de S.Paulo (226) e 88% de casos no Público (191). Foram poucas as ocorrências com desenho ou caricatura, fotomontagens e outros tipos de ilustração.

GRÁFICO 16 – TIPO DE IMAGEM



Fonte: A autora (2020).

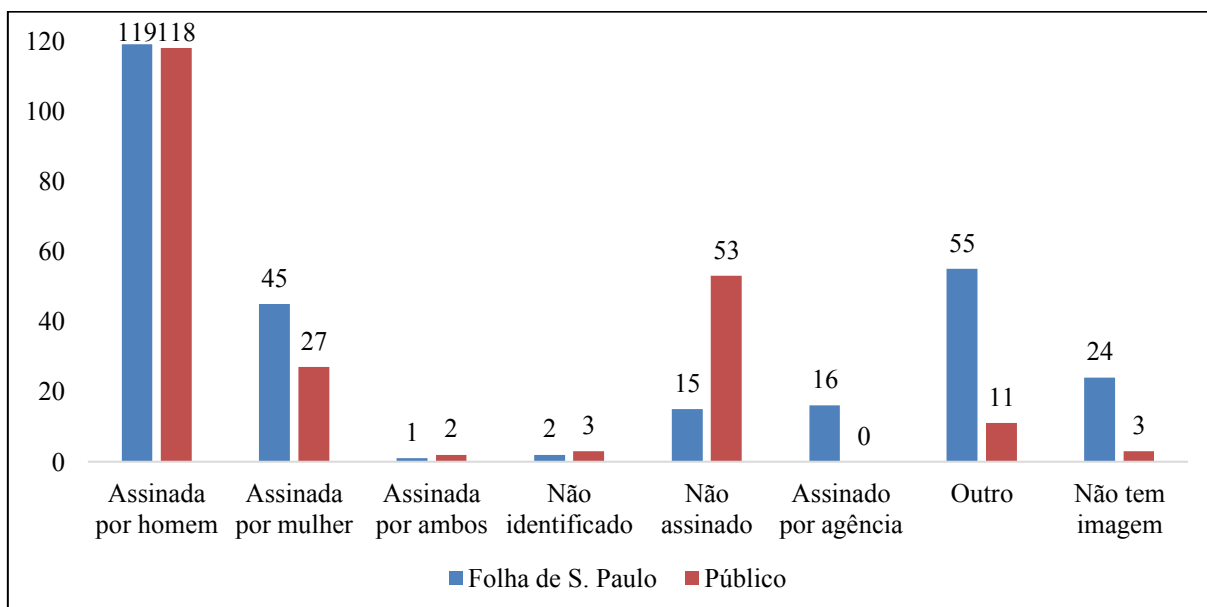
Os dados obtidos onde a maioria dos textos possui imagens são distintos dos dados de Cerqueira (2012) que analisou outros jornais de Portugal e verificou que a maioria dos textos não tinha imagem. Há dois aspectos que consideramos importante mencionar. Estamos analisando a versão digital, logo as imagens não ocupam espaço nas páginas impressas, o que

possibilita que todos os textos tivessem ilustração. Porém, se considerarmos que boa parte dos textos da versão *on-line* vai para o jornal impresso, é plausível pensar que atualmente há uma maior valorização das temáticas do movimento feminista pelos jornais, especialmente por meio da representação imagética.

Consideramos importante verificar qual o gênero da autoria das imagens, pois quando analisamos a autoria dos textos sobre o movimento feminista percebemos que em sua maioria foram escritos por mulheres. Entretanto, no caso das imagens notamos que a maioria delas foi feita por homens. Quando questionamos os jornalistas do Público e da Folha de S. Paulo entrevistados sobre a escolha das imagens, na maioria dos casos nos relataram que quem faz essa escolha é o editor de imagem e não o jornalista que escreveu o texto.

Conforme os dados apresentados no Gráfico 17, percentualmente, 43% das imagens da Folha de S. Paulo, sejam elas fotografias, fotomontagens ou ilustrações, são de autoria de um homem e nas matérias analisadas do jornal Público correspondem a 54,4%. As fotografias assinadas por mulheres correspondem a 16,2% do total das imagens da Folha e 12,4% do Público. Das imagens assinadas por um homem e uma mulher simultaneamente, temos 0,4% na Folha e 0,9% no Público. As imagens assinadas por agência não apresentam o sexo do autor e por isso foram coletadas em uma classificação separada. O Público não utilizou imagens de agência de notícias, já a Folha teve 5,8% de suas imagens feita por agências.

GRÁFICO 17 – ASSINATURA DAS IMAGENS

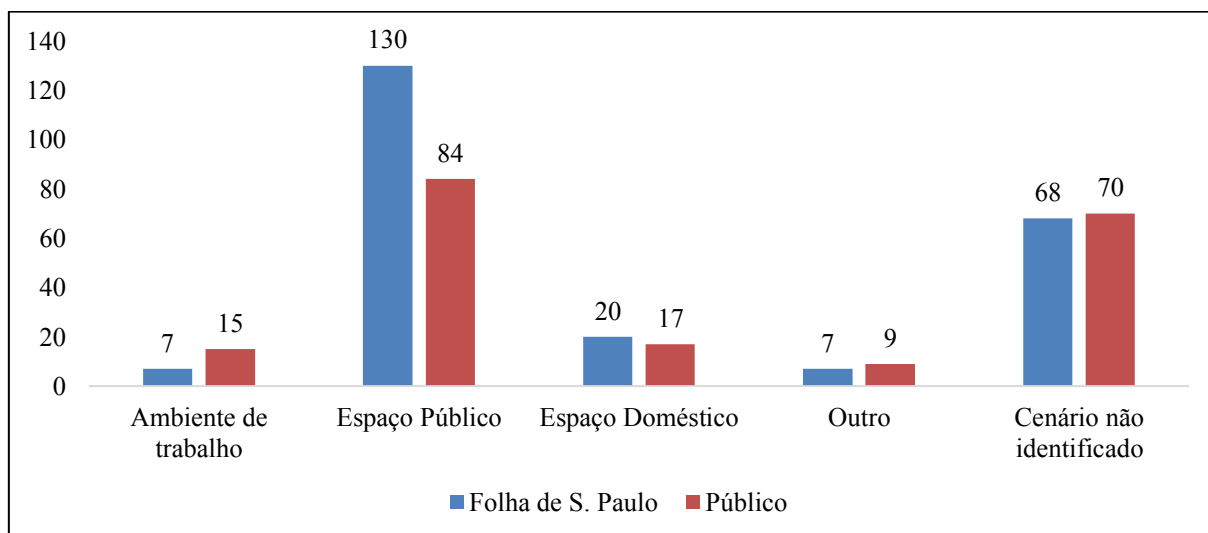


Fonte: A autora (2020).

Como já explicado, a análise do nível denotativo analisa os personagens e demais elementos em cena, essa análise foi realizada nas fotografias e fotorrentagens com a intenção de responder quem e o quê é representado nas imagens. Dessa forma, analisamos qual o cenário das imagens, verificando se é um espaço de trabalho, doméstico, público, abstrato ou não identificado.

Os quadros visuais carregam um excesso de significados ao ativar ideias ou pensamentos compartilhados, relacionados e que tem um significado aceito em uma cultura. Dessa forma, as imagens se tornam ferramentas de enquadramento importantes, porque são menos invasivas que as palavras e exigem menos carga cognitiva, por isso, é mais comum o público aceitar a imagem sem questionar (HERTOG; MCLEOD, 2001). Sob essa perspectiva, nos interessa analisar qual o cenário das imagens, se as pessoas são retratadas em grupos ou individualmente, qual o posicionamento das mulheres nas imagens e quais atividades as mulheres retratadas estão realizando.

GRÁFICO 18 – CENÁRIO DAS IMAGENS



Fonte: A autora (2020).

Em relação ao cenário, um dado muito importante verificado é que na maioria das imagens as personagens nos textos que se referem ao movimento feminista são retratadas no espaço público. Conforme apresentamos no Gráfico 18, dos 232 textos da Folha de S. Paulo com fotografia ou fotorrentagem, 130 apresentam estão nessa categoria, assim como 84 textos do total de 194 do Público. Um exemplo de imagem que tem como cenário o espaço público é a Figura 4 divulgada no Público dia 18/05/2016 na matéria *O que as mulheres brasileiras pensam sobre o governo masculino de Michel Temer* (GOMES, 2016).

**FIGURA 4 – EXEMPLO DE CENÁRIO: MULHERES
MULHERES NO ESPAÇO PÚBLICO**



Fonte: GOMES (2016)

**FIGURA 5 – CENÁRIO ESPAÇO PÚBLICO
NO FESTIVAL DE CANNES**



Fonte: GENESTRETI (2018)

Outro exemplo, relacionado a eventos sociais públicos, é o do Festival de Cannes, representado na Figura 5, divulgada na Folha de S. Paulo dia 12/05/2018 na matéria *Marcha no tapete vermelho de Cennes pede igualdade de gêneros no cinema* (GENESTRETI, 2018). Ao retratar as mulheres em ambientes públicos associando-as ao termo feminista, os jornais estão tirando as mulheres do privado e dando visibilidade a elas em outros papéis sociais que não são os de mãe e esposa. Mesmo assim, o cenário doméstico ainda aparece em 20 textos da Folha de S. Paulo e em 17 do Público, contra 7 da Folha de S. Paulo e 15 do Público em que o cenário é o ambiente de trabalho.

As imagens com cenário não identificado são, em sua maioria, fotos de rosto como a Figura 6, presente na matéria *Uma geração na esquina entre o talento e o dinheiro* (LUCAS, 2014) do Público de 05/09/2014.

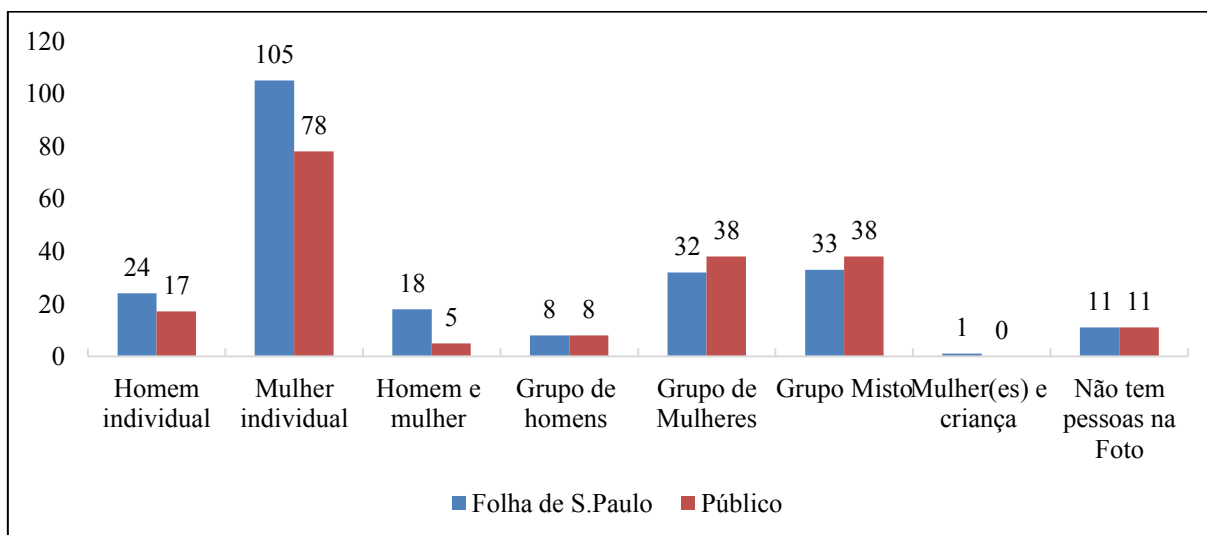
FIGURA 6 – EXEMPLO DE IMAGEM COM CENÁRIO NÃO IDENTIFICADO



Fonte: LUCAS (2014).

Embora a maioria dos cenários sejam os espaços públicos, quando comparamos os demais cenários ambiente de trabalho e espaço doméstico, percebemos que o cenário doméstico é predominante nos dois veículos de comunicação em relação ao ambiente de trabalho. A quarta onda feminista tem ampla preocupação com as desigualdades e confronta o sexismo cultural, luta contra as diferenças salariais entre homens e mulheres e a crença de que algumas profissões são de homens e outras de mulheres (COCHRANE, 2013). Por isso, ao retratar as mulheres mais no espaço doméstico do que no espaço de trabalho, os jornais acabam por reforçar os estereótipos de gênero.

GRÁFICO 19 – PESSOAS NAS FOTOGRAFIAS E FOTOMONTAGENS



Fonte: A autora (2020).

Em relação a quem está presente na imagem, conforme apresentado no Gráfico 19, verificamos que em 105 textos com fotografias ou fotomontagens da Folha de S. Paulo (45,4%) as mulheres são representadas individualmente, em 32 são representadas em grupos de mulheres (13,8%) e em 33 em grupos mistos (14,2%). O resultado obtido do predomínio de mulheres individuais vai ao encontro de pesquisas anteriores (CERQUEIRA, 2012; MOTA-RIBEIRO; PINTO-COELHO, 2005) que enfatizam a falta de poder coletivo, assim como quando se trata de imagens de grupos, há mais imagens de grupos mistos do que de grupos somente de mulheres.

Nas imagens do Público a porcentagem de mulheres individuais é um pouco menor, 40,2% das imagens analisadas (79). No jornal português o número de grupo de mulheres e de grupo misto é o mesmo, 38 cada (19,58%). Isso mostra que a representação das feministas nos dois jornais é bem semelhante, são mulheres solitárias em sua maioria, como a Figura 7. Na

maioria dos casos que as mulheres são representadas sozinhas estão sérias ou com um sorriso tímido. Nas imagens em grupo aparecem com expressões mais enfáticas, mais agressivas ou mais sorridentes, como na Figura 8.

FIGURA 7 – MULHER INDIVIDUAL



Fonte: LUCAS (2015).

FIGURA 8 – GRUPO DE MULHERES



Fonte: PÚBLICO (2013).

Pode-se notar o contraste da mulher séria solitária e das ativistas do grupo *Femen* usando o corpo como forma de protesto que estão sorrindo e parecem se divertir. A Figura 9 apresenta um grupo de mulheres e homens que protestou na Marcha das Vadias em Brasília.

Como já ressaltamos em outros momentos, verificamos pouca pluralidade de mulheres nas imagens, em sua maioria são mulheres brancas as que ilustram as fotos.

FIGURA 9 – GRUPO MISTO DE HOMENS E MULHERES

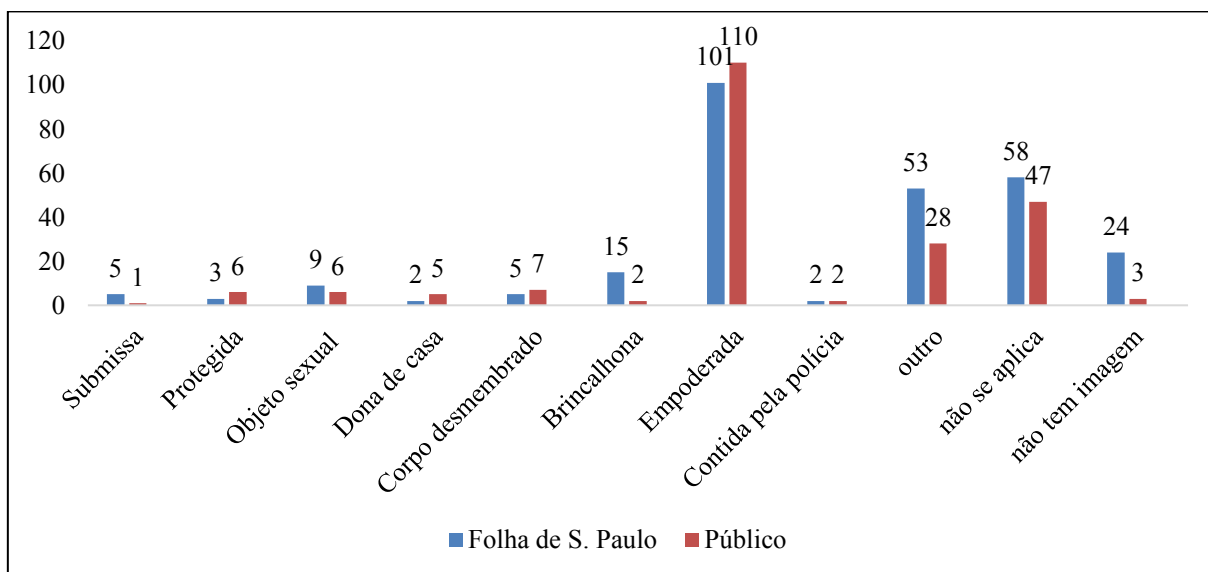


Fonte: COSTA; SELIGMAN; BORBA (2013).

Em relação à idade das pessoas representadas nas imagens verificamos que nos dois jornais a maioria das mulheres são adultas. No jornal português imaginávamos ter representadas

mais mulheres idosas, já que Portugal é um país com um alto número de idosos. Entretanto no Público a maioria das imagens representavam mulheres

GRÁFICO 20 – POSICIONAMENTO DAS MULHERES



Fonte: A autora (2020).

Em relação ao posicionamento das mulheres nas imagens utilizamos a categorização proposta por Cerqueira (2012), conforme os dados apresentados no Gráfico 20. Verificamos que na maioria das imagens as mulheres são tratadas como empoderadas, isso acontece em 101 textos da Folha de S. Paulo e em 110 do Público. Nestas imagens elas são retratadas como donas de sua vontade, o que traz uma mensagem positiva em relação ao feminismo e suas lutas, como exemplo da Figura 10 retirada da matéria do Público (FLOR, 2018b).

FIGURA 10 – MULHER EMPODERADA



Fonte: FLOR (2018).

FIGURA 11 – CORPO DESMEMBRADO

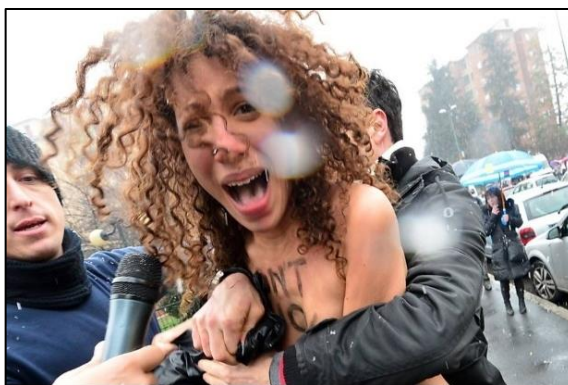


Fonte: PRADO; MOREIRA (2016).

O segundo e terceiro posicionamentos predominantes e ambos os jornais foram ‘Outro’ e ‘Não se aplica’ (utilizado em imagens que não tinham mulheres). Percebemos raras vezes as mulheres foram retratadas como donas de casa quando o texto mencionava o termo feminista. Isto ocorre somente em cinco textos do Público e em dois da Folha de S. Paulo. Na Folha houve uma maior quantidade de textos em que as mulheres foram retratadas como ‘Objeto sexual’, nove casos contra seis no Público. Uma das características da quarta onda do movimento feminista é o humor, verificou-se que em 15 textos do jornal brasileiro e em dois do jornal português as mulheres foram retratadas como ‘Brincalhona’, remetendo a uma mulher despreocupada.

Também foram poucos os casos de fotos com o ‘Corpo desmembrado’, ou seja, quando o rosto da mulher não aparece na imagem, e enfatizam-se os membros. Como o exemplo da Figura 11 retirado da matéria da Folha (PRADO; MOREIRA, 2016), onde são retratados os seios e uma barriga onde está escrita a palavra Mulher. Ocorreram poucos casos em que as mulheres foram retratadas sendo ‘Contida pela polícia’. Mas consideramos importante enfatizar que eram casos do grupo feminista *Femen* em que as mulheres usavam a nudez e o corpo como forma de protesto, conforme a Figura 12 (EFE, 2013). Podemos ver este exemplo na nudez como uma metáfora, uma metáfora visual representa um conceito abstrato e através da imagem concreta podemos fazer uma analogia (LULE, 2003 apud RODRIGUEZ; DIMITROVA, 2011). Neste caso podemos pensar na censura à nudez, a forma não socialmente aceita da mulher protestar e reivindicar, que precisa ser contida pela polícia.

FIGURA 12 – MULHER CONTIDA PELA POLÍCIA



Fonte: EFE (2013).

Dando continuidade à análise visual, verificou-se que a maioria das fotografias são retratos, ou seja, pessoas em estado passivo, como os exemplos de cenário não identificado e mulher individual das Figuras 6 e 7.

TABELA 13 – ATIVIDADE REALIZADA PELAS PESSOAS NAS IMAGENS

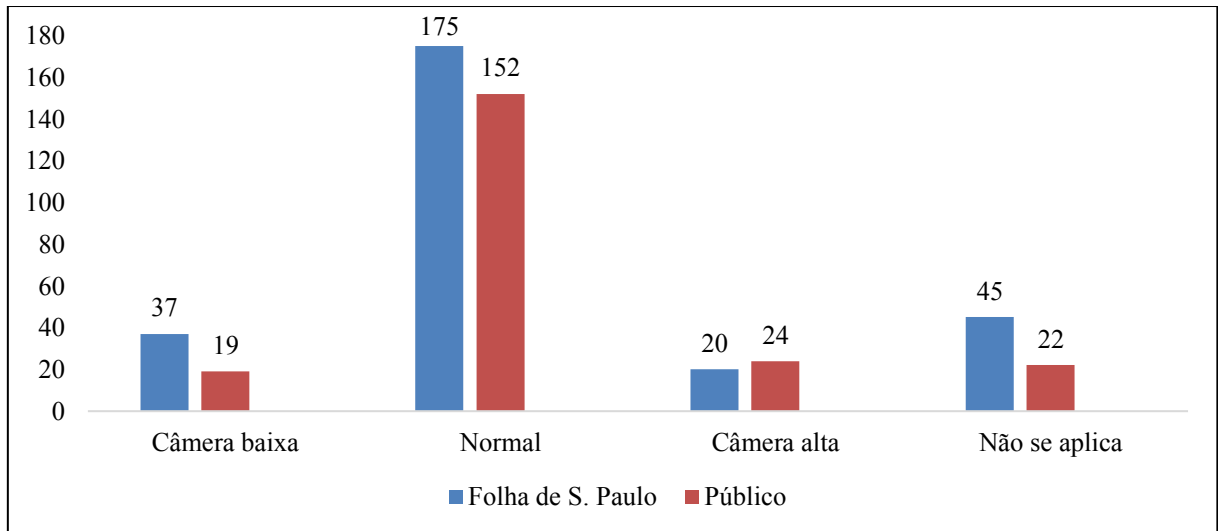
Tema geral	Folha de S.Paulo		Público	
Retrato	75	(27,1%)	45	(20,7%)
Protesto	34	(12,3 %)	36	(16,6%)
Ausente	38	(13,7%)	32	(16,1%)
Apresentação ou discurso	31	(11,2%)	14	(6,5%)
Outras atividades	27	(9,7%)	27	(12,4%)
Ato simbólico	18	(6,5%)	20	(9,2%)
Pessoas em estado passivo	18	(6,5%)	17	(7,8%)
Atividades cotidianas	7	(2,5 %)	12	(5,5%)
Outras atividades políticas	4	(1,4%)	5	(2,3%)
Entrevista	1	(0,4%)	4	(1,8%)
Discussão ou briga	0	(0)	2	(0,9%)
Não tem imagem	24	(8,7%)	3	(2%)
Total	277	100%	217	100%

Fonte: A autora (2020).

Na Folha de S.Paulo os retratos representavam 27,1% das imagens e no Público 20,7%, conforme a Tabela 13. É também significativa a frequência de imagens em que as pessoas estão realizando um protesto quando o texto cita o termo feminista, na Folha de S.Paulo aparecem em 12,3% e no Público em 16,6%, o que demonstra que existe uma cobertura jornalística das manifestações do movimento social feminista. Os casos considerados ‘Ausente’ representam textos sem fotografias ou fotorrentagens que fazem parte do corpus da pesquisa. As imagens de ‘Apresentação ou discurso’ também tem uma frequência significativa, 11,2% na Folha de S. Paulo e 6,5% no Público, podemos relacionar essa atividade com o enquadramento textual predominante que é o episódico e marca um acontecimento pontual. Listar as ‘Outras atividades’ também é importante por serem imagens que mostram pessoas ativas, assim como destacar que foram raros os casos em que as imagens refletiam outras atividades políticas que não sejam as manifestações sociais. Ou seja, percebe-se que há uma dificuldade de ilustrar o movimento feminista quando se fala de política institucional.

Em relação às fotografias e fotorrentagens também analisamos o enquadramento visual por meio da variável ângulo da câmara, conforme apresentamos no Gráfico 21. O Livro de Códigos (disponível no Apêndice 3 da tese) apresenta exemplos dos três tipos de enquadramento visual. O ângulo normal foi predominante em 175 textos da Folha (63,2%) e em 152 do Público (70%). Este tipo de ângulo busca passar uma mensagem factual, já que está na altura dos olhos do leitor. Já a câmara baixa, de baixo para cima, enaltece os sujeitos e apareceu em 37 casos na Folha (13,4%) e em 19 no Público (8,8%). Como exemplo temos a Figura 13 que apresenta a imagem de uma ativista no Dia Internacional da Mulher no jornal Folha de S. Paulo (ESTARQUE, 2018).

GRÁFICO 21 – ÂNGULO DA CÂMERA



Fonte: A autora (2020).

Na câmera alta a imagem é tomada de cima para baixo, este ângulo está em 20 ocorrências do jornal brasileiro (7,2%) e em 24 do jornal português (11,1%). A câmera alta tem como objetivo diminuir e/ou desvalorizar os acontecimentos e sujeitos. No exemplo da Figura 14 retirada da Folha de S.Paulo (PINHO; ESTARQUE; HENRIQUES, 2018), vemos a imagem dos blocos feministas de carnaval no Brasil. A câmera alta é muito usada na cobertura de manifestações ou comemorações. Sempre há um significado intencional no ângulo das imagens e estes aspectos contribuem para a interpretação dos públicos (KRESS; VAN LEEUWEN; 2006).

FIGURA 13 – CÂMERA BAIXA



Fonte: ESTARQUE (2018).

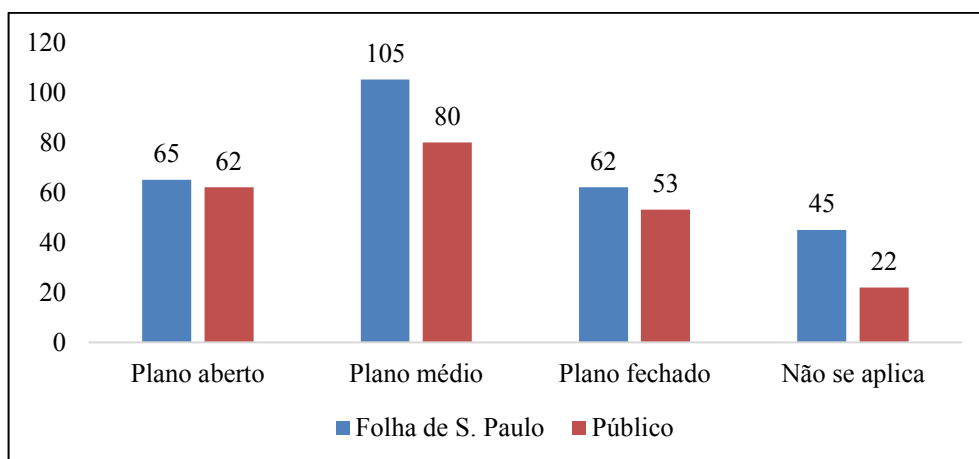
FIGURA 14 – CÂMERA ALTA



Fonte: PINHO; ESTARQUE;
HENRIQUES (2018).

O plano e o ângulo da imagem podem transmitir significados, o plano é a distância entre a câmera fotográfica e o objeto fotografado. O Gráfico 22 apresenta os dados dos planos das imagens, os casos catalogados como ‘Não se aplica’ são para textos que não tinham fotografias ou fotomontagens.

GRÁFICO 22 – PLANO DA IMAGEM



Fonte: A autora (2020).

Nos dois jornais analisados há um predomínio do uso do ‘Plano médio’, no qual o objeto está a uma distância média da câmera, com 195 casos na Folha de S. Paulo (37,9%) e 80 casos no Público (36,9%). A segunda maior ocorrência é do ‘Plano aberto’, com 65 imagens na Folha (23,5%) e 62 no Público 62 (28,6%). Este plano é muito usado quando as pessoas aparecem em grupos, pois a câmera está longe havendo distanciamento entre a câmera e o objeto. Nele o ambiente e o espaço se destacam na imagem, há uma valorização da totalidade. O plano menos utilizado é o ‘Plano fechado’ que aparece em 62 casos do jornal brasileiro (22,4%) e 53 do jornal português (24,4%), neste plano, também chamado de close, o objeto está muito perto e é possível ver seus detalhes, trazendo um efeito de intimidade.

As ações dos indivíduos e as poses retratadas no enquadramento das imagens criam uma interação entre aquele que vê a imagem e o sujeito que foi retratado, são os “atos de imagens” (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006). Neste sentido, podemos inferir a partir dos dados que os jornais apresentam, uma ideia de distanciamento dos grupos de mulheres com a sociedade, indicando uma distância do movimento feminista em relação à sociedade. Ao usar em sua maioria o plano médio, os textos indicam uma ausência de proximidade física “na medida em que o observador não está face a face com os sujeitos” (RIZZOTTO, PRUDÊNCIO; SAMPAIO, 2017, p. 118).

FIGURA 15 – PLANO ABERTO



Fonte: SEIXAS (2013).

FIGURA 16 – PLANO MÉDIO



Fonte: DINIZ (2018).

A Figura 15 retirada da Folha de S.Paulo (SEIXAS, 2013) mostra uma imagem de plano aberto, onde há esse distanciamento entre o observador e o sujeito retratado pela imagem. Este é também mais um exemplo de como são as imagens que retratam a nudez como forma de protesto, como algo que deve ser mantido distante, inadequado, e onde novamente a mulher está rodeada por policiais. A Figuras 16 mostra a foto da política brasileira Manuela D'Ávila como um exemplo de câmera baixa e plano médio, o mais utilizados nos jornais analisados.

Seguiremos a Análise de Enquadramento Multimodal agora com foco nos textos que fazem parte do nosso *corpus*.

6.4 A ANÁLISE DA NARRATIVA

A narrativa é a forma de se contar uma história, e acreditamos que nenhuma é ingênua sendo todas baseadas no conflito. As narrativas são recursos discursivos usados pelos jornalistas de acordo com suas pretensões e é a expectativa do desenlace da história que mantém as narrativas dos jornais. A narrativa está impregnada de narratividade, ou seja, a forma como contamos os acontecimentos que é a “qualidade de descrever algo enunciando uma sucessão de estados de transformação” (MOTTA, 2005, p. 2).

Sabemos que faz parte do jornalismo o inesperado, as anormalidades, os excessos. “As personagens do texto jornalístico costumam ser individualizadas transformam-se no eixo das histórias” (RIZZOTTO et al., 2018, p. 73). Por isso, ao analisar a narratividade, não estamos buscando compreender a história, mas a versão da história contada. Nos interessa perceber

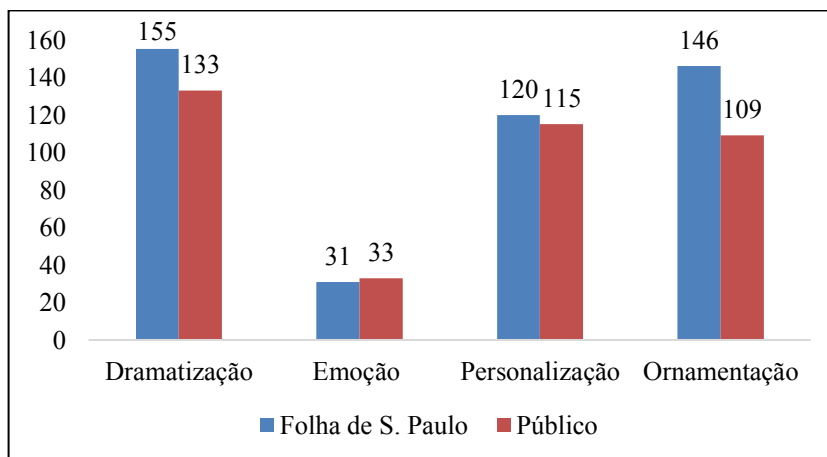
como se constrói a imagem do personagem, como o jornalista busca dar ares de realidade ao seu relato ancorando no presente e tentando antecipar o futuro (MOTTA, 2005; MESQUITA, 2002).

Outra característica do texto jornalístico é ser fortemente determinado por um fundo ético ou moral. Os fatos que viram notícias são aqueles que transgridem algum preceito ético ou moral, alguma lei ou valor cultural. Para Motta (2005) a linguagem jornalística é dramática e a sua retórica é tão ampla e rica quanto a literária, e a análise da narrativa jornalística deve observar particularmente o “contrato cognitivo” implícito entre jornalistas (narradores) e audiência em seu contexto operacional.

Conforme proposto por Wozniak, Lück e Wessler (2014), nossa análise sobre a narrativa jornalística leva em consideração o grau de narratividade, o gênero narrativo e os atores identificados em seus respectivos papéis. Para medir a narratividade avaliam-se as seguintes variáveis: 1) ‘Dramatização’, quando a notícia conta a história em ordem sequencial, com início, meio e fim, não usando o padrão pirâmide invertida do jornalismo; 2) ‘Emoção’, quando a matéria descreve o estágio emocional dos sujeitos; 3) ‘Personalização’, quando a história contada foca nos sujeitos e em suas ações; e 4) ‘Ornamentação estilística’, quando há o uso do estilo literário pelo jornalista, ultrapassando a descrição dos acontecimentos.

Já o gênero narrativo é analisado por meio do tema geral da notícia e no tom utilizado (pessimista/negativo, otimista/positivo, neutro). Por fim, a análise da narrativa compreende a verificação dos papéis (‘Vítima’, ‘Herói’ e ‘Vilão’) associados aos sujeitos representados nas notícias e, em nosso caso, incorporamos o traço atribuído às personagens (RIZZOTTO et al., 2018; RIZZOTTO, PRUDÊNCIO, SAMPAIO, 2017).

GRÁFICO 23 – GRAU DE NARRATIVIDADE

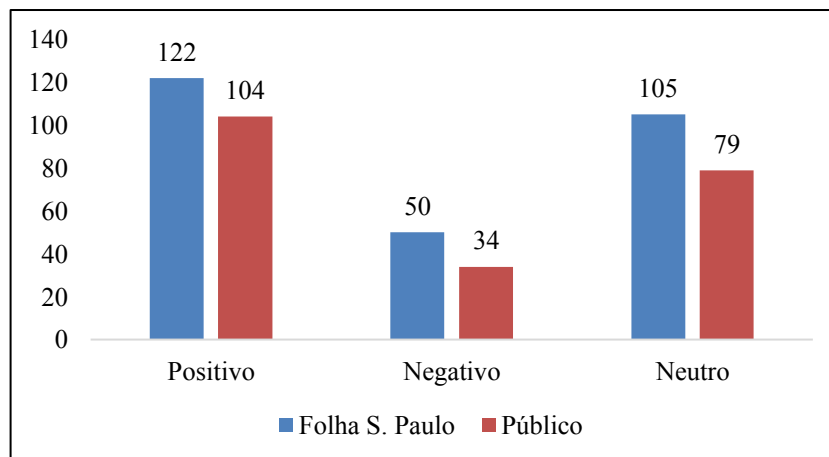


Fonte: A autora (2020).

Em relação ao grau de narratividade, conforme os dados apresentados no Gráfico 23, verificamos que na versão digital dos dois jornais analisados há o predomínio de textos com ‘Dramatização’, sendo 155 na Folha de S. Paulo (56%) e 133 no Público (61,3%). Já a ‘Emoção’ não foi um recurso narrativo muito utilizado nos textos sobre o movimento feminista no jornal brasileiro e português, representando respectivamente 11,2% na Folha e 15,2% no Público.

A ‘Personalização’ foi um recurso narrativo utilizado em 120 textos da Folha de S.Paulo (43,3%) e em 115 textos do Público (53%). Nesta categoria é importante lembrar que um dos temas dominantes no jornal português foi a história de vida de algumas ativistas. Em relação à ‘Ornamentação estilística’, quando o jornalista e narrador usa a linguagem literária para escrever a notícia, cerca de metade dos textos dos dois jornais apresentaram esse recurso, percentualmente foram 52,7% na Folha e 50,2% no Público. As variáveis de narrativa, em sua maioria, apresentaram resultados intermediários, evidenciando que os textos não são tão neutros.

GRÁFICO 24 – TOM



Fonte: A autora (2020).

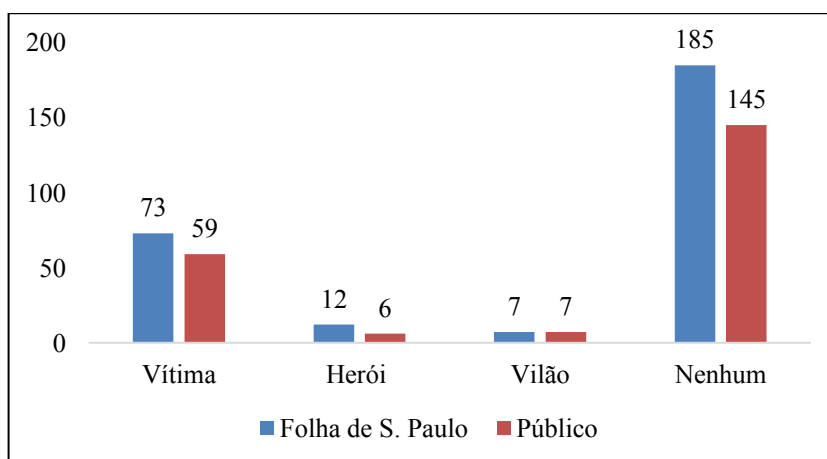
Em relação ao gênero narrativo dos textos analisamos o tom, dado que o tema já foi apresentado anteriormente durante a análise do enquadramento textual. O tom da narrativa adotado pelos dois jornais foi muito semelhante, como mostra o Gráfico 24. Tanto na Folha de S. Paulo quanto no Público o tom predominante foi o ‘Positivo’, respectivamente 44% e 47,9%, o que mostra que neste período analisado da quarta onda feminista, diferentemente dos períodos anteriores conforme as pesquisas de Sarmento (2017) e Cerqueira (2012), há uma

forma mais positiva de retratar as temáticas do movimento feminista. O tom ‘Neutro’ apareceu em 37,9% dos textos do jornal brasileiro e em 36,4% do jornal português. O tom ‘Negativo’ foi pouco utilizado para se referir aos temas do feminismo no período analisado, apenas 18,1% de casos na Folha e 15,7% no Público.

Seguindo com a análise da narrativa, verificamos qual o papel interpretado pelos personagens no texto, se são tratados como vítimas, heróis ou vilão, como representado nos dados do Gráfico 25. Os resultados mostram que na maioria dos textos analisados não ‘Nenhum’ havia papel interpretado pelos personagens no texto, sendo 185 casos na Folha de S.Paulo (66,8%) e 145 no Público (66,8%). Entretanto, quando havia algum papel, a maior parte das personagens foram tratadas como vítimas quando se referia às questões feministas, correspondendo a 73 textos do jornal do Brasil (26,4%) e 59 do jornal de Portugal (27,2%). Isto mostra uma semelhança muito grande na abordagem das personagens pelos dois veículos de comunicação.

Foram raros os casos em que as personagens foram tratadas como heróis e heroínas, apenas em 12 casos na Folha (4,3%) e em 6 do Público (2,8%). Este papel está presente em sua maioria em textos trazem heroínas de tempos passados, sobre as feministas históricas, como no Público a matéria *Bertha, a brasileira que pôs a mulher na Carta da ONU* (SOARES, 2016) e na Folha o título *No Dia da MPB, saiba mais sobre Chiquinha Gonzaga, pioneira da música nacional* (FOLHA DE S.PAULO, 2016). Como exemplo atual temos o texto do Público *Vera, 23 anos, ao comando de um rancho de homens* (HENRIQUES; MOUTINHO, 2014).

GRÁFICO 25 – PAPEL DOS PERSONAGENS



Fonte: A autora (2020).

As mulheres são retratadas como vilãs em apenas sete casos na Folha de S. Paulo (2,5%) e também 7 no Público (3,2%). Em geral, são textos que falam do grupo feminista radical *Femen* que usa a nudez como forma de protesto, como em casos que ocorreram protestos em espaços religiosos, exemplos dos protestos de ativistas no Vaticano ou na igreja de Notre Dame citado no texto do Público, *Feministas despem-se em Notre Dame para festejar saída do Papa* (AFP, 2013). Outra representação de mulheres como vilãs acontece quando elas apoiam assediadores como no caso de Catherine Millet que se pronunciou sobre o “direito” dos homens de importunarem as mulheres e foi acusada de ficar ao lado dos assediadores, gerando a manifestação *on-line* #BalanceTonPorc em alusão ao caso #MeToo em que as mulheres de Hollywood denunciavam seus assediadores (CAMERA, 2018).

Há casos também em que os vilões não são as feministas, mas as pessoas que são contra elas, como nos exemplos brasileiros expressos nos textos do Público que falam sobre o ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, *“Fora Cunha!”*, o grito feminista contra o Brasil conservador (GOMES, 2015); e de Michel Temer *O que mulheres brasileiras pensam sobre o governo masculino de Michel Temer* (GOMES, 2016). A Folha de S. Paulo também cita o caso de Donald Trump que levou mulheres às ruas para protestar contra ele na *Marcha das Mulheres atrai milhares em cerca de 250 cidades dos EUA* (MARTÍ, 2018a).

O resultado demonstra o quanto a causa feminista ainda está ligada às violências e opressões sofridas pelas mulheres e como o jornalismo tem retratado esses temas. Ao retratar poucas vezes as personagens como vilãs, como um feminismo mal-comportado (PINTO, 2003), vemos um feminismo mais aceito pelos jornais nesta quarta onda. E na maioria das situações em que as personagens tinham um papel de vítima, são textos que em sua maioria tratam da violência de gênero, desde feminicídio, agressões físicas, estupro e assédio nas ruas, como o *Mulheres se impõem contra cantadas de rua e criam grupos para entender o feminismo* (TEIXEIRA, 2014). A temática do assédio aparece em diversas notícias de 2018, em casos internacionais do #MeToo como o de Harvey Weinstein, no Brasil casos envolvendo o ator José Mayer, os casos de violação em Portugal e a forma de julgamento destes crimes: *“É violação, não é sedução.” Porto protesta contra sentença do tribunal* (FLOR, 2018a).

Conforme apresentamos na Tabela 14, listamos os tipos de vítimas que mais aparecem nos textos noticiosos. A violência de gênero desde psicológica e sexual é a que mais aparece, em 39 textos da Folha de S. Paulo e 26 do Público. Em uma menor proporção aparecem outros casos: discriminação sexual, sistema jurídico (como o exemplo de violação mencionado acima), violações baseadas na religião ou tradição e violações de guerra.

TABELA 14 – TIPOS DE VÍTIMA

	Folha de S.Paulo		Público	
Violência sexual, psicológica	39	(14,1%)	26	(12%)
Sistema Jurídico	2	(0,7%)	5	(2,3%)
Discriminação sexual	4	(1,4%)	6	(2,8%)
Outros delitos	3	(1,1%)	4	(1,8%)
Violações tradição/religião	0	0	6	(2,8%)
Guerra	1	(0,4 %)	3	(1,4%)
Outro	24	(8,7%)	9	(4,1%)
Não se aplica	204	(73,6%)	158	(72,8%)
Total	277	100%	217	100%

Fonte: A autora (2020).

Por fim, verificamos os traços atribuídos às personagens mulheres e destacamos que nem todos os textos analisados nos permitiu fazer essa associação, pois em 15,2% dos textos da Folha de S.Paulo e 21,7% do Público não foram apresentados elementos para caracterizar as mulheres. A análise da forma como as mulheres são apresentadas foi verificada a partir das mulheres referidas ou citadas nos textos e nas imagens, fossem uma mulher particular ou um coletivo de mulheres. Verificamos se essas mulheres são tratadas como vítima, se sim, que tipo de vítima, se são tratadas como agentes de sucesso e qual o traço característico dessas mulheres.

Em relação aos traços que caracterizam as mulheres, conforme apresentados na Tabela 15, verificamos que há um discurso predominante da mulher caracterizada como empoderada em 28,2% dos textos da Folha de S. Paulo e em 14,7% dos textos do Público, esse resultado complementa o posicionamento predominante nas imagens que também foi o de mulheres empoderadas.

TABELA 15 – TRAÇOS ATRIBUÍDOS ÀS MULHERES

	Folha de S.Paulo		Público	
Empoderamento	78	(28,2%)	32	(14,7%)
União	30	(10,8%)	14	(6,5%)
Corajosa	25	(9,0%)	18	(8,3%)
Inteligência	23	(8,3%)	9	(4,1%)
Pragmatismo	21	(7,6%)	0	0
Solidão	1	(1,4%)	41	(18,9%)
Aspectos estéticos	12	(4,3%)	13	(6%)
Outros	15	(5,4%)	6	(2,7%)
Submissão	5	(1,8 %)	5	(2,3%)
Delicadeza, sensibilidade	2	(0,7%)	6	(2,8%)
Biológico	7	(2,5%)	21	(9,7%)
Intrusa	9	(3,2%)	2	(0,9%)
Angústia	7	(2,5%)	3	(1,4%)
Não se aplica	42	(15,2%)	47	(21,7%)
Total	277	100%	217	100%

Fonte: A autora (2020).

Em seguida, na Folha de S. Paulo vieram traços como ‘União’ em 30 (10,8%), ‘Corajosa’ em 25 (9%), ‘Inteligência’ em 23 (8,3%) e ‘Pragmatismo’ em 21 (7,6%). No Público, a segunda característica predominante foi a ‘Solidão’ em 41 textos (18,9%), aqui é importante lembrar que o jornal teve como um dos temas mais usado a história de vida das mulheres, entretanto, essa abordagem muitas vezes foi de uma mulher solitária. No jornal português a ‘União’ aparece na terceira posição com 14 casos (6,5%), são poucas peças o que diminui o discurso de que afeta o poder de ação de um movimento coletivo. Assim como Sarmiento (2017) verificamos uma feminista mais pessoalizada e individualizada, muitas vezes no sentido de sozinha ou solitária. Mas são também super mulheres corajosas, empoderadas, inteligentes, entretanto a partir de uma lógica de exceção (NOGUEIRA, 2006; GALLEGO, 2009).

Para tentar observar a relação dessas atrizes nos ambientes e na relação do público com o privado, nos interessou observar qual motivo é atribuído ao sucesso das mulheres quando tratadas como agentes de sucesso. E também se ao falar dessas mulheres é estabelecido alguma relação familiar a elas, seja de mãe, esposa, filha ou irmã. Ressaltamos que embora a maioria dos textos trouxessem um posicionamento mais positivo sobre o feminismo e as feministas, também percebemos o que Walby (1990) chama de transbordamentos do patriarcado, ou seja, falas conservadoras e até agressivas sobre o movimento e suas pautas. A autora chama isto de fluxo não linear de combate à desigualdade de gênero, quando alguns temas são mais aceitos e outros mais negados socialmente. Podemos exemplificar isto na pauta da luta contra a violência como mais aceita e a questão do aborto como negada e polêmica. Há ainda questões que aparecem de forma mais sutis nos textos, como a participação política das mulheres que é pouco falada pelos jornais.

A literatura dos estudos feministas de mídia mostra que muitas vezes as mulheres são retratadas de acordo com seu grau de parentesco com algum homem. É o caso das primeiras-damas retratadas como esposas ou de irmãs e filhas de figuras conhecidas, nestes casos as mulheres deixam de ser atores e são invisibilizadas diante seu papel familiar, estando à sombra de um homem (ARÚS et al., 2000; CERQUEIRA, 2012).

Em nossa pesquisa, conforme mostra a Tabela 16, verificamos nos dois jornais que estes papéis dados às mulheres aparecem em uma frequência de 21,3% na Folha de S. Paulo e 19,4% no Público. Não é uma frequência muito alta, mas é um dado que não pode ser desconsiderado, pois remonta ao machismo e ao patriarcado da sociedade dos dois países. O papel familiar de esposa foi o predominante no jornal do Brasil (8,7% na Folha de S. Paulo e

6% no Público); já no jornal de Portugal o papel predominante foi o de filha (7,4% no Público e 4,3% na Folha).

TABELA 16 – PAPEL FAMILIAR

	Folha de S.Paulo		Público	
Nenhum	218	(78,7%)	175	(80,6%)
Esposa/marido	24	(8,7%)	13	(6,0%)
Mãe/pai	19	(6,9%)	12	(5,5%)
Filha (o)	12	(4,3%)	16	(7,4%)
Outro	3	(1,1%)	0	0
Irmã (o)	1	(0,4%)	1	(0,5%)
Total	277	100%	217	100%

Fonte: A autora (2020).

Como já apresentamos anteriormente, tanto no Público quanto na Folha de S. Paulo a maioria das fontes eram mulheres. Na Folha 142 (51,3%) e no Público 122 (56,2%) todas as entrevistadas são mulheres, ambos, homens e mulheres no mesmo texto aparecem em 47 na Folha de S. Paulo (17%) e em 32 do Público (14,7%). Em relação à narrativa pudemos perceber uma forma dicotômica de falar sobre as mulheres, seja como vítimas como já apresentamos ou como agentes de sucesso, pessoas extraordinárias que fogem da normalidade, como se fossem raros os casos delas e para poderem ser notícia teriam que se diferenciar em algum aspecto.

A Tabela 17 mostra que há uma frequência maior de textos em que as mulheres individuais que se destacam foram tratadas como agentes de sucesso relacionado sobretudo às questões do trabalho. Em 41,9% dos textos da Folha de S. Paulo e em 33,2% do Público há essa valorização da mulher bem sucedida por seu trabalho.

TABELA 17 – AGENTES DE SUCESSO

	Folha de S.Paulo		Público	
Não se aplica	124	(44,8%)	108	(49,8%)
Trabalho	116	(41,9%)	72	(33,2%)
Política	8	(2,9%)	14	(6,5%)
Associativismo	23	(8,3%)	10	(4,6%)
Solidariedade	3	(1,1%)	6	(2,8%)
Outros casos	2	(0,7%)	4	(1,8%)
Religião	1	(0,4%)	3	(1,4%)
Total	277	100%	217	100%

Fonte: A autora (2020).

Em relação à política, em apenas 2,9% dos textos do Brasil as mulheres foram tratadas como atores políticos importantes e em 6,5% dos textos portugueses. No Brasil, é importante lembrar que foi neste período que ocorreu o *impeachment* de Dilma Rousseff, a única presidenta

que o país teve. Já em Portugal enfatiza-se mais as mulheres, principalmente no caso de deputadas. Quanto ao ‘Associativismo’, a participação em associações feministas ou em coletivos, também foi considerado um aspecto importante do sucesso das mulheres enfatizando-as como grupos mais amplos em 8,3% dos textos na Folha e em 4,6% no Público. Outros exemplos de casos de sucesso que apareceram em uma proporção muito baixa quando apresentavam as mulheres como agentes de sucesso, foram em relação à ‘Solidariedade’ quando diz respeito às ações sociais, à religião e outros casos variados.

Finalmente, após a análise textual, das imagens e da narrativa passaremos para a próxima etapa da pesquisa que envolveu entrevistas com ativistas do movimento feminista e jornalistas dos dois jornais analisados.

7 AS JORNALISTAS E AS FEMINISTAS

Os estudos feministas têm privilegiado as entrevistas, as histórias de vida, os escritos privados e as autobiografias. Nesse sentido, as fontes orais passaram a ter muito peso para valorizar os registos de memória. Daí a importância dada às entrevistas realizadas neste trabalho, procurando, ao longo do processo, que as diversas vozes se fizessem ouvir. Contudo, a análise de fontes escritas ocupa também um espaço significativo neste trabalho, como foi anteriormente referido, recorrendo-se a diversos tipos de arquivos históricos (TAVARES, 2008, p. 23). Para complementar a análise dos jornais realizamos entrevistas com: 1) jornalistas que trabalham nos jornais que fazem parte da amostra ou que estão ligados à temática feminista; e 2) ativistas feministas e porta-vozes de organizações que buscam a igualdade de gênero e tem maior visibilidade no país de origem.

A vertente das entrevistas não fazia parte do projeto inicial, que se restringia apenas à análise dos jornais. Todavia, durante o período de pesquisa realizado em Portugal (de novembro de 2018 a abril de 2019), percebeu-se que a análise ficaria mais completa e aprofundada com elas, principalmente por se tratar de um período em curso, que chamamos de quarta onda, dado a repercussão política e social de grandes manifestações em Portugal como a Primeira Greve Feminista Internacional. Após conversas informais com ativistas percebeu-se essa necessidade, que foi sem dúvida fundamental para entender melhor o contexto e a forma como o movimento feminista “entende” sua representação no jornalismo, e como se dá a relação entre ativistas e jornalistas. Como afirmam Bogdan e Biklen (2010), uma entrevista deve ser utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao pesquisador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam os aspectos do mundo.

Ao entrevistar as ativistas queremos compreender qual a pauta das reivindicações e como elas veem suas demandas e imagens no jornalismo. Ao entrevistar os jornalistas perceber como esses temas são escolhidos e enquadrados e qual a justificativa para as seleções de determinadas fontes e imagens. Ao entrevistar as organizações visamos perceber os avanços na promoção da igualdade de gênero e quais são os temas mais abordados no período da quarta onda. Partimos com a ideia de escutar outras perspectivas dos fatos, para ir além do relato dos jornais e conseguir perceber os temas que tem visibilidade e os que ficam mais ocultos. Assumimos o critério da conveniência já que as entrevistas realizadas em Portugal foram as primeiras e realizadas pessoalmente, também algumas entrevistadas foram indicadas pelas primeiras, através do efeito chamado “bola de neve”.

As entrevistas foram todas realizadas pessoalmente ou por Skype, em relação à tipologia foram entrevistas em profundidade e semiestruturadas, que foram organizadas através de um roteiro/guião apresentado na íntegra no Apêndice 1 e 2. As entrevistas realizadas em Portugal foram feitas pessoalmente dado ao fato de o país ser menor e das entrevistadas se concentrarem nas cidades de Lisboa ou do Porto. Já no Brasil não foi possível realizar as entrevistas pessoalmente devido à escassez de recursos financeiros para as viagens que ficariam muito caras, pois tivemos entrevistadas de diferentes regiões do Brasil, dessa forma, apenas uma entrevista foi realizada pessoalmente em Curitiba. Todas as entrevistas foram conduzidas pela autora da tese, que as gravou em áudio e tomou notas.

Conforme os dados do Quadro 1 que apresenta as ativistas entrevistadas, pode-se observar uma variação das idades sendo que a amostra contempla mulheres dos 25 aos 60 anos, embora a maioria tenha por volta de quarenta anos. Segundo Lincoln e Guba (1985), deve-se encerrar a recolha quando os depoimentos começam a se tornar repetitivos, havendo um ponto de saturação. À semelhança da pesquisa realizada por Liesbet van Zoonen (1994), Cerqueira (2012) e Sarmiento (2017), a análise dos jornais e as entrevistas foram relevantes para confrontar o material impresso e a opinião veiculada. Escolhemos as entrevistadas por reconhecer sua atuação enquanto feministas, assim como pelo fato de participarem de coletivos e ONGs, dando prioridade na seleção para aqueles citados pelos jornais.

QUADRO 1 – DESCRIÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DAS ATIVISTAS ENTREVISTADAS

Organização	Data da entrevista	Idade	Gênero	Raça / cor	Nome	País
1. A Coletiva	17/02/2019	44	Feminino	Branca	Entrevistada 1	Portugal
2. Rede 8 de Março e A Coletiva	12/03/2019	30	Feminino	Branca	Entrevistada 2	Portugal
3. Associação Plano i	19/03/2019	42	Feminino	Branca	Entrevistada 3	Portugal
4. UMAR - União de mulheres Alternativa e Resposta	08/04/2019	60	Feminino	Branca	Entrevistada 4	Portugal
5. Feministas Cristãs	26/09/2019	25	Feminino	Parda	Entrevistada 5	Brasil
6. AzMina	09/09/2019	31	Feminino	Branca	Entrevistada 6	Brasil
7. Marcha das Vadias	12/01/2020	31	Feminino	Branca	Entrevistada 7	Brasil
8. Marcha Mundial das Mulheres e Rede Mulheres Negras	13/02/2020	37	Feminino	Negra	Entrevistada 8	Brasil

Fonte: A autora (2020).

As jornalistas selecionadas foram autoras de alguns dos textos dos jornais analisados na primeira parte da tese. Dessa forma, temos jornalistas *freelancers*, jornalistas contratadas e dois casos de agências de notícias, a Agência LUSA e a BBC Brasil, conforme apresentado no Quadro 2. Gostaríamos de deixar registrada a grande dificuldade em conseguir jornalistas que escreveram para a Folha de S.Paulo e que tivessem interesse em participar da pesquisa. Houve casos em que as pessoas contatadas disseram que não gostariam de falar dado o momento político atual do país, sob um governo de extrema-direita com valores da democracia ameaçados. Noutras situações os contatos se diziam disponíveis, mas adiavam a entrevista por algumas vezes até não responderem mais. No total foram realizadas 15 entrevistas, e, optamos por não mencionar os nomes das entrevistadas.

QUADRO 2 – DESCRIÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DAS JORNALISTAS

Organização	Data da entrevista	Idade	Gênero	Raça / cor	Nome	País
1. Sindicato dos Jornalistas e Agência LUSA	10/04/2019	42	Feminino	Branca	Jornalista 1	Portugal
2. Jornalista Público	10/04/2019	41	Feminino	Branca	Jornalista 2	Portugal
3. Jornalista Público	25/02/2019	29	Feminino	Branca	Jornalista 3	Portugal
4. Jornalista Público	02/04/2019	43	Feminino	Branca	Jornalista 4	Portugal
5. Jornalista BBC Brasil	13/09/2019	33	Feminino	Branca	Jornalista 5	Brasil
6. Jornalista Folha S.Paulo	22/12/2019	33	Feminino	Amarela	Jornalista 6	Brasil
7. Jornalista Folha S.Paulo	06/01/2020	32	Feminino	Branca	Jornalista 7	Brasil

Fonte: A autora (2020).

O primeiro contato foi feito inicialmente por e-mail, telefone, *Facebook* ou *LinkedIn*. As entrevistas tinham como objetivo captar a percepção das mulheres e para isso elaboramos dois guiões/roteiros diferentes, um para as ativistas dos coletivos e representantes de ONGs e o segundo para as jornalistas. As entrevistas tiveram durações variadas entre trinta minutos e uma hora, mas houve casos de entrevista de mais de duas horas. Para serem estudadas, as entrevistas foram transcritas e analisadas com o apoio do *software* NVivo.

Todas as mulheres se identificaram como do gênero feminino. A pergunta sobre raça ou cor gerou desconforto na maioria das entrevistadas de Portugal, surgindo respostas como caucasiana, raça humana e bege, que optamos por inserir na categoria ‘Branca’. No Brasil a

pergunta cor ou raça está presente no Censo e as pessoas estão acostumadas a respondê-la em diversas pesquisas. Em Portugal o Censo não pede essa informação.

O roteiro para a entrevista das Associações e ativistas buscava entender: a) o envolvimento com o movimento feminista; b) as formas de ativismo e espaço de mobilização; c) compreensões sobre as conquistas do movimento; d) compreensões sobre os meios de comunicação no seu país; e) entender de que forma o movimento se relaciona com a imprensa; e f) apreciações acerca da visibilidade do movimento feminista na mídia.

Já o roteiro para a entrevista com as jornalistas tinha como objetivos: a) verificar como se dá a ascensão e a manutenção na profissão das pessoas dos diferentes gêneros; b) verificar se existe uma preocupação em selecionar as fontes de acordo com o gênero; c) saber quais os critérios de seleção das fotos que ilustram as matérias; d) opiniões sobre a representação de homens e mulheres nos jornais; e) opiniões sobre a representação do movimento feminista no jornal analisado do seu país e na imprensa como um todo; e f) saber se existe algum enfoque sobre a perspectiva de gênero no jornalismo.

7.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Após realizar as entrevistas e transcrevê-las optamos por realizar uma análise temática das mesmas com o apoio do software NVivo. O processo da análise temática usado nas análises qualitativas tem início quando o pesquisador procura nos seus dados padrões de significados e questões de possível interesse à pesquisa, podendo acontecer já durante a coleta de dados ou na condução das entrevistas. A análise temática proposta por Braun e Clarke (2006) consiste em seis etapas: 1) Familiarização com os dados; 2) Geração de códigos iniciais; 3) Busca de temas; 4) Revisão/Refinamento dos temas; 5) Definição e nomeação dos temas e identificação de subtemas; e 6) Análise final e escrita do relatório.

Realizamos as entrevistas com dois grupos distintos de entrevistadas: ativistas e jornalistas. Por meio da análise temática listamos dezoito temas que envolvem as questões feministas apresentadas nas entrevistas. A lista de questões aparentemente privadas que assumiram dimensão de problemas públicos e apareceram nas entrevistas é a seguinte: aborto, assédio sexual, culpabilização da vítima, feminicídio, justiça machista e trabalho. Também selecionamos os temas mais ligados à ação política e à política institucional, identificando os seguintes: governo Jair Bolsonaro, Convenção de Istambul, ditadura, despolitização, formas de ativismo, greve feminista internacional e participação política. Por fim, classificamos questões do período atual: internacionalização, interseccionalidade, jornalistas feministas e quarta onda

feminista. Como os temas se interlaçam em suas temáticas, esta foi apenas uma forma de organizar as entrevistas para poder analisar criticamente. Não iremos falar de tema a tema, mas trazer um relatório das principais questões mencionadas pelas entrevistadas.

7.2 AS ATIVISTAS: ENCONTRO COM O FEMINISMO E TIPO DE ATIVISMO

A entrevista qualitativa visa compreender o mundo da vida dos respondentes (GASKELL, 2002). O perfil das informantes ativistas foi de mulheres de 30 a 60 anos em Portugal e de 25 a 37 anos no Brasil, todas as entrevistadas tinham nível superior, as profissões eram: psicóloga, publicitária, enfermeira, jornalista, empresária, professora universitária, entre outras.

A “descoberta” e “entrada” das mulheres no movimento feminista se deu de formas diversas. No caso das ativistas portuguesas, a Entrevistada 4 (60 anos), membro da UMAR, retoma o período ditatorial e as lutas que participou em Portugal pela redemocratização do país até a Revolução de 25 de Abril, também chamada de Revolução dos Cravos. Segundo ela a participação em um partido político da esquerda socialista trouxe a percepção da necessidade das mulheres em ter um espaço dentro do partido, até o momento em que elas se organizaram em grupos e iniciaram reuniões para debaterem suas questões. Ela também fez parte de um grupo feminista radical, como ela mesma chamou, o Grupo Autônomo das Mulheres do Porto – GAMP. Em outros casos, a entrada para o movimento se dá com o contato com a teoria feminista nas disciplinas da universidade, como o da Entrevistada 2 (30 anos) que faz parte da Rede 8 de Março e da A Coletiva, e da Entrevistada 3 (42 anos) da Associação Plano i.

Considero-me feminista crítica. Foi um processo que começou quando eu estava a terminar a minha formação em psicologia. (...) O meu trabalho com as vítimas de violência de gênero que é o trabalho que desenvolvo desde que me formei, tem vindo a confirmar essa necessidade de ser feminista e de ser feminista em todas as áreas da minha vida (...) Ser feminista é algo tão simples quanto acreditar que é possível um projeto de igualdade entre homens e mulheres, mas também entre diferentes tipos de homens e diferentes tipos de mulheres. Não somos categorias homogêneas e é preciso ter em conta essa diversidade, essas especificidades do que é ser mulher e do que é ser homem (Entrevistada 3, Associação Plano i, 19/03/2019).

As entrevistadas brasileiras eram mais jovens, tinham entre 25 e 37 anos, e seus relatos de entrada no feminismo também foram variados. Desde a militância sindical, caso da Entrevistada 8 (37 anos) que faz parte da Marcha Mundial das Mulheres e da Rede Mulheres Negras, até casos de mulheres que conheceram o feminismo ainda na escola, no Ensino Médio, nas disciplinas de Sociologia e Filosofia como relata a Entrevistada 5 (25 anos) ativista membro

do grupo do *Facebook* Feministas cristãs. Esta última também fala de como sua pesquisa individual e o contato com outras ativistas por meio das redes sociais e da *internet* contribuíram para sua entrada e manutenção como ativista. No caso das brasileiras, relatos mostram o quanto essa retomada do feminismo que chamamos de quarta onda trouxe novas mulheres para o movimento. Como é o caso da Entrevistada 6 (31 anos), ativista do AzMina (2020), instituto sem fins lucrativos de combate à violência de gênero, com forte atuação na *internet*.

Sim, eu sou feminista e o processo de me descobrir feminista teve muito a ver com esse processo do feminismo nas redes sociais que começou no Brasil lá por 2013, 2014, que começou a ganhar mais força, eu comecei a ler, a acompanhar e fui instigada pelas amigas. Comecei a ler e a entender o que é o feminismo, porque eu nem sabia na época, e fui entendendo que eu era feminista. Começou pelas redes sociais, depois passou por leitura, pesquisa (Entrevistada 6, AzMina, 09/09/2019).

Outro caso semelhante, em que a ativista teve contato com as ideias feministas pelas redes sociais, foi da Entrevistada 7 (31 anos), que conheceu a Marcha das Vadias, da qual passou a fazer parte, em um evento criado no *Facebook*. O tipo de ativismo mostra a relevância da *internet* para o período, como apontam as teóricas sobre a quarta onda (COCHRANE, 2013; CHAMBERLAIN, 2017; GOMES; SORJ, 2014).

As formas e espaços de ativismo também variam, no caso de Portugal, temos os seguintes perfis: organizações formais como a UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, uma associação feminista criada em 1976; a Associação Plano i, fundada em 2015, que trabalha, sobretudo, com as questões da violência de gênero, mas tem um foco no âmbito das questões LGBT; coletivos regionais como A Coletiva do Porto; e organizações e manifestações transnacionais como a Rede 8 de Março. O ativismo digital e a organização em coletivos são as principais marcas da quarta onda feminista que estamos presenciando (PEREZ; SILVA FILHO, 2017). Ativistas mais velhas e que atuam no movimento há mais tempo relatam uma mudança, uma nova fase, como a Entrevistada 1 (44 anos) de A Coletiva.

Estamos numa fase completamente diferente, agora esta nova fase, digamos assim, que tem a volta cá em Portugal, a volta de 5 anos que há uma profusão de movimentos feministas, de coletivos. É muito interessante, porque são pessoas que se juntam que não tem não tem necessidade nenhuma de burocratizar os movimentos, nada disso, portanto funcionamos sempre em rede, isso é uma coisa dos últimos 5 anos, e por exemplo o coletivo que eu faço parte, A Coletiva, nós chamamos A coletiva, (...) eu sou das mais velhas. Entretanto há um grupo de jovens feministas muito grande a florescer e depois eu acho que o feminismo foi comigo como já falei antigamente e agora espaço muito interessante encontro geracional (Entrevistada 1, A Coletiva, 17/02/2019).

A questão da nova onda e das novas manifestações aparece em falas que envolvem principalmente o ativismo digital. Mas, também traz novamente as mulheres às ruas, nas marchas do dia 8 de março, nas manifestações contra atores políticos com falas e atitudes machistas como Jair Messias Bolsonaro e Donald Trump, a Greve Feminista Internacional, as manifestações no ano de 2019 em Portugal contra os feminicídios e a Marcha das Vadias.

Há quem fale hoje e eu concordo, que estamos a viver a quarta vaga do feminismo, movimentos como #MeToo e outros, que vieram realmente trazer um novo olhar sobre a necessidade das mulheres tornarem o seu ativismo audível. E eu noto que nas manifestações há cada vez mais mulheres jovens a participar e a fazer algo muito consciente, muito determinado, muito responsável, o que me faz acreditar que há aqui um novo fôlego neste momento que vamos aproveitar. E vamos ver com otimismo as gerações mais jovens a chamar a si essa responsabilidade (Entrevistada 3, Associação Plano i, 19/03/2019).

Em relação às formas de ativismo e mobilização percebemos que em Portugal no período em que as entrevistas foram conduzidas (primeiro semestre de 2019), há uma grande ênfase na Greve Feminista Internacional, principalmente nas falas da Entrevistada 1 (44 anos) de A Coletiva e da Entrevistada 2 (30 anos) que faz parte da Rede 8 de Março e também de A Coletiva. O lema de 2019 era “Se as mulheres param, o mundo pára”, e a greve propunha que no dia 8 de março as mulheres fizessem greve ao trabalho assalariado, ao trabalho doméstico, a prestação de cuidados e ao consumo. Segundo a Entrevistada 2 “os números oficiais foram cerca de 30 mil pessoas no país nas ruas” de Portugal no dia 8 de março de 2019, o que para o tamanho do país é um número alto. O chamamento para as mobilizações se deu por eventos nas redes sociais, principalmente o *Facebook* que é mais usado em Portugal. Depois dos contatos as mulheres se organizavam em suas cidades e aderiam à manifestação que aconteceu em várias cidades, entre elas: Braga, Coimbra, Évora, Faro, Lisboa, Ponta Delgada, Porto e Viseu.

A internacionalização do movimento fica muito evidente, em casos como o da Greve Feminista Internacional que foi mobilizada também na Espanha. A fala das ativistas evidencia esses relacionamentos com mulheres de países diferentes. A Entrevistada 2 (30 anos), Rede 8 de Março e A Coletiva, explica que mantém contato com grupos da América Latina, principalmente Brasil e Argentina, e que baseado nos encontros de mulheres que ocorreram nestes países fizeram um encontro de mulheres em Portugal em 2018.

Fizemos estes contatos internacionais, fizemos várias pontes a nível nacional para não construirmos esse encontro sozinhas e foi assim um dos nossos grandes projectos. Aconteceu no dia 10 e 11 de março do ano passado (2018), coincide com as primeiras grandes manifestações em Espanha do 8M. Aliás, o encontro estava a acontecer e nós estávamos a receber as notícias das manifestações históricas, e da greve feminista em Espanha (Entrevistada 2, Rede 8 de Março e A Coletiva, 12/03/2019).

E neste encontro de mulheres em Portugal, ao saberem da greve que acontecia na Espanha em 2018, resolveram programar e organizar uma greve para o ano seguinte em Portugal.

As ativistas brasileiras também relatam esse relacionamento entre membros do movimento em outros países, seja na organização da Marcha Mundial das Mulheres e também na Marcha das Vadias, além das ações influenciadas por casos de denúncias internacionais como as do *#MeToo*. A Entrevistada 7 (31 anos), ativista da Marcha das Vadias, conta que manteve contato com ativistas de Israel e que teve uma ativista do movimento de Curitiba que foi ao Canadá em Toronto falar sobre a Marcha das Vadias no Brasil.

No Brasil, há organizações históricas, como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CEFEMEA), que foram mencionadas pelos jornais, entretanto, a ênfase nas notícias aparecia nas formas de organizações atuais. Por isso, buscamos entrevistadas das manifestações e organizações mais mencionadas na Folha de S.Paulo, como a Marcha das Vadias, os grupos de *Facebook*, o feminismo *on-line* e dos coletivos. As ativistas relatam diferentes formas de ação, desde a produção de conteúdo para a divulgação do que pensam como é o caso da Entrevistada 6 (31 anos) da AzMina, da Entrevistada 5 (25 anos) do grupo Feministas Cristãs e da Entrevistada 7 (31 anos) da Marcha das Vadias. A Entrevistada 7, que participa da construção da Marcha das Vadias em Curitiba, relata que em cada cidade do Brasil houve um tipo de organização, mas que além de serem muito ativas nas redes sociais chamando para a ação nas ruas, também participavam de ações para apresentar o movimento feminista em escolas. Ela explicou que a primeira marcha foi em 2011 e que ela participou até 2017.

Então começou um movimento dentro da Marcha das Vadias que era vadias na escola, onde a gente se organizava para ir fazer palestra nas escolas, era mais um bate-papo que a gente ia fazer, com isso, eu tive a oportunidade de conversar com mais de 8 mil alunos da rede pública sobre a Marcha das Vadias, em Curitiba e região metropolitana de Curitiba, fora as faculdades particulares, as escolas particulares que fui para falar sobre a Marcha das Vadias e o feminismo, propriamente dito. A Marcha das Vadias despertou essa potência em mim (Entrevistada 7, Marcha das Vadias, 12/01/2020).

Já a Entrevistada 8 (37 anos) que faz parte do Marcha Mundial das Mulheres e da Rede Mulheres Negras, fala do seu trabalho dentro do sindicato e na organização não governamental.

A Rede Mulheres Negras, por exemplo, a gente promove lá atividades que chama as mulheres ali das comunidades próximas para atuar. A gente também é uma rede estadual, então a gente tem atividades no interior do Paraná, nos quilombos, nas religiões de matriz africana, nos terreiros. A gente vai fazendo muito trabalho com uma base direto, e também a Rede de Mulheres Negras disputa muito edital para

promover ação, que na verdade o governo acaba deixando de fazer (Entrevistada 8, Marcha Mundial das Mulheres e Rede Mulheres Negras, 13/02/2020).

Percebemos que o movimento feminista hoje, como já diz a literatura, é formado por feminismos, pautas diversas e interseccionais, transversais e transdisciplinares (MATOS, 2014). Entretanto, a maioria das mulheres entrevistadas eram mulheres brancas, tendo apenas uma que se autodeclara parda, uma negra e uma amarela.

Em relação às pautas atuais do movimento feminista há uma grande ênfase em todos os depoimentos na questão da luta contra a violência de gênero, que envolve desde questões de violência doméstica, violência física e emocional, até o feminicídio. Em relação a esta temática a preocupação das ativistas dos dois países é muito semelhante em relação à questão da violência e do assédio sexual.

É válido apresentar os dados sobre violência, pois segundo o relatório de 2010 da Organização Mundial da Saúde (OMS)¹⁹ o Brasil tem o nono maior índice de homicídios do mundo²⁰, as mortes no Brasil atingiram 31,1 pessoas a cada 100 mil habitantes. A taxa coloca o país como um dos mais violentos do mundo. E em 2019 o Brasil teve 3.739 homicídios dolosos de mulheres em 2019 (uma redução de 14% em relação ao ano anterior), mas deste total 1.314 foram feminicídios o maior número já registrado desde que a Lei nº 13.104/2015, que prevê o feminicídio como circunstância qualificadora para o homicídio, entrou em vigor (BRASIL, 2015a).

Portugal é considerado um dos países mais pacíficos do mundo, segundo o Índice Global da Paz (GPI), do Instituto de Economia e Paz (*Vision of Humanity*)²¹ de um ranking de 163 países ele é o terceiro país mais pacífico do mundo, já o Brasil ocupa a posição 116 (PINTO, 2020). Em Portugal, o *Relatório Anual Final do OMA / Observatório de Mulheres Assassinadas - 2018* da UMAR (2019b) mostrou que em 2018 ocorreram 28 feminicídios no país, e em 2019 teriam sido 31 casos de feminicídio segundo dados da OMA e do Público (DANTAS, 2019; UMAR, 2020).

Uma fala muito interessante sobre a questão da violência de gênero em Portugal é de uma das jornalistas entrevistadas. A Jornalista 4 (43 anos), que trabalha no Público, fala do problema da violência doméstica em um país considerado pacífico.

¹⁹ Disponível em <https://www.who.int/eportuguese/publications/pt/>. Acesso em 10 fev. 2020. Disponível em

²⁰ Disponível em <https://noticias.r7.com/cidades/brasil-e-o-9-pais-mais-violento-do-mundo-segundo-a-oms-17052018>. Acesso em 10 fev. 2020.

²¹ Disponível em <http://visionofhumanity.org/>. Acesso em 10 fev. 2020.

A questão do homicídio no contexto de violência doméstica em Portugal é algo muito sério, acho que é um problema muito sério em todo lugar, em Portugal são assassinadas em média 140, 150, 160 pessoas por ano, e isso é o que se mata no Brasil em um fim de semana, Portugal tem umas das taxas mais baixas do mundo, não deixa de ser curioso um país que tem as taxas de criminalidade mais baixas do mundo, seja tão violento dentro de casa. E é um problema sério, quando temos 120 homicídios por ano, 140, até 160, e depois vamos ver e temos 30 mulheres mortas, 40 mulheres mortas. É uma porcentagem brutal dos homicídios em Portugal, é gigante. **Acho que o sítio mais perigoso para se estar em Portugal seja a casa. E é assim para as mulheres, e é assim para as crianças e é assim para os idosos, portanto não é uma coisa que a imprensa possa ignorar (Jornalista 4, Público, 02/04/2019, grifos nossos).**

É relevante pensar no aspecto cultural da família patriarcal, dos valores machistas e conservadores, da colonização e até mesmo da questão do longo período ditatorial e conservador que o Brasil e Portugal viveram para tentar explicar esse contexto de agressões domésticas nos dois países. Em Portugal há uma um aspecto recorrente na fala das ativistas que é a questão da “justiça machista”, que foram julgamentos de acórdãos que culpabilizavam a vítima. Textos publicados no jornal português no período que analisamos já denunciavam o problema.

A crítica à legislação portuguesa apareceu em várias situações e na fala de jornalistas e ativistas, em relação a alguns casos de violação (estupro) como do “acórdão de violação mútua” (VIANA, 2018). Ou outros exemplos de julgamentos de vítimas de violência doméstica em que as denúncias são postas em descrédito ou mesmo a vítima é culpabilizada.

Há um processo muito interessante que foi um julgamento em Viseu de uma mulher vítima de violência doméstica em que no acórdão o que os juízes dizem é que não é crível que uma mulher educada, portanto escolarizada, que tenha emprego próprio, que não é crível a palavra dela de ser vítima de violência doméstica porque ela é uma mulher capacitada. (...) Esse caso revela é que aquela mulher independentemente de ter uma profissão, de quanto que ganha, de ser autônoma digamos assim, a palavra dela não vale nada naquele tribunal. Portanto ela dizer que é vítima de violência levando as suas testemunhas e ele levando as suas testemunhas, portanto, em igualdade de circunstâncias, a palavra dela vale sempre menos e isso é inaceitável. É inaceitável porque é uma forma de ir perpetuando a justiça machista de que a nossa palavra não vale (Entrevistada 1, A Coletiva, 17/02/2019).

A questão da culpabilização das vítimas aparece em falas das ativistas brasileiras como a da Entrevistada 7 (31 anos), da Marcha das Vadias, que também faz uma relação da culpabilização das vítimas “Eu não consigo não fazer referência com a fala do policial no Canadá que provocou a Marcha das Vadias com o que os profissionais de segurança pública no Brasil continuam falando” (Entrevistada 7, Marcha das Vadias, 12/01/2020).

Há também entre as portuguesas um comparativo com a legislação brasileira de violência de gênero, a Lei Maria da Penha e as questões das Delegacias da Mulher que não

existem em Portugal. Percebe-se que as portuguesas têm amplo conhecimento sobre as questões feministas do Brasil, dado a relação estreita entre os dois países de colonização, do mesmo idioma, ao fato dos laços de parentesco, da grande imigração atualmente dos brasileiros em Portugal e das pesquisas científicas em conjunto, como relatam algumas ativistas que são também professoras universitárias.

A nossa lei não é tão boa como a Lei Maria da Penha, como uma lei integral da violência de gênero, mas é a lei fundamental, agora com atualizações. E é também a revisão do código penal que foi em 2007, do 152, da violência doméstica, que está ali consignada a questão da violência doméstica como crime, e também outras situações como na situação de conjugalidade ou em situações de conjugalidade, com habitação ou coabitação, ou seja, abrangendo também as situações de namoro, as questões das pessoas que já estão separadas e etc. Depois houve uma atualização em 2015, que não perceberam que relação íntima sem coabitação é namoro, pronto, sempre é preciso dar uma explicação. Esse foi um grande avanço, depois surgiu a Convenção de Istambul assinada, radicada por Portugal, foi um dos primeiros países em 2011 (Entrevistada 4, UMAR, 08/04/2019).

Além das questões de violência, outro aspecto da legislação entre os dois países que é muito distinto e é muito ressaltado como uma conquista na fala das feministas portuguesas é a questão do aborto. Todas as ativistas relatam o referendo de fevereiro de 2007 que garantiu a despenalização do aborto em Portugal. As mulheres mais velhas – a Entrevistada 1 (44 anos) de A Coletiva, e a Entrevistada 4 (60 anos) da UMAR – relatam também o primeiro referendo de 1998 que não conseguiu a despenalização como uma grande derrota. A Jornalista 1 (42 anos) da LUSA diz que “houve duas grandes lutas em Portugal, uma ligada a interrupção voluntária da gravidez e a do reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo, depois da adoção. E estas duas lutas sempre movimentaram muito estas organizações” (Jornalista 1, LUSA, 10/04/2019).

No Brasil, onde o aborto é considerado crime, ele apenas é permitido em casos específicos como a interrupção terapêutica da gestação de feto anencéfalo, se a mãe correr risco de vida e quando a gestação é resultante de um estupro. Polêmico, o tema é tratado pelas ativistas brasileiras. Para a Entrevistada 5 (25 anos) do Feministas Cristãs, há um esvaziamento do sentido com um propósito de barrar essa reivindicação das mulheres, ela também faz uma crítica à forma que o jornalismo noticia a questão. Segundo ela, a imprensa noticia, mas não explica, o que traz um contexto negativo.

Se cita as mulheres estão lutando pela descriminalização do aborto, mas esquece de se falar a palavra descriminalização e aí o sentido já muda por completo, e o sentido já muda, e a população não sabe. Até pela questão do acesso à informação, da escolaridade, de se aprofundar nesses temas. Não existe um compromisso do

jornalismo de explicar o que está acontecendo, se ninguém explica todo mundo cria seus próprios estigmas e a fachada do que é o feminismo, então eu acho que é importante cobrir, mas cobrir explicando, porque do jeito que está sendo feito não está de fato favorecendo ninguém. Estão só alimentando ali a massa do ódio do movimento feminista. Tem muitas pautas extremamente importantes que estão sendo ignoradas por outras que dão manchete, que vendem mais jornal, e as que trazem mais audiência, que não são todas e não são de fato as que são faladas do jeito que a gente gostaria porque elas são muito podadas mesmo (Entrevistada 5, Feministas Cristãs, 26/09/2019).

Segundo a Entrevistada 5, a pauta do aborto é uma pauta que está em alta, mas que tem idas e vindas da discussão e não consegue avançar nos países da América Latina. Para a entrevistada, há uma pressão por parte das feministas, mas ainda há uma barreira muito grande. “A movimentação aqui no Brasil ainda é muito lenta, especialmente por causa da bancada evangélica, ruralista e armamentista que acaba se apoiando e criando uma frente de resistência a esses temas” (Entrevistada 5, Feministas Cristãs, 26/09/2019). Para a Entrevistada 7 (31 anos) da Marcha das Vadias, o aborto no Brasil ainda é um tema controverso dentro do próprio movimento feminista, porque ainda há a discussão de até quantos meses de gestação se pode interromper a gravidez. Para ela a pauta dos partidos políticos de esquerda também deveria ter como prioridade essa questão da descriminalização do aborto, mas a maior preocupação é com a participação política das mulheres.

A Entrevistada 8 (37 anos) da Marcha Mundial das Mulheres e Rede Mulheres Negras, diz que o momento atual do movimento feminista no governo Jair Bolsonaro é de tentar não perder o que já foi conquistado, que são os casos de aborto permitido em lei.

E agora a gente está num momento de tentar garantir o que tem e não perder, né? Porque a gente tem um governo que é absolutamente conservador e com uma pegada fundamentalista religiosa forte que inclusive vem na contramão de tudo o que nos dê tudo que o movimento feminista estava, do processo de conquista. Essas campanhas absurdas, por exemplo, como tem agora de abstinência sexual para evitar contra concepção, para evitar a gravidez na adolescência. Nunca funcionou né, esse tipo de política. A gente tem o estatuto do nascituro, que quando a mulher é vítima de estupro, o estado que é garantir que ela mantenha esse filho através de bolsa auxílio (Entrevistada 8, Marcha Mundial das Mulheres e Rede Mulheres Negras, 13/02/2020).

O Estatuto do Nascituro que a Entrevistada 8 se refere, é o Projeto de Lei nº 478/2007 (BRASIL, 2007), quer que o aborto seja considerado crime hediondo e seja proibido em todos os casos, além de propor uma pensão para as crianças que nascerem cuja mãe foi vítima de estupro. A ativista relembra que a atual ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, já se posicionou contra o aborto em qualquer circunstância. A entrevistada, que tem como profissão a enfermagem, também ressalta que a questão do aborto no Brasil é um problema de saúde pública, que por ser um procedimento ilegal, muitas mulheres morrem ao

realizá-lo em clínicas clandestinas e de forma caseira, e que principalmente quem morre são as mulheres negras e pobres.

Aqui no Brasil, quem morre é mulher negra, pobre e periférica, que não tem acesso a esse tipo de coisa. Na verdade, o aborto no Brasil ele já é uma prática comum, ele só não é aceito legalmente pela hipocrisia moral da sociedade, mas que ele já ocorre em grande número e com muita complicação que se torna inclusive por isso, um problema de saúde pública (Entrevistada 8, Marcha Mundial das Mulheres e Rede Mulheres Negras, 13/02/2020).

Ainda em relação às lutas e conquistas feministas, no Brasil as ativistas elencam desde o direito ao voto e ao divórcio, a Lei Maria da Penha e a Lei do Femicídio, e a legalização do aborto em casos específicos. Todas ainda destacam a maior abertura para se falar sobre as questões das lutas feministas, a ampliação do debate sobre a participação política, as questões da violência, do assédio e das questões sexuais. Em Portugal, as entrevistadas destacam os avanços na legislação, a questão do aborto legal, do casamento de pessoas do mesmo sexo e da participação política feminina. Em ambos os países as questões democráticas, como a possibilidade de expressão e manifestação após os períodos ditatoriais, também são sempre lembradas, além da preocupação com o retrocesso. Percebemos que a eleição presidencial de um presidente de extrema-direita gerou incômodos e preocupações que foram sinalizadas em várias falas, tanto das ativistas brasileiras quanto das portuguesas.

Passaremos a seguir para a percepção das ativistas sobre a cobertura midiática das pautas feministas nos seus países.

7.3 O FEMINISMO NO JORNALISMO

No capítulo anterior analisamos como os jornais tratam em seus conteúdos as temáticas feministas, nesta seção buscamos entender, com as entrevistas, como as feministas percebem as narrativas sobre o movimento feminista nos meios de comunicação. Também buscamos verificar de que forma o movimento se relaciona com a imprensa.

As opiniões foram muito diversas, apontaram uma preocupação com o sensacionalismo e com o estereótipo negativo construído pelos enquadramentos, que também era uma das hipóteses de nossa pesquisa. Em quase todas as falas foi feito um comparativo entre os diferentes tipos de jornalismo, principalmente entre o conteúdo que é noticiado na televisão e o conteúdo escrito, seja nos impressos ou na versão *on-line* dos jornais. Há uma percepção de que no jornalismo televisivo há uma forma mais negativa de retratar o movimento feminista.

A posição da Entrevistada 6 (31 anos), do AzMina, se parece muito com a das jornalistas entrevistadas no Brasil. Para ela, os veículos de comunicação mais tradicionais tem feito um bom trabalho, retratando o movimento feminista “como ele é”, uma crítica que ela faz é que mesmo que tenha esse cuidado com o tratamento da informação no jornalismo de qualidade, muitas vezes parece que há apenas um único movimento feminista, com uma pauta única, “como se o movimento feminista fosse uma coisa só, um pensamento só, e às vezes existe esse olhar para que existem diferentes teorias, grupos e demandas” (Entrevistada 6, AzMina, 09/09/2019). Entretanto, segundo ela, tem havido no Brasil um crescimento de veículos conservadores. “Mas tem crescido muito os veículos de comunicação de direita que retratam o movimento feminista como uma praga, o mimimi das mulheres, eu nem sei se pode chamar de veículo de comunicação, mas eles têm uma audiência” (Entrevistada 6, AzMina, 09/09/2019).

A Entrevistada 8 (37 anos), da Marcha Mundial das Mulheres e da Rede Mulheres Negras, diz que quando fazem uma manifestação pública, por exemplo, sobre os casos de feminicídio que tem comoção pública, o movimento feminista e suas demandas são retratados de forma positiva. “Mas em geral, por exemplo, quando a gente organiza marcha reivindicando direitos, enfrentando algum ataque que a conjuntura vem trazendo para nós mulheres, aí nós somos loucas, radicais, mal amadas, lésbicas” (Entrevistada 8, Marcha Mundial das Mulheres e Rede Mulheres Negras, 13/02/2020). E a Entrevistada 5 (25 anos), ativista do Feministas Cristãs, faz uma crítica da forma com que os jornalistas se relacionam com os movimentos sociais, faltando um diálogo, faltando dar voz às ativistas entrevistando-as. Para ela falta um contato mais próximo entre ativistas e jornalistas e por isso as mídias falham muito ao noticiar o movimento feminista.

A grande imprensa muitas vezes olha do seu lugar para os grupos, faz seu julgamento, enfim, não é algo que parte de um diálogo cara a cara com os grupos. E isso acaba trazendo estigmatizações. Então os jornalistas muitas vezes por não entrarem em contato direto com o movimento, não conversarem com pessoas do movimento feminista, simplesmente noticiando ali de fora o que está acontecendo, trazem inclusive alguns termos pejorativos para a representação do feminismo e isso acaba se tornando o conhecimento popular sobre feminismo. Então eu acho que falha muito a grande mídia na hora de noticiar o feminismo, eu acho que falta esse contato próximo, falta o conversar, falta o entrevistar. Geralmente eles entrevistam alguém sobre aquele movimento que aconteceu, algum especialista em alguma coisa, mas nunca é uma líder do movimento feminista (Entrevistada 5, Feministas Cristãs, 26/09/2019).

As ativistas portuguesas também apresentam posições variadas em relação à cobertura jornalística feita do feminismo em seu país. Algumas acreditam que tem acontecido uma mudança positiva na forma como o jornalismo passa a retratar as feministas e suas pautas. A

Entrevistada 1 (44 anos), de A Coletiva, diz que “o feminismo deixou de ser palavra feia” e tem encontrado mais espaço nas mídias. A Entrevistada 4 (60 anos) da UMAR afirma que a associação que ela faz parte tem conseguido espaço para falar sobre suas pautas, e nossa análise anterior dos jornais mostrou que a UMAR é a associação mais citada nos textos do jornal Público.

A Entrevistada 2 (30 anos), diz que muitas vezes os meios de comunicação social não falam o termo movimento feminista, evitando-o, além do jornalismo fazer uma confusão com igualdade de gênero e feminismo “esvaziando do carácter político aquilo que é o movimento feminista. É engraçado, eu vejo muito poucas notícias sobre o que é o movimento feminista internacional, a não ser se for nos meios de comunicação independentes” (Entrevistada 2, Rede 8 de Março e A Coletiva, 12/03/2019). A fala dela apresenta o que Wood e Flinders (2014) chamam de despolitização discursiva, que é esse esvaziamento político dos movimentos sociais e suas pautas.

A questão das manifestações para ganhar noticiabilidade é uma das formas de ação dos diversos movimentos sociais. A Entrevistada 3 (42 anos), da Associação Plano i, ressalta que é nestes casos que conseguem maior espaço midiático.

A visibilidade midiática do movimento feminista acontece quando há manifestações ou concentrações associada a alguns acontecimentos ou algumas efemérides, por exemplo, no Dia Internacional das Mulheres, No dia Internacional de Eliminação da Violência contra as mulheres, quando há notícias que são atentatórias aos direitos das mulheres, por exemplo, em Portugal, nós temos tido eco de um conjunto de acórdãos judiciais quer no domínio da violência doméstica, quer até nos crimes sexuais em que as mulheres são penalizadas e em que os próprios acórdãos reforçam esses estereótipos e preconceitos, e nesse momento os movimentos saem à rua, organizam-se (Entrevistada 3, Associação Plano i, 19/03/2019).

Há posicionamentos diversos da forma de perceber a visibilidade midiática entre as ativistas de Portugal, mas uma fala recorrente das ativistas foi a de conhecer estratégias para serem noticiadas, ao saber com quem falar, ou seja, com quais jornalistas e quais veículos de comunicação. E quando questionávamos em relação ao jornal Público, as falas eram de que era um jornal sério e com um trabalho de qualidade.

No caso brasileiro, a questão das efemérides e manifestações também é mencionada, a Entrevistada 5 (25 anos), do Feministas Cristãs, diz que “muitas vezes o jornalismo acaba encontrando o feminismo pela falta de opção, quando a gente faz uma marcha que vai parar o trânsito é impossível que eles não falem o trânsito está parado porque está acontecendo por exemplo” (Entrevistada 5, Feministas Cristãs, 26/09/2019).

7.3.1 O relacionamento das feministas com a imprensa

Assim como apresentou Cerqueira (2012) quando entrevistou as ativistas feministas de Portugal, verificamos que até os dias atuais associações e coletivos feministas não possuem uma comunicação social profissionalizada e não possuem uma assessoria de imprensa profissional. Entretanto, o que percebemos é que elas dominam algumas estratégias de produção de conteúdo e conseguem o contato com jornalistas que se interessam pelas pautas feministas. Todas as entrevistadas de Portugal afirmaram esse relacionamento com a imprensa, principalmente com o jornal Público que foi o jornal que analisamos na tese. A Entrevistada 2 (30 anos) afirma que há jornalistas feministas que ajudam na divulgação das ações e pautas. “Agora com a organização do dia 8 de março, nós percebemos que havia algumas jornalistas feministas que estavam do lado da greve feminista e que ajudaram de certa forma a divulgar todo este processo e a forma coletiva como ela aconteceu” (Entrevistada 2, Rede 8 de Março e A Coletiva, 12/03/2019).

Em relação à profissionalização do processo de comunicação, a Entrevistada 4 (60 anos), ativista da UMAR, explica que a associação teve estudantes de Comunicação Social que atuaram com a assessoria de imprensa e que há “jornalistas amigos” que já ensinaram como fazer um *press release* e deram dicas de como se comunicarem.

Verificamos que as feministas percebem a importância de divulgarem suas pautas no jornalismo e estão disponíveis para serem fontes. No caso do Brasil, talvez pela dimensão do país, nos pareceu haver um distanciamento maior entre as ativistas e os meios de comunicação social. Isto não quer dizer que não conseguem dar visibilidade às pautas, entretanto há uma crítica maior por parte das ativistas da forma com que são noticiadas suas demandas. A Entrevistada 5 (25 anos) faz uma análise sobre o relacionamento com a imprensa.

Do mesmo jeito que existe uma rejeição dos grandes meios de massa para conversar com o movimento feminista, o movimento feminista já está também saturado de muito o que é falado, e muito mais dessa relação que a gente já está falando que está desgastada, mas pelo fato de que no momento em que não estamos falando sobre feminismo na TV, tem muitas outras coisas sendo reforçada. A todo tempo, durante a cobertura televisiva a gente dá palco para muitos movimentos machistas, racistas e isso é 99% do tempo de TV que a gente tem. O feminismo está muito preocupado em fazer, muitas vezes se afasta dos meios de comunicação porque sabe que por esse caminho a gente não vai conseguir muito sucesso uma vez que 99% da programação televisiva está reforçando esse estereótipo que a gente quer quebrar (Entrevistada 5, Feministas Cristãs, 26/09/2019).

A ativista ainda diz que essa dificuldade de relacionamento com a grande imprensa fez com que o movimento feminista tenha hoje seus próprios meios de comunicação, como blogues,

sites, páginas do *Instagram* e do *Facebook* para veicular “nossas notícias pelo nosso viés”. Porque, em seu ponto de vista, a “grande mídia nunca se preocupou em abrir um espaço para que a gente pudesse conversar com a sociedade” (Entrevistada 5, Feministas Cristãs, 26/09/2019).

As ativistas da Marcha das Vadias (Entrevistada 7, 31 anos) e da Marcha Mundial das Mulheres e Rede Mulheres Negras (Entrevistada 8, 37 anos) relataram que algumas ativistas são da área de comunicação social e que elas produzem *press releases* e enviam para a imprensa. Mas que conseguem ser noticiadas na maioria das vezes em veículos alternativos e conseguem espaço na mídia de massa quando se manifestam em situações mais pontuais como nos casos de feminicídio ou no Dia Internacional das Mulheres.

Quando questionamos as ativistas brasileiras sobre a opinião delas em relação ao jornalismo da Folha de S.Paulo e sua cobertura jornalística do movimento feminista, o jornal brasileiro que analisamos na tese, apenas uma delas disse não se sentir representada pelo jornal, as demais disseram não ter uma opinião sobre por não acompanharem as notícias deste veículo de comunicação.

Após expor a opinião das feministas sobre a cobertura midiática de suas pautas, passaremos para a análise das entrevistas feitas com as jornalistas que escrevem sobre o feminismo.

7.4 AS JORNALISTAS QUE ESCREVEM SOBRE O FEMINISMO

Durante a análise dos textos jornalísticos da Folha de S.Paulo e do Público, uma de nossas variáveis era o gênero do autor. Dos textos escritos por mulheres, temos 128 resultados na Folha (46,2%) e 144 no Público (66,4%). E os textos escritos por mais de um autor, com homens e mulheres, foram 3,6% da Folha de S. Paulo e 1,8% do Público. Percebemos que há um maior interesse das jornalistas em escrever sobre o tema.

A entrevista com as jornalistas, conforme o roteiro/guião disponível no Apêndice 2, tinha como objetivo verificar as percepções de quem produz o conteúdo sobre o movimento feminista nos dois países.

O relatório *Who Makes The News?* do *Global Media Monitoring Project* de 2015 (GMMP, 2015) mostrou que existe uma sub-representação da mulher na mídia, elas são menos de um quarto dos atores/personagens das notícias, e quando se entrevista um especialista, mais de 83% das vezes é um homem. Por isso, questionamos se há algum tipo de preocupação dos

jornalistas com a escolha do gênero das fontes e se existe algum direcionamento do veículo de comunicação onde trabalham sobre esse tema.

Das três jornalistas entrevistadas que trabalham no Público, todas disseram que não existe uma orientação do veículo sobre esse aspecto da igualdade de gênero em fontes, em todos os casos é mais uma preocupação individual do profissional. Vejamos o depoimento da Jornalista 4 (43 anos) abaixo.

Eu acho que depende de jornalista para jornalista. Há jornalistas que não pensam nisso, não pensam se tem algo com mulheres, se só tem homens. Acho que isso depende muito da sensibilidade de cada um. No meu caso, eu penso nisso, em refletir a diversidade em termo de fontes, não só em relação ao gênero, mas também em relação a classe social e na medida do possível ter pessoas de várias origens geográficas também, porque eu acho que isso enriquece muito o trabalho. Mas, não há uma orientação para isso digamos que cada um tem ou não tem uma sensibilidade para a questão da diversidade de fato. Há até jornalistas que agem um bocado mal a isso. Vais só falar com homens, falas com essa mulher. Ah, mas isso é cotas, que é outro grande problema, né? (Jornalista 4, Público, 02/04/2019).

As profissionais relatam uma dificuldade de discutir essa temática amplamente com os demais colegas de profissão que consideram desnecessária essa abordagem dos profissionais para serem fontes de acordo com o gênero, apontando um desconhecimento das questões das desigualdades de gênero. Dessa forma, o jornalismo acaba reproduzindo as assimetrias de gênero da sociedade, dando o espaço público aos homens e mantendo o espaço privado às mulheres. É o que aparece no depoimento da Jornalista 3 (29 anos), reproduzido a seguir.

Mas eu acho que não é um hábito, claro, tirando os colegas que já tem essa consciência e também essa perspectiva, mas não acredito que seja uma preocupação de muitas pessoas e acima de tudo não é uma coisa que seja defendida. Cada um talvez faça para si, mas é um assunto que ainda é visto como delicado porque ainda tem uma completa falta de conhecimento, assim como as cotas da política, que é reverter a cota dos amigos homens que sempre existiu. **Assim como na política, ficam se discutindo se é mérito ou não mérito, enquanto que você não reconheceu que tem um monte de homem sem mérito que foi escolhido por ser homem. E é um pouco essa lógica, porque não teve o reconhecimento também é difícil fazer a discussão** (Jornalista 3, Público, 25/02/2019).

As profissionais que se preocupam com as desigualdades de gênero na sociedade e no jornalismo se veem como exceção entre os demais profissionais. Elas citam a questão das cotas para as minorias como motivo de ironia e deboche por parte dos demais colegas que não percebem a relevância do tema. É como se houvesse a necessidade de uma cota para as fontes “excluídas” nos explicou a Jornalista 4 (43 anos) do Público. Já a Jornalista 3 (29 anos), do mesmo veículo, relata que há uma dificuldade de compreensão, assim como as cotas para a participação política das mulheres na política institucional.

Para a Jornalista 2 (41 anos) a atenção para as desigualdades por parte dos profissionais tem aumentado nos últimos anos, “é uma preocupação que nos últimos anos tem sido mais vincadas, as pessoas tem mais consciência da necessidade de diversificar fontes conforme o gênero, não ouvir só homens brancos grisalhos de fato [terno]” (Jornalista 2, Público, 10/04/2019). Ao falar dos homens de meia idade e de terno, a jornalista diz que a tendência é o jornalismo dar ênfase à voz dos executivos e políticos profissionais homens. Aqui é interessante descrever que no momento da realização da entrevista, estávamos na redação do jornal Público, em Lisboa, em uma sala com as capas do jornal coladas na parede, e ela mostrou como a maioria das capas é ilustrada por esse perfil de pessoa. Em suas palavras:

Temos aqui o mostruário de capas passadas e é raríssimo haver uma capa em que ela ganhe figuras que não sejam um homem de fato grisalho. E aqui temos de facto algumas diferenças felizmente, mas que vem muito da cultura, por haver artistas negros, por haver artistas portadores de deficiência e etc. A diversidade para além da primeira questão de gênero, mas a diversidade em geral, é uma coisa que muitas vezes não vem da área da política, da economia, da sociedade, e talvez por causa das questões sistêmicas estamos a refletir a sociedade (Jornalista 2, Público, 10/04/2019).

A jornalista ainda ressalta que os profissionais da comunicação precisam ter consciência que estão refletindo uma sociedade desigual e por isso desempenhar um esforço para contribuir para uma diversidade maior de personagens nos textos e nas imagens do jornalismo. Sua fala se relaciona com as pesquisas de Biroli (2010, 2017, 2018) sobre a representação das mulheres como atores políticos.

A Jornalista 1 (42 anos), da agência de notícias estatal LUSA e do Sindicato dos Jornalistas, ressalta que há uma argumentação do “suposto jornalismo neutro” e sempre há um questionamento de por que escolher mulheres para falar.

No caso das jornalistas brasileiras, elas contam que há recentes direcionamentos das empresas que trabalham para se atentarem à questão da diversidade de fontes. Tanto no caso da Folha de S.Paulo que criou recentemente, em maio de 2019, uma editoria de Diversidade (FOLHA DE S.PAULO, 2019), e no direcionamento editorial da agência de notícias BBC Brasil, que tem seu conteúdo publicado pelo jornal brasileiro.

A Jornalista 5 (33 anos) da BBC Brasil, disse que a orientação inicialmente era ter ao menos uma mulher por reportagem como fonte, e que depois sua editora pediu para que fossem metade homens e metade mulheres, mas “não conseguimos sempre isso, eu acho que porque como historicamente a maioria das fontes ouvidas pelos jornalistas são homens. Os jornalistas trocam os contatos entre si, e essas pessoas que já falam ficam mais disponíveis e respondem mais prontamente os pedidos dos jornalistas” (Jornalista 5, BBC Brasil, 13/09/2019). De acordo

com a profissional, a necessidade da agilidade e o pouco tempo para a produção dos textos acabam por não colaborar para a busca de fontes mulheres, mas ela diz fazer um esforço maior para conseguir.

Para as Jornalista 6 (33 anos) e Jornalista 7 (32 anos), ambas da Folha de S.Paulo, a questão da diversidade e pluralidade das fontes é algo cada vez mais comum entre os jornalistas mais jovens que estão mais atentos às discussões atuais sobre representatividade. Uma das profissionais faz uma ponderação muito relevante: “É um tipo de iniciativa necessária, nova e digna de nota? Sim. Mas o fato de ser necessário criar editorias específicas sinaliza como até então as redações não estavam atentas às questões de gênero [e diversidade]” (Jornalista 6, Folha de S.Paulo, 22/12/2019).

Em relação à abordagem e cobertura jornalística feita sobre o movimento feminista, elas percebem uma forma mais positiva de se falar sobre a temática nos últimos anos. Nas falas das entrevistadas é mencionado, assim como na fala das ativistas, que há jornalistas feministas nas redações e uma maior preocupação com as questões feministas que nem sempre são citadas usando o termo feminista ou feminismo. A Jornalista 7 (32 anos) diz que: “Antes as feministas e as pautas feministas eram completamente separadas das pautas do noticiário, e aparecia justamente como um movimento, uma coisa assim. E hoje em dia tem várias questões que pautam o feminismo aparecendo no meio de reportagens” (Jornalista 7, Folha de S.Paulo, 06/01/2020).

A Jornalista 6 (33 anos) diz que as temáticas feministas aparecem em reportagens sobre estudos de acadêmicas feministas e sobre protestos de militantes feministas, em colunas, blogues e artigos de autoras feministas. Sendo que por décadas as questões relacionadas às mulheres ficaram restritas a cadernos nos jornais e a revistas ditas femininas. “É um sinal de que, depois de muito tempo de reivindicações, o movimento vem ganhando terreno, vez e voz nos maiores veículos. Avança-se, mas o caminho é longo” (Jornalista 6, Folha de S.Paulo, 22/12/2019).

Alguns exemplos citados pelas jornalistas são as questões relacionadas ao trabalho, como dos salários iguais, que pode sair em diferentes seções do jornal, desde na parte de mercado e economia, mas também de cultura quando foi uma demanda das atrizes de Hollywood. Assim como a questão da violência contra a mulher, como uma pauta mais recente e cada vez mais tratada em vários aspectos desde a violência simbólica, relacionamentos abusivos, agressões, feminicídio, assédio.

As profissionais do Brasil percebem que havia uma forma negativa, um estereótipo de retratar as feministas, mas elas percebem com otimismo a evolução da temática nas mídias.

Como relata a Jornalista 7 (32 anos), “Eu acho que está caindo por terra aquela coisa, pelo menos na mídia séria, nas grandes mídias pelo menos, está caindo por terra aquela ideia das feministas com o sovaco cabeludo, vociferante, bruxa, feia, aquelas ideias que se tinha da feminista” (Jornalista 7, Folha de S.Paulo, 06/01/2020).

As profissionais que cobrem a temática do feminismo também conseguem perceber uma pluralidade de feminismos dentro do movimento. “Eu acho que o movimento feminista é bem fragmentado, elas não têm assim uma grande organização, são várias organizações então há várias posições de diferentes organizações, como elas se posicionam na esfera pública” (Jornalista 5, BBC Brasil, 13/09/2019). Esse maior entendimento do próprio feminismo por parte dos jornalistas, segundo a Jornalista 5 (33 anos), também se reflete na cobertura das datas especiais, as efemérides, como o 8 de março. Para ela, antes os jornais tratavam a data com “representações cristalizadas da feminilidade” e atualmente na data discute-se temas do cotidiano das mulheres que perpassam pelas pautas do movimento feminista, como maternidade, aborto e trabalho. Além de enfatizarem que as datas marcadas, como o 8 de março, sempre mobilizarem pautas sobre mulheres, mas que não necessariamente tratarão das manifestações e terão uma abordagem feminista.

A percepção das jornalistas portuguesas é um pouco distinta. Para a Jornalista 1 (42 anos) da LUSA, “a palavra feminismo continua sendo uma palavra maldita” e muitos ainda acham que seu significado é o oposto de machismo. E, por isso mesmo, poucas mulheres, inclusive as jornalistas se identificam como feministas, por esse preconceito da sociedade. Também por este motivo, muitas vezes os profissionais escrevem sobre as temáticas feministas evitando usar o termo feminista, feminismo ou movimento feminista.

Em Portugal há uma maior valorização das fontes institucionais e das associações feministas mais antigas, percebemos isso nos textos analisados e na fala das entrevistadas.

Mas eu também não sei se eu se a imprensa reconhece como um movimento, porque quem é chamado para falar não são bem as pessoas do movimento, a não ser quando tem uma manifestação uma representante da A Coletiva que fala, mas quando tem outra coisa, coisa eu vou falar a pessoa que é técnica numa instituição de apoio, alguém que tem outro tipo de perfil (Jornalista 3, Público, 25/02/2019).

Outra fala das jornalistas de Portugal que coincide com os resultados da nossa análise dos textos é a de que não é dada uma ênfase tão grande nas questões das efemérides, embora sejam produzidos materiais. Estes resultados se assemelham aos de Cerqueira (2012), que analisou por mais de 30 anos como os jornais portugueses cobriam o Dia Internacional da

Mulher. Verificamos que o enquadramento dado pelo jornal Público é predominantemente temático e o da Folha de S. Paulo é mais episódico.

Para as jornalistas há uma dificuldade das pessoas em Portugal em reconhecer um movimento feminista, mas as associações como UMAR, Associação Plano i e os coletivos mais recentes como A Coletiva comprovam a existência de um movimento atuante. As jornalistas portuguesas também fazem um comparativo com o movimento feminista brasileiro, ao relatar que no Brasil há mais manifestações nas ruas, como a Marcha das Vadias. “A Marcha das Galdérias, acho que no jornal usamos o material da Agência LUSA, mas não tem a mesma expressão do Brasil, por exemplo, lá no Brasil é um movimento, é um segmento do movimento feminista que aqui não tem” (Jornalista 3, Público, 25/02/2019).

Encerramos as análises das entrevistas e passaremos para as considerações finais.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando escolhemos o período a ser analisado ainda havia pouca literatura para mostrar que seria essa uma nova onda do movimento feminista, debate presente nas autoras internacionais como Chamberlain (2017) e Cochrane (2013), e nas brasileiras Matos (2014), Hollanda (2018) e Perez e Ricoldi (2018). Em nossa análise tanto dos jornais quanto das entrevistas com as ativistas ficou muito claro os aspectos que marcam a nova onda feminista, desde a priorização dos coletivos, a efervescência do ativismo digital, a luta contra o assédio, a cultura do estupro e a violência doméstica e de gênero; as questões interseccionais de raça, classe, entre outras; a participação política das mulheres e as questões da sexualidade. Há um aumento do ativismo feminista em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil e em Portugal. Essa realidade reforça a pertinência de investigar a representação do feminismo nos jornais dos dois países.

No caso brasileiro, como apontou Matos (2014) e Perez e Ricoldi (2018), houve um avanço das relações do feminismo com o Estado, algo que pode ser confirmado com o avanço no número de mulheres ocupando cargos públicos e formulando políticas públicas, principalmente no governo do Partido dos Trabalhadores entre 2003 e 2016. Mas o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff marca um novo ciclo, com uma estagnação em relação às implementações de políticas e pautas feministas.

A quarta onda usa a tecnologia, é tecnológica, busca uma mudança política mais ampla, desacredita das instituições pré-estabelecidas, tem uma ampla preocupação com as desigualdades, confronta o sexismo cultural, luta contra o assédio e a cultura do estupro e algumas mulheres criam campanhas a partir de suas experiências individuais. Mais mulheres se identificam como feministas e surgem os coletivos, com atuação *on-line* e nas ruas, grupos sem liderança, há feminismos plurais e pautas diversas que se inter-relacionam. Entretanto, percebemos que embora se fale muito no feminismo hoje das questões interseccionais de raça, gênero, classe, idade, os jornais não refletem essa pluralidade na escolha das entrevistadas usadas como fontes e em suas imagens nas quais o perfil é o de mulher branca, de classe média e geralmente com nível superior. Nas imagens são raras as vezes em que aparecem mulheres negras ou indígenas, por exemplo. Embora não tenhamos categorizado as imagens de acordo com o fenótipo, uma continuidade da nossa pesquisa poderia englobar esses aspectos.

Ainda em relação às pautas atuais, ao observarmos a questão do aborto percebemos que há uma abordagem diferente nos jornais dos dois países. Para o jornal brasileiro Folha de S. Paulo é um tema evitado, raramente mencionado. Já no jornal Público de Portugal, país que

despenalizou o aborto em 2007, o tema é mais frequente e o fato é muito lembrado pelas ativistas. No Brasil ainda parece que a temática é evitada no jornalismo da Folha de S. Paulo.

Nossa tese tem como enfoque principal a relação entre a mídia e o movimento feminista. Nesse sentido, apontamos estudos que abordam a sub-representação da mulher na mídia e os poucos avanços na forma de retratar as mulheres nos jornais. Estudos comparam como as mulheres com os mesmos cargos públicos de homens são retratadas na mídia, mostrando que as mulheres tem significativamente menos cobertura que eles. A idade das mulheres, o estado civil e a aparência física, são rotineiramente comentados em notícias políticas.

Sabemos que ao representar a divisão convencional dos papéis de gênero na mídia, mulher e homem, de forma hierárquica e patriarcal, dando valor preponderante ao gênero masculino, colocando o espaço da mulher como o privado e dos homens como o público, a mídia pode contribuir na propagação de visões de mundo que tendem a reforçar as hierarquias já existentes socialmente e que o movimento feminista busca derrubar. Mas reconhecemos que há uma luta constante dos contra-públicos nas questões de dominação e visibilidade buscando ter suas vozes e perspectivas publicizadas.

Entendemos que a mídia reflete a realidade que a cerca e também desempenha uma função ativa na reprodução de práticas sociais e que os meios de comunicação ao naturalizarem o modelo sexista e reproduzi-lo de forma acrítica contribuem para reforçá-lo. Ao representar o mundo da política como um espaço especializado, restrito a poucos e predominantemente masculino a mídia reforça preconceitos e exclui mulheres e membros de outros grupos subalternos. Ao não reconhecer o movimento feminista e as pautas feministas como políticas, os jornais agem despolitizando discursivamente, naturalizando e normalizando as assimetrias e temas que muitas vezes embora digam respeito ao privado são temas políticos.

Em nossa tese percebemos como os movimentos sociais e as associações cívicas buscam ampliar sua influência, atingindo diferentes agendas, no caso, como o movimento feminista consegue visibilidade na mídia, listamos os movimentos sociais, coletivos e os eventos noticiados nos jornais estudados. Ao analisar a cobertura jornalística, nossas hipóteses de que haveriam mais semelhanças do que diferenças entre o jornalismo de Portugal e do Brasil, e que o movimento seria noticiado de forma estereotipada e rotulada negativamente, foram parcialmente comprovadas.

Ao realizar a Análise de Enquadramento Multimodal, uma análise dos diferentes aspectos da notícia: imagem, narrativa e *frame*; verificamos que o volume de notícias com a palavra feminista é mais frequente no jornal do Brasil do que no de Portugal. Também

constatamos que, no período de cinco anos analisados de 2013 a 2018, houve uma retomada das manifestações feministas, a explosão parece ter ocorrido em 2018, quando a quantidade de notícias aumenta significativamente. Muitas delas relacionadas a ativismos *on-line*, como as manifestações contra o candidato à presidência do Brasil, Jair Bolsonaro, e o assassinato da feminista Marielle Franco, mas com ênfase principalmente nas discussões sobre assédio, estupro e violência.

Dois aspectos não confirmam totalmente nossa hipótese da semelhança: o tema e o enquadramento predominante nos textos. O tema principal na Folha de S.Paulo é o próprio ‘Movimento social’ e o segundo tema é ‘Cultura e artes’ e no Público os dois principais temas são os mesmos, mas aparecem na ordem inversa. É válido lembrar que muitas vezes o movimento usa artifícios para chamar a atenção, como manifestações, campanhas e ações espetacularizadas, mas se a tônica dos jornais for naturalizar as reivindicações, como já citamos, há uma despolitização discursiva. Em relação ao tema de gênero predominante, nos dois jornais foi o mesmo, a situação de desigualdade das mulheres.

A análise dos enquadramentos descortina a maior diferença, na Folha de S. Paulo predomina o enquadramento ‘Episódico’ dos textos e no Público o enquadramento predominante é o ‘Temático’. O predomínio do enquadramento episódico mostra uma abordagem mais superficial do jornalismo brasileiro, enquanto o enquadramento temático presente nas matérias portuguesas mostra que os assuntos foram abordados de maneira mais aprofundada, com um viés mais amplo dos acontecimentos retratados, mais detalhados e não focados em um acontecimento único, já que o enquadramento episódico apenas relata o fato, sem contextualizá-lo ou sem oferecer explicações detalhadas.

As semelhanças entre os dois jornais estão no fato dos textos serem escritos em sua maioria por jornalistas mulheres, e também no fato da maior parte das fontes mais valorizadas no jornalismo (profissionais, oficiais e especialistas) serem homens, mostrando que o jornalismo espelha e reforça as assimetrias de gênero. Também verificamos que embora haja uma baixa pluralidade de fontes, ocorre com frequência a citação de associações e coletivos. Sendo que o jornal brasileiro enfatiza os coletivos e manifestações digitais enquanto o jornal português valoriza as associações mais tradicionais, embora também cite casos de manifestações digitais. Mas, em ambos os jornais verificamos que as mulheres negras têm pouca voz.

A transnacionalização apareceu com mais ênfase no jornalismo português que usa mais fontes estrangeiras tanto da Europa quanto do Brasil, bem como as notícias do Brasil que são cotidianas no jornalismo de Portugal, um dos vários resquícios da colonização. Também

verifico nos textos do Público a preocupação com o contexto político atual do Brasil e o temor dos reflexos desses retrocessos em Portugal. Há a citação das manifestações atuais como a Marcha das Vadias cuja influência foi mais forte no Brasil do que em Portugal, com diversas citações. Também mencionam a Greve Feminista Internacional da Espanha em 2018 e 2019, e em Portugal em 2019.

A análise das imagens mostrou que há uma evolução positiva na forma com que o jornalismo trata o feminismo na quarta onda. Na maioria das imagens dos dois jornais, as personagens nos textos são retratadas no espaço público, o que mostra uma evolução na forma de enquadrar as imagens sobre o movimento feminista em relação a estudos como o de Cerqueira (2012). Entretanto, nos textos com fotografias ou fotomontagens da Folha de S. Paulo as mulheres são representadas individualmente, o que pode ser interpretado como um feminismo individual, que não tem a força de um movimento social, ou a importante união de um grupo. Outro aspecto positivo nas fotografias e fotomontagens dos dois jornais é que o posicionamento mais frequente é aquele que representa a mulher empoderada, ou seja, aquele que mostra uma mulher ativa, determinada e capaz de lutar.

O plano mais usado nas imagens é o médio nos jornais dos dois países, o que indica uma ausência de proximidade física, e a presença do distanciamento aos olhos do observador. Neste sentido podemos pensar em uma ideia de distanciamento dos grupos de mulheres com a sociedade, indicando uma distância do movimento feminista em relação à sociedade.

O terceiro aspecto da análise multimodal foi a análise da narrativa. Ao medir o grau de narratividade verificou-se que há o predomínio de textos com dramatização tanto no jornal do Brasil quanto no de Portugal. Já a ‘emoção’ não foi um recurso narrativo muito utilizado nos textos sobre o movimento feminista. Em relação ao tom da narrativa, tanto na Folha de S. Paulo quanto no Público predominou o tom positivo, o que mostra que neste período analisado da quarta onda feminista, diferentemente dos períodos anteriores analisados em outros estudos (SARMENTO, 2017; CERQUEIRA, 2012), prevaleceu uma forma mais positiva de retratar as temáticas do movimento feminista.

Em relação aos traços que caracterizam as mulheres, conforme apresentados, verificamos que há um discurso predominante da mulher caracterizada como empoderada em 28,2% dos textos da Folha de S. Paulo e em 14,7% dos textos do Público, esse resultado complementa o posicionamento predominante nas imagens que também foi o de mulheres empoderadas.

A segunda fase da tese, que consistiu na realização das entrevistas com ativistas e jornalistas dos dois países, foi fundamental para uma compreensão mais ampla do relacionamento do jornalismo com o feminismo. Nas falas das ativistas portuguesas notamos a preocupação com as questões políticas e sociais do Brasil.

Os temas mais frequentes da quarta vaga em Portugal são a violência no namoro, as diferenças salariais, o assédio sexual, a violência contra a mulher, as questões da justiça machista que culpabiliza as vítimas e as questões LGBTI. As conquistas mais recentes são os avanços na legislação quanto ao tratamento do feminicídio e à despenalização do aborto.

No Brasil as conquistas recentes na legislação, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, são motivos de orgulho das feministas brasileiras e são usadas na comparação com as leis mais avançadas pelas feministas de Portugal. Entretanto, as ativistas demonstram uma grande preocupação com os retrocessos na legislação, no Brasil essa preocupação é maior, tendo em vista o caráter conservador do atual governo que conta com a ministra Damare Alves na pasta da Mulher, Família e Direitos Humanos. Ela que já se posicionou contra o aborto em qualquer circunstância, inclusive nos casos já previstos na legislação brasileira.

As entrevistas mostraram o quanto a causa feminista atual está ligada às lutas contra as violências e opressões sofridas pelas mulheres e como o jornalismo tem retratado esses temas. As ativistas reconhecem uma nova fase do feminismo, algumas usam a expressão quarta onda, a questão da internacionalização fica evidente nas falas, da forma com que as temáticas ultrapassam fronteiras, como exemplo as denúncias de estupro e assédio feitas na campanha *#MeToo*.

Percebemos que o movimento feminista hoje, como já diz a literatura, é formado por feminismos, pautas diversas, interseccionais e transversais. Entretanto, a maioria das mulheres entrevistadas eram mulheres brancas, há uma que se autodeclara parda, uma negra e uma amarela. Como já apontamos um desdobramento interessante da nossa pesquisa seria envolver as questões interseccionais e a falta dessa abordagem no jornalismo.

Em relação à atuação das jornalistas entrevistadas, as profissionais que têm uma preocupação com as desigualdades de gênero e que escrevem sobre o movimento feminista se veem como exceção entre os demais profissionais. Relatando que no geral, o jornalismo não se preocupa em dar mais voz às mulheres e entrevistá-las mais como profissionais e menos como cidadãs comuns. Algumas das jornalistas se auto denominam feministas e dizem usar o seu trabalho como forma de lutar pela igualdade entre homens e mulheres. As preocupações profissionais das jornalistas são muito semelhantes entre as brasileiras e as portuguesas.

O relacionamento das ativistas com a imprensa é mais próximo em Portugal e mais distante no Brasil, mas não há estratégia de comunicação e profissionalização da comunicação por parte das associações e coletivos dos dois países. Uma inovação do jornal brasileiro é a editoria Diversidade criada em 2019 com o objetivo de dar mais pluralidade às fontes. Como relatam as jornalistas e as ativistas, as efemérides são ainda datas fundamentais para trazer o debate do feminismo no jornalismo, desde o Dia Internacional das Mulheres e manifestações programadas.

Também é importante ressaltar a preocupação das jornalistas brasileiras em concederem uma entrevista sobre essa temática e o medo de sofrerem alguma retaliação ao serem identificadas na tese.

Enfim, percebemos avanços em relação ao retrato do movimento feminista em dois jornais que são considerados veículos de comunicação de qualidade nos dois países, sabemos que esses resultados não se aplicam a veículos mais populares e sensacionalistas, além das representações em outras mídias como na televisão, no rádio e na *internet*. Dessa forma, a luta das mulheres pela igualdade de direitos permanece e ainda há um longo caminho a ser percorrido.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Miguel Ângelo. Porque “não está tudo feito”, elas criaram o primeiro grupo feminista da Academia do Porto. **Público**, Lisboa, 01 maio 2018. Disponível em <http://bit.ly/2OUcxrr>. Acesso em 10 fev. 2020.

AFP, Agência. Feministas despem-se em Notre Dame para festejar saída do Papa. **Público**, Lisboa, 12 fev. 2013. Disponível em <http://bit.ly/2Z0YBLZ>. Acesso em 10 fev. 2020.

ALMEIDA, Carla Cecília; LÜCHMANN, Lígia; RIBEIRO, Ednaldo A. Associativismo e representação política feminina no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 8, p. 237-263, mai./ago. 2012.

ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p. 13-56, jul./dez. 2014.

ALVES, José Eustáquio; CAVENAGHI, Suzana Mart; CARVALHO, Angelita Alves de; SOARES, Maira Covre Sassai Diniz. Meio século de feminismo e o empoderamento das mulheres no contexto das transformações sociodemográficas do Brasil. *In*: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (Orgs.). **50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos**. São Paulo: Edusp, 2017. p. 15-54.

ALVES, Magda; SANTOS, Ana Cristina; BARRADAS, Carlos; DUARTE, Madalena. **A despenalização do aborto em Portugal — discursos, dinâmicas e acção colectiva: Os referendos de 1998 e 2007**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais (CES), Oficina do CES n.º 320, jan. 2009.

AMÂNCIO, Lígia; OLIVEIRA, João Manuel de. Ambivalências e desenvolvimentos dos estudos de género em Portugal. **Faces de Eva**, Lisboa, n. 32, p. 23-42, 2014.

ARAÚJO, Clara. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso de mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 567-584, 2010.

ARÚS, Marta Bach; RUFÍAS, Elvira Altés; AYALA, Joana Gallego; CALDERÓN, Marta Plujà; MOLLET, Montserrat Puig. **El sexo de la noticia: reflexiones sobre el género en la información y recomendaciones de estilo**. Barcelona: Icaria, 2000.

AVELAR, Lúcia; RANGEL, Patrícia. Como as mulheres se representam na política? Os casos da Argentina e do Brasil. *In*: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (Orgs.). **50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos**. São Paulo: Edusp, 2017. p. 255-300.

AYERRA, Carolina. Participation and Access of Women to the Media, and Information and Communication Technologies and Their Impact on and Use as an Instrument for the Advancement and Empowerment of Women. *In*: UN COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN, 47th session, 3 - 14 mar. 2003, New York. **Written statement**. New York: United Nations, 2003.

AZAMBUJA, Kátia Carolina Meurer. **Veja**: há 40 anos construindo a imagem das mulheres na política. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

AZMINA, Instituto. Disponível em <https://azmina.com.br/>. Acesso em 10 fev. 2020.

BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 659-688, mai./ago. 2013.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Feminismos Subalternos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1035-1054, set./dez. 2017.

BARATA, Clara. Contra o fascista Bolsonaro, elas marcharam pela democracia. **Público**, Lisboa, 29 set. 2018. Disponível em <http://bit.ly/2TzBlnp>. Acesso em 10 fev. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRIO, Javier Martín Del. A união da esquerda em Portugal derruba o governo após 11 dias. **El país**, 10 nov. 2015. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/10/internacional/1447163521_451245.html. Acesso em 29 mar. 2019.

BATESON, Gregory. **Steps to an ecology of mind**: collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology. Northvale: Aronson, 1987.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: Fatos e Mitos. 4ª ed. Rio de Janeiro: Difusão Européia do Livro, 1970. v.1.

BEBIANO, Adriana; RAMALHO, Maria Irene. A Revista Crítica de Ciências Sociais e o Feminismo (1978-2017). **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. especial, p. 71-114, 2018.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018. v. 1.

BIROLI, Flávia. Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 90, p. 45-69, 2010.

BIROLI, Flávia. Teorias feministas da política, empiria e normatividade. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 102, p. 173-210, 2017.

BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (Orgs.). **50 Anos de Feminismo**: Argentina, Brasil e Chile: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos. São Paulo: Edusp, 2017. p. 65-98.

BLUMER, Herbert. Social Movements. In: LYMAN, Stanford M. (Ed.). **Social Movements: Critiques, Concepts, Case-studies**. London: Palgrave Macmillan, 1995. p. 60-83.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 2010.

BORDT, Rebecca L. How alternative ideas become institutions: The case of feminist collectives. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 26, n. 2, p. 132-155, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (1943)**. Brasília, DF: Presidência da República, 1943. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em 09 nov. 2019.

BRASIL. Constituição ([1988] 2016). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 09 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.504**, de 30 setembro de 1997. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm. Acesso em 10 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.104**, de 09 março de 2015. Brasília, DF: Presidência da República, 2015a. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm. Acesso em 10 fev. 2020.

BRASIL. Mulheres ocupam Brasília na primeira Marcha Nacional das Mulheres Negras. **Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)**, Brasília, DF, 18 nov. 2015b. Disponível em https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_seppir/noticias/mulheres-ocupam-brasilia-na-primeira-marcha-nacional-das-mulheres-negras. Acesso em 10 fev. 2020.

BRASIL. Projeto de Lei nº 5.069, de 27 fevereiro de 2013. Autor: Eduardo Cunha. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 27 fev. 2013. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565882>. Acesso em 10 fev. 2020.

BRASIL. Projeto de Lei nº 478, de 19 março de 2007. Autor: Luiz Bassuma e Miguel Martini. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 20 mar. 2007. Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=770928. Acesso em 10 fev. 2020.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Vitoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p.77-101, 2006.

CALDWELL, Kia Lilly. **Negras in Brazil**: Re-envisioning Black Women, Citizenship, and the Politics of Identity. New Brunswick: Rutgers University Press, 2007.

CAMERA, Mário. Feminismo do #MeToo é ofensivo aos homens, diz Catherine Millet. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 15 jan. 2018. Disponível em <http://bit.ly/30zBDNI>. Acesso em 10 fev. 2020.

CAMPOS, Luiz Augusto. A identificação de enquadramentos através da análise de correspondências: um modelo analítico aplicado à controvérsia das ações afirmativas raciais na imprensa. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 377-406, 2014.

CARMO, Isabel do; AMÂNCIO, Lígia. **Vozes Insubmissas**: A história das mulheres e dos homens que lutaram pela igualdade dos sexos quando era crime fazê-lo. Lisboa: D. Quixote, 2004.

CARVALHO, Anabela. Media (ted) discourse and society: Rethinking the *framework* of critical discourse analysis. **Journalism studies**, v. 9, n. 2, p. 161-177, 2008.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 2. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000. v. 2.

CERQUEIRA, Carla P. B. **Quando elas (não) são notícia**: Mudanças, persistências e reconfigurações na cobertura jornalística sobre o Dia Internacional da Mulher em Portugal (1975-2007). 2012. 572 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Minho, Braga, 2012.

CERQUEIRA, Carla P. B.; CABECINHAS, Rosa. La cobertura periodística del Día Internacional de las Mujeres en la prensa portuguesa: cambios, persistencias y reconfiguraciones. In: MARTINS, Rosana; HOLLANDA, Heloisa Buarque de; SATURNINO, Rodrigo (Eds.). **Miradas Periféricas**. Las Nuevas Epistemologías de la Comunicación en Brasil y en Portugal. Barcelona: InCom-UAB Publicacions (Universitat Autònoma de Barcelona, Institut de la Comunicació), 2016. p. 52–71.

CERQUEIRA, Carla P. B.; CABECINHAS, Rosa. A cobertura jornalística do Dia Internacional das Mulheres na imprensa portuguesa: mudanças, persistências e reconfigurações. **Revista Novos Olhares**, São Paulo, v. 4, n. 1, 2015. p. 37-51.

CERVI, Emerson U. Métodos quantitativos nas ciências sociais: uma abordagem alternativa ao fetichismo dos números e ao debate com qualitativistas. In: BOURGUIGNON, Jussara A (Org.). **Pesquisa Social**: reflexões teóricas e metodológicas. Ponta Grossa: Todapalavra, p. 125-143, 2009.

CHAÍÇA, Inês. No terceiro dia as manifestações contra sentença de La Manada juntaram 32 mil pessoas em Pamplona. **Público**, Lisboa, 29 abr. 2018. Disponível em <http://bit.ly/2YKIUNQ>. Acesso em 10 fev. 2020.

CHAMBERLAIN, Prudence. **The feminist fourth wave**: Affective temporality. London: Springer, 2017.

CHANTER, Tina. **Gênero**: conceitos-chave em filosofia. Porto Alegre: Artmed Editora, 2011.

CHONG, Dennis; DRUCKMAN, James N. Framing theory. **Annual Review of Political Science**, v. 10, p. 103-126, 2007.

COCHRANE, Kira. **All the rebel women**: The rise of the fourth wave of feminism. London: Guardian Books, 2013.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. 2. ed. New York: Routledge, 2002.

COSTA, Breno; SELIGMAN, Felipe; BORBA, Julia. 'Marcha das vadias' faz manifestação pelo fim violência contra a mulher no DF. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 22 jun. 2013. Disponível em <http://bit.ly/33TgNLb>. Acesso em 10 fev. 2020.

COSTA NETO, Antonio Gomes da. A denúncia de Cesáire ao pensamento decolonial. **Revista Eixo**, Brasília, v. 5, n. 2, 2016.

COVA, Anne; AMÂNCIO, Lúcia. O primeiro Congresso Feminista e da Educação em Portugal numa perspectiva comparada. *In*: CAMPOS, Ana (Org). **O longo caminho das mulheres: feminismos 80 anos depois**. Lisboa: D. Quixote, 2007.

CRENSHAW, Kimberlé W. Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, p. 139-167, 1989.

CULTO. Atrizes francesas criaram o seu movimento Time's Up. **Público**, Lisboa, 28 fev. 2018. Disponível em <http://bit.ly/2Milad8>. Acesso em 10 fev. 2020.

CUNHA, Bárbara Madruga. Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero. *In*: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DE DIREITO DA UFPR, 16, 2014, Curitiba. **Artigo...** Curitiba: UFPR, 2014. Disponível em <http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-B%C3%A1rbara-Cunha-classificado-em-7%C2%BA-lugar.pdf>. Acesso em 29 mar. 2019.

CYPRIANO, Breno. As epistemologias dissidentes e o pensamento feminista latino-americano. *In*: MARQUES, Danusa; REZENDE, Daniela; MANO, Maíra Kubík; SARMENTO, Rayza; FREITAS, Viviane Gonçalves (Orgs.). **Feminismos em rede**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019. p. 51-72.

DA SILVA, Maria Regina Tavares. Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX. **Análise Social**, Lisboa, v. 19, n. 77/79, p. 875-907, 1983.

DAHL, Robert Alan. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 1997.

DANTAS, Miguel. Número de mortes por violência doméstica sobe para 35 só este ano. **Público**, Lisboa, 20 dez. 2019. Disponível em <https://www.publico.pt/2019/12/29/sociedade/noticia/homem-mata-companheira-cascais-fuga-1898736>. Acesso em 10 fev. 2020.

DEAN, Jonathan; AUNE, Kristin. Feminism resurgent? Mapping contemporary feminist activisms in Europe. **Social Movement Studies**, v. 14, n. 4, p. 375-395, 2015.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). *In*: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009. p. 173-178.

DESCARRIES, Francine. Teorias feministas: liberação e solidariedade no plural. **Textos de história**, Brasília, v. 8, n. 1/2, p. 9-44, 2000.

DIETZ, Mary G. Current controversies in feminist theory. **Annual review of political science**, v. 6, n. 1, p. 399-431, 2003.

DINIZ, Pedro. Pré-candidatos buscam consultores de imagem para palanque fashion. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 13 mai. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/pre-candidatos-buscam-consultores-de-imagem-para-palanque-fashion.shtml>. Acesso em 07 nov. 2019.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

DRUMMOND, Daniela. A visibilidade da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na imprensa estadual (2010-2011). In: MARQUES, Francisco P J; CERVI, Emerson; MONT'ALVERNE, Camila; CARVALHO, Fernanda (orgs.). **Estudos sobre Jornalismo Político**. Curitiba: CPOP, 2018, v. 1, p. 123-148.

EFE, Agencia. Portugal bate recorde de estrangeiros residentes; brasileiros são maioria. **UOL**, São Paulo, 28 jun. 2019. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2019/06/28/portugal-bate-recorde-de-estrangeiros-residentes-brasileiros-sao-maioria.htm>. Acesso em 07 nov. 2019.

EFE, Agencia. Silvio Berlusconi vota em Milão em meio a protesto feminista. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 24 fev. 2013. Disponível em <http://bit.ly/2PbLEzA>. Acesso em 10 fev. 2020.

EIGE, European Institute for Gender Equality. Disponível em <https://eige.europa.eu/gender-equality-index/2020>. Acesso em 10 fev. 2020.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. (Org.). **Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. A contribuição do olhar feminista. **Revista InTexto**, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 1-11, 1998.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D.; MESSA, Márcia Rejane. Os estudos de gênero na pesquisa em comunicação no Brasil. **Contemporânea**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 65-82, 2006.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D.; SIFUENTES, Lírian; SILVEIRA, Bruna R.; OLIVEIRA, Janaína C.; BRAUN, Helen G. Mídia e identidade de mulheres destituídas: uma discussão metodológica. **Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica**, São Paulo, n. 23, p. 153-164, 2012.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; NASSIF, Bárbara; VANUZZI, Cristina; PIRES, Mariana; REIS, Pedro Henrique. A temática das relações de gênero nos estudos de comunicação. **Logos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 162-185, 2003.

ESTARQUE, Marina. Em São Paulo, mulheres fazem manifestação por igualdade e contra Temer. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 08 mar. 2018. Disponível em <http://bit.ly/2NzOTyf>. Acesso em 10 fev. 2020.

ESTEVES, João. **Mulheres e Republicanismo (1908 - 1928)**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FALUDI, Susan. **Backlash: the undeclared war against american women**. New York: Crown Publishers, 1991.

FIADEIRO, Maria Antónia. **Cronologia da luta das mulheres**. Lisboa: LDM, 1989.

FIDALGO, Marta Véstia. **Menina e Moça: Um Ideal de Formação Feminina (1960-1970)**. Lisboa: Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2002.

FINAMORE, Claudia Maria; CARVALHO, João Eduardo Coin de. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 347-362, 2006.

FLICK, Uwe. **Métodos qualitativos na investigação científica**. Lisboa: Edição Monitor, 2005.

FLOR, Aline. “É violação, não é sedução.” Porto protesta contra sentença do tribunal. **Público**, Lisboa, 26 set. 2018a. Disponível em <http://bit.ly/2OUkddn>. Acesso em 10 fev. 2020.

FLOR, Aline. #MeToo em Portugal? Temos “uma forma mais formiguinha” de fazer a luta. **Público**, Lisboa, 05 out. 2018b. Disponível em <http://bit.ly/306EDkC>. Acesso em 10 fev. 2020.

FOLHA DE S.PAULO. Folha cria editoria com missão de estimular diversidade em reportagens. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 28 abr. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/folha-cria-editoria-com-missao-de-estimular-diversidade-em-reportagens.shtml> . Acesso em 10 fev. 2020.

FOLHA DE S.PAULO. Mulheres contornam censura na China com '#MiTu'. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 10 ago. 2018. Disponível em <http://bit.ly/2L1eTRv>. Acesso em 10 fev. 2020.

FOLHA DE S.PAULO. Mulheres fazem manifestação contra projeto do Congresso no centro de SP. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 30 out. 2015. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/10/1700738-mulheres-protestam-contra-projetos-do-congresso-av-paulista-e-bloqueada.shtml>. Acesso em 10 fev. 2020.

FOLHA DE S.PAULO. No Dia da MPB, saiba mais sobre Chiquinha Gonzaga, pioneira da música nacional. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 21 jan. 2020. Disponível em <https://bit.ly/3w9IKxF>. Acesso em 21 fev. 2020.

FOLHA DE S.PAULO. Folha cresce e lidera circulação entre os jornais do país em 2019. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 17 out. 2016. Disponível em <http://bit.ly/2NIPU7p>. Acesso em 10 fev. 2020.

FOLLADOR, Kellen J. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. **Revista fato&versões**, n. 2, v. 1, p. 3-16, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Power/Knowledge: selected interviews and other writings 1972-1977**. Inglaterra: Harvester Press, 1980.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. *In*: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009. p. 144-149.

FRASER, Nancy. **O feminismo, o capitalismo e astúcia da história**. Mediações, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, jul./dez. 2009.

FRASER, Nancy. Repenser la sphère publique: une contribution à la critique de la démocratie telle qu'elle existe réellement, extrait de Habermas and the public sphere, sous la direction de Graig Calhoun. **Revue Hermès**, n. 31, p. 125-156, 2001.

GAMSON, William A. **Talking politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

GAMSON, William A.; MODIGLIANI, Andre. Media discourse and public opinion on nuclear power: A constructionist approach. **American journal of sociology**, v. 95, n. 1, p. 1-37, 1989.

GAMSON, William; MODIGLIANI, Andre. The changing culture of affirmative action. **Research in Political Sociology**, v. 3, p. 137-177, 1987.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Eds.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 64-89.

GENESTRETI, Guilherme. Marcha no tapete vermelho de Cannes pede igualdade de gêneros no cinema. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 12 mai. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/05/marcha-no-tapete-vermelho-de-cannes-pede-igualdade-de-generos-no-cinema.shtml>. Acesso em 07 nov. 2019.

GEP, Gabinete de Estratégia e Planejamento (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social). Disponível em <http://www.gep.mtsss.gov.pt/-/8-de-novembro-dia-nacional-da-igualdade-salarial-2019>. Acesso em 20 nov. 2019.

GILL, Rosalind. **Gender and the media**. Cambridge: Polity, 2007.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching**: Mass media in the making and unmaking of the new left. Berkeley: University of California Press, 2003.

GMMP, Global Media Monitoring Project. **Who Makes the News?** Global Media Monitoring Project 2015. London: World Association for Christian Communication – WACC, 2015. Disponível em <https://www.rcmediafreedom.eu/Publications/Reports/Who-makes-the-news-Global-Media-Monitoring-Report-2015>. Acesso em 10 fev. 2020.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis**. An Essay on the Organization of Experience. Boston: Northeastern University Press, 1974.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 433-447, 2014.

GOMES, Kathleen. “Fora Cunha!”, o grito feminista contra o Brasil conservador. **Público**, Lisboa, 29 out. 2015. Disponível em <http://bit.ly/308ThI8>. Acesso em 10 fev. 2020.

GOMES, Kathleen. O que as mulheres brasileiras pensam sobre o governo masculino de Michel Temer. **Público**, Lisboa, 18 maio 2016. Disponível em <http://bit.ly/301bE1m>. Acesso em 10 fev. 2020.

GONÇALVES, Eliane; PINTO, Joana Plaza. Reflexões e problemas da "transmissão" intergeracional no feminismo brasileiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 36, p. 25-46, 2011.

GONZAGA, Yuri. Gamers e feministas se enfrentam ao redor do caso ‘gamergate’; entenda. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 11 nov. 2014. Disponível em <http://bit.ly/33Xk4Jt>. Acesso em 2 ago. 2019.

GOSS, Karine Pereira; PRUDÊNCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Em Tese**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 75-91, 2004.

GRAAL. Lisboa, 2020. Disponível em <http://www.graal.org.pt/>. Acesso em 10 fev. 2020.

GROSSI, Miriam Pillar. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. especial, p. 211-221, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HARAWAY, Donna J. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Antropologia do Ciborgue: As Vertigens do Pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HARDING, Sandra. Gênero, democracia e filosofia da ciência. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.163-168, jan./jun. 2007.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo/Brasília: Editora Sumaré/Anpocs/Capes, 1999. vol. 2: Sociologia. p. 183-221.

HENRIQUES, Joana Gorjão; MOUTINHO, Vera. Vera, 23 anos, ao comando de um rancho de homens. **Público**, Lisboa, 29 jun. 2014. Disponível em <http://bit.ly/2Z3DVTN>. Acesso em 10 fev. 2020.

HERTOG, James K.; MCLEOD, Douglas. A multi-perspectival approach to framing analysis: A field guide. In: REESE, Stephen D.; GANDY JR., Oscar H.; GRANT, August E. (Eds.). **Framing public life: Perspective on media and our understanding of the social world**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2001, p. 139-161.

HIGH-PIPPERT, Angela. A Million Moms, MADD Mothers, and Feminists: Media Coverage of Women Activists. In: CARILLI, Theresa; CAMPBELL, Jane (Eds.). **Women and media – diverse perspectives**. Lanham: University Press of American, 2005. p. 199- 211.

HOLLANDA, Heloísa Buarque. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOOKS, Bell. **Feminist Theory: From margin to center**. Boston: South End Press, 1984.

HOOKS, Bell. Sisterhood: political solidarity between women. In: WEISS, Penny A.; FRIEDMAN, Marilyn (Eds.). **Feminism and community**. Philadelphia: Temple University Press, 1995. p. 293-315.

HUDDY, Leonie. Feminists and feminism in the news. In: NORRIS, Pippa (Ed.). **Women, media, and politics**. New York: Oxford University Press, 1997. p. 183-204.

IYENGAR, Shanto. **Is anyone responsible?: How television frames political issues**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

KELLY, Liz; BURTON, Sheila; REGAN; Linda. Researching women's lives or studying women's oppression? Reflections on what constitutes feminist debate. In: MAYNARD, Mary; PURVIS, June (Eds.). **Researching Women's Lives from a Feminist Perspective**. (Gender & Society: Feminist Perspectives on the Past & Present). Londres: Taylor & Francis, 1994. p. 27-48.

KING, Deborah K. Multiple Jeopardy, Multiple Consciousness: The Context of a Black Feminist Ideology. **Signs**, v. 14, n. 1, p. 42-72, 1988.

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. **Reading images: The grammar of visual design**. 2. ed. London: Routledge, 2006.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 41-47, 1986.

LACY, Stephen; ROSENSTIEL, Tom. **Defining and measuring quality journalism**. New Brunswick: Rutgers School of Communication and Information, 2015.

LEITE JUNIOR, Emanuel. Afinal, o que é a “geringonça” portuguesa?. **Viomundo**. 11 abr. 2019. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/politica/geringonca-nas-eleicoes-de-portugal-entenda.html>. Acesso em 25 mar. 2019.

LICHBACH, Mark I.; ZUCKERMAN, Alan S. Research traditions and theory in comparative politics: An introduction. *In*: _____ (Eds.). **Comparative politics: Rationality, culture, and structure**. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1-16, 1997.

LINCOLN, Yvonna S.; GUBA, Egon G. **Naturalistic Inquiry**. California: Sage Publications, 1985.

LOOMBA, Ania. **Colonialism/Postcolonialism: the new critical idiom**. 2. ed. New York: Routledge, 2005.

LOPES, Felisbela. Uma proposta de um modelo taxonómico para a classificação de fontes de informação. **Observatorio (OBS*) Journal**, Lisboa, v. 10, n. 4, p. 180-191, 2016.

LUCAS, Isabel. Elif Shafak: “É possível sonhar em mais do que uma língua. Recuso categorias nacionais”. **Público**, Lisboa, 13 fev. 2015. Disponível em <http://bit.ly/2YOS2B5>. Acesso em 10 fev. 2020.

LUCAS, Isabel. Uma geração na esquina entre o talento e o dinheiro. **Público**, Lisboa, 05 set. 2014. Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/09/05/culturaipsilon/entrevista/meg-wolitzer-1668324> Acesso em 10 fev. 2020.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *In*: HOLLANDA, **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008.

LUNA, Naara. A controvérsia do aborto ea imprensa na campanha eleitoral de 2010. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 367-391, 2014.

MACÉ, Éric. **Les imaginaires médiatiques: une sociologie postcritique des médias**. Paris: Éditions Amsterdam, 2006.

MAGALHÃES, Mara; MARÔPO, Lidia; AMARAL, Inês. Ativismo feminista no Facebook: uma análise comparada das páginas Não me Kahlo (Brasil) e Capazes (Portugal). **Mediapolis – Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público**, n. 7, p. 31-46, 2018.

MAGALHÃES, Maria José. **Movimento Feminista e Educação: Portugal, décadas de 70 e 80**. Oeiras: Celta Editora, 1998.

MAIA, Rousiley C. M. Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 76, p. 87-118, 2009a.

MAIA, Rousiley C. M. Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razões. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 2, p. 303-340, 2009b.

MAIGRET, Éric. **Sociologia da comunicação e das mídias**. São Paulo: Editora Senac, 2010.

MAIGRET, Éric; MACÉ, Éric. **Penser les médiacultures**: nouvelles pratiques et nouvelles approches de la représentation du monde. Paris: Armand Colin, 2005.

MANTOVANI, Denise Maria. Eleições 2010: como os enquadramentos e as vozes organizaram os limites da controvérsia do aborto. **Revista Compólitica**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 71-94, 2013.

MANTOVANI, Denise. Mídia e estereótipo: as representações da diversidade social no discurso jornalístico. *In*: MARQUES, Danusa; REZENDE, Daniela; MANO, Maíra Kubík; SARMENTO, Rayza; FREITAS, Viviane Gonçalves (Orgs.). **Feminismos em rede**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019. p. 167-192.

MARENCO, André; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 93-113, 2007.

MARIANO, Lília Dias. Feminismo protestante. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque. **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 414-442.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 483-505, 2005.

MARTÍ, Silas. Marcha das Mulheres atrai milhares em cerca de 250 cidades dos EUA. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 20 jan. 2018a. Disponível em <http://bit.ly/2NGbCsi>. Acesso em 10 fev. 2020.

MARTÍ, Silas. Filha de Woody Allen quer que artistas se digam cúmplices em caso de assédio. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 18 jan. 2018b. Disponível em <http://bit.ly/2U9H9Eq>. Acesso em 10 fev. 2020.

MARTINEZ, Monica; LAGO, Cláudia; LAGO, Mara Coelho de Souza. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. ID22464, 2016.

MATOS, Marlise. A institucionalização acadêmica dos estudos de gênero e feministas na ciência política brasileira. *In*: AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos R. S.; BRAGA, Maria do Socorro (Orgs.). **A ciência política no Brasil: 1960-2015**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. p. 347-392.

MATOS, Marlise. A quarta onda feminista e o campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. *In*: ENCONTRO

ANUAL DA ANPOCS, 38, 2014, Caxambu. 2014. **Paper apresentado...** Caxambu: ANPOCS, 2014.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010.

MCLAUGHLIN, Lisa. Feminism, the public sphere, media and democracy. **Media, Culture & Society**, v. 15, n. 4, p. 599-620, 1993.

MCQUAIL, Denis. **McQuail's mass communication theory**. 5. ed. London: Sage Publications, 2005.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento em três sociedades primitivas**. 4. ed. São Paulo: Editora Perspectivas, 2000.

MENDES, Kaitlynn. 'Feminism rules! Now, where's my swimsuit?' Re-evaluating feminist discourse in print media 1968–2008. **Media, Culture & Society**, v. 34, n. 5, p. 554-570, 2012.

MENDES, Kaitlynn. Framing feminism: News coverage of the women's movement in British and American newspapers, 1968–1982. **Social movement studies**, v. 10, n. 1, p. 81-98, 2011a.

MENDES, Kaitlynn. Reporting The Women's Movement: News coverage of second-wave feminism in UK and US newspapers, 1968–1982. **Feminist Media Studies**, v. 11, n. 4, p. 483-498, 2011b.

MESQUITA, Mário. **A personagem jornalística, As Ciências da Comunicação na Viragem do Século, Comunicação e Linguagens**. Lisboa: Veja, 2002.

MEYER, David S. **Opportunities and identities: bridge-building in the study of social movements**. In: MEYER, David S.; WHITTIER, Nancy; ROBNETT, Belinda (Eds.). *Social Movements: Identity, Culture, and the State*. New York: Oxford University Press, 2002. p. 3-21.

MIGUEL, Luis Felipe. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 123-140, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. Gênero e política no jornalismo brasileiro. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 15, n. 36, p. 24 -39, 2008.

MILLETT, Kate. **Sexual politics**. 5. ed. New York: Columbia University Press, 2016.

MIRANDA, Giuliana. Número de brasileiros vivendo em Portugal cresce 23,4% em 2018. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 28 jun. 2019. Disponível em

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/06/numero-de-brasileiros-vivendo-em-portugal-cresce-234-em-2018.shtml>. Acesso em 2 ago. 2019.

MOHANTY, Chandra Talpade. **Feminism Without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity**. Durhan: Duke University Press, 2003.

MONASTERIO MARTÍN, Marta. *¿Es el feminismo uma teoria política o uma ética?* Madrid: Instituto Complutense de Estudios Internacionales, 2005.

MOTA-RIBEIRO, Silvana; PINTO-COELHO, Zara. *Imagens de mulheres na imprensa portuguesa*. In: CONGRESSO DA SOPCOM, 4, 2005, Aveiro. **Livro de Actas...** Aveiro: Universidade de Aveiro, 2005. p. 977-989.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise pragmática da narrativa jornalística*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2005.

MOUFFE, Chantal. **En torno a lo político**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

MOUFFE, Chantal. **The democratic paradox**. London: Verso, 2000.

MOYSÉS, Adriana. *Feministas chamam Deneuve e intelectuais de 'aliadas dos porcos'*. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 10 jan. 2018. Disponível em <http://bit.ly/34csNYC>. Acesso em 10 fev. 2020.

NADER, Maria Beatriz. *A condição masculina na sociedade*. **Dimensões – Revista de História da Ufes**, Vitória, n. 14, p. 461-480, 2002.

NEUENDORF, Kimberly A. *Content analysis—A methodological primer for gender research*. **Sex Roles: A Journal of Research**, v. 64, n. 3-4, p. 276-289, 2011.

NEVES, Sofia; FERREIRA, Mafalda; ABREU, Ana Luísa; BORGES, Janete. **Estudo Nacional sobre a Violência no Namoro em Contexto Universitário: Crenças e Práticas – 2017/2019**. Braga: Associação Plano i, 2019. Disponível em <https://unimais.wixsite.com/unimaisprograma/estudo-nacional-da-violencia-no-nam>. Acesso em 10 fev. 2020.

NEVES, Sofia. *Neto de Moura diz que casos que julgou “não são particularmente graves”*. **Recorde os processos**. **Público**, Lisboa, 09 mar. 2019. Disponível em <https://www.publico.pt/2019/03/09/sociedade/noticia/juiz-neto-moura-afirma-casos-violencia-domestica-julgou-nao-sao-particularmente-graves-1864761>. Acesso em 10 fev. 2020.

NEWMAN, Nic; FLETCHER, Richard; KALOGEROPOULOS, Antonis; NIELSEN, Rasmus Kleis. **Digital News Report 2019**. Reino Unido: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2019. Disponível em <https://www.digitalnewsreport.org/survey/2019/>. Acesso em 10 fev. 2020.

NOGUEIRA, Maria da Conceição O. C. *A teoria da interseccionalidade nos estudos de género e sexualidades: condições de produção de “novas possibilidades” no projeto de uma*

psicologia feminista crítica. *In*: BRIZOLA, Ana Lúcia Campos; ZANELLA, Andrea Vieira; GESSER, Marivete (Orgs.). **Práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos**. Florianópolis: Editora ABRAPSO, 2013. p. 227-248.

NOGUEIRA, Maria da Conceição O. C. **Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: feminismo e perspectiva crítica na psicologia social**. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 2001.

NOGUEIRA, Maria da Conceição O. C. Os discursos das mulheres em posições de poder. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 57-72, 2006.

OFFE, Claus. New Social Movements: Challenging the Boundaries of Institutional Politics. **Social Research**, v. 52, n. 4, p. 817-868, 1985.

OFFEN, Karen. Defining feminism: A comparative historical approach. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 14, n. 1, p. 119-157, 1988.

OLIVEIRA, João Manuel; AMÂNCIO, Lígia. Direitos das mulheres. *In*: MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa (Orgs.). **Dicionário da crítica feminista**. Porto: Edições Afrontamento, 2005. p. 38-40.

OLIVEIRA, Nielmar de. Mulher ganha em média 79,5% do salário do homem, diz IBGE. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 08 mar. 2019. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-03/mulheres-brasileiras-ainda-ganham-menos-que-os-homens-diz-ibge>. Acesso em 09 nov. 2019.

OLLIVIER, Michèle; TREMBLAY, Manon. **Questionnements féministes et méthodologie de la recherche**. Paris: Editions L'Harmattan, 2000.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. Raça, gênero e política na trajetória de uma mulher negra chamada Zeferina. *In*: ALMEIDA, Heloísa Buarque de; COSTA, Rosely Gomes; RAMÍREZ, Martha Celia; SOUZA, Érica Renata (Orgs.). **Gênero em matizes**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas a la dicotomía público/privado. *In*: DI STEFANO, Christine; FRIEDMAN, Marilyn; JAGGAR, Allison; OKIN, Susan Moller; PATEMAN, Carole; PHILLIPS, Anne; YOUNG, Iris Marion. **Perspectivas feministas en teoría política**, Barcelona: Paidós, 1996. p. 31-52.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PATEMAN, Carole. Soberania individual e propriedade na pessoa: democratização e um conto de dois conceitos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 1, p. 171-218, 2009.

PENA, Cristiana. **A revolução das feministas portuguesas: 1972-1975 – do “Processo das três Marias” à formação do MLM – Movimento de Libertação das Mulheres**. 2008. 215 p. Dissertação (Mestrado em Estudos sobre as Mulheres) – Universidade Aberta, Lisboa, 2008.

PENICHE, Andrea. Chegou a quarta vaga do feminismo, e veio para ficar. **Público**, Lisboa, 14 mar. 2019a. Disponível em <https://www.publico.pt/2019/03/14/sociedade/opiniao/chegou-quarta-vaga-feminismo-veio-ficar-1865378>. Acesso em 09 nov. 2019.

PEREZ, Olívia C.; RICOLDI, Arlene. A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 42, 2018, Caxambu. **Paper apresentado...** Caxambu: ANPOCS, 2018.

PEREZ, Olívia C.; SILVA FILHO, Alberto Luís A. Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. **Latitude**, v. 11, n. 1, p. 255-294, 2017.

PERISTA, Heloísa; CARDOSO, Ana; BRÁZIA, Ana; ABRANTES, Manuel; PERISTA, Pedro. **Os Usos do Tempo e Homens e de Mulheres em Portugal**. Lisboa: Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS) e Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), set. 2016. Disponível em http://cite.gov.pt/asstscite/downloads/publics/INUT_livro_digital.pdf. Acesso em 10 fev. 2020.

PINHEIRO, Luana. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte**. 2006. 248 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PINHO, Angela; ESTARQUE, Marina; HENRIQUES, Vanessa. Carnaval de pouca roupa tem homens de Anitta e mulheres de peito de fora. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 11 fev. 2018. Disponível em <http://bit.ly/2Nz7KcI>. Acesso em 10 fev. 2020.

PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

PINTO-COELHO, Zara; MOTA-RIBEIRO, Silvana. Access of Women and Construction of Femininity in the Portuguese Press. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON WOMEN'S STUDIES, 2, 2006, Famagusta. **Proceedings...** Famagusta: Eastern Mediterranean University, 2006.

PINTO-COELHO, Zara; MOTA-RIBEIRO, Silvana. Contradictions in the (still) gendered structure of Portuguese newspapers' production and discourse. **International Journal of Iberian Studies**, v. 22, n. 2, p. 125-143, 2009.

PINTO, José Volta e. “Portugal ainda é o terceiro país mais pacífico do mundo”. **Público**, Lisboa, 10 jun 2020. Disponível em <https://www.publico.pt/2020/06/10/sociedade/noticia/portugal-terceiro-pais-pacifico-mundo-1920180>. Acesso em 20 jun. 2020.

PLAZA, Juan F.; DELGADO, Carmen (Ed.). **Género y comunicación**. Madrid: Editorial Fundamentos, 2007.

PORTO, Mauro. A mídia brasileira e a eleição presidencial de 2000 nos EUA: a cobertura do jornal Folha de S. Paulo. **Cadernos do CEAM**, Brasília, v. 2, n. 6, p. 11-32, 2001.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da Mídia e Política. *In*: RUBIM, Antonio A. Canelas (Org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004. p. 73-104.

PRADO, Carol; MOREIRA, Maria Clara. Há 80 anos, mulher já levava tijolo na testa na música brasileira. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 jun. 2016. Disponível em <http://bit.ly/2zjV4y2>. Acesso em 10 fev. 2020.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru: Edusc, 1999.

PRUDÊNCIO, Kelly; RIZZOTTO, Carla; SILVA, Michele. Muita cena e pouca comunicação política? A Marcha das Vadias nos portais de notícias e a questão do reconhecimento. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. v. 13, n.1, janeiro a junho, 2016.

PÚBLICO. Femen: Por detrás destas mulheres, está afinal um homem. **Público**, Lisboa, 05 set. 2013. Disponível em <http://bit.ly/2KNPBVu>. Acesso em 10 fev. 2020.

PÚBLICO. PÚBLICO é o jornal com mais leitores online em Portugal. **Público**, Lisboa, 11 jul. 2019. Disponível em <https://www.publico.pt/2019/07/11/sociedade/noticia/publico-jornal-leitores-on-line-portugal-1879588>. Acesso em 10 fev. 2020.

PÚBLICO. Muçulmanas denunciam assédio sexual nas peregrinações a Meca. **Público**, Lisboa, 14 fev. 2018a. Disponível em <http://bit.ly/2TDKcoc>. Acesso em 10 fev. 2020.

PÚBLICO. Protesto Convocado: “Não aceitamos uma justiça machista!”. **Público**, Lisboa, 24 set. 2018b. Disponível em <http://bit.ly/2KzLuh9>. Acesso em 10 fev. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificacion social. **Journal of world-systems research**, Hartford, vol. 11, n. 2, p. 342-386, 2000a.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (Ed.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO / UNESCO, 2000b. p. 201-246.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, globalización y democracia. **Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Autónoma de Nuevo León**, Monterrey, ano 4, n. 7 y 8, set. 2001 – abr. 2002.

RÊGO, Maria do Céu da Cunha. A construção da igualdade de homens e mulheres no trabalho e no emprego na lei portuguesa. *In*: FERREIRA, Virgínia (org). **A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias**. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego - CITE, 2010. p. 57-98.

RÊGO, Maria do Céu da Cunha. Conferência final do Projeto “Os usos do tempo de homens e mulheres em Portugal - 2015” – Conclusões e Recomendações, 2016. Disponível em <http://www.inut.info/conferencia-final-do-projeto.html>. Acesso em 19 ago. 2019.

RICH, Andrew; WEAVER, R. Kent. Think Tanks in the U.S. Media. **Harvard International Journal of Press/Politics**, v. 5, n. 4, p. 81-103, set. 2000.

RIZZOTTO, Carla C.; PRUDÊNCIO, Kelly; SAMPAIO, Rafael. Tudo normal: a despolitização no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Comunicação & Sociedade**. v. 39, n. 3, p. 111-130, set./dez. 2017.

RIZZOTTO, Carla C.; PRUDÊNCIO, Kelly. Corpos se cabeça, sujeitos sem razão: análise multimodal da Marcha das Vadias. **Conexão – Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, v. 16, n. 31, p. 157-178, jan./jun. 2017.

RIZZOTTO, Carla C.; DRUMMOND, Daniela; ANTONELLI, Diego; FERRACIOLI, Paulo. A narrativa do impeachment de Dilma Rousseff nas páginas dos jornais brasileiros. **Revista Compólitica**. vol. 8, ed. 2, 2018.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio M. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 445-456, 2010.

RODRIGUES, Carlos Farinha (Coord.); FIGUEIRAS, Rita; JUNQUEIRA, Vítor. **Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: As consequências sociais do programa de ajustamento**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016.

RODRIGUEZ, Lulu; DIMITROVA, Daniela. The levels of the visual framing. *Journal of Visual Literacy*, Ames, v. 30, n. 1, p. 48-65, 2011.

ROSENSTIEL, Tom; JUST, Marion; BELT, Todd; PERTILLA, Atiba; DEAN, Walter; CHINNI, Dante. **We interrupt this newscast: How to improve local news and win ratings, too**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 8-30.

ROSS, Karen. **Gendered Media: Women, Men, and Identity Politics**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2010.

ROSS, Karen. **Women, politics, media: Uneasy relations in comparative perspectives**. New York: Hampton Press, 2002.

ROSS, Karen. GMMP 1995-2015: a few thoughts. *In: GMMP. Who Makes the News? Global Media Monitoring Project 2015*. London: World Association for Christian Communication – WACC, 2015. p. 80-81.

ROSSI, Marina; MARTÍN, María. Mulheres protestam contra Cunha pela terceira vez em duas semanas. *El País*, 12 nov. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/12/politica/1447346906_965515.html. Acesso em 10 fev. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAMPAIO, Rafael; RIZZOTTO, Carla; DRUMMOND, Daniela; ROCHA, Crislaine; WASHINGTON, Bruno; MARIOTO, Djiovane. **Revista Debates**. Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 110-131, jan.-abril. 2020.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar; COSTA, Ana Alice Alcântara. Feminismos, feministas e movimentos sociais. *In*: BRANDÃO, Maria Luiza R.; BINGEMER, Maria Clara L. (Orgs.). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Edições Loyola, 1994. p. 81-113. v. 1.

SARMENTO, Rayza. **Das sufragistas às ativistas 2.0: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016)**. 2017. 220 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2017.

SARTI, Cynthia. Feminismo no Brasil: uma história particular. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 64, p. 34-47, 1988.

SCARDOELLI, Anderson. Mulheres ainda são minoria no jornalismo brasileiro. **Comuniquese Portal**, São Paulo, 08 mar. 2019. Disponível em <https://portal.comuniquese.com.br/mulheres-jornalistas-minoria/>. Acesso em 15 out. 2019.

SCHMIDT, Simone Pereira. O feminismo nas páginas dos jornais: revisitando o Brasil dos anos 70 aos 90. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 77-89, 2000.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SCOTT, Joan W. “O movimento #MeToo revelou como as mulheres foram educadas a acomodar o poder masculino em vez de o recusar”. **Público**, Lisboa, 01 jul. 2018. Disponível em <http://bit.ly/2KyVdEb>. Acesso em 10 fev. 2020.

SCOTT, Joan W. Prefácio a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p. 11-27, 1994.

SEIXAS, Fabio. Ativista do Femen tira a camiseta e é atropelada na aldeia Maracanã. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 22 mar. 2013. Disponível em <http://bit.ly/2MzXxNn>. Acesso em 10 fev. 2020.

SERRANO, Estrela. Para um estudo do jornalismo em Portugal (1976-2001): padrões jornalísticos nas eleições presidenciais. 2005. 506 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE / IUL, Lisboa, 2005.

SHOEMAKER, Pamela J. Hardwired for news: Using biological and cultural evolution to explain the surveillance function. **Journal of Communication**, v. 46, n. 3, p. 32-47, 1996.

SHOEMAKER, Pamela J.; COHEN, Akiba A. **News around the world: Content, practitioners, and the public.** New York: Routledge, 2006.

SHOEMAKER, Pamela J.; VOS, Tim P. **Gatekeeping Theory.** New York: Routledge, 2009.

SIFUENTES, Lirían SILVEIRA, Bruna Rocha; OLIVEIRA, Janaína Cruz de. Mídia e relações de gênero nas publicações feministas brasileiras. **Derecho a comunicar**, Cidade do México, n. 4, p. 187-203, 2012.

SILVA; Marisa Torres da; MAGALHÃES, Mara; MAROPO, Lúcia. Feminismo online no Brasil e em Portugal. *In*: CONGRESSO IBERCOM, XV (Comunicação, diversidade e tolerância), 2017, Lisboa. **Livro de Anais...** Lisboa: Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, 2017, p. 2815-2836.

SILVA JÚNIOR, José Geraldo. Conexão e ação: a utilização estratégica da internet pela “Marcha das Vadias” para mobilização social e ação coletiva no espaço virtual e no território urbano. *In*: PANKE, Luciana; MACEDO, Roberto G.; ROCHA, Daniela (Orgs.). **A mobilização social no contexto político e eleitoral.** Capivari: Editora Nova Consciência, 2013. p. 125-146.

SILVEIRINHA, Maria João. O feminismo e os estudos dos media. Em busca da ligação necessária. **Faces de Eva**, Lisboa, n. 6, 2001.

SILVEIRINHA, Maria João. Os media e as mulheres: horizontes de representação, de construção e de práticas significantes. *In*: _____ (Org.). **As mulheres e os media.** Lisboa: Livros Horizonte, 2004. p. 5-12.

SOARES, Andréia Azevedo. Bertha, a brasileira que pôs a Mulher na Carta da ONU. **Público**, Lisboa, 18 set. 2016. Disponível em <http://bit.ly/31Fh16Y>. Acesso em 10 fev. 2020.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. *In*: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 275-296.

SOIHET, Rachel; SOARES, Rosana M. A.; COSTA, Suely G. A história das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. **Revista Gênero**, Niterói, v. 2, n. 1, p. 7-30, 2001.

SOUSA, Rainer Gonçalves. Guerra Colonial Portuguesa. **Guerras Brasil Escola.** Disponível em <https://guerras.brasilecola.uol.com.br/seculo-xx/guerras-coloniais-1.htm>. Acesso em 10 fev. 2020.

SOUZA, Nelson R. de; ALMEIDA, Virítiana A. de; DRUMMOND, Daniela R. Poder, resistência e interseccionalidade: as disputas discursivas por identidade no seriado brasileiro “Sexo e as Negas”. **Ex aequo**, Lisboa, n. 35, p. 65-82, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TAVARES, Camila Q. Onde estão as pesquisas sobre jornalismo, gênero e política? Uma análise dos periódicos brasileiros. *In*: BIANCHI, Graziela; WOITOVICZ, Karina Janz; ROCHA, Paula Melani (Orgs.). **Gênero, Mídia e Lutas Sociais: percepções críticas e experiências emancipadoras**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2018. p. 55-70.

TAVARES, Camila Q.; MASSUCHIN, Michele G. Mulheres na política: a presença das candidatas a deputada federal na propaganda eleitoral televisiva de 2014. **Animus**, Santa Maria, v. 18, n. 37, p. 62-83, 2019.

TAVARES, Manuela. **Feminismos em Portugal (1942-2007)**. 2008. 625 p. Tese (Doutorado em Estudos sobre as Mulheres) – Universidade Aberta, Lisboa, 2008.

TAVARES, Manuela. **Feminismos: percursos e desafios (1947-2007)**. Lisboa: Texto, 2011.

TAVARES, Manuela. **Movimentos de mulheres em Portugal: décadas de 70 e 80**. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

TAVARES, Manuela; COELHO, Salomé; GÓIS, Manuela. O debate epistemológico nos estudos feministas. *In*: SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR GÊNERO E CIÊNCIAS SOCIAIS, 2009, Maia. **Paper apresentado...** Maia: Instituto Superior da Maia, 2009. p. 1-16.

TEIXEIRA, Regiane. Mulheres se impõem contra cantadas de rua e criam grupos para entender feminismo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 09 mar. 2014. Disponível em <http://bit.ly/2P8SSnO>. Acesso em 10 fev. 2020.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: por que as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2005. v. 1.

TUCHMAN, Gaye. **Making news: a study in the construction of reality**. New York: The Free Press, 1978.

UMAR, União de Mulheres Alternativa e Resposta. **Estudo Nacional sobre a Violência no Namoro**. Lisboa, 2019a. Disponível em http://www.umarfeminismos.org/images/stories/noticias/Estudo_Nacional_VN_2019_da_UMAR.pdf. Acesso em 10 fev. 2020.

UMAR, União de Mulheres Alternativa e Resposta. **Relatório Anual Final do OMA / Observatório de Mulheres Assassinadas - 2018**. Lisboa, 2019b. Disponível em http://www.umarfeminismos.org/images/stories/noticias/OMA_FEMIC%3%8DDIO_Relat%3%B3rio_2018_em_18_02_2019.pdf. Acesso em 10 fev. 2020.

UMAR, União de Mulheres Alternativa e Resposta. **Relatório Anual Final do OMA / Observatório de Mulheres Assassinadas - 2019**. Lisboa, 2020. Disponível em http://www.umarfeminismos.org/images/OMA_Relatorio_Final_2019_FINAL.pdf. Acesso em 20 mar. 2020.

VALK, Anne M. Living a feminist lifestyle: The intersection of theory and action in a lesbian feminist collective. **Feminist Studies**, v. 28, n. 2, p. 303-332, 2002.

VALMORE, Fabiane; SOUZA, Nelson R de. Movimentos Sociais, instituições participativas e sociedade civil em sete periódicos nacionais (Qualis A1, A2 e B1), 2005-2014. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 82, p. 105-126, 2017.

VAN ZOONEN, Liesbet. **Feminist media studies**. London: Sage, 1994.

VIANA, Clara. Violaram-na quando estava inconsciente, mas tribunal entendeu que o mal feito não é “elevado”. **Público**, Lisboa, 20 set. 2018. Disponível em <https://www.publico.pt/2018/09/20/sociedade/noticia/violaramna-quando-estava-inconsciente-mas-tribunal-entendeu-que-o-mal-feito-nao-e-elevado-1844751>. Acesso em 10 fev. 2020.

VIMIEIRO, Ana Carolina; MAIA, Rousiley C. M. Enquadramentos da mídia e o processo de aprendizado social: transformações na cultura pública sobre o tema da deficiência de 1960 a 2008. **E-Compós**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 1-22, jan./abr. 2011.

WALBY, Sylvia. **Theorizing patriarchy**. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

WOITOWICZ, Karina Janz. A imprensa feminista na luta contra o silenciamento e a impunidade: páginas do movimento de mulheres brasileiras pelo fim da violência sexual e doméstica entre os anos 1970/80. **Eptic On-line - Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, Sergipe, v. 10, n. 2, não p., 2008.

WOITOWICZ, Karina Janz. Ativismo (folk) midiático e estratégias de luta na Marcha das Vadias: recortes da ação política nas ruas e nas redes. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, Ponta Grossa, v. 12, n. 26, p. 94-108, 2014.

WOOD, Matt; FLINDERS, Matthew. Rethinking depoliticisation: Beyond the governmental. **Policy & Politics**, v. 42, n. 2, p. 151-170, 2014.

WOZNIAK, Antal; LÜCK, Julia; WESSLER, Hartmut. *Frames, stories, and images: The advantages of a multimodal approach in comparative media content research on climate change*. **Environmental Communication**, v. 9, n. 4, p. 469-490, 2014.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

YOUNG, Iris Marion. **Justice and the Politics of Difference**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

YOUNG, Iris Marion. Polity and group difference: A critique of the ideal of universal citizenship. **Ethics**, v. 99, n. 2, p. 250-274, 1989.

CARROLL, Susan J.; ZERILLI, Linda M. G. Feminist Challenges to Political Science. In: FINIFTER, Ada W (Ed.). **Political Science: the state of discipline II**. Washington: APSA, 1993. p. 55-76.

APÊNDICE 1 – ROTEIRO/GUIÃO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM ASSOCIAÇÕES/ATIVISTAS

Nome completo:

E-mail:

Idade:

Profissão:

Gênero:

Organização/Instituição:

Cargo que ocupa na instituição:

Cor/raça:

ENTREVISTA

1. Você se considera feminista? Como foi o processo de se descobrir feminista?
2. Como é seu ativismo como feminista?
3. Que atividade desempenha na organização? Qual é a missão e o objetivo dessa organização?
4. No seu entender quais as principais grandes conquistas das mulheres na área do direito das mulheres? O que percebe de mudanças sociais nos últimos 10 anos?
5. Como você vê a forma com que os homens e mulheres são retratados nos meios de comunicação?
6. Como você percebe/verifica a forma com que o movimento feminista é retratado nos veículos de comunicação no seu país? As associações/coletivos conseguem visibilidade de suas temáticas? Usam contatos ou assessorias para dialogar com os jornalistas?
7. Que tipo de relação existe entre o movimento de mulheres e/ou feminista com os veículos de comunicação? Há uma cobertura especial das efemérides/datas como o Dia Internacional da Mulher ou a Marcha das Gaudérias/Vadias?
8. Como se caracteriza a cobertura que a imprensa tem dado ao movimento feminista no seu país (Brasil ou Portugal)? Qual a importância da cobertura, dos temas?
9. Os textos sobre o movimento feminista são escritos mais por homens ou por mulheres? Nota alguma diferença no texto de quando é escrito por homens ou mulheres?
10. Quais temas mais marcam a agenda dos grupos feministas hoje?
11. Qual sua opinião a respeito da cobertura dos jornais impressos no seu país? E no Público e Folha de S.Paulo?
12. Como o uso das redes sociais e da internet atua na divulgação do movimento social? O que o digital trouxe em termos de cobertura midiática dos meios tradicionais?
13. Poderia indicar duas instituições, coletivos ou mulheres para contribuir com essa pesquisa?

APÊNDICE 2 – ROTEIRO/GUIÃO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM JORNALISTAS

Nome completo:

Idade:

Profissão:

Gênero:

Organização/Instituição:

Cor/raça:

ENTREVISTA

1. A questão da relação do trabalho de jornalista, manutenção e a ascensão na profissão para os homens ou mulheres são iguais, semelhantes ou diferentes no seu país?
2. Há igualdade nas posições de chefia entre homens e mulheres na carreira jornalística? E em relação à forma que escrevem os textos? A agenda de trabalho dos homens e mulheres é a mesma? Como isso pode ser interpretado?
3. Há uma preocupação com a seleção das fontes de acordo com o gênero?
4. Como é feita a seleção das fotos das matérias jornalísticas?
5. Como você vê a forma com que os homens e mulheres são retratados nos meios de comunicação?
6. Como você percebe/verifica a forma com que o movimento feminista é retratado nos veículos de comunicação no seu país? As associações/coletivos conseguem visibilidade de suas temáticas? Usam contatos ou assessorias para dialogar com os jornalistas?
7. Que tipo de relação existe entre o movimento de mulheres e/ou feminista com os veículos de comunicação? Há uma cobertura especial das efemérides/datas como o Dia Internacional da Mulher ou a Marcha das Gaudérias/Vadias? Ou o dia 25 de novembro no caso de Portugal?
8. Como entende a cobertura que a imprensa tem dado ao movimento feminista no seu país (Brasil ou Portugal)? Qual a importância da cobertura, dos temas?
9. Os textos sobre o movimento são escritos mais por homens ou por mulheres? Nota alguma diferença no texto de quando é escrito por homens ou mulheres?
10. Considera necessária a integração de uma perspectiva de gênero nas redações? Há formações específicas para jornalistas nesse campo?

APÊNDICE 3 – LIVRO DE CÓDIGOS

V1 VEÍCULO

Marque o número referente ao veículo

- 01 Folha de S.Paulo
- 02 Público

V2 ANO

Marque o ano da publicação

V3 DATA DE PUBLICAÇÃO

Escreva a data de publicação no formato DDMMAA, sem espaço, barra ou hífen

V4 TÍTULO DA MATÉRIA

Escreva por extenso a manchete da matéria

V5 TIPO DE TÍTULO

- 01 Informativo indicativo
- 02 Informativo explicativo
- 03 Expressivo Apelativo
- 04 Expressivo Formal ou Lúdico
- 05 Expressivo interrogativo
- 06 Categorical
- 07 Declarativo
- 08 Outro
- 00 Não se aplica

V6 FORMATO

- 01 Reportagem
- 05 Entrevista
- 07 Fotolegenda
- 09 Outro

V7 AUTORIA DA MATÉRIA

Identifique o autor conforme designado no início ou final da matéria

- 01 Agência de notícias
- 02 Jornalista Assinale essa opção também no caso de mais de um jornalista assinar a matéria.
- 03 Da redação Assinale essa opção quando a notícia for da redação, sem identificação de autoria.
- 04 Autor convidado Um autor convidado é um indivíduo não contratado pelo jornal, geralmente não é um jornalista, mas alguém reconhecido por suas atividades em outra área. Ex: político, intelectual, artista.
- 05 Outro Marque essa opção quando houver mais de um autor, que se encaixam em diferentes categorias.
- 06 Não identificado

V8 ASSINATURA

Matéria assinada por quem

- 01 Assinada por homem
- 02 Assinada por mulher
- 03 Mista (homem e mulher)
- 04 Não assinado / Não identificado

V9 NOME ASSINANTE

Nome de quem assina a peça

V10 NOME EDITORIA

Nome de quem assina a peça

V11 TEMA GERAL

- 01 Política e governo
- 02 Economia
- 03 Educação e Formação
- 04 Saúde
- 05 Justiça / Tribunais
- 06 Assuntos militares
- 07 Religião
- 08 Cultura / Artes
- 09 Ciência / Inovação / Tecnologia
- 10 Esporte
- 11 Mídia
- 12 História geral
- 13 Movimentos sociais
- 14 Trabalho/carreira
- 15 Moda / Beleza
- 16 História de Vida
- 17 Família
- 18 Sexualidade
- 19 Problemas sociais
- 20 Outro

V12 TIPO DE TEMA DE GÊNERO

- 01 Mulheres em cargos de poder
- 02 Questões de identidade sexual
- 03 Cuidados com a infância
- 04 Mudança(s) no papel das mulheres
- 05 Violência contra as mulheres
- 06 Homenagem às mulheres
- 07 Problemas laborais
- 08 Situação de desigualdade das mulheres
- 09 Outro
- 00 Não se aplica

V13 TIPO DE DIREITO EVOCADO

- 01 Direito de proteção / segurança (respeito, integridade física e moral)
- 02 Direitos sexuais e reprodutivos
- 03 Direito de participação política
- 04 Direitos laborais
- 05 Direitos básicos (saneamento, creches, etc)
- 06 Outro
- 00 Não se aplica

V14 ÂMBITO GEOGRÁFICO

- 01 Local / Regional
- 02 Nacional
- 03 Internacional
- 04 Misto

V15 ESTILO DA PEÇA

- 01 Descritivo / narrativo
- 02 Analítico-interpretativo / explicativo
- 03 Outro

V16 ENQUADRAMENTO

- 01 Episódico: foco em um episódio, um acontecimento factual
- 02 Temático: aborda um tema
- 03 Personalista: foco em um personagem ou em um entrevistado

V17 CITAÇÃO

Tipo de citação de fontes

- 01 Com citação de fontes
- 02 Sem citação de fontes

V18 NÚMERO DE FONTES

Quantidade de fontes na notícia.

- 00 Nenhuma
- 01 1
- ... Inserir o número de fontes

V19 Nome das fontes

Para verificar se tem uma fonte muito utilizada

V20 ESTATUTO DAS FONTES

- 01 Oficial / Institucional / Profissional / Especialista
- 02 Anônimo
- 03 Cidadão comum
- 04 Celebridade
- 05 Documental (dados TSE, livros)
- 06 Meios de comunicação tradicional
- 07 Redes sociais / blogues / sites
- 08 Não identificado
- 09 Outro (instituição como a Disney / Sindicato)
- 00 Não se aplica

V21 GÊNERO DA FONTE

- 01 Homem
- 02 Mulher
- 03 Ambos
- 04 Outro
- 00 Não se aplica

V22 IDADE DA FONTE

- 01 Criança (até 12 anos)
- 02 Adolescente (13 a 18 anos)
- 03 Adulto (19 a 59)
- 04 Idoso (acima 60 anos)
- 05 Não identificado
- 00 Não se aplica

V23 PAÍS ORIGEM DA FONTE

- 01 Brasil
- 02 Portugal
- 03 Outro país
- 04 Não identificado
- 00 Não se aplica

V24 OCUPAÇÃO INSTITUCIONAL DA FONTE

Instituição que a fonte representa

- 01 Membro do governo / órgãos de estado
- 02 Membro de partido
- 03 Sindicato
- 04 Associações / Coletivos
- 05 Instituições religiosas
- 06 Outro
- 00 Não se aplica

V25 OCUPAÇÃO PROFISSIONAL DA FONTE

- 01 Professor
- 02 Jurista / Magistrado / Procurador / Advogado
- 03 Jornalista
- 04 Empresário
- 05 Área da saúde (médico, psicólogo, enfermeiro)
- 06 Militares / Policiais
- 07 Atores / Artistas / Cantor / Humorista
- 08 Esportistas
- 09 Dona de casa
- 10 Empregada doméstica
- 11 Estudante
- 12 Outro
- 13 Arquiteto
- 00 Não se aplica

V26 COMO SÃO CITADAS NO TEXTO

- 01 Mencionadas (quando não tem aspas)
- 02 Citadas (quando há falas entre aspas)
- 03 Protagonista (o entrevistado é o personagem principal no texto)
- 00 Não se aplica

V27 COMO SÃO APRESENTADAS NO TEXTO

- 01 Sem nome/nome fictício
- 02 Só iniciais
- 03 Só primeiro nome
- 04 Nome e sobrenome
- 00 Não se aplica

REPRESENTAÇÃO VISUAL: Sempre será analisada a primeira imagem da notícia

V28 EXISTÊNCIA OU NÃO DE IMAGEM

Assinale o tipo de imagem de acordo com os códigos abaixo

- 00 Não
- 01 Sim

V29 TIPO DE IMAGEM

Assinale o tipo de imagem de acordo com os códigos abaixo.

- 01 Fotografia
- 02 Fotografia + outro elemento visual
- 03 Fotomontagem (considera-se os casos em que duas ou mais fotos estejam conectadas e contenham a mesma legenda)
- 04 Desenho/Caricatura
- 05 Infográfico
- 06 Misto
- 07 Outro
- 00 Não se aplica

V30 ASSINATURA DA FOTO

- 01 Assinada por homem
- 02 Assinada por mulher
- 03 Mista (homem e mulher)
- 04 Não identificado
- 05 Não assinado
- 06 Assinado por agência
- 07 Outro
- 00 Não se aplica

ENQUADRAMENTO VISUAL: Só serão codificadas as fotografias e fotomontagens. As matérias que contenham somente infográficos ou caricaturas não devem ser codificadas das variáveis 31 a 37

IMAGEM

V31 CENÁRIO DA IMAGEM

Elementos que compõem a imagem. A legenda pode ser usada para ajudar na identificação do cenário

- 01 Ambiente de trabalho
- 02 Espaço público
- 03 Espaço doméstico
- 04 Abstrato
- 05 Outro
- 06 Cenário não identificado
- 00 Não se aplica

V32 GRUPO ETÁRIO IMAGEM

- 01 Crianças
- 02 Adolescentes
- 03 Adultos
- 04 Idosos
- 05 Misto
- 06 Não identificado
- 07 Não há pessoas na imagem
- 00 Não se aplica

V33 PESSOAS DA FOTO

- 01 Homem individual
- 02 Mulher individual
- 03 Mulher e homem
- 04 Grupo de homens
- 05 Grupo de Mulheres
- 06 Grupo misto
- 07 Mulher (es) e criança (s)
- 08 Não Tem pessoas ou sexo não identificado
- 00 Não se aplica

V34 POSICIONAMENTO DAS MULHERES PRESENTES NA IMAGEM

- 01 Subalterna/submissa
- 02 Protegida
- 03 Objeto sexual
- 04 Dona de casa
- 05 Corpo desmembrado
- 06 Mulher-criança
- 07 Mulher-brinquedo
- 08 Mulher-brincalhona
- 09 Mulher-empoderada
- 10 Outro
- 11 Mulher presa / sendo contida pela polícia
- 00 Ausente (sem mulher na foto)

V35 ATIVIDADE REALIZADA PELA PESSOA REPRESENTADA

- | | | |
|----|---------------------------------|---|
| 01 | Protesto | Refere-se a imagens de pessoas (geralmente aglomerações) segurando cartazes e bandeiras, marchando nas ruas, ocupando ruas etc. |
| 02 | Ato simbólico | Diferentemente do protesto, enquadram-se como ato simbólico as imagens que apresentam um conceito mais elaborado que um protesto ou manifestação. Neste caso, as pessoas utilizam seu próprio corpo, performances (e.g. fantasias) ou outros objetos para criar uma situação simbólica. |
| 03 | Apresentação ou discurso | Há uma pessoa ou grupo fazendo um discurso em frente a uma audiência (que pode ou não estar representada) na foto. |
| 04 | Discussão ou briga | Duas ou mais pessoas estão discutindo. Esse tipo de imagem se diferencia da anterior pelos seus elementos de interação. |
| 05 | Outras atividades políticas | Inserem-se aqui fotos posadas de grupos de políticos, reuniões, participação em eventos, etc. |
| 06 | Atividades cotidianas flagradas | Os sujeitos representados realizam atividades do cotidiano como falar ao telefone, andar de bicicleta, etc. |
| 07 | Pessoas em estado passivo | As pessoas representadas não realizam quaisquer atividades. Parecem estar esperando, ouvindo, contemplando. |
| 08 | Entrevista | As pessoas representadas estão sendo entrevistadas. |
| 09 | Retrato | |
| 10 | Outra atividade | |
| 00 | Não se aplica | Não há pessoas representadas na imagem. |

V36 ÂNGULO DA CÂMERA

Qual é a posição da câmera em relação ao principal objeto/sujeito representado na imagem?

- | | | |
|----|---------------|---|
| 01 | Câmera baixa | A câmera está abaixo do sujeito/objeto. A câmera “olha de baixo para cima”. |
| 02 | Normal | A câmera está no mesmo ângulo/nível que o sujeito/objeto. |
| 03 | Câmera alta | A câmera está acima do sujeito/objeto. A câmera “olha de cima para baixo”. |
| 00 | Não se aplica | |

V37 PLANO/ ENQUADRAMENTO DA IMAGEM

01 Plano aberto

A imagem é aberta, o que permite ao leitor ter uma visão geral do cenário, mas os detalhes tendem a ser pouco discerníveis. Ex:



02 Plano médio

Figura humana ocupa quase toda a altura da foto. Geralmente, a pessoa é mostrada da cintura para cima. Ex:



03 Plano fechado (close)

Figura humana é mostrada dos ombros pra cima ou somente o rosto aparece na imagem. Ex:



00 Não se aplica

NARRAÇÃO: Na análise da narrativa, são levados em consideração o grau de dramatização (dramatização, emoção, personalização, ficcionalização e ornamentação estilística), o gênero narrativo (rotineiro, trágico, romântico/comédia, apocalíptico e melodramático) e os atores identificados em seus respectivos papéis (vítimas, vilões e heróis). O grau de *narratividade* é medido com base na dramatização, emoção, personalização, ficcionalização e ornamentação estilística. A análise do *gênero* narrativo é focada no tema geral da notícia, no tom utilizado e nos resultados alcançados. Em último lugar, a análise da narrativa compreende a verificação dos *papéis* associados aos sujeitos representados nas notícias. Foram codificados os papéis de *vítima*, *herói* e *vilão*.

NARRATIVIDADE

V38 DRAMATIZAÇÃO

A *dramatização* foi codificada como presente nos casos em que, ao invés de apresentar a informação seguindo a ordem hierárquica de importância – a pirâmide invertida –, a notícia apresentava uma história contada em ordem sequencial, com início, meio e fim. Não são consideradas as falas entre aspas (ou o uso do travessão indicando uma fala).

00 Ausente

01 Presente

V39 EMOÇÃO

A *emoção*, por sua vez, relaciona-se aos sujeitos presentes na notícia. Uma vez que o estado emocional de um ou mais sujeitos tenha sido descrito (ao menos mais de uma vez), ela foi considerada existente. Verbos como “comemorou”, “cautelou”, “celebrar”, “indignado”, indicam emoção. Não são consideradas as falas entre aspas.

00 Ausente

01 Presente

V40 PERSONALIZAÇÃO

A *personalização* aparece quando a história é contada com foco nos sujeitos e em suas ações. Aplica-se quando há apenas uma a três personagens. Consideram-se as aspas.

- 00 Ausente
- 01 Presente

V41 ORNAMENTAÇÃO ESTILÍSTICA

Por último, a *ornamento estilística* aparece quando o estilo literário é utilizado pelo jornalista, indo além da simples descrição dos acontecimentos. Não são consideradas as falas entre aspas (ou o uso do travessão indicando uma fala).

- 00 Ausente
- 01 Presente

V42 TOM

- 01 Positivo
- 02 Negativo
- 03 Neutro

PAPÉIS ASSOCIADOS AOS SUJEITOS

As variáveis a seguir referem-se ao papel das personagens

V43 PAPEL FAMILIAR

- 01 Esposa / Marido
- 02 Mãe / Pai
- 03 Filha(o)
- 04 Irmã / Irmão
- 05 Outro
- 00 Não se aplica

V44 VÍTIMAS/HERÓI/VILÃO

- 01 Vítima
- 02 Herói
- 03 Vilão
- 00 Nenhum

V45 TIPO DE VÍTIMA

A variável 45 só será codificada se tiver vítima.

- 01 Violência sexual, psicológica, marital
- 02 Sistema Jurídico
- 03 Discriminação sexual
- 04 Pobreza
- 05 Acidentes
- 06 Outros delitos
- 07 Violações baseada na tradição/religião
- 08 Guerra
- 09 Outro
- 00 Não se aplica

V46 AGENTE DE SUCESSO

Quando são representadas como agentes de sucesso

- 01 Trabalho
- 02 Política
- 03 Religião
- 04 Solidariedade / Voluntariado (ligado à ajuda humanitária)
- 05 Associativismo (relacionado às ONGs e coletivos)
- 06 Outro
- 00 Não se aplica

V47 COLETIVIDADES REFERIDAS

- 01 Com nome (escrever)
- 00 Não se aplica

V48 PEÇAS QUE MERECEM APROFUNDAMENTO

- 01 Contém estereótipos evidentes
- 02 Apresentam estereótipos sutis
- 03 Questionam estereótipos
- 04 Abordam a igualdade e desigualdade entre homens e mulheres
- 05 Discursos ambivalentes (discursos opostos, pontos de vista contrários)
- 06 Esclarecem ou confundem o que se entende por feminismo(s)
- 07 Outros casos relevantes
- 00 Não se aplica

V49 TRAÇOS CARACTERIZADORES DAS PERSONAGENS

- 01 Dependência
- 02 Submissão
- 03 Empoderamento
- 04 Aspectos estéticos
- 05 Delicadeza / Sensibilidade
- 06 Biológico
- 07 Solidão
- 08 Pragmatismo
- 09 Perigosa
- 10 União
- 11 Intrusa
- 12 Paciente
- 13 Corajosa
- 14 Angústia
- 15 Inteligência / Capacidade intelectual
- 16 Nudez
- 17 Outro
- 00 Não se aplica

ANEXO 1 – RESULTADOS ANALISADOS DA FOLHA DE S.PAULO

	Nome da publicação da Folha de S.Paulo	Data	Link
1	'Setentona', Janis Joplin segue sem substituta	17/01/2013	http://bit.ly/2PbHszP
2	Silvio Berlusconi vota em Milão em meio a protesto feminista	24/02/2013	http://bit.ly/2PbLEzA
3	Secretaria da Presidência repudia ato de alunos nus em trote na USP	04/03/2013	http://bit.ly/2ZqgMed
4	Ativista do Femen tira a camiseta e é atropelada na aldeia Maracanã	22/03/2013	http://bit.ly/2MzXxNn
5	O neofeminismo corporativo discute se carreira e filhos são incompatíveis	31/03/2013	http://bit.ly/2zfucPK
6	Sheryl Sandberg, do Facebook, quer salários maiores para as mulheres	01/04/2013	http://bit.ly/2ZpEGea
7	Integrantes do Femen protestam em cidades europeias contra o islamismo	04/04/2013	http://bit.ly/2ZkafIv
8	Garotas que protestam com seios nus têm rival islâmica	06/04/2013	http://bit.ly/33SXqIB
9	"Fiquei muito honrada com essa votação", diz nova imortal da ABL	11/04/2013	http://bit.ly/2Zj4qtz
10	Ex-ruiva, Kate Nash cansou de ser fofa e virou defensora do Pussy Riot	28/04/2013	http://bit.ly/2KRTDxq
11	Fotógrafa obesa registra olhares críticos que atrai pelas ruas	21/05/2013	http://bit.ly/2KP9v3Q
12	Fotógrafa obesa registra olhares críticos que atrai pelas ruas	21/05/2013	http://bit.ly/2Zfn8Cf
13	Evangélicos fazem protesto contra o aborto e o casamento gay no DF	05/06/2013	http://bit.ly/2L5ZhL7
14	Policiais e manifestantes entram em conflito, mas Marcha da Maconha segue	08/06/2013	http://bit.ly/2MzwdkX
15	Bolsa Família enfraquece o coronelismo e rompe cultura da resignação, diz socióloga	11/06/2013	http://bit.ly/30tQQjr
16	Feira do Livro barra cartazes de protesto feminista contra Pondé	12/06/2013	http://bit.ly/2Zn63p6
17	'Marcha das vadias' faz manifestação pelo fim violência contra a mulher no DF	22/06/2013	http://bit.ly/33TgNLb
18	Dilma receberá representantes evangélicos na próxima semana	03/07/2013	http://bit.ly/30vf3Wm
19	Passo Livre vê elo de ação em Ribeirão Preto com partidos políticos	11/07/2013	http://bit.ly/31XCVm0
20	Sexto dia do papa no Brasil é marcado por multidões e vigília em Copacabana	27/07/2013	http://bit.ly/33SqqT7
21	Prédio em que presos políticos eram julgados é entregue a entidades	05/08/2013	http://bit.ly/2HmQ3Jn
22	Reedição de prosa de Elizabeth Bishop será acrescida de inéditos	16/08/2013	http://bit.ly/2ziKrM0
23	Interesse na vida íntima da poeta Elizabeth Bishop joga luz sobre obra	16/08/2013	http://bit.ly/2L2eNru
24	'Dança da garrafa' de Miley Cyrus reabre ferida racial nos EUA	31/08/2013	http://bit.ly/2ZgLplc
25	'Dança da garrafa' de Miley Cyrus reabre ferida racial nos EUA	31/08/2013	http://bit.ly/2HjbKdh
26	Documentário revela que grupo feminista Femen era controlado por um homem	04/09/2013	http://bit.ly/2NqHBwB
27	Documentário revela o homem por trás das feministas do Femen	05/09/2013	http://bit.ly/2L2fWzo
28	"Havia sexo no ar, na hora do almoço e no escritório", diz autora	14/09/2013	http://bit.ly/2L4GQqf
29	"Havia sexo no ar, na hora do almoço e no escritório", diz autora	14/09/2013	http://bit.ly/2L2d9Gk

30	'Marcha das Vadias' faz passeata em Ribeirão e pede fim da violência	28/09/2013	http://bit.ly/2Zlc3dS
31	Diva Maria de Faria Burnier (1946-2013) - Foi colega de Dilma na prisão	30/09/2013	http://bit.ly/2ZjDIvW
32	Jogo independente "Gone Home" mistura exploração, suspense e sentimentalismo	30/09/2013	http://bit.ly/31ZMZLo
33	Ativistas do Femen protestam a favor do aborto na Espanha	10/10/2013	http://bit.ly/2MywJ07
34	Turbilhão nada azul	27/10/2013	http://bit.ly/2ZcGhEW
35	Nova York deve eleger prefeito de perfil esquerdista	04/11/2013	http://bit.ly/2ZcFNP8
36	Cantor defende 'Blurred Lines', faixa banida em universidades britânicas por 'machismo'	11/11/2013	http://bit.ly/2Zlbdhe
37	'Porta-voz da vagina', feminista explora conexão entre cérebro e genitália em livro	30/11/2013	http://bit.ly/2MzQOTR
38	'Porta-voz da vagina', feminista explora conexão entre cérebro e genitália em livro	30/11/2013	http://bit.ly/2Zwcx5i
39	Ativista protesta no Vaticano contra condenação do aborto	19/12/2013	http://bit.ly/31QIzGy
40	Em 'Álbum de Família', Meryl Streep capta drama de sua geração	27/12/2013	http://bit.ly/2NrGAo7
41	Curso forma integrantes do Femen na Espanha	29/12/2013	http://bit.ly/2TXVGCT
42	Música segue legado de Pete Seeger por mudanças sociais	11/02/2014	http://bit.ly/2MxZIXm
43	Novo presidente de comissão é contra aborto, evangélicos mantêm influência	26/02/2014	http://bit.ly/2Hm8Q7Y
44	Longa feminista com Meryl Streep será rodado no Parlamento britânico	03/03/2014	http://bit.ly/33V12U4
45	Mulheres se impõem contra cantadas de rua e criam grupos para entender feminismo	09/03/2014	http://bit.ly/2P8SSnO
46	Mulheres se impõem contra cantadas de rua e criam grupos para entender feminismo	09/03/2014	http://bit.ly/2KPIrCs
47	Realidade velada	30/03/2014	http://bit.ly/2ZdfBna
48	Primeira mulher eleita prefeita de Paris salva socialistas de derrota esmagadora	31/03/2014	http://bit.ly/2ZcHV9g
49	Feministas distribuem alfinete contra 'encoxadores' no metrô de SP	04/04/2014	http://bit.ly/2LaqDjA
50	Movimento feminista faz protesto contra estupro em Brasília	05/04/2014	http://bit.ly/2P7LEjP
51	Grife chama Cristiano Ronaldo de 'gay' e Maradona de 'maricón' em camisetas e é acusada de homofobia	07/04/2014	http://bit.ly/2PbS7um
52	Comercial de cerveja causa polêmica ao mostrar pelo nas axilas como 'toque francês'	12/04/2014	http://bit.ly/2zmH4U5
53	Um dia antes de Parada Gay, lésbicas e bissexuais fazem manifestação em SP	03/05/2014	http://bit.ly/2ZqDyD7
54	Nos EUA, estudantes exigem alerta sobre conteúdo de livros clássicos	23/05/2014	http://bit.ly/2NsDWyg
55	Marcha das Vadias reúne cerca de 500 pessoas no Masp, diz organização	24/05/2014	http://bit.ly/2TYpnEb
56	"Nas ruas não me sinto livre", diz manifestante de topless na Marcha das Vadias	24/05/2014	http://bit.ly/2NsH4um
57	Após críticas, ministério revoga portaria que mudava aborto no SUS	29/05/2014	http://bit.ly/2ZhcA0s
58	Ativista do Femen destrói estátua de Putin em museu de Paris	06/06/2014	http://bit.ly/2Zcq5TP
59	Vagão rosa' em trens e metrô divide feministas	12/07/2014	http://bit.ly/30sXR3L
60	Inquérito sobre ativistas levou 2h para virar processo	20/07/2014	http://bit.ly/2zl8YQk
61	Marcha das Vadias reúne 300 pessoas em passeata na orla do Rio	09/08/2014	http://bit.ly/31YJk08
62	Reação de alunos faz professores pararem com piadas homofóbicas de cursinho	10/08/2014	http://bit.ly/2KS0k2w

63	Juízes deveriam parar jogo e expulsar torcedores por ato racista, diz professor	10/08/2014	http://bit.ly/2Zsqil8
64	Quebrada paulistana leva gíria de pipa, candomblé e flashmob à Bienal	01/09/2014	http://bit.ly/2ziYWzi
65	CA de direito do Mackenzie elege 1ª mulher negra como presidente	14/09/2014	http://bit.ly/2L2hTvH
66	Mulheres usam redes sociais para contestar bandeiras do feminismo	23/09/2014	http://bit.ly/2TXZOTp
67	Ato pela legalização do aborto reúne mulheres no centro do Rio	27/09/2014	http://bit.ly/2KQixnp
68	Gamers e feministas se enfrentam ao redor do caso 'gamergate'; entenda	11/11/2014	http://bit.ly/33Xk4Jt
69	Criador de obra marcante da Bienal participou de luta armada nos anos 70	04/12/2014	http://bit.ly/2NtLK2L
70	Feministas jogam batatas fritas e maionese em premiê da Bélgica	22/12/2014	http://bit.ly/2Zo2vir
71	Novo álbum do Sleater-Kinney está disponível online	12/01/2015	http://bit.ly/2ZkqjLv
72	Feministas organizam 'beijaço' em frente a bar de Ribeirão Preto (SP)	28/01/2015	http://bit.ly/2zgHag3
73	Brasileiras aderem à moda de deixar crescer e colorir os pelos das axilas	08/02/2015	http://bit.ly/2KRyFin
74	Brasil está em negação sobre debate racial, diz autora premiada da Nigéria	19/02/2015	http://bit.ly/2ZeldOf
75	Indicada, Reese Witherspoon se une a campanha feminista na internet	22/02/2015	http://bit.ly/2ZelhOr
76	Retrato do movimento feminista na era da dispersão	08/03/2015	http://bit.ly/324EZZD
77	Marcha no Dia Internacional da Mulher reúne 3.000 a favor do aborto	08/03/2015	http://bit.ly/2TZmyCG
78	MCs paulistanos fazem rap LGBT e enfrentam homofobia e machismo	31/03/2015	http://bit.ly/320f3OB
79	'Tempo Suspenso' lembra luta de mãe pioneira da Praça de Maio	12/04/2015	http://bit.ly/320fDff
80	Uma breve história de protestos envolvendo cocô	16/04/2015	http://bit.ly/2ZrgZSB
81	Mulher deve ser maternal e parar de culpar o homem, diz Camille Paglia	24/04/2015	http://bit.ly/2TW6Msj
82	Movimento feminista sai do armário e ganha vertentes do pop à periferia	31/05/2015	http://bit.ly/2KScGYg
83	Crise do PT ameaça trajetória de queda da desigualdade, diz pesquisadora	07/06/2015	http://bit.ly/31WKXeT
84	Nas redes sociais, feministas evangélicas se unem contra duplo preconceito	31/07/2015	http://bit.ly/2NsiWYL
85	Nas redes sociais, feministas evangélicas se unem contra duplo preconceito	31/07/2015	http://bit.ly/2PbYD4h
86	Revista feminista on-line estreia com editorial inspirado em mulheres históricas	31/08/2015	http://bit.ly/2PaYJcb
87	Jovens não conseguem ter esperança no mundo, diz ator de 'Maze Runner'	03/09/2015	http://bit.ly/31XXjTT
88	Campanha incentiva mulheres a andar em grupos para escapar da violência	04/09/2015	http://bit.ly/2Za2umV
89	Estudos da masculinidade ganham força acadêmica	05/09/2015	http://bit.ly/2PbfVOW
90	Lançamento de Cauby Peixoto e música regional são destaques do domingo	06/09/2015	http://bit.ly/30sNixH
91	Bomba feminista, Amy Schumer pode ser a mulher mais engraçada do mundo	11/09/2015	http://bit.ly/2TYD2Lt
92	Sem medo de fazer gênero: entrevista com a filósofa americana Judith Butler	20/09/2015	http://bit.ly/2My0OwU
93	Retrospectiva em SP revela como Frida Kahlo antecipou a era do Instagram	27/09/2015	http://bit.ly/2TV2AZC

94	Não sou feminista, diz Meryl Streep, que vive ícone do movimento no cinema	30/09/2015	http://bit.ly/2U2HU1Z
95	Dez ações diretas de mulheres que mudaram o mundo	22/10/2015	http://bit.ly/2L2zq70
96	Biografia não autorizada de Ted Hughes é forte e esclarecedora	23/10/2015	http://bit.ly/33UjVXn
97	Meninas formam coletivos feministas em escolas de ensino médio de SP	01/11/2015	http://bit.ly/2TXbmX8
98	Livro com vocação feminista e adorado por Lênin ganha 1ª tradução no Brasil	04/11/2015	http://bit.ly/2Zln5Fi
99	Instalação no Masp conta história das sufragistas que atacavam obras de arte	17/11/2015	http://bit.ly/30vz4Mu
100	Do Morumbi à cracolândia, acompanhamos sete dias de protesto	22/11/2015	http://bit.ly/2Nr2jfP
101	Mortes: Educadora que foi a alma da Vila Maria Zélia	23/11/2015	http://bit.ly/2KPXAJ
102	Nunca imaginei que o Brasil fosse tão machista', diz presidente da Bombril	25/11/2015	http://bit.ly/2MwJkB7
103	Hashtag #MeuAmigoSecreto é utilizada em divulgação do longa 'As Sufragistas'	27/11/2015	http://bit.ly/30tN3mj
104	Taylor Swift cumpre papel de 'Barbie nazista', diz acadêmica Camille Paglia	12/12/2015	http://bit.ly/2MxV7iz
105	Ex-militante do Femen lança livro sobre desilusão com o feminismo	16/12/2015	http://bit.ly/30EfhUJ
106	Com passado versátil, Carey Mulligan interpreta sequência de feministas	20/12/2015	http://bit.ly/2Zq1KcK
107	Folha estreia blog com ponto de vista feminino	27/01/2016	http://bit.ly/33SZJ8i
108	Abordagem sobre feminismo precisa fugir de estereótipos; veja debate	16/02/2016	http://bit.ly/2Zb3jfm
109	Engajamento de Lena Dunham vai de luta feminista a apoio a Hillary Clinton	21/02/2016	http://bit.ly/2Zb3nvc
110	Leia Mulheres: Movimento feminista ganha livro com relatos para promover sororidade	07/03/2016	http://bit.ly/2MAfRWS
111	Leia Mulheres: Simone de Beauvoir foi filósofa, escritora e ativista política	08/03/2016	http://bit.ly/2L7jPDb
112	Governo define acesso a cirurgias no SUS para mulher vítima de violência	08/03/2016	http://bit.ly/2LbarhH
113	Conferência trata de assédio on-line às mulheres no mundo dos videogames	14/03/2016	http://bit.ly/2zotik4
114	Movimento de sororidade e luta contra violência vira livro; conheça 'Vamos Juntas?'	22/03/2016	http://bit.ly/30BMGpF
115	Famosas também aderem à campanha 'bela, recatada e do lar'; confira	20/04/2016	http://bit.ly/30yJon2
116	Tirar filho do pedestal pode aliviar culpa da maternidade, diz psicanalista	03/05/2016	http://bit.ly/2ZrilsG
117	O carrossel de Nilmara	23/05/2016	http://bit.ly/2ZsrSUj
118	Novos casos revelam o quanto a cultura do estupro impera no país	27/05/2016	http://bit.ly/2ZuQID4
119	27 secretários da Segurança se reúnem para discutir estupro; só um é mulher	31/05/2016	http://bit.ly/2MCnOe8
120	Argentinas sairão às ruas em ato contra violência contra a mulher	03/06/2016	http://bit.ly/31WM4LE
121	Há 80 anos, mulher já levava tijolo na testa na música brasileira	03/06/2016	http://bit.ly/2zjV4y2
122	Milhares repudiam violência contra mulheres em marcha em Buenos Aires	03/06/2016	http://bit.ly/33Zyk4B
123	Mulheres se articularam para apoiar menor vítima de estupro no Rio	04/06/2016	http://bit.ly/2Hp94v2
124	Mortes: Desenhista, feminista e na luta pela anistia	03/07/2016	http://bit.ly/2HsUOKL

125	A patrulha deve existir, ser comediante não é ser desumano', diz Graziella Moretto	03/07/2016	http://bit.ly/2L7X4yR
126	Frase gerou interpretação maldosa, diz roteirista da 'Mônica' atacada na web	08/07/2016	http://bit.ly/2MEr6h3
127	Para metade dos brasileiros, vítima do tráfico de mulheres busca 'vida fácil'	27/07/2016	http://bit.ly/2NtTfqJ
128	Futebol e ouro de Rafaela no judô despertam feminismo nas redes sociais	10/08/2016	http://bit.ly/2MCJ43r
129	Com marcas de 'feminicídio', avanço de mortes de mulheres alerta o RN	06/09/2016	http://bit.ly/2ZliZMn
130	Brasil e EUA fracassaram em abolir escravidão, afirma Angela Davis	24/09/2016	http://bit.ly/2zqC9S4
131	Grupos se mobilizam para mudar perfil das Câmaras Municipais	25/09/2016	http://bit.ly/2L8TJj9
132	Marta e Erundina disputam votos feministas em São Paulo	29/09/2016	http://bit.ly/2MDaRRe
133	Coligação de Doria elege 45% da Câmara; veja lista de vereadores eleitos em São Paulo	02/10/2016	http://bit.ly/30A7L3J
134	Número de mulheres na Câmara Municipal de SP mais que dobra, mas ainda representa 20% dos postos	02/10/2016	http://bit.ly/2ZrpKMG
135	Série inspirada na vida de Bruna Surfistinha estreia neste sábado	08/10/2016	http://bit.ly/30Da85O
136	Crescida na periferia, vereadora novata conquistou área nobre de SP	09/10/2016	http://bit.ly/2HpwWli
137	Transparências e 'mamilos livres' marcam semana de moda de Paris	10/10/2016	http://bit.ly/32IrcTx
138	No Dia da MPB, saiba mais sobre Chiquinha Gonzaga, pioneira da música nacional	17/10/2016	http://bit.ly/2NIPU7p
139	Mulheres influenciam área de criação das agências	25/10/2016	http://bit.ly/32aqWBP
140	Emma Watson espalha livros feministas no metrô de Londres	03/11/2016	http://bit.ly/2MLeLb1
141	O feminismo de Nawal El Saadawi, a mulher e as leis do islã	25/12/2016	http://bit.ly/2HsWYRp
142	No sertão da Paraíba, grupo feminista luta por direitos na agricultura	18/01/2017	http://bit.ly/2KWHqrg
143	A diversidade unida na Marcha das Mulheres em Nova York	29/01/2017	http://bit.ly/2KUMYm2
144	Idealizado por mulheres, festival Sêla quer protagonismo feminino no palco	30/01/2017	http://bit.ly/2zIHDR3
145	Mulheres largam pílula e convocam parceiros a participar da contracepção	31/01/2017	http://bit.ly/2PeFiiT
146	Festival Sêla foca o protagonismo da mulher na cena musical	03/02/2017	http://bit.ly/2zyiIN3
147	Minissérie sobre direitos gays, 'Nossa Luta', estreia em março	05/02/2017	http://bit.ly/2KZzK7T
148	Há 30 anos morria Andy Warhol, símbolo da pop art	22/02/2017	http://bit.ly/2HnJNK
149	Em meio a descrédito na política, jovens estudam para disputar eleições	26/02/2017	http://bit.ly/32asOul
150	Mulheres protestam contra assédio e machismo em blocos de Carnaval	01/03/2017	http://bit.ly/2ZpdU1d
151	Chimamanda Adichie elenca sugestões feministas para educar crianças	03/03/2017	http://bit.ly/2HrjNoq
152	Dior faz do azul a cor mais quente das passarelas de Paris	04/03/2017	http://bit.ly/2ZsB2fl
153	Marcha das Mulheres ocorre em 12 Estados e mira reforma da Previdência	07/03/2017	http://bit.ly/2Labkr2
154	Considerada machista, campanha de Saint Laurent causa polêmica	07/03/2017	http://bit.ly/2LcypaC
155	Entenda o Dia da Mulher: confira fatos marcantes da história da mulher	08/03/2017	http://bit.ly/323kSe7
156	Declarações polêmicas marcaram homenagens anteriores às mulheres	10/03/2017	http://bit.ly/2MDVvvJ

157	Golpe foi para acabar com conquistas da classe trabalhadora, diz Lula em SP	15/03/2017	http://bit.ly/2MEJaaP
158	Maioria entre gamers no Brasil, mulheres enfrentam preconceito e assédio	16/03/2017	http://bit.ly/2MLh1lx
159	Os 50 anos da morte de Luz del Fuego, a vedete vanguardista	19/03/2017	http://bit.ly/2NxY2XX
160	Milão, NY, Paris: conheça tendências das três principais semanas de moda	26/03/2017	http://bit.ly/2NAeSFB
161	Juliana Paes critica 'excessos' do feminismo: 'Somos tão competentes quanto os homens, mas não iguais'	03/04/2017	http://bit.ly/2ZpCLWN
162	Caso de assédio envolvendo José Mayer ganha destaque na imprensa internacional	13/04/2017	http://bit.ly/2ZxF9XO
163	Cantora gaúcha Shana Müller desafia o machismo do cancionero regionalista	19/04/2017	http://bit.ly/2Zopzh3
164	Filme da Mulher-Maravilha faz retrato preciso de feministas modernas	25/06/2017	http://bit.ly/342em98
165	Movimentos tentam convencer gente de fora da política a se candidatar	29/07/2017	http://bit.ly/3240t8H
166	Apesar do preconceito, mulheres comemoram crescimento do mercado plus size; confira dicas	30/07/2017	http://bit.ly/2HrGB7M
167	Mascaradas do Guerrilla Girls atacam machismo dos museus e vêm ao Brasil	07/08/2017	http://bit.ly/2NzmXuu
168	Não vou falar com preto': executivo negro relata racismo no mundo corporativo brasileiro	10/08/2017	http://bit.ly/2U3a4dn
169	Ira do novo feminismo é acerto de contas, diz historiadora Rebecca Solnit	11/08/2017	http://bit.ly/2KUnHZe
170	Discurso feminista normaliza violência contra prostitutas, diz líder de grupo	14/08/2017	http://bit.ly/2LbtloK
171	Jovens encontram soluções para que país alcance objetivos da ONU	14/08/2017	http://bit.ly/2U1VdQ8
172	Quem são as profissionais brasileiras que estão fazendo sucesso no exterior	14/08/2017	http://bit.ly/2ZtsLYL
173	Crise econômica freia denúncias de assédio sexual no Brasil	28/08/2017	http://bit.ly/30AC1eY
174	Seminário e mostra de cinema debate efeitos da Revolução Russa	26/09/2017	http://bit.ly/2NAgqiT
175	Hugh Hefner se considerava feminista, mas mulheres discordavam	28/09/2017	http://bit.ly/2PgI3jN
176	#PrimaveradasMulheres' mapeia historiografia do feminismo no Brasil	14/10/2017	http://bit.ly/2KWovYq
177	Homenageada na Mostra, Agnès Varda fez filme precursor da nouvelle vague	21/10/2017	http://bit.ly/2Hrxpiz
178	Nome forte do riot grrrl, Bikini Kill se reúne 'sem querer' após 20 anos	06/11/2017	http://bit.ly/2Nzpv2
179	'Feministas pró-Bolsonaro' defendem discurso duro contra assédio	17/11/2017	http://bit.ly/30AeHOd
180	Militância e 'linchamentos' inspiram ensaio 'A Vítima Tem Sempre Razão?'	18/11/2017	http://bit.ly/2HrOh9X
181	Novo álbum é uma receita para superar eventos ruins, diz Björk	28/11/2017	http://bit.ly/30ApzMn
182	Elos humanos diversificados fazem viver mais e melhor, diz psicóloga	08/12/2017	http://bit.ly/30Dbduq
183	Tem música que não canto mais', diz Mano Brown sobre letras machistas	13/12/2017	http://bit.ly/2ZotXwx
184	Contra monogamia, jovens buscam relacionamentos não convencionais	19/12/2017	http://bit.ly/2MBgVKd
185	Nova edição de diários de Sylvia Plath resgata partes censuradas pelo marido	30/12/2017	http://bit.ly/2Pdn3dy
186	Cresce apoio à descriminalização do aborto, aponta pesquisa Datafolha	30/12/2017	http://bit.ly/2L9IN4N

187	Nunca o conservadorismo foi tão despuadorado, diz Zuenir Ventura	01/01/2018	http://bit.ly/2ZqwExr
188	Atrizes e executivas de Hollywood criam fundo contra assédio sexual	01/01/2018	http://bit.ly/2zrPREx
189	Ocupação feminista dá apoio a mulher vítima de violência	07/01/2018	http://bit.ly/2ZrtXOq
190	Feministas chamam Deneuve e intelectuais de 'aliadas dos porcos'	10/01/2018	http://bit.ly/34csNYC
191	Brasileiras falam sobre embate #MeToo x manifesto das francesas	13/01/2018	http://bit.ly/2PfvsnG
192	Seriados atropelam cinema e tornam-se protagonistas do debate cultural	13/01/2018	http://bit.ly/2zrQrIH
193	Feminismo do #MeToo é ofensivo aos homens, diz Catherine Millet	15/01/2018	http://bit.ly/30zBDNI
194	Filha de Woody Allen quer que artistas se digam cúmplices em caso de assédio	18/01/2018	http://bit.ly/2U9H9Eq
195	Marcha das Mulheres atrai milhares em cerca de 250 cidades dos EUA	20/01/2018	http://bit.ly/2NGbCsi
196	'É uma barra-pesada esta obsessão do patrulhamento', diz Olivetto	21/01/2018	http://bit.ly/2ZuWnZE
197	'O mundo não me deve nada', diz Ruy Castro, que lança coletânea de textos	30/01/2018	http://bit.ly/2Ht0jzP
198	Tariq Ramadan ficará detido enquanto juiz decide julgamento	06/02/2018	http://bit.ly/31Z31oK
199	Após denúncias contra Weinstein, ex-agente de Rose McGowan se suicida	09/02/2018	http://bit.ly/2HtrAIL
200	Carnaval de pouca roupa tem homens de Anitta e mulheres de peito de fora	11/02/2018	http://bit.ly/2Nz7KcI
201	Saia-justa com assédio e fracasso francês marcam fim de semana na Berlinale	18/02/2018	http://bit.ly/3408z44
202	Mulheres muçulmanas relatam abuso sexual na peregrinação a Meca	20/02/2018	http://bit.ly/2ZxJFVT
203	Livro aponta raízes da cultura machista do Vale do Silício	24/02/2018	http://bit.ly/2KYMfk4
204	Congresso na Argentina avalia ampliar aborto	27/02/2018	http://bit.ly/2HverIS
205	Proposta do governo francês prevê 15 anos como idade de consentimento	02/03/2018	http://bit.ly/2Pdx4r8
206	Italianos vão às urnas, e Berlusconi é alvo de protesto feminista	04/03/2018	http://bit.ly/32aNL0X
207	Boca de urna aponta para Parlamento dividido na Itália	04/03/2018	http://bit.ly/2Hq9tgr
208	Mostra redescobre cinema de Helena Solberg, 80	07/03/2018	http://bit.ly/2HuMOjd
209	Penélope Cruz defende greve geral de mulheres na Espanha em 8 de março	07/03/2018	http://bit.ly/30EHQI7
210	Nove vezes em que a publicidade falhou em entender as mulheres em pleno século 21	08/03/2018	http://bit.ly/2NxeMP4
211	Sob chuva, mulheres protestam contra intervenção e discriminação no Rio	08/03/2018	http://bit.ly/30FtjvQ
212	Em São Paulo, mulheres fazem manifestação por igualdade e contra Temer	08/03/2018	http://bit.ly/2NzOTyf
213	Cotidiano e revista são paulo mudam elenco de colunistas	08/04/2018	http://bit.ly/2zsu2o4
214	Médicas falam de assédio e do movimento #metoo em artigos científicos	11/04/2018	http://bit.ly/2zu3til
215	Como era o sexo na época da novela 'Orgulho e Paixão'?	13/04/2018	http://bit.ly/2KYNO9k
216	Dilma Rousseff parabeniza Gleici, campeã do BBB 18: 'negra, periférica, feminista'	20/04/2018	http://bit.ly/2ZyAAQI
217	Mulher mais influente da alta-costura desafia ideal feminino na moda	23/04/2018	http://bit.ly/2Pzf02s
218	Bianca Comparato surfa na onda da série '3%', que reestrea na sexta (27)	25/04/2018	http://bit.ly/2ZrcXp9

219	Autora francesa acusa feministas de narcisistas, denunciastas e utópicas	28/04/2018	http://bit.ly/2ZsUUDg
220	Feministas rebatem autora francesa que atacou movimento #MeToo	28/04/2018	http://bit.ly/2PdbC5F
221	Ashley Judd processa Weinstein por difamação e assédio sexual	01/05/2018	http://bit.ly/2Pgkd7K
222	Pré-candidatos buscam consultores de imagem para palanque 'fashion'	13/05/2018	http://bit.ly/2HrdtNQ
223	Acusado de abuso sexual, Harvey Weinstein se entrega à polícia em Nova York	25/05/2018	http://bit.ly/2L4HfJa
224	Quadrinista sueca critica séculos de distorções sobre a vagina	27/05/2018	http://bit.ly/2HtLYn3
225	A atriz britânica feminista que passou a agir como 'terrorista'	28/05/2018	http://bit.ly/2Ht9HDz
226	Linn da Quebrada e cineastas anunciam boicote a festival de cinema LGBT em Israel	30/05/2018	http://bit.ly/2zu6AH3
227	Exposição em Paris marca os dez anos da morte de estilista Saint Laurent	01/06/2018	http://bit.ly/2ZvrQaa
228	Quem pede intervenção militar não sabe o que foi a ditadura', diz sociólogo	04/06/2018	http://bit.ly/3240cTi
229	Mostra e plataforma online contam vida da artista plástica Frida Kahlo	06/06/2018	http://bit.ly/2ZuGhiP
230	Após acusação de assédio sexual, chefe de animação da Disney deixará empresa	08/06/2018	http://bit.ly/325FHph
231	Congresso argentino vota lei que amplia direito ao aborto	11/06/2018	http://bit.ly/2L7WQI6
232	Pesquisadora espanhola critica visão da artista Frida Kahlo como rockstar	28/06/2018	http://bit.ly/30yJD1l
233	Coautora de manifesto contra o #MeToo, Catherine Millet dá palestra em São Paulo	04/07/2018	http://bit.ly/2ZuiITd
234	Em palestra em SP, Millet compara feminismo do #MeToo a stalinismo	05/07/2018	http://bit.ly/2NBoRuC
235	Abandonei a ideia de ser premiê para atuar pela educação de meninas, diz Malala	10/07/2018	http://bit.ly/32aQvIV
236	Assédio na Copa lança luz sobre violência espalhada contra mulheres russas	12/07/2018	http://bit.ly/2Pij2ET
237	Ator de Super-Homem, Henry Cavill se desculpa após comentário polêmico sobre assédio	12/07/2018	http://bit.ly/327TPi0
238	Cofundadora do grupo feminista Femen é encontrada morta em Paris	24/07/2018	http://bit.ly/342pd31
239	Poeta é aplaudida de pé ao contar que sofreu censura com luta feminista em Portugal	26/07/2018	http://bit.ly/2MHAMra
240	Encontro de autora do movimento negro e escritora que trata de feminicídio vira palanque feminista	26/07/2018	http://bit.ly/2Zmbzce
241	Procuradoria revisa caso de agressão sexual envolvendo integrante do Backstreet Boys	03/08/2018	http://bit.ly/30FMrK8
242	Fiquei 25 anos reinando sozinha', diz Roberta Miranda sobre ausência de mulheres no sertanejo	03/08/2018	http://bit.ly/2NChPp9
243	Protesto contra gravações com câmeras secretas reúne milhares em Seul	04/08/2018	http://bit.ly/2Pik7wr
244	Movimento pelo aborto é mundial e não haverá retrocesso, diz ativista argentina	05/08/2018	http://bit.ly/2U7Zxxm
245	Quase morri em um aborto no Brasil', diz argentina que defende nova lei	07/08/2018	http://bit.ly/30zQasK
246	Voz feminina só é autorizada em público quando o discurso é de vítima, diz Mary Beard	08/08/2018	http://bit.ly/2zqEQmU
247	Folha realiza terceira edição de fórum sobre inovação educativa; veja programação	08/08/2018	http://bit.ly/2L26Ofp
248	Argentinos pró-veto ao aborto festejam; ativistas querem nova proposta logo	09/08/2018	http://bit.ly/2Zv5uFU
249	Mulheres contornam censura na China com '#MiTu'	10/08/2018	http://bit.ly/2L1eTRv

250	Mundo das artes é sexista, diz curadora de exposição sobre mulheres	12/08/2018	http://bit.ly/2L9Yr02
251	A francesa que assumiu os cabelos brancos e virou ícone contra a 'tirania da tinta'	12/08/2018	http://bit.ly/2PmbVe0
252	Festival feminista AgoraÉQueSãoElas reúne escritoras, ativistas e curiosos	13/08/2018	http://bit.ly/2ZzRSwZ
253	Universidade suspende professora feminista acusada de assediar aluno gay	13/08/2018	http://bit.ly/2UaFpe5
254	Não tenho alma de militância, mas de escárnio', diz Tati Bernardi	16/08/2018	http://bit.ly/3470Sck
255	Artistas mulheres ganham destaque na programação de museus e galerias	17/08/2018	http://bit.ly/2MP0tGn
256	Uma força da natureza, voz de Aretha Franklin arrepiava os seus ouvintes	17/08/2018	http://bit.ly/2PFy3SW
257	Ícone do movimento MeToo, Asia Argento é acusada de estupro por ator americano	20/08/2018	http://bit.ly/344Gngv
258	Voluntários de Bolsonaro espalham 'Bolsa Palavra' para vender candidato	21/08/2018	http://bit.ly/2L1GEJN
259	Movimento argentino prega desfiliação da Igreja Católica	23/08/2018	http://bit.ly/2zrLIQR
260	NBC nega tentativa de frear investigação sobre abusos de Weinstein	01/09/2018	http://bit.ly/2HuE9NY
261	Cidade palco de ataque a Bolsonaro tem tradição de apoiar PT	09/09/2018	http://bit.ly/2MJfVU
262	Clamor feminino deve marcar o primeiro Emmy pós-MeToo	17/09/2018	http://bit.ly/32bOgyK
263	Anitta segue amiga que apoia Bolsonaro e rebate após pressão dos fãs: 'Pago meus impostos'	19/09/2018	http://bit.ly/2NCXzDS
264	Marquezine responde crítica após declarar rejeição a Bolsonaro: 'Vivemos em uma democracia'	20/09/2018	http://bit.ly/2PefZgD
265	Atos de mulheres contra Bolsonaro reúnem milhares em mais de 30 cidades	29/09/2018	http://bit.ly/2zv2Gh6
266	#EleNão é parte do feminismo que vencerá crise mundial, diz autora americana	01/10/2018	http://bit.ly/2zqG9SL
267	Aborto gratuito, legal e seguro é necessário em todo o mundo', diz Emma Watson em carta aberta	01/10/2018	http://bit.ly/2LbXVil
268	Candidatos das periferias apostam em mandato coletivo para conquistar vaga	05/10/2018	http://bit.ly/2L32bBH
269	Um ano após o movimento #MeToo, homens franceses revelam mudança de atitude	06/10/2018	http://bit.ly/2ZBzH6g
270	Chapa coletiva com cinco mulheres feministas é eleita em PE	08/10/2018	http://bit.ly/2Mik8aO
271	Briga judicial entre professora e aluna ilustra racha político no país	25/10/2018	http://bit.ly/2ZyDpxg
272	Claro que Laurie virou uma louca', diz Jamie Lee Curtis, de volta em 'Halloween'	25/10/2018	http://bit.ly/2La46Dk
273	Feminista casca-grossa, francesa Virginie Despentes vai lançar romance no Brasil	09/11/2018	http://bit.ly/2zv96Ne
274	Fábrica de fake news aposta na indignação para fazer leitor 'consumir lixo'	26/11/2018	http://bit.ly/2U8aDSY
275	Após queixas, editora vai alterar volume recém-lançado sobre feminismo	07/12/2018	http://bit.ly/30GEowP
276	Feminismo faz moda abordar a relação da mulher com o espelho	13/12/2018	http://bit.ly/2L6L54w
277	Masp fará ano das mulheres em 2019 e terá Tarsila e Lina Bo Bardi	13/12/2018	http://bit.ly/2Ph2HQE
278	Livro sobre feminismo mostra a importância de escrever como uma garota	17/12/2018	http://bit.ly/349kTyX
279	Kéfera rebate críticas de youtuber após discussão sobre feminismo: 'Acredito na evolução'	18/12/2018	http://bit.ly/2MGc3mQ

ANEXO 2 – RESULTADOS ANALISADOS DO PÚBLICO

	Nome da publicação do Público	Data	Link
1	Esquerda tem 40% de mulheres nas suas listas, Monti tem uma campeã de esgrima	09/01/2013	http://bit.ly/2yX6xnd
2	Entrevista a Maria Velho da Costa: Uma for no deserto	13/01/2013	http://bit.ly/2Z76LTc
3	Feministas despem-se em Notre Dame para festejar saída do Papa	12/02/2013	http://bit.ly/2Z0YBLZ
4	Naomi Wolf no Festival Literário da Madeira	20/02/2013	http://bit.ly/2Z0IIMp
5	Movimentos pós-institucionais dominam contestação e protestos contra a austeridade	02/03/2013	http://bit.ly/2Y0tb0f
6	Os tabus da relação difícil da Igreja com o corpo	03/03/2013	http://bit.ly/2TtWkb2
7	Retrospectiva de uma "das mais famosas artistas desconhecidas do mundo": Yoko Ono	13/03/2013	http://bit.ly/2KLQqHK
8	Promoção à Louis Vuitton ou "visão glamorosa" da prostituição?	21/03/2013	http://bit.ly/2H19urd
9	Promoção à Louis Vuitton ou elogio da prostituição?	21/03/2013	http://bit.ly/2yWytaE
10	Amina Tyler: o corpo é dela, não serve a honra de ninguém	01/04/2013	http://bit.ly/2Z4Ccxv
11	Governo russo quer que a Alemanha castigue as mulheres que insultaram Putin	08/04/2013	http://bit.ly/31HodzX
12	Em Cuba, a revolução já é económica	14/04/2013	http://bit.ly/2Z759gh
13	Oposição ao casamento gay continua mobilizada, a dias da aprovação da lei	22/04/2013	http://bit.ly/33viZZb
14	Rapazes, raparigas e outras criaturas: façam a vénia a miss Penny Arcade	17/05/2013	http://bit.ly/2KyI1iN
15	Para elas, feminismo sempre foi uma palavra feliz	21/07/2013	http://bit.ly/2KYwLeH
16	Está a ficar mais difícil fazer um aborto na Europa	09/08/2013	http://bit.ly/2KMLg4R
17	A "primeira Femen tunisina" já não quer ser Femen	20/08/2013	http://bit.ly/2YOop2Q
18	A tunisina Amina já não quer ser Femen	21/08/2013	http://bit.ly/2Z02dSF
19	Femen: Por detrás destas mulheres, está afinal um homem	05/09/2013	http://bit.ly/2KNPBVu
20	Femen: por detrás destas mulheres, está afinal um homem	06/09/2013	http://bit.ly/2KwgPB6
21	A mulher que interrompeu o discurso de Barack Obama	15/09/2013	http://bit.ly/2KyKEB4
22	Teresa Forcades, a freira sem medo	19/11/2013	http://bit.ly/2yYAbZ3
23	Escrever contra o silêncio	20/11/2013	http://bit.ly/2Mhzkey
24	Tunísia: a revolução que ainda pode correr bem	11/01/2014	http://bit.ly/2Z3fqdq
25	Manifestação de direita contra Hollande desfila em Paris	26/01/2014	http://bit.ly/304A6yQ
26	A renegada	30/03/2014	http://bit.ly/2H1hNTV
27	“Apanhava não porque gostava, apanhava porque gostava dele”	04/04/2014	http://bit.ly/2MijSPA
28	A inabalável confiança da Frente Nacional e a desmoralização dos sindicatos	02/05/2014	http://bit.ly/2OVW1aE
29	Jovens achados na rua	18/05/2014	http://bit.ly/2MjDAdI
30	Índia: o corpo delas é deles	15/06/2014	http://bit.ly/304NwLs
31	Vera, 23 anos, ao comando de um rancho de homens	29/06/2014	http://bit.ly/2Z3DVTN
32	Angélique Kidjo veio a Sines dar uma lição de vida, Gisela João mostrou a que soa uma história	27/07/2014	http://bit.ly/2H6IpCN
33	Mães mais sós, filhas mais livres	19/08/2014	http://bit.ly/2za1m3r
34	“Devíamos honrar os dissidentes. Em vez de recriar batalhas, que tal recriar a Trégua do Natal de 1914?”	27/08/2014	http://bit.ly/2KM28sI

35	Uma geração na esquina entre o talento e o dinheiro	05/09/2014	http://bit.ly/2ZYDoUm
36	Melhorar a vida e a cidade, quarto a quarto	31/10/2014	http://bit.ly/2H6GH4y
37	"As discussões eram de uma sinceridade absoluta, muitas vezes conflituosas mas nunca ninguém bateu em ninguém"	09/11/2014	http://bit.ly/2TwQBkL
38	António Costa, um político para além da cor da pele	24/11/2014	http://bit.ly/2Kwep5A
39	A primeira vez de Lisboa foi nos anos 1970	28/11/2014	http://bit.ly/2MZBj73
40	Como se salvar do pesadelo de ter sido um jovem homossexual num meio operário	05/12/2014	http://bit.ly/2OVJGmz
41	Papa: "Não se pode provocar nem insultar a fé das outras pessoas"	15/01/2015	http://bit.ly/303ctXA
42	A marcha corta-e-cola de Paris	17/01/2015	http://bit.ly/2MiyG0q
43	O Sun vestiu as meninas da Page 3	20/01/2015	http://bit.ly/2Mh00Be
44	As atrizes continuam a ter um problema de protagonismo em Hollywood	12/02/2015	http://bit.ly/2N3E2wo
45	Elif Shafak: "É possível sonhar em mais do que uma língua. Recuso categorias nacionais"	13/02/2015	http://bit.ly/2YOS2B5
46	Organização feminista quer prevenir e criminalizar assédio sexual	03/03/2015	http://bit.ly/300fyI0
47	Feminismo: é preciso combater a desigualdade social e de género	06/03/2015	http://bit.ly/302UikR
48	Morreu a escritora, feminista e católica Ana Vicente	19/04/2015	http://bit.ly/2Z2dWQO
49	Morreu a artista interdisciplinar Rachel Rosenthal	12/05/2015	http://bit.ly/30elFbu
50	Desfazer o género e outras subversões	29/05/2015	http://bit.ly/2KRL1pw
51	Género, sexo e economia: "Somos todos potencialmente precários"	03/06/2015	http://bit.ly/2za89Kt
52	Amnistia Internacional vota pela descriminalização da prostituição	12/08/2015	http://bit.ly/31CfDSv
53	Nas ruas, Catarina Martins teve um palco quase só dela	02/10/2015	http://bit.ly/2KxmKFX
54	Do Curdistão para o Porto, a Caravana Feminista atravessou meia Europa	12/10/2015	http://bit.ly/2Z3p7o7
55	Marisa Matias: já tem uma aldeia e o mundo dentro dela, agora quer Belém	18/10/2015	http://bit.ly/2YR7HQv
56	"Fora Cunha!", o grito feminista contra o Brasil conservador	29/10/2015	http://bit.ly/308ThI8
57	O protesto que começou feminista e está a testar a esquerda brasileira	13/11/2015	http://bit.ly/2Kxy3hC
58	"Presidente da República não deve intrometer-se com o Governo"	11/12/2015	http://bit.ly/2NdmD4v
59	A sexofobia torna-nos vítimas	10/01/2016	http://bit.ly/2P5UgHE
60	"Eu estava lá"	10/01/2016	http://bit.ly/2Z8FFz0
61	Sanders rouba eleitoras jovens a Hillary	09/02/2016	http://bit.ly/2H6GOgl
62	Por causa do Zika, o Brasil debate o aborto	20/02/2016	http://bit.ly/2N7luv1
63	Pessoas transgénero assumem-se cada vez mais cedo	22/02/2016	http://bit.ly/2Z8pLAB
64	Uma é recatada, a outra não: as mulheres de políticos que dividem o Brasil	29/04/2016	http://bit.ly/2KxHTjy
65	Feministas Negras em Portugal reúnem-se em primeiro encontro	30/04/2016	http://bit.ly/303EeiL
66	BÉ deseja "confronto" com Bruxelas e recorda as suas linhas vermelhas ao PS	04/05/2016	http://bit.ly/2Z1EMUP
67	O que mulheres brasileiras pensam sobre o governo masculino de Michel Temer	18/05/2016	http://bit.ly/301bE1m
68	Portugal vai sair à rua "Por Todas Elas"	31/05/2016	http://bit.ly/33AT7eH
69	Isto já não é sobre o Brasil	01/06/2016	http://bit.ly/2N4vplg

70	O clube dos poetas negros	18/07/2016	http://bit.ly/2Z4cZY7
71	A ideia de que o mundo pode ser melhor cabe numa tenda	31/07/2016	http://bit.ly/2TxDaRV
72	Mergulhos, calma, árvores e muita política: bem-vindos às tendas dos jovens do BE	08/08/2016	http://bit.ly/2yXymeZ
73	“Todos os dias me arrependo da geringonça”	21/08/2016	http://bit.ly/2Mpaaer
74	Morreu Maria Isabel Barreno, que “foi mais do que uma das 'Três Marias'”	03/09/2016	http://bit.ly/302CUg4
75	A conquista dos direitos das mulheres nunca é definitiva	12/09/2016	http://bit.ly/2TxC9cz
76	Activismo na pista de dança	16/09/2016	http://bit.ly/33C5ln5
77	Bertha, a brasileira que pôs a Mulher na Carta da ONU	18/09/2016	http://bit.ly/31Fh16Y
78	Hillary Clinton: uma mulher em quem se pode confiar	29/09/2016	http://bit.ly/2Z81Wvf
79	A arte feita por mulheres é diferente?	30/09/2016	http://bit.ly/31FLUbu
80	É possível um discurso político sexista e misógino na Europa	16/10/2016	http://bit.ly/306PVVS
81	Trump como Bush - a contestação a um Presidente não é inédita	10/11/2016	http://bit.ly/2KAFuok
82	Protestar, resistir	03/12/2016	http://bit.ly/2YPYxDF
83	Morreu a advogada feminista Lia Viegas	28/12/2016	http://bit.ly/2N3Si8o
84	Bloco vai a Berlim dizer que o Sul da Europa não é preguiçoso	14/01/2017	http://bit.ly/2YRtelP
85	Em Lisboa, a resistência a Trump uniu sexos, famílias, Clinton e até figuras da Disney	21/01/2017	http://bit.ly/2OUFFPt
86	Roman Polanski renuncia à cerimónia dos Césares	24/01/2017	http://bit.ly/2NdZY8b
87	A Revolução está a dar noutro canal	24/01/2017	http://bit.ly/2z2FeYk
88	Depois da Marcha, as mulheres marcam uma greve internacional para 8 de Março	07/02/2017	http://bit.ly/2MgtDxN
89	Activista em topless interrompe conferência de Le Pen	24/02/2017	http://bit.ly/2OUB7NL
90	Quão desigual é o mundo da arte?	25/02/2017	http://bit.ly/2Twjpdj
91	Festival Feminista resiste e (re)existe	27/02/2017	http://bit.ly/2Z2GFou
92	A condição das mulheres debate-se de Norte a Sul	07/03/2017	http://bit.ly/2Z4pRxb
93	"Não Me Calo." Portuguesas juntam-se à paralisação mundial no Dia da Mulher	07/03/2017	http://bit.ly/33xLQw1
94	Regulamentar a prostituição: uma “armadilha para as mulheres”	08/03/2017	http://bit.ly/2OSATBP
95	Centenas de mulheres protestaram em Lisboa contra o machismo	08/03/2017	http://bit.ly/2z0a9EU
96	Câmara de Coimbra oferece maquilhagem e manicura no dia da mulher e oposição não gosta	08/03/2017	http://bit.ly/2TCksbF
97	Aborto: Angolanas exigem debate alargado sobre “criminalização das mulheres”	15/03/2017	http://bit.ly/2Z8xK0x
98	Roman Polanski tenta regressar aos Estados Unidos	20/03/2017	http://bit.ly/2KP8iYP
99	Um povo a tentar uma vida normal	29/03/2017	http://bit.ly/33zdhFP
100	De bicicleta, as feministas paquistanesas reivindicam lugar no espaço público	02/04/2017	http://bit.ly/2KxYIdY
101	As histórias das mulheres na clandestinidade vão ser contadas até Maio	05/04/2017	http://bit.ly/2YOQRBQ
102	Ali Smith: “A arte melhora sempre a verdade”	12/05/2017	http://bit.ly/2KQvUwe
103	Protestos no Porto, Braga e Lisboa contra a "cultura da violação	22/05/2017	http://bit.ly/2YMebjv
104	Protestos em Braga, Porto e Lisboa contra a “cultura da violação”	22/05/2017	http://bit.ly/302i8Nr
105	No Porto, concentrou-se revolta e sede de mudança	25/05/2017	http://bit.ly/2Z5rIxG

106	Paris quer proibir festival “afro-feminista”. Presidente da câmara considera-o racista	29/05/2017	http://bit.ly/2MjRLzi
107	Uma retrospectiva da história feminista (e não muito feminista) da Mulher-Maravilha	01/06/2017	http://bit.ly/2OWivZ6
108	No néon vibrante dos anos 1980, os estereótipos ficam de fora do ringue	23/06/2017	http://bit.ly/2yXmc5F
109	Embora mais escondido, o sexismo continua a existir nas universidades portuguesas	07/07/2017	http://bit.ly/2MhJX1g
110	Contra o colonialismo, lutar, cantar	11/08/2017	http://bit.ly/2TABiHR
111	Roupas de todas as cores, brinquedos de todos os tipos, divisão de tarefas	15/08/2017	http://bit.ly/302SEja
112	Roupas de todas as cores, divisão de tarefas: para eles, a igualdade de género é um estilo de vida	16/08/2017	http://bit.ly/2Z3Qiz9
113	"Há um complexo masoquista na Europa depois da guerra"	31/08/2017	http://bit.ly/31ymsV4
114	“É uma coisa muito capitalista pensar: ‘Se não estás a trabalhar então não estás a fazer nada’”	10/09/2017	http://bit.ly/2OUc093
115	As várias faces do activismo negro	16/09/2017	http://bit.ly/2YMcf0N
116	Mulheres na Arquitectura: um colectivo para combater a invisibilidade delas na profissão	08/10/2017	http://bit.ly/2Kz112Z
117	Manifestações no Porto e em Lisboa repudiam acórdão que faz “julgamentos morais machistas”	23/10/2017	http://bit.ly/2KxsPT1
118	A historiadora da arte feminista que fez perguntas diferentes	05/11/2017	http://bit.ly/2YPa0Ua
119	“Todas as mulheres poderiam fazer uma tese como eu fiz”	09/11/2017	http://bit.ly/31Hmydk
120	“Queríamos ser soldados das ruas e usar o nosso corpo até morrer. Foi incrível.”	01/12/2017	http://bit.ly/2Z3ouuI
121	O feminismo é para toda a gente	03/12/2017	http://bit.ly/2OYu9T8
122	Yvonne Rainer: “Os anos 60 estão-me nos ossos”	15/12/2017	http://bit.ly/2KwDjSu
123	O ano dos nossos monstros	25/12/2017	http://bit.ly/2Z3HwoU
124	A arte voltou a ser subversiva no Brasil	05/01/2018	http://bit.ly/2KLOndr
125	Como Ahed se tornou um ícone da luta palestina	08/01/2018	http://bit.ly/2Z31EaN
126	Deneuve e 100 escritoras, artistas e académicas defendem que os homens devem ter “a liberdade de importunar”	09/01/2018	http://bit.ly/2Z44tnR
127	Resposta a Catherine Deneuve: "Os porcos e os seus aliados estão inquietos?"	10/01/2018	http://bit.ly/33znbY1
128	Desfeito o mistério da “lista dos homens merdosos”	12/01/2018	http://bit.ly/33vs5p3
129	Credibilidade e #MeToo: Dylan repete que foi alvo de abusos por parte de Woody Allen; ele diz que estão a “usar cinicamente” o momento	18/01/2018	http://bit.ly/2H7nvng
130	Quando os filmes nos diziam que não fomos feitos para as nossas vidas	18/01/2018	http://bit.ly/2OZdHlu
131	O ano em que as mulheres precisaram de Trump para se revoltarem	20/01/2018	http://bit.ly/2OUkddi
132	Presidente do Supremo "muito desconfortável" com fugas ao segredo de justiça	21/01/2018	http://bit.ly/33A8zHK
133	Como ver a obra e o artista na era MeToo? Um filme de Jean-Claude Brisseau e um debate em Lisboa	22/01/2018	http://bit.ly/2Z964N8
134	Morreu Naomi Parker Fraley, a mulher que inspirou o icónico cartaz “We Can Do It”	23/01/2018	http://bit.ly/33rWdRY
135	“Estou aqui uma guerreira que nunca pensei que fosse”	28/01/2018	http://bit.ly/2ZcMrEg
136	Primeiro, eram só os geeks da engenharia. Depois, surgiu Ursula Le Guin	04/02/2018	http://bit.ly/2MZsXMN
137	Maria Lassnig e a casa-corpo em que ela vivia	11/02/2018	http://bit.ly/33zhOif
138	Muçulmanas denunciam assédio sexual nas peregrinações a Meca	14/02/2018	http://bit.ly/2TDKcoc

139	Back to black: a passadeira vermelha dos BAFTA	19/02/2018	http://bit.ly/33zHk0c
140	Os BAFTA a preto e tanto: tantos prémios para Três Cartazes, tantos vestidos contra o assédio	19/02/2018	http://bit.ly/2KzIcKD
141	Apanhados na teia política de U.S. Girls	21/02/2018	http://bit.ly/2N48OFh
142	Já nos sentimos mais confortáveis ao ouvir a palavra vagina?	27/02/2018	http://bit.ly/33JvuRc
143	Actrizes francesas criaram o seu movimento Time's Up	28/02/2018	http://bit.ly/2Milad8
144	Linn da Quebrada é o Brasil da revolução	02/03/2018	http://bit.ly/2ZYxe6J
145	Os Óscares são de A Forma da Água e Frances McDormand — e o seu centro de gravidade é a diversidade	05/03/2018	http://bit.ly/2Z3UXFm
146	Também com a Beyoncé o feminismo chegou mais longe?	07/03/2018	http://bit.ly/2Z4w5NN
147	O feminismo está na moda (literalmente)	07/03/2018	http://bit.ly/2KLF1Dh
148	Zines R Us no Festival Feminista de Lisboa	08/03/2018	http://bit.ly/2Z6J65s
149	Homenagem a Marielle Franco mobilizou mais de mil pessoas em nove cidades portuguesas	19/03/2018	http://bit.ly/2H3WYHm
150	Pussy Riot vão actuar em Paredes de Coura	03/04/2018	http://bit.ly/2N2pPzK
151	“Gosto de pensar no movimento Me Too como o início de uma revolução”	06/04/2018	http://bit.ly/2TxDL5K
152	Um mês depois, Lisboa não deixa esquecer Marielle Franco	09/04/2018	http://bit.ly/2Z6LVU6
153	Que igualdade nos trouxeram quatro décadas de liberdade?	11/04/2018	http://bit.ly/2N4DeHo
154	Há uma mulher na praça do Parlamento londrino	24/04/2018	http://bit.ly/2YLsp4d
155	Abril nunca rimou com Eurogrupo, alerta o Bloco	25/04/2018	http://bit.ly/33vTCXb
156	As mulheres ciganas estão a fazer a sua pequena revolução	29/04/2018	http://bit.ly/2KzDlcn
157	No terceiro dia as manifestações contra sentença de La Manada juntaram 32 mil pessoas em Pamplona	29/04/2018	http://bit.ly/2YKIUNQ
158	Porque “não está tudo feito”, elas criaram o primeiro grupo feminista da Academia do Porto	01/05/2018	http://bit.ly/2OUcxrr
159	Há tanta Lisboa impressa na memória dos seus clubes	01/05/2018	http://bit.ly/2KLIrCn
160	Rama em Flor: debates, música e cinema para pensar os feminismos	11/05/2018	http://bit.ly/2H682nx
161	Referendo ao aborto é um teste ao impulso de liberalização irlandês	25/05/2018	http://bit.ly/2TAWxcz
162	Uma geração a tentar sair de Gaza para dizer: "Sou de Gaza"	27/05/2018	http://bit.ly/2Mj4bro
163	Elza Soares voltou para incomodar	29/05/2018	http://bit.ly/2Z7UnSS
164	Aborto precisou de dois referendos e dez anos para ser despenalizado	30/05/2018	http://bit.ly/2H6daYP
165	“Esfolei os joelhos e recusei usar saias, mas nunca deixei de ser a princesa da minha mãe”	02/06/2018	http://bit.ly/2KzCLvd
166	Como Sánchez percebeu a revolução feminista espanhola	10/06/2018	http://bit.ly/31GmwCh
167	Concursos de beleza: e depois do biquíni?	19/06/2018	http://bit.ly/2YYLNdl
168	Mulheres na política? O número conta, mas não é tudo	24/06/2018	http://bit.ly/2KOGOCC
169	“Se os marcianos vierem, dir-nos-ão: ‘vós, os humanos’. Não precisarão de mais adjetivos”	24/06/2018	http://bit.ly/2N2xEVX
170	The Raincoats: um abanar, uma irreverência, uma vontade de mudar as coisas	29/06/2018	http://bit.ly/2KONReE
171	Joana Vasconcelos: “Se as pessoas saírem daqui a pensar e com um sorriso nos lábios, é excelente.”	29/06/2018	http://bit.ly/2ZdE7nL
172	“O movimento #MeToo revelou como as mulheres foram educadas a acomodar o poder masculino em vez de o recusar”	01/07/2018	http://bit.ly/2KyVdEb
173	Gaultier marca a Semana da Moda com ode provocadora ao tabaco	05/07/2018	http://bit.ly/2H98cKR

174	CEO da Feminist Apparel despede equipa, depois de esta descobrir historial de abuso sexual	12/07/2018	http://bit.ly/2TxxS8H
175	Conheça as portuguesas que foram pioneiras nas profissões liberais e no activismo	17/07/2018	http://bit.ly/2Z2OImF
176	Maria José Morgado: “Parecia possível acabar com a pobreza e com a desigualdade. Não é possível!”	19/07/2018	http://bit.ly/2H6V7BQ
177	Co-fundadora do grupo feminista Femen encontrada morta em Paris	24/07/2018	http://bit.ly/2KOKPax
178	Jovens do Bloco vão aprender a evitar machismos - e a "geringonça"	25/07/2018	http://bit.ly/2YZIn5W
179	As imagens e a negritude em movimento de Martine Syms	26/07/2018	http://bit.ly/31KBOWR
180	Uma história de transgressão e business	30/07/2018	http://bit.ly/2KyW3AP
181	Senado argentino dividido em véspera de votação sobre aborto	05/08/2018	http://bit.ly/301y0ji
182	“Quando a juventude se põe em marcha não há recuo. O debate sobre o aborto veio para ficar” na Argentina	08/08/2018	http://bit.ly/2OX3eqW
183	“Sempre que vejo um polícia na rua penso que devia ter trazido a minha escova de dentes porque se calhar vou acabar outra vez na prisão”	10/08/2018	http://bit.ly/2N52GN8
184	“Sou mais criticada por ser feminista do que por fazer pornografia”	12/08/2018	http://bit.ly/2TCoTmP
185	Dez canções essenciais de Aretha Franklin	16/08/2018	http://bit.ly/2YVDQXf
186	"Quando Aretha Franklin canta, é a história americana que jorra"	16/08/2018	http://bit.ly/2MjRWeg
187	Carmen Maria Machado: O corpo feminino é uma arma política	17/08/2018	http://bit.ly/33BtHO0
188	Como ser uma mulher inteira, uma lição de Aretha Franklin para Beyoncé	17/08/2018	http://bit.ly/2H7tV5F
189	Prostituição é trabalho? “Não sei se vamos conseguir consensos, talvez tolerâncias”	19/08/2018	http://bit.ly/33B4mUr
190	Deve ser legal? Conferência junta ex-prostitutas em Lisboa	21/08/2018	http://bit.ly/2yY9jsb
191	Depois do #MeToo, as mulheres de Hollywood agarram o poder atrás das câmaras da TV	22/08/2018	http://bit.ly/2Z5J9T1
192	Manuela Tavares: “Pode haver regressão de direitos das mulheres”	30/08/2018	http://bit.ly/2KJDeSB
193	Morreu a actriz brasileira Beatriz Segall	05/09/2018	http://bit.ly/2H8a6v2
194	Les Moonves, presidente da CBS, demite-se após novas acusações de assédio sexual	10/09/2018	http://bit.ly/2N2gmII
195	Arturo Perez-Reverte: “Acusam-me de ter escrito um romance machista”	15/09/2018	http://bit.ly/2YZdFhv
196	Aline Frazão: “É preciso escutar, apagar as luzes e silenciar o mundo”	21/09/2018	http://bit.ly/2YZdnHr
197	“O que aconteceu com Marielle no centro do Rio de Janeiro é uma rotina na favela”	23/09/2018	http://bit.ly/2THmZBD
198	Protesto convocado: “Não aceitamos uma justiça machista!”	24/09/2018	http://bit.ly/2KzLuh9
199	“É violação, não é sedução.” Porto protesta contra sentença do tribunal	26/09/2018	http://bit.ly/2OUkddn
200	A (r)existência delas pode ser a revolução de um país	28/09/2018	http://bit.ly/2Z2IAFz
201	Contra o fascista Bolsonaro, elas marcharam pela democracia	29/09/2018	http://bit.ly/2TzBlnp
202	Um ano depois do #MeToo, como vai o feminismo português?	04/10/2018	http://bit.ly/2yXlq8U
203	#MeToo em Portugal? Temos “uma forma mais formiguinha” de fazer a luta	05/10/2018	http://bit.ly/306EDkC
204	Rússia acusada de difundir vídeo falso para provocar reacções antifeministas	08/10/2018	http://bit.ly/2TBTAby
205	Atlântida enfim foi descoberta – e é negra	12/10/2018	http://bit.ly/2OV2xhO

206	Anna Calvi a nu num Hard Club que a recebeu como ela se quer mostrar	20/10/2018	http://bit.ly/33CiGf9
207	A Maldição de Hill House e Sabrina: o terror a vazar da literatura para as séries	02/11/2018	http://bit.ly/2H7gK4S
208	De manicure activista a “putinha terrorista”, Lyz Parayzo faz arte de guerrilha através do corpo	12/11/2018	http://bit.ly/2OVIb8d
209	Tilda Swinton e Dakota Johnson dançam com os seus demónios	21/11/2018	http://bit.ly/33z6OdQ
210	Espanha "chumba" criação de um sindicato para trabalhadores do sexo	21/11/2018	http://bit.ly/2MiF3Rn
211	Os pecados de Portugal em África foram todo um tema em Guadalajara	02/12/2018	http://bit.ly/2H5gjYA
212	A obra fotográfica de Helena Corrêa de Barros acordou	02/12/2018	http://bit.ly/2Mig0xU
213	“Não se pode defender apenas algumas igualdades”, pedem as feministas negras	03/12/2018	http://bit.ly/2H7qmMK
214	Em 2019, há greve feminista. Para já, apresenta-se o manifesto	05/12/2018	http://bit.ly/31DN72J
215	Feministas apelam à adesão dos sindicatos à greve de 8 de Março	09/12/2018	http://bit.ly/33JoEv0
216	"Coletes amarelos" perdem gás ao quinto sábado de protestos	15/12/2018	http://bit.ly/2YQR1sk
217	A conquista das palavras na Argentina pós-referendo	17/12/2018	http://bit.ly/2z0OiwV